



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

RESOLUÇÃO CONSEPE Nº 359, DE 9 DE JULHO DE 2021.

Aprova o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto Presidencial de 19 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União em 20 de abril de 2018, Seção 2, pág. 1; das atribuições que lhe conferem o Estatuto e o Regimento Geral da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa, em conformidade com os autos do Processo nº 23204.015453/2019-68, proveniente do Instituto de Ciências da Educação – Iced, e em cumprimento à decisão do egrégio Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão – Consepe tomada na 3ª reunião ordinária, realizada em 7 de julho de 2021, via teleconferência, promulga esta resolução.

Art. 1º Fica aprovado o Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, do Instituto de Ciências da Educação, da Universidade Federal do Oeste do Pará, de acordo com o Anexo que é parte integrante da presente Resolução.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor nesta data, com publicação na página dos Conselhos Superiores no Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos – SIGRH.

HUGO ALEX CARNEIRO DINIZ
Presidente do Conselho Superior de Ensino, Pesquisa e Extensão

ANEXO



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS**

**PROJETO PEDAGÓGICO DO CURSO DE LICENCIATURA
EM LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS**

**Santarém
2021**

**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO
PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS**

Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz
Reitor

Prof.^a Dr.^a Aldenize Ruela Xavier
Vice-Reitora

Prof.^a Dr.^a Solange Helena Ximenes Rocha
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Prof. Dr. Edilan de Sant'Ana Quaresma
Diretor do Instituto de Ciências da Educação

Prof.^a. Dr.^a. Celiane Sousa Costa
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês

Prof.^a. Dr.^a. Celiane Sousa Costa
Prof. Dr. Heliud Luis Maia Moura
Prof.^a Me. Kátia Lais Schwade de Jesus Oliveira
Prof. Dr. Luiz Fernando de França
Prof.^a Dr.^a Maria Aldenira Reis Scalabrin
Prof. Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
Prof.^a Me. Paola Piovezan Ferro
Prof.^a Dr.^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco
Prof. Me. Washington Luís dos Santos Abreu
Prof. Dr. Zair Henrique Santos
Núcleo Docente Estruturante (NDE)

SUMÁRIO

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS	7
1. A MANTENEDORA	7
1.1 Dados da Mantenedora	7
2 MANTIDA	7
2.1 Identificação	7
2.2 Atos Legais de Constituição	8
2.3 Dirigente Principal da Mantida.....	8
2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	8
2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	9
2.6 Missão Institucional.....	12
2.7 Visão Institucional.....	12
2.8 Princípios Filosóficos	12
2.9 Corpo Docente e Técnico Administrativo da Universidade Federal do Oeste do Pará	14
2.10 Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará.....	14
2.11 Instituto de Ciências da Educação	15
2.11.1 Finalidades.....	16
2.11.2 Princípios	16
PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO	18
1 DADOS GERAIS DO CURSO	18
2 JUSTIFICATIVA	19
3 CONCEPÇÃO DO CURSO.....	24
3.1 Número de Vagas	26
4 OBJETIVOS DO CURSO	27
4.1 Objetivo Geral	27
4.2 Objetivos Específicos	27
5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO	28
6 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO	29
6.1 Competências e Habilidades	31
7 METODOLOGIA DO CURSO.....	35
8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR	37
8.1 Estrutura e Conteúdos Curriculares	37
8.2 Conteúdos Curriculares.....	47
8.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação.....	49
8.4 Ementário e Bibliografia.....	53

8.5	Atividades Complementares	104
8.6	Atividades de Extensão.....	105
8.7	Estágio Curricular Supervisionado	106
8.7.1	Estágio Supervisionado em Português.....	107
8.7.2	Estágio Supervisionado em Inglês.....	109
8.8	Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica	110
8.8.1	Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática	111
8.9	Integração com as Redes Públicas de Ensino	112
8.10	Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas	113
8.11	Trabalho de Conclusão de Curso	115
9	TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM.....	117
10	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM.....	119
10.1	Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.....	119
11	SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO	123
11.1	Avaliação do Curso.....	123
11.2	Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa	124
12	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO.....	125
12.1	Políticas de Ensino.....	126
12.2	Políticas de Extensão	127
12.3	Políticas de Pesquisa.....	128
13	POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE	129
13.1	Libras	132
14	POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS.....	133
15	APOIO AO DISCENTE	134
15.1	As condições para Acesso, Permanência e Conclusão de Curso.....	134
15.2	Mobilidade Acadêmica Interna e Externa.....	135
15.3	Monitoria Acadêmica.....	136
15.4	Assistência Psicossociopedagógica.....	136
16	INOVAÇÃO TECNOLÓGICA.....	138
16.1	Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica.....	139
16.2	Programas de Iniciação Científica	140
PARTE III: RECURSOS HUMANOS 1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO		142
1.1	Direção do Instituto	142
1.2	Coordenação do Programa/Coordenação de Curso	142
1.2.1	Atuação da Coordenação do Curso.....	142
1.2.2	Regime de trabalho da Coordenação do Curso.....	143
1.3	Técnico em Assuntos Educacionais.....	143

1.4	Secretaria Executiva	144
2	ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA	144
2.1	Secretaria Acadêmica	144
2.2	Acompanhamento de Egressos	144
2.3	Órgãos Colegiados.....	145
2.3.1	Conselho do Instituto de Ciências da Educação	145
2.3.2	Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês.....	146
3	CORPO DOCENTE	148
3.1	Titulação	148
3.2	Quadro de Professor por Disciplina.....	150
3.3	Percentual de Doutores e Mestres.....	156
3.4	Política e Plano de Carreira.....	156
3.5	CrITÉrios de Admissão	157
3.6	Plano de Qualificao e Formao Continuada	158
3.6.1	Plano de Qualificao Docente.....	159
3.6.1.1	Introduo	159
3.6.1.2	Justificativa do plano.....	159
3.6.1.3	Objetivos do plano	160
3.6.1.4	Regras para liberao dos professores	160
3.7	Apoio  Participao em Eventos	161
3.8	Incentivo  Formao/Atualizao Pedagógica dos Docentes	161
3.9	Experiência no Exercício da Docência Superior.....	161
3.10	Experiência no Exercício da Docência na Educao Básica	161
3.11	Produo científica, Cultural, Artística ou Tecnológica.....	162
4	NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE.....	162
	PARTE IV: INFRAESTRUTURA.....	163
1	INSTALAÇÕES GERAIS.....	163
2	SALAS DE AULA	163
3	ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL	164
4	SALA COLETIVA DE PROFESSORES.....	165
5	INSTALAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO	165
6	AUDITÓRIOS:.....	166
7	BIBLIOTECA	166
7.1	Bibliografia Básica por Unidade Curricular	167
7.2	Bibliografia Complementar por Unidade Curricular.....	168
8	LABORATÓRIO.....	168
8.1	Políticas de Atualizao do Laboratório.....	169
8.2	Dados do Laboratório	170

8.2.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica	171
9. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)	173
10 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática	174
11. Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais	175
12 Infraestrutura de Segurança	178
PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS	179
Resoluções da Ufopa	182
REFERÊNCIAS	183
Anexos	184

PARTE I: INFORMAÇÕES INSTITUCIONAIS

1. A MANTENEDORA

1.1 Dados da Mantenedora

Mantenedor	Ministério da Educação						
CNPJ:	00.394.445/0003-65						
End.:	Esplanada dos Ministérios, Bloco L.					n.	s/n
Bairro:	Zona Cívico-Administrativa	Cidade:	Brasília	CEP:	70.047-900	UF	DF
Fone:	(61) 2022-7828 / 7822 / 7823 / 7830						
E-mail:	gabinetedoministro@mec.gov.br						

2 MANTIDA

2.1 Identificação

Mantida	Universidade Federal do Oeste do Pará						
CNPJ:	11.118.393/0001-59						
End.:	Av. Marechal Rondon					n.	s/n
Bairro:	Caranazal	Cidade:	Santarém	CEP:	68040-070	UF:	Pará
Telefone	(93) 21016502						
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br/ gabinete@ufopa.edu.br						
Site:	www.ufopa.edu.br						

2.2 Atos Legais de Constituição

Dados de Credenciamento	
Documento/Nº:	Lei 12.085, de 06 de novembro de 2009
Data Documento:	05 de novembro de 2009
Data de Publicação:	06 de novembro de 2009

Dados de Recredenciamento	
Documento/Nº:	Portaria nº 666, de 12 de julho de 2018
Data Documento:	12 de julho de 2018
Data de Publicação:	13 de julho de 2018

2.3 Dirigente Principal da Mantida

Cargo	Reitor		
Nome:	Hugo Alex Carneiro Diniz		
CPF:	037680987-61		
Telefone:	(93) 21016502	Fax:	(93) 21016506
E-mail:	reitoria@ufopa.edu.br		

2.4 Dirigentes da Universidade Federal do Oeste do Pará

Reitor: Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz

Vice-Reitora: Prof.^a Dr.^a Aldenize Ruela Xavier

Presidente do Conselho Superior: Prof. Dr. Hugo Alex Carneiro Diniz

Pró-Reitora de Ensino de Graduação: Prof.^a Dr.^a Solange Helena Ximenes Rocha

Pró-Reitor de Planejamento Institucional: Prof. Dr. Rogério Favacho da Cruz

Pró-Reitora de Administração: Sofia Campos e Silva Rabelo

Pró-Reitor de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica: Prof.^a Dr.^a Lenise Vargas Flores da Silva

Pró-Reitora de Gestão de Pessoas: Prof.^a Me. Fabriciana Vieira Guimarães

Pró-Reitor de Comunidade, Cultura e Extensão: Prof. Dr. Marcos Prado Lima

Pró-Reitor de Gestão Estudantil: Prof.^a Dr.^a Lidiane Nascimento Leão

Diretor do Instituto de Ciências da Educação: Prof. Dr. Edilan de Sant'Ana Quaresma

Coordenadora do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês: Prof.^a Dr.^a Celiane Sousa Costa

2.5 Breve Histórico da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foi criada pela Lei nº 12.085, de 5 de novembro de 2009, sancionada pelo Presidente da República em Exercício, José Gomes Alencar da Silva e publicada no Diário Oficial da União (DOU) em 6 de novembro de 2012. É uma instituição de natureza jurídica autárquica, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de ministrar o ensino superior, desenvolver pesquisas nas diversas áreas do conhecimento e promover a extensão universitária. É a primeira instituição federal de ensino superior com sede no interior da Amazônia brasileira, na cidade de Santarém-Pará, terceira maior população do estado. O recredenciamento da instituição se deu por meio da Portaria nº 666 de 12 de julho de 2018, publicada no DOU em 13 de julho de 2018.

É uma universidade multicampi. Além de Santarém, foi pactuada com o MEC a implantação de campi nos municípios de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos e Oriximiná. Em Santarém, há a Unidade Rondon – antigo campus da UFPA, a Unidade Tapajós – onde funcionava a Unidade Descentralizada da UFRA/TAPAJÓS –, e a Unidade Amazônia, além de outros espaços alugados para atendimento das necessidades de espaço físico administrativo e acadêmico da instituição, até que sejam construídos prédios próprios.

Em 1971, iniciou-se, em Santarém, o processo de interiorização dos cursos de graduação da Universidade Federal do Pará (UFPA), através do Núcleo de Educação da Universidade Federal do Pará, criado em 14 de outubro de 1970 (Resolução nº 39/1970 – CONSEP-UFPA). Foram ofertados cursos de licenciaturas de curta duração no período de 1971 a 1973, com as atividades de ensino desenvolvidas na Escola Estadual de 2º Grau Álvaro Adolfo da Silveira.

O Núcleo de Educação foi reativado em 1980, permitindo que, no período de 1980 a 1983, fossem realizados novos cursos de licenciatura de curta duração e cursos de complementação de estudos para os professores da rede básica de ensino que já possuíam a licenciatura de curta duração. Posteriormente, um convênio realizado entre a UFPA e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), em 1983, possibilitou o início do curso de Licenciatura Plena em Pedagogia. As atividades referentes a este curso foram desenvolvidas na Escola Municipal Everaldo de Souza Martins, cedida à UFPA pela Prefeitura Municipal de Santarém, onde hoje funciona a Unidade Rondon da Ufopa.

No segundo semestre do ano de 1985, tomou posse o Prof. Dr. José Seixas

Lourenço, primeiro Reitor eleito da Universidade Federal do Pará. Fez parte de seu Programa de Gestão (1985-1989), a ampliação das atividades de ensino, pesquisa e extensão da UFPA para o interior do Estado. Este projeto de interiorização da UFPA serviu de modelo às demais universidades da região Norte e, sob sua liderança, foram realizados encontros e seminários, que resultaram na elaboração do I Projeto Norte de Interiorização (1986-1989), constituído pelo Projeto de Interiorização de cada uma das universidades da Amazônia. A diretriz prioritária desses projetos teve como eixos: (I) a formação e a capacitação de professores de 1º e 2º graus; (II) o resgate e a preservação do patrimônio artístico e cultural; e (III) a realização de pesquisas aplicadas à região.

A aprovação desse projeto de interiorização da UFPA pelos Conselhos Superiores possibilitou, inicialmente, a implantação de oito campi universitários em municípios considerados polos de desenvolvimento do Pará: Abaetetuba, Altamira, Bragança, Cametá, Castanhal, Marabá, Santarém e Soure. Em cada um deles foram implantados cinco cursos de Licenciatura Plena – Matemática, Letras, Geografia, História e Pedagogia –, todos iniciados em janeiro de 1987. Estabeleceu-se também que os campi teriam como abrangência os 143 municípios paraenses. Posteriormente, foi criado o Campus Universitário de Breves. Todos os campi da UFPA foram criados na expectativa de, no futuro, serem transformados em Universidades. Além disso, os cursos lá disponíveis inicialmente funcionaram no período intervalar, com os professores sendo deslocados do campus de Belém. Para conferir um caráter permanente às ações da UFPA em Santarém, no princípio da década de 1990, iniciou-se a implantação de cursos em caráter permanente, com corpo docente próprio.

No ano de 2000, foi elaborado um projeto de transformação do Campus Universitário da UFPA em Santarém no Centro Universitário Federal do Tapajós, como estratégia para criação da Universidade Federal do Tapajós.

Em 2006, o Senador Flexa Ribeiro (PA) apresentou um Projeto Legislativo no Senado Federal com o objetivo de criar duas universidades federais no Estado do Pará, sendo uma com sede em Santarém e outra com sede em Marabá.

No ano seguinte, durante a solenidade comemorativa dos 50 anos da UFPA, ocorrida no Teatro da Paz em Belém-Pará, em 2 de julho de 2007, o então reitor Alex Fiúza de Melo entregou ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, o projeto de criação e implantação da Universidade Federal do Oeste do Pará. Posteriormente, o Ministro da Educação e o Ministro do Planejamento, Paulo Bernardo da Silva, encaminharam a

Exposição de Motivos Interministerial nº 332/2007/MP/MEC ao Exmo. Senhor Presidente da República em 11 de dezembro de 2007. Isso possibilitou que, em fevereiro de 2008, o Projeto de Lei nº 2.879/2008, propondo a criação da Ufopa, fosse enviado ao Congresso Nacional.

A Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação (SESU/MEC) instituiu a Comissão de Implantação da Ufopa pela Portaria nº 410, de 3 de junho de 2011, para realizar estudos e atividades para o planejamento institucional, a organização da estrutura acadêmica e curricular, administração de pessoal, patrimônio, orçamento e finanças, visando atender aos objetivos previstos no Projeto de Lei nº 2.879/2008. O Ministro da Educação instalou a comissão e empossou o seu presidente, Prof. Dr. José Seixas Lourenço, no dia 4 de julho de 2008.

Nesta mesma data, foi instituído, também, um Conselho Consultivo, integrado pelo Governo do Estado do Pará (Vice-Governador, Secretaria de Estado de Desenvolvimento, Ciência e Tecnologia, Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará, Secretaria de Estado de Educação, Secretaria de Estado de Pesca e Aquicultura, Sistema Integrado de Defesa Social e Instituto de Desenvolvimento Florestal do Pará), SUDAM, Banco da Amazônia, UFPA, UFRA e Prefeitura Municipal de Santarém, que prestou primoroso apoio à Comissão de Implantação da Ufopa.

Durante todo o processo de implantação desta universidade, foi realizada uma ampla discussão com a comunidade acadêmica local e regional, com destaque para os Seminários realizados em Santarém, nos dias 14 e 15 de agosto de 2008, denominados “Pensando em uma Nova Universidade – modelos inovadores de formação de recursos humanos” e “Santarém: Polo de Conhecimento, catalisador do desenvolvimento regional”. Participaram desse Seminário Reitores e Dirigentes de várias instituições de ensino e pesquisa do país, dirigentes da SESU/MEC, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Ensino Superior (CAPES/MEC), do Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), da Academia Brasileira de Ciências (ABC), do Governo do Estado do Pará, da Prefeitura Municipal de Santarém, além de docentes, técnicos administrativos e discentes da UFPA.

Os resultados dessas discussões foram sintetizados no Projeto de Implantação (1ª Edição) da Universidade Federal da Integração Amazônica (UNIAM), entregue ao Ministro da Educação, Fernando Haddad, em junho de 2008, em Belém, Pará. Esse projeto, além de propor a mudança de nome da Universidade, apresentou uma arquitetura administrativa e

acadêmica inovadora, flexível, interdisciplinar, empreendedora e eficiente, integrando sociedade, natureza e desenvolvimento. Em 6 de novembro do ano posterior, foi publicada no DOU a Lei nº 12.085/2009, que criou a Ufopa, por desmembramento dos campi da UFPA e da UFRA/Polo Tapajós.

Já em 5 de dezembro de 2009, sob a presidência do Reitor da Universidade Federal do Pará, instituição tutora da Ufopa, foi instalado o Conselho Consultivo da Ufopa, com a finalidade de manter um canal de comunicação com a sociedade.

Em abril de 2010, a reitoria encaminhou ao MEC exposição de motivos e versão preliminar da proposta de Estatuto da Ufopa e designou uma comissão de elaboração desse documento legal, com a finalidade de promover ampla discussão da proposta na comunidade acadêmica, para posteriormente ser submetida e aprovada pelo Conselho Universitário Pro Tempore e encaminhada ao MEC para aprovação pelas instâncias competentes. Por fim, o Estatuto da Ufopa foi aprovado pelo Conselho Universitário da Ufopa, por meio da Resolução nº 16, de 21 de maio de 2013, e pelo MEC, por meio da Portaria nº 400, de 15 de agosto de 2013, expedida pela Secretaria de Regulamentação e Supervisão da Educação Superior (SERES).

2.6 Missão Institucional

Produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia.

2.7 Visão Institucional

Ser referência na produção e difusão do conhecimento científico, tecnológico e interdisciplinar para contribuir com o desenvolvimento regional sustentável por meio da formação de cidadãos.

2.8 Princípios Filosóficos

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional¹ (PDI 2019-2023, p.

¹ Documento disponível em:
<http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/proplan/documentos/2020/766ea1d5a36f6bde3acdc4b46199218e.pdf>

34-35) da Ufopa, são princípios filosóficos da instituição:

a) Responsabilidade social e pública. Orientada por valores alicerçados na democracia, justiça social, solidariedade e respeito à diversidade, a Ufopa deve formar e empreender esforços para desenvolver processos de atuação inclusivos que favoreçam o acesso de pessoas e grupos historicamente excluídos do ensino superior; pautar suas ações no respeito aos valores humanos e na preservação ambiental; defender a garantia da universidade pública e gratuita; e, dessa forma, contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento das populações amazônicas.

b) Pertinência e desenvolvimento humano sustentável. A Ufopa deve contribuir para a redução das desigualdades e o desenvolvimento integral da sociedade, buscando atender às necessidades da população em associação com as demais instâncias públicas e privadas nos projetos de maior interesse da sociedade, no que diz respeito a propiciar o desenvolvimento humano sustentável. Deve adotar critérios e práticas sustentáveis, visando à renovação e ao uso racional de recursos naturais, fortalecer capacidades para inovações que propiciem o uso sustentável da geodiversidade e da biodiversidade amazônicas, em consonância com o aprimoramento continuado dos serviços ofertados e da melhoria da qualidade de vida da sociedade.

c) Interculturalidade e inclusão. A Ufopa deve primar por uma política de ações afirmativas e inclusiva, objetivando a defesa dos direitos humanos e da igualdade étnico-racial, de promoção do direito à diversidade cultural, de busca da igualdade de gênero, de garantia dos direitos das pessoas com deficiência (PCDs), bem como de diminuição da desigualdade social e do combate a todo tipo de discriminação e preconceito. A valorização de qualquer ato ou expressão que configure respeito à diversidade deve ser um compromisso institucional que norteará todas as ações e práticas no ambiente acadêmico.

d) Relevância científica, artística e sociocultural. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão deve ser objeto de produção e socialização do conhecimento, na perspectiva de sua integração para valorização das manifestações científicas, artísticas e culturais, resguardada a pluralidade e a universalidade do conhecimento. A Ufopa deve desenvolver a capacidade de inovação contínua diante das transformações da sociedade e da ciência, exercitando a reflexão em face das novas demandas econômicas e sociais.

e) Interdisciplinaridade. A promoção do diálogo entre os diversos campos do saber que compõem a dinâmica da universidade, bem com a articulação na relação entre universidade e sociedade, constitui-se, assim, na superação da visão fragmentada do conhecimento e na constante troca de saberes científicos e tradicionais. Para isso, a Ufopa desenvolverá suas atividades de ensino, pesquisa e extensão com base em práticas pedagógicas integradoras, além da flexibilização curricular e da valorização e intercâmbio entre as diversas culturas, crenças e saberes.

f) Inovação. A inovação, presente em todas as áreas e segmentos da sociedade, é a mola propulsora que se situa na interface da relação entre a ciência, a tecnologia e o desenvolvimento. Na Ufopa, a inovação deve transversalizar todos os processos formativos, porque é complexa, interativa e compreendida como um dos importantes vetores do desenvolvimento humano sustentável.

g) Interatividade. A dimensão do desenvolvimento humano é integral e

global. Assim, a Ufopa deve manter-se em contínuo intercâmbio de conhecimento com a comunidade científica internacional, visando posicionar-se como protagonista na fronteira do conhecimento, como meio de aperfeiçoar a plena formação acadêmica. Neste particular, é crucial a criação de programas que potencializem a interatividade institucional, no sentido de priorizar a inserção de seus estudantes e servidores no cenário de excelência acadêmica, inclusive internacional. A Ufopa deve garantir a formação linguística equivalente à necessidade de consolidação do acervo de experiências permutadas com estudantes de outras nações, ao se traduzirem em valorização de sua prática profissional futura.

2.9 Corpo Docente e Técnico Administrativo da Universidade Federal do Oeste do Pará

De acordo o Relatório do Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos, no primeiro semestre de 2019, a Ufopa tinha em seu quadro de servidores, 487 professores, sendo 301 doutores, 177 mestres e 9 especialistas. Já o número de técnicos correspondia a 604, sendo 5 doutores, 74 mestres, 260 especialistas, 178 graduados, 10 com ensino médio concluído, 15 que possuem nível técnico e 10 com ensino fundamental completo, incompleto e alfabetizados.

2.10 Estrutura Acadêmica da Universidade Federal do Oeste do Pará

A Ufopa é uma instituição multicampi presente nas cidades de Alenquer, Itaituba, Juruti, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná e Santarém. Coerente com o modelo acadêmico implantado na Ufopa, sua estrutura acadêmica está assim constituída:

1. Centro de Formação Interdisciplinar (CFI) - Unidade responsável pela oferta de componentes de formação interdisciplinar.

2. Instituto de Ciências de Educação (ICED) - Mantém os seguintes programas: Ciências Humanas, com o curso de Licenciatura Integrada em História e Geografia, Licenciatura em História e Bacharelado e Licenciatura em Geografia; Ciências Exatas, com o curso de Licenciatura Integrada em Matemática e Física, Licenciatura em Informática Educacional, Licenciatura em Física, Licenciatura em Matemática; Ciências Naturais, com o curso de Licenciatura Integrada em Biologia e Química, Licenciatura em Biologia e Licenciatura em Química; Letras, com o curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e Licenciatura em Letras – Língua Portuguesa; e Educação, com o curso de Licenciatura em Pedagogia. Sob a administração do ICED também estão os cursos do Plano Nacional de Professores da Educação Básica (PARFOR), na modalidade presencial, de Licenciatura em Pedagogia

(Óbidos e Oriximiná) e Licenciatura Integrada em Matemática e Física (Oriximiná).

3. Instituto de Biodiversidade e Florestas (IBEF) - Mantém os Programas de Bacharelado Interdisciplinar em Ciências Agrárias (Bacharelados Profissionais em Engenharia Florestal, Agronomia, Zootecnia e Biotecnologia).

4. Instituto de Ciências da Sociedade (ICS) - Mantém os Programas de Ciências Jurídicas, com Bacharelado em Direito; Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, com Bacharelado em Ciências Econômicas e Bacharelado em Gestão Pública e Desenvolvimento Regional; Programa de Antropologia e Arqueologia, com Bacharelado em Antropologia e Bacharelado em Arqueologia.

5. Instituto de Engenharia e Geociências (IEG) - Mantém os seguintes Programas: Programa Ciências da Terra, com o Bacharelado Interdisciplinar em Ciências da Terra, no primeiro ciclo de formação, e três Bacharelados Profissionais: Geologia, Geofísica e Ciências Atmosféricas, no segundo ciclo; Programa Ciência e Tecnologia, o primeiro ciclo com o Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia, e no segundo o Bacharelado Profissional em Engenharia Física.

6. Instituto de Saúde Coletiva (ISCO) - Oferece os cursos de Farmácia e Bacharelado Interdisciplinar em Saúde Coletiva.

7. Instituto de Ciências e Tecnologia das Águas (ICTA) - Curso de Bacharelado Interdisciplinar em Ciência e Tecnologia das Águas; Curso de Bacharelado em Biologia; Curso de Bacharelado em Engenharia de Pesca; Curso de Bacharelado em Gestão Ambiental; e Curso de Bacharelado em Engenharia Sanitária e Ambiental.

O curso de Licenciatura em Letras: Português/Inglês está vinculado ao Instituto de Ciências da Educação. Assim, faz-se necessário compreender a estrutura acadêmica, as finalidades e os princípios dessa unidade acadêmica.

2.11 Instituto de Ciências da Educação

O Instituto de Ciências da Educação da Ufopa se constitui como unidade acadêmica de formação docente em educação superior (graduação e pós-graduação), na área do conhecimento das Ciências da Educação, sendo disciplinado pelas normas internas da Ufopa, bem como pela legislação federal referente à formação docente. O ICED é constituído pelos seguintes programas: Ciências Naturais, Ciências Humanas, Letras, Ciências Exatas e Educação.

Além disso, no Instituto há programas de pós-graduação lato sensu e programas de pós-graduação stricto sensu. O Instituto já ofertou cursos de especialização em Gestão Escolar, em Educação Infantil e aperfeiçoamento chamado “A escola e a cidade: políticas públicas educacionais”, curso de aperfeiçoamento “Programa Nacional de Capacitação dos Conselheiros Municipais de Educação” e curso de especialização em “Literatura Comparada”. Atualmente, Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional, Mestrado Acadêmico em Educação, Mestrado Profissional em Letras (Profletras), Mestrado Profissional em Ensino de Física (MNPEF), Mestrado em Educação e Mestrado em Letras.

2.11.1 Finalidades

O ICED é uma unidade interdisciplinar, com autonomia acadêmica e administrativa, que tem como finalidade a formação e a qualificação de profissionais da educação comprometidos com o desenvolvimento e com a construção de uma sociedade justa, democrática, solidária e pluralista, por meio de cursos regulares, intervalares e de educação à distância, de graduação e de pós-graduação, observando a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão. O Instituto tem como objetivo formar educadores comprometidos com a transformação social da Amazônia e do Brasil, para atuar na educação básica e educação superior, quer no espaço escolar ou em outros espaços sociais nos quais a atuação desse profissional se fizer necessária, sempre numa perspectiva de promover o ensino crítico e reflexivo, que instrumentaliza o indivíduo a intervir na sociedade, tendo em vista a sua transformação e a construção da cidadania.

2.11.2 Princípios

- Ser referência em âmbito nacional, regional e local referente à formação docente;
- Defesa da educação pública gratuita para todos e com qualidade social;
- Autonomia universitária;
- Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão;
- Formação de profissionais da educação pautada no compromisso com a valorização do trabalho docente e na construção de práticas educacionais inovadoras com vistas à transformação social;
- Afirmação e ampliação da democracia como referência para a gestão institucional;

- Compromisso social com grupos organizados em torno de lutas em favor da dignidade humana, da liberdade, da solidariedade, da justiça social e da preservação e desenvolvimento da Amazônia;
- Compromisso com a inclusão social e educacional dos sujeitos historicamente excluídos;
- Reconhecimento da pluralidade e das diferenças como elementos construtivos das relações acadêmicas, políticas e sociais.

PARTE II: INFORMAÇÕES DO CURSO

1 DADOS GERAIS DO CURSO

Alunos de Processo Seletivo Regular

ENDEREÇO DE OFERTA DO CURSO					
Av. Marechal Rondon, s/n – Bairro Caranazal					
NOMINAÇÃO DO CURSO:	Licenciatura em Letras - Português e Inglês				
MODALIDADE:	Presencial				
TURNO DE FUNCIONAMENTO: (oferecimento)	Integral	Matutino	Vespertino	Noturno	Totais
NÚMERO DE VAGAS ANUAIS:		X	X	X	50
REGIME DE	Semestral				
DURAÇÃO DO CURSO	Carga Horária	Tempo Mínimo		Tempo Máximo	
Português	3600	9 semestres		13 semestres	
Inglês	3600	9 semestres		13 semestres	

Alunos de Processo Seletivo Especial Quilombola

DURAÇÃO DO CURSO	Carga Horária	Tempo Mínimo	Tempo Máximo
PSEQ Português	3600	9 semestres	15 semestres
PSEQ Inglês	3600	9 semestres	15 semestres

Alunos de Processo Seletivo Especial Indígena

DURAÇÃO DO CURSO	Carga Horária	Tempo Mínimo	Tempo Máximo
PSEI Português	3600 + FBI	11 semestres	15 semestres
PSEI Inglês	3600 + FBI	11 semestres	15 semestres

Os alunos da Formação Básica Indígena (FBI) terão a formação no turno diurno, e, no ano subsequente ao ingresso, serão matriculados no turno ofertado para o ano seguinte, com tempo máximo de duração de curso acrescido de 2 semestres.

2 JUSTIFICATIVA

A reformulação do Projeto Político Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês foi construída a partir de um conjunto de exigências sócio-educacionais, do qual destacamos:

a) **A necessidade de adequação do Projeto do Curso, em variados níveis, ao que determina a Resolução Nº 2 do CNE/CP**, de 1 julho de 2015, que institui as *“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial e Continuada em Nível Superior de Profissionais do Magistério para a Educação Básica, definindo princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam”* (p. 2- 3). Dentre os aspectos contidos no referido documento e que tomamos como indispensáveis na (re)construção deste projeto estão: **I)** a articulação constante e crescente entre teoria e prática no processo de formação; **II)** a inclusão de temáticas, componentes e competências indispensáveis para o processo educativo e para o(a) profissional da Educação Básica. A fim de articular a teoria e a prática de forma mais contínua, já nas primeiras etapas da formação inserimos a chamada “prática integradora”, na qual o futuro professor terá a oportunidade de iniciar e desenvolver atividades de ensino, pesquisa e extensão relacionadas aos componentes curriculares dos períodos curriculares e vinculadas à área específica de atuação. Esperamos, com isso, assegurar que o Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês se caracterize por encaminhar, desde o primeiro período curricular, uma formação inicial baseada “no domínio dos conhecimentos científicos e didáticos, contemplando a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão” e realizada em “espaços formativos” (sobretudo nas instituições de Educação Básica) que possibilitarão o desenvolvimento de práticas educativas em “níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação”, conforme estabelece a Resolução nº 2/2015. Além da necessidade da reestruturação curricular e de uma articulação mais concreta e funcional entre a “teoria” e “prática” durante a formação inicial, a reformulação do projeto justifica-se, também, pela necessidade política e pedagógica de inclusão de temáticas, componentes e modalidades indispensáveis para a formação de um professor crítico e preparado para debater e intervir em questões sociais, socioambientais, políticas e educacionais incontornáveis em nosso tempo. Dentre as questões temáticas destacamos as que possam *“contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico-raciais,*

econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais” [...], como também as que encaminhem nossos estudantes egressos para uma “*consciência da diversidade e do respeito às diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual*” (p. 08). Como será possível perceber posteriormente, algumas dessas temáticas transformaram-se em componentes curriculares (Educação e Direitos Humanos, para citar apenas um exemplo) ou foram inseridas nas ementas dos componentes já existentes.

b) **A adequação curricular do curso ao que é estabelecido pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC)** finalizada em 2018, uma vez que a Lei no 9.394/96 da Lei de Diretrizes e Bases no seu parágrafo 8º do seu Art. 62 determina que “os currículos de formação de docentes terão por referência a Base Nacional Comum Curricular”. Buscando formar um licenciando capaz de compreender e desenvolver competências e habilidades específicas propostas por tal diretriz, o currículo traz componentes curriculares que trabalham com Texto e Discurso; aspectos sociocognitivos e metacognitivos da leitura e da escrita; Tecnologias da Informação e da Comunicação; bem como a reflexão sobre o ensino e aprendizagem do inglês sob o ponto de vista da interculturalidade, do multiculturalismo e da multimodalidade textual. Dessa maneira, esperamos que haja também no curso aqui proposto uma educação “integral” (p. 14) que possa se fazer presente na Educação Básica.

c) **A vinculação do Curso de Letras ao contexto e à problemática regional que envolve a formação docente**, pois, também de acordo com a citada resolução nº 2/2015, é fundamental estabelecer uma “*articulação com o contexto educacional, em suas dimensões sociais, culturais, econômicas e tecnológicas*” (p. 9). Na “articulação” do curso ao contexto educacional, é preciso ressaltar que a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) está localizada em um complexo território socioeconômico, cultural e geográfico, extensivo a toda a região norte do Brasil. Não são poucos os desafios em todas essas dimensões, que vão desde as condições de acesso (veja, por exemplo, a situação ainda hoje precária da BR 163, que liga Santarém-PA às cidades do centro-oeste brasileiro) até a obtenção de renda familiar digna ante a necessidade de aquiescência a políticas de preservação. Esses desafios se multiplicam, sobretudo, porque têm sérias implicações na educação da população nortista, que também precisa acompanhar e interagir com transformações vivenciadas em outras regiões do país, no contexto latino-americano e no planeta. Algumas dessas mudanças em andamento – expansão do agronegócio, construção de grandes projetos de “desenvolvimento” (hidrelétricas), desmatamento – interferem diretamente no cenário

ambiental da região e têm provocado conflitos sociais, culturais e econômicos dos mais diversos, sobretudo os que ameaçam as comunidades tradicionais e a biodiversidade. Compreendemos que as instituições educacionais de Ensino Superior, como a UFOPA, são espaços políticos importantes para mediação e compreensão desses conflitos, bem como para garantia dos direitos da população regional. Também neste aspecto, a nova estrutura curricular do Curso acrescenta à formação profissional componentes e conteúdos que estão diretamente ligados à realidade sociocultural da nossa região: é caso, por exemplo, o componente “Línguas e Culturas indígenas Brasileira”.

d) **A indispensável formação de docentes proficientes em língua inglesa**, visto que há muito tempo que a língua inglesa assumiu o papel de língua franca na comunicação entre povos de diferentes partes do globo. Os avanços científicos e tecnológicos, por exemplo, independentemente da língua oficial dos países onde ocorrem, são normalmente compartilhados em inglês, mesmo que, em alguns casos, sejam também veiculados em outros idiomas. Assim, a apropriação desse idioma também em nossa região torna-se uma necessidade educacional, mas também socioeconômica. A BNCC considera o caráter formativo da aprendizagem do inglês no sentido de que “o estudo da língua inglesa pode possibilitar a todos o acesso aos saberes linguísticos necessários para engajamento e participação, contribuindo para o agenciamento crítico dos estudantes e para o exercício da cidadania ativa, além de ampliar as possibilidades de interação e mobilidade, abrindo novos percursos de construção de conhecimentos e de continuidade nos estudos” (p. 241). Entendemos que para esse caráter formativo estar presente na Educação Básica, ele também precisa estar no currículo de um curso de licenciatura, buscando articular teoria e prática, atividades extensionistas e toda a experiência já trazida pelo licenciando.

e) Com relação à língua portuguesa, existe **também a premente necessidade de aprimoramento da competência comunicativa dos nossos estudantes dos Níveis Fundamental e Médio**. No Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2017), o Estado do Pará apresentou resultados preocupantes em relação ao ensino de Português e outras disciplinas. Os resultados do Estado foram os seguintes: o 5º e 9º anos do Ensino Fundamental receberam, respectivamente, as seguintes notas: 4,7 e 3,8. A 3ª série do Ensino Médio ficou com nota 3,1. Notamos ainda que apenas no Ensino Fundamental I o estado atinge a meta de aprendizagem projetada (4.4). No entanto, mesmo alcançando a meta estadual para esta etapa de ensino, a nota atingida está ainda distante da meta estabelecida para a Federação: 5.5. Em relação ao Ensino Médio, o quadro torna-se ainda mais

preocupante quando os dados colocam o Pará em último na Região Norte e em penúltimo entre todos os estados avaliados². Essa situação problemática aumenta a responsabilidade da Ufopa, sobretudo em relação à formação dos professores para a Educação Básica e, em especial, dos professores das línguas portuguesa e inglesa e suas literaturas, atores importantes não apenas para a melhoria dos índices educacionais do estado no âmbito nacional, como também para garantir uma educação crítica que forme estudantes capazes de utilizar diferentes linguagens e interagir com distintas formulações discursivas em contextos sociais e culturais diversos. Pensando nessas competências, na estruturação curricular alguns componentes da área de Língua Portuguesa foram atualizados e/ou direcionados para a formação docente. É preciso salientar que o Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, oferecido pelo Programa de Letras do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da UFOPA, foi criado em 2011 em resposta à urgente necessidade de formação de profissionais qualificados na área. O objetivo precípuo do curso, como já foi aqui destacado, é habilitar professores de Português e de Inglês para atuarem na Educação Básica das redes pública e particular de ensino da região Oeste do Pará, seja como docentes ou gestores. Além disso, é indispensável primar, também, pela produção do conhecimento norteada por princípios científicos e práticos que fortaleçam a universidade como *locus* da formação profissional, da educação continuada, da não fragmentação da formação e da integração das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse aspecto, é preciso pautar sempre pela conexão entre essas três atividades visando à construção de uma identidade de profissional que incorpore o exercício sistemático de reflexão sobre a prática, tendo no horizonte o contexto de atuação profissional que promova empoderamento dos cidadãos e cidadãs amazônidas.

f) **A importância das diferentes modalidades e especificidades da Educação Básica**, uma vez que nossa proposta de Curso de Letras não desconsidera a função social da Universidade para a formação de professores que possam atuar em diferentes situações culturais e desenvolver atividades que respeitem e afirmem as diferenças étnicas e raciais. É dessa maneira que encaramos, por exemplo, uma particularidade do contexto sociocultural desta região: a Educação Escolar Indígena e a Quilombola. Como bem determina a Resolução CNE/CP 2/2015 os professores das escolas indígenas (sendo indígenas ou não), quilombolas e da educação escolar do campo devem tanto “*promover diálogo entre a comunidade junto*

² É o que informa a reportagem “Ensino Médio paraense é o pior do Norte e o penúltimo do Brasil”. Disponível em: <http://m.diarioonline.com.br/noticias/para/noticia-537011-ensino-medio-paraense-e-o-pior-do-norte-e-o-penultimo-do-brasil.html>. Data de acesso: 18/ mai/2019.

a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local”; quanto “*atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes*” (p. 8). É para atender a esta demanda educacional que também justificamos esta reformulação do Projeto Pedagógico do Curso de Letras da UFOPA, uma vez que, além de prepararmos profissionais para atuarem em contextos culturais diversos (em comunidade quilombolas, indígenas, ribeirinhas), com especificidades históricas que precisam ser consideradas, também estamos preparando os próprios indígenas e quilombolas para atuarem na Educação Básica e/ ou nas escolas de sua comunidade. Isso hoje é possível porque a UFOPA implementou os chamados Processos Seletivos Especiais, que se tratam de uma Política de Ação Afirmativa que reserva vaga para indígenas e quilombolas nos cursos de graduação da instituição. Tornar o Curso de Letras mais academicamente inclusivo e garantir que os estudantes beneficiários das ações afirmativas permaneçam na universidade são alguns dos objetivos que procuramos aqui institucionalizar e que também amparam esta atualização da formação. Além da manutenção do componente “Educação e Relações Étnico-Raciais” e da inclusão de componente específico para tratar da língua e produção literária dos povos indígenas, essa presença das Ações Afirmativas nesta reformulação do Projeto do Curso pode ainda ser visualizada nos projetos de ensino e extensão, e, sobretudo, na (re)estruturação de um percurso acadêmico que ofereça aos estudantes indígenas um tempo maior para integralização do curso. É válido destacar também que nesta reformulação **incorporamos a chamada Formação Básica Indígena (FBI)** como parte fundamental da nossa estrutura curricular.

Em suma, justificam esta proposta de reformulação do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês: **as necessidades de atendimento, em vários níveis, da Resolução N° 2/2015; a necessidade de adequação à BNCC; de revisão da estrutura curricular para inclusão de questões e temas contemporâneos e atualização dos componentes; de incorporação da Política de Ações Afirmativas da UFOPA dentro do projeto curso, além de uma (re)avaliação pedagógica que considere nossos problemas educacionais, os desafios, e as vantagens do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês.**

3 CONCEPÇÃO DO CURSO

No ano de 2009, o projeto de implantação da UFOPA – que incorporaria os campi de Santarém, Itaituba e Oriximiná da UFPA, assim como o campus de Santarém da UFRA – previa a criação de licenciaturas integradas, dentre as quais, a Licenciatura em Português e Inglês. Desde 2011 o curso é oferecido na UFOPA para os alunos regulares e de 2010 a 2018 foi ofertado no âmbito do PARFOR. Em Santarém, atualmente o curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês apresenta um total de 316 alunos com matrículas ativas.

Assim, o curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês busca responder à demanda local e regional de formar professores qualificados, em nível de graduação, competentes, habilitados e comprometidos com o desenvolvimento das suas atividades profissionais em conformidade com as demandas sociorregionais, atendendo às diretrizes e bases da legislação vigente no Brasil.

A Universidade “deve ser um espaço de cultura e de imaginação criativa, capaz de intervir na sociedade, transformando-a em termos éticos. A área de Letras, abrigada nas Ciências Humanas, põe em relevo a relação dialética entre o pragmatismo da sociedade moderna e o cultivo dos valores humanistas” (Parecer CNE/CES 492/2001, p. 29). Para isso, o percurso de formação prevê a adoção de práticas integradoras que levem em conta a interdisciplinaridade, procurando a não fragmentação na produção do conhecimento. De acordo com LÜCK (2013), a interdisciplinaridade

[...] no contexto da sala de aula, implica vivência do espírito de parceria, de integração entre teoria e prática, conteúdo e realidade, objetividade e subjetividade, ensino e avaliação, meios e fins, tempo e espaço, professor e aluno, reflexão e ação, dentre muitos dos múltiplos fatores interagentes do processo pedagógico (LÜCK, 2013, p. 39).

A interdisciplinaridade deve ser promovida por meio de metodologias variadas que “[...] admitindo a diversidade de meios, promovam a integração com a pesquisa e a extensão, reconhecendo a articulação entre teoria e prática como elemento indissociável do processo de ensino-aprendizagem, na perspectiva da relação entre professor, aluno, sociedade e conhecimento” (RESOLUÇÃO Nº 331/2020, Art. 7º).

A formação em Licenciatura em Letras – Português e Inglês pensa um profissional apto a atuar em uma escola de Educação Básica que “é o espaço em que se

ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País” (Resolução CNE/CEB 4/2010).

Buscando também essa ressignificação dentro do espaço universitário, o curso é o local de início da constituição de um professor, constituição essa que se dá de maneira continuada. Por esse motivo, é essencial a integração universidade-Educação Básica para além dos estágios curriculares já previstos pela legislação. E, para que isso seja possível, diversos são os projetos de extensão em vigência que trazem a possibilidade do contato do licenciando com as escolas de Santarém, bem como são pensados e realizados eventos que propiciem reflexões e trocas de experiências entre alunos e professores/gestores da educação básica.

A estrutura curricular do curso tem a docência como base, mas abrange a gestão educacional e outras possibilidades de atuação. A pesquisa em educação e o trabalho docente são orientadores para a formação pensada. Desse modo, o Colegiado do Curso, por meio do seu Núcleo Docente Estruturante - NDE -, preocupa-se em garantir as condições não só para a aquisição de conhecimentos e saberes originários da cultura e da produção científica e tecnológica como também para a construção de novos conhecimentos, saberes e vivências que habilitem este profissional, de maneira que ele possa articular teoria e prática, refletindo sobre diversidade e diferença nos diferentes contextos sociais e educacionais.

Na estruturação do percurso formativo inicial, a Resolução CNE/CP 2/2015 estabelece 3 (três) núcleos complementares que devem constituir o currículo dos cursos de formação dos profissionais da Educação Básica: I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais; II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos; III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular. Posteriormente, na organização curricular, tais núcleos serão detalhados. No entanto, já deixamos claro que tal divisão se dá por razões metodológicas, uma vez que não há como não haver uma relação intrínseca entre conhecimento específico e conhecimento pedagógico na própria definição dos núcleos (Resolução CNE/CP 2/2015, p. 10) e nos conteúdos dos componentes que fazem parte da matriz curricular do curso.

A flexibilidade curricular exigida pelo Parecer CNE/CES 492/2001 é garantida por meio da existência de componentes curriculares optativos; a realização das práticas de

natureza integradora; cumprimento, pelos alunos, de atividades complementares e participação em diversificadas atividades de extensão, que possibilitam “a consciência da diversidade / heterogeneidade do conhecimento do aluno, tanto no que se refere à sua formação anterior, quanto aos interesses e expectativas em relação ao curso e ao futuro exercício da profissão” (p. 29). A carga horária destinada à extensão se materializa na participação dos alunos nos vários projetos de extensão aprovados pelo colegiado e cadastrados na Pró-Reitoria de Cultura, Comunidade e Extensão, além das várias ações extensionistas que são realizadas anualmente ao longo do percurso acadêmico.

O percurso acadêmico prevê a Formação Básica Indígena – FBI, materializada no Ciclo Básico Indígena (02 semestres iniciais de nivelamento), para alunos que ingressaram por meio do Processo Seletivo Especial Indígena – PSEI. Com a Formação Básica Indígena, os ingressantes por meio do PSEI cumprem 02 (dois) semestres a mais de curso.

Considerando, ainda, as particularidades dos ingressantes por meio dos Processos Seletivos Especiais Indígenas e Quilombolas – PSEI e PSEQ, tais alunos possuem maior prazo para a integralização do curso. As Políticas de Ações Afirmativas da Ufopa preveem, para além do ingresso na Universidade, ações para a permanência estudantil, que incluem, por exemplo, auxílio financeiro e a existência de uma Comissão Setorial de Acompanhamento das Ações Afirmativas.

Assim, foi pensado o curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês levando em conta “o currículo como o conjunto de valores propícios à produção e à socialização de significados no espaço social e que contribui para a construção da identidade sociocultural do educando, dos direitos e deveres do cidadão, do respeito ao bem comum e à democracia, às práticas educativas formais e não formais e à orientação para o trabalho” (Resolução CNE/CP 2/2015, p. 2).

3.1 Número de Vagas

Segundo prevê o inciso IV do Art. 117 do Regimento Geral da Ufopa, cabe ao coordenador de curso “propor ao Colegiado do Curso o número de vagas a ser oferecido nos processos seletivos de ingresso de acordo com a portaria de criação do curso”. Diante dessa previsão legal, anualmente a Coordenação de Letras encaminha à Secretaria Executiva do Iced a indicação do total de 50 (cinquenta) vagas para ingressantes pelos processos seletivos

modalidade presencial, regular e permanente.. Este quantitativo se fundamenta, como exigido pelo Regimento Geral da Ufopa, na Portaria n. 136 de nove de maio de 2016, de reconhecimento do curso, com registro no e-MEC nº 201307362, e na Portaria nº. 921, de 27 de dezembro de 2018, que renova o reconhecimento do curso, registrada no e-MEC sob o número 201833114.

Corroborando, ainda, esse quantitativo de vagas o número adequado de professores do curso, que ainda conta, eventualmente, com docentes do curso de Pedagogia e do CFI, e a estrutura física das seis salas de aula localizadas no primeiro, segundo e terceiro andar do Prédio H do Instituto de Ciências da Educação, que são projetadas para tal capacidade, com atenção à dimensão, mobiliário, acústica, ventilação, iluminação, acessibilidade, conexão à internet.

4 OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Objetivo Geral

O objetivo do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês da Ufopa é formar profissionais que tenham domínio das línguas e literaturas estudadas que possam trabalhar efetivamente nas diversas áreas em que houver a possibilidade de atuação de um profissional da área de Letras, tendo como foco principal do curso a formação de professores para o pleno exercício de suas atividades docentes ante os desafios das constantes mudanças sociais, capitalizando práticas reflexivas e investigativas e instigando-os à autonomia e à educação continuada, além de oferecer à região oeste do Pará maiores condições para formação e aprimoramento do profissional de Letras capaz de articular aos conhecimentos específicos de sua área a dimensão de um saber mais pedagógico de gestão e organização educacional, lidando com as linguagens, especialmente a verbal, nos contextos oral e escrito, a partir da realidade sociocultural, calcado na compreensão da dinâmica da vida social. Os objetivos do curso estão intimamente ligados aos objetivos da instituição, de “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia” (Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016).

4.2 Objetivos Específicos

- Formar professores e gestores que mantenham como base para seu desempenho

pedagógico conhecimentos educacionais e linguísticos atualizados;

- Formar professores de língua capazes de refletir autonomamente sobre fatos de estrutura e funcionamento da língua em suas múltiplas variedades, participando ativamente no processo de geração e disseminação de conhecimento;

- Formar professores para o ensino de literatura que percebam a importância da literatura como forma de expressão da experiência humana;

- Formar professores que contribuam para a conscientização e a humanização, despertando e aprimorando a percepção estética;

- Preparar profissionais para a atuação no magistério de Educação Básica, no Ensino Fundamental II e Médio, capazes de perceber possibilidades de interdisciplinaridade e transversalidades;

- Desenvolver e fomentar a pesquisa na área de Letras;

- Problematizar a inserção das novas tecnologias como ferramenta pedagógica para o Ensino de Línguas;

- Instrumentalizar os egressos para a melhoria do ensino e da pesquisa em Letras, a partir do domínio de diversos métodos e técnicas pedagógicas adequados aos diversos níveis de ensino.

5 FORMAS DE INGRESSO NO CURSO

O Regimento de Graduação da Ufopa, aprovado pela Resolução nº 331 de 28 de setembro de 2020 – Consepe/Ufopa, estabelece que as formas de ingresso nos cursos de graduação da Ufopa são mediante Processo Seletivo Regular; Processo Seletivo Especial; Progressão Acadêmica; Transferência *ex officio*; Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin); Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex); Programas Governamentais Específicos e outras formas de ingresso, desde que aprovadas pelo Consepe.

No Processo Seletivo Regular, a Ufopa utiliza, como instrumento de classificação, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e também atende ao que é determinado pela Lei nº 12.711 de 29 de agosto de 2012, que dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências, a Lei de Cotas. Outra importante modalidade de ingresso da Ufopa, que reafirma o compromisso da instituição com as populações tradicionais e povos da Amazônia, é o Processo Seletivo Especial. O Processo Seletivo Especial ocorre em duas versões, um

destinado a candidatos indígenas - Processo Seletivo Especial Indígena (PSEI), e o outro, a candidatos quilombolas - Processo Seletivo Especial Quilombola (PSEQ). Ambos são regidos por editais próprios, sendo que o PSEI possui duas fases (prova de redação e entrevista) e o PSEQ possui uma fase (prova escrita de conteúdo específico).

Aos acadêmicos que têm interesse em transferir-se para outro curso, a Ufopa realiza a Mobilidade Acadêmica Interna (Mobin), com período determinado pelo calendário acadêmico e adota como critério de classificação no processo de seleção o Índice de Rendimento Acadêmico (IRA). No caso de não preenchimento das vagas nas Subunidades Acadêmicas, poderão ser ofertadas vagas para a Mobilidade Acadêmica Externa (Mobex), destinada a candidatos: portadores de diploma de curso de graduação de instituição de ensino superior autorizado e reconhecido pelo MEC ou do exterior, desde que devidamente revalidado por instituição de ensino superior autorizada no Brasil; vinculados a curso de graduação de outra instituição de ensino superior autorizado e reconhecido pelo MEC, desde que tenha integralizado no mínimo um ano letivo; e discentes de curso de graduação no exterior, devidamente regularizado no país de origem, desde que tenha integralizado no mínimo um ano letivo.

O ingresso por transferência *ex officio* é regido por legislação específica para este fim, já as demais modalidades de ingresso acima citadas são regulamentadas por edital específico.

6. PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

De acordo com as Diretrizes Curriculares para o curso de Letras - Parecer CNE/CES 492/2001, o egresso do curso

Deve ser capaz de refletir teoricamente sobre a linguagem, de fazer uso de novas tecnologias e de compreender sua formação profissional como processo contínuo, autônomo e permanente. A pesquisa e a extensão, além do ensino, devem articular-se neste processo. O profissional deve, ainda, ter capacidade de reflexão crítica sobre temas e questões relativas aos conhecimentos linguísticos e literários (p. 30).

De acordo com Parecer CNE/CES 492/2001, um curso de Letras também deve formar profissionais que demandem o domínio da língua estudada e suas culturas para atuar como “pesquisadores, críticos literários, tradutores, intérpretes, revisores de textos,

roteiristas, secretários, assessores culturais, entre outras atividades” (p. 30). Acreditamos que o percurso curricular proposto traz uma base para que também essas outras atividades possam ser executadas pelos alunos egressos de maneira a seguir os princípios da Ufopa da “diversidade cultural, étnica, do pluralismo de ideias e concepções acadêmico-científicas” buscando “universalidade do conhecimento, do fomento à interdisciplinaridade e da valorização das práticas regionais” (Resolução nº 16, de 21 de maio de 2013 – Estatuto da Ufopa, p. 5).

Em conformidade com a Resolução CNE/CP 2/2015, o licenciado no Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará é profissional atuante no ensino com postura ética, autonomia intelectual, responsabilidade social, formulando e implementando métodos e técnicas pedagógicas que possibilitem a adequação dos conteúdos para os diferentes níveis de ensino, com capacidade de refletir e analisar criticamente as diferentes teorias que fundamentam a investigação sobre língua e literatura e com capacidade de promover integração entre teoria e prática, bem como apresenta consciência do seu papel de formador, entendendo sua função pedagógica como demonstração de competência técnica e como ação na prática do exercício constante da educação para cidadania, sabendo lidar com as diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, com as questões da educação especial e os direitos educacionais de jovens e adolescentes.

O perfil profissional do egresso da Licenciatura em Letras, conforme previsto pela Resolução CNE/CP 2/2015, contempla a formação docente e a gestão educacional permeada por princípios da ética, da humanização, do diálogo, da problematização, bem como a compreensão da diversidade/diferença, da igualdade/equidade com o compromisso de garantir às novas gerações o que há de melhor na produção acadêmica e cultural produzida pela sociedade. Esperamos que, com a vivência formativa e o envolvimento nas várias dimensões que compõem o seu percurso formativo, o licenciado em Letras realize-se como um profissional que atue, nas diferentes modalidades da educação básica, com ética e compromisso, lutando por uma sociedade justa, equânime e igualitária.

Ademais, ao licenciado caberá – com postura crítica e autonomia intelectual – saber problematizar os processos de significação da própria área do conhecimento, bem como criar mecanismos de diálogo com as diferentes áreas, a fim de promover uma análise interdisciplinar. Na docência também se exige interação com a sociedade em toda a sua estrutura organizacional. Desse modo, o licenciado em Letras deverá estar apto a

desenvolver, juntamente com seus interlocutores, uma interpretação crítica da realidade, de modo a construir conhecimentos que contribuam na formação crítica no processo de ensino e aprendizagem.

É necessário levarmos também em conta que o perfil do egresso não é mera lista de conhecimentos pré-definidos que precisam ser adquiridos. Trata-se de fomentar uma instrumentação intelectual adequada para pensar o professor também como pesquisador, ambas aqui vistas como indissociáveis, uma vez que se considera que o curso possibilita uma formação teórica e prática plural e aprofundada, ou seja, elaborada, pensada e experimentada.

Desse modo, o profissional egresso do curso de Licenciatura em Letras - Inglês e Português deverá estar apto ao exercício do ensino de Inglês e/ou Português, bem como suas respectivas literaturas na Educação Básica.

O curso deve, portanto, ser capaz de conseguir fomentar simultaneamente as competências relacionadas às áreas de Letras, bem como articular práticas e procedimentos para a pesquisa, o ensino e a difusão do conhecimento pertinente à formação de professores.

6.1 Competências e Habilidades

As competências e habilidades a serem desenvolvidas estão baseadas nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso - Parecer CNE/CES 492/2001 reformuladas pela Resolução CNE/CP 2/2015, segundo a qual o(a) egresso(a) do Curso de Letras (formação inicial e continuada) deverá possuir um repertório de informações e habilidades composto pela pluralidade de conhecimentos teóricos e práticos, resultado do projeto pedagógico e do percurso formativo vivenciado, cuja consolidação virá do seu exercício profissional, fundamentado em princípios de interdisciplinaridade, contextualização, democratização, pertinência e relevância social, ética e sensibilidade afetiva e estética, de modo a lhe permitir, segundo o Art. 7º e seus incisos:

- I - o conhecimento da instituição educativa como organização complexa na função de promover a educação para e na cidadania;
 - II - a pesquisa, a análise e a aplicação dos resultados de investigações de interesse da área educacional e específica;
 - III - a atuação profissional no ensino, na gestão de processos educativos e na organização e gestão de instituições de educação básica.
- Parágrafo único. O PPC, em articulação com o PPI e o PDI, deve abranger diferentes características e dimensões da iniciação à docência, entre as quais:

- I - estudo do contexto educacional, envolvendo ações nos diferentes espaços escolares, como salas de aula, laboratórios, bibliotecas, espaços recreativos e desportivos, ateliês, secretarias;
- II - desenvolvimento de ações que valorizem o trabalho coletivo, interdisciplinar e com intencionalidade pedagógica clara para o ensino e o processo de ensino aprendizagem;
- III - planejamento e execução de atividades nos espaços formativos (instituições de educação básica e de educação superior, agregando outros ambientes culturais, científicos e tecnológicos, físicos e virtuais que ampliem as oportunidades de construção de conhecimento), desenvolvidas em níveis crescentes de complexidade em direção à autonomia do estudante em formação;
- IV - participação nas atividades de planejamento e no projeto pedagógico da escola, bem como participação nas reuniões pedagógicas e órgãos colegiados;
- V - análise do processo pedagógico e de ensino-aprendizagem dos conteúdos específicos e pedagógicos, além das diretrizes e currículos educacionais da educação básica;
- VI - leitura e discussão de referenciais teóricos contemporâneos educacionais e de formação para a compreensão e a apresentação de propostas e dinâmicas didático pedagógicas;
- VII - cotejamento e análise de conteúdos que balizam e fundamentam as diretrizes curriculares para a educação básica, bem como de conhecimentos específicos e pedagógicos, concepções e dinâmicas didático-pedagógicas, articuladas à prática e à experiência dos professores das escolas de educação básica, seus saberes sobre a escola e sobre a mediação didática dos conteúdos;
- VIII - desenvolvimento, execução, acompanhamento e avaliação de projetos educacionais, incluindo o uso de tecnologias educacionais e diferentes recursos e estratégias didático-pedagógicas;
- IX - sistematização e registro das atividades em portfólio ou recurso equivalente de acompanhamento.

E mais, de acordo com os incisos I ao XIII do Art. 8º da mesma Resolução, o egresso dos cursos de formação inicial em nível superior deverá, portanto, estar apto ou habilitado a:

- I atuar com ética e compromisso com vistas à construção de uma sociedade justa, equânime, igualitária;
- II compreender o seu papel na formação dos estudantes da educação básica a partir de concepção ampla e contextualizada de ensino e processos de aprendizagem e desenvolvimento destes, incluindo aqueles que não tiveram oportunidade de escolarização na idade própria;
- III - trabalhar na promoção da aprendizagem e do desenvolvimento de sujeitos em diferentes fases do desenvolvimento humano nas etapas e modalidades de educação básica;
- IV - dominar os conteúdos específicos e pedagógicos e as abordagens teórico metodológicas do seu ensino, de forma interdisciplinar e adequada às diferentes fases do desenvolvimento humano;
- V - relacionar a linguagem dos meios de comunicação à educação, nos processos didático-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de

informação e comunicação para o desenvolvimento da aprendizagem;

VI - promover e facilitar relações de cooperação entre a instituição educativa, a família e a comunidade;

VII - identificar questões e problemas socioculturais e educacionais, com postura investigativa, integrativa e propositiva em face de realidades complexas, a fim de contribuir para a superação de exclusões sociais, étnico- raciais, econômicas, culturais, religiosas, políticas, de gênero, sexuais e outras;

VIII - demonstrar consciência da diversidade, respeitando as diferenças de natureza ambiental-ecológica, étnico-racial, de gêneros, de faixas geracionais, de classes sociais, religiosas, de necessidades especiais, de diversidade sexual, entre outras;

IX - atuar na gestão e organização das instituições de educação básica, planejando, executando, acompanhando e avaliando políticas, projetos e programas educacionais;

X - participar da gestão das instituições de educação básica, contribuindo para a elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico;

XI - realizar pesquisas que proporcionem conhecimento sobre os estudantes e sua realidade sociocultural, sobre processos de ensinar e de aprender, em diferentes meios ambiental-ecológicos, sobre propostas curriculares e sobre organização do trabalho educativo e práticas pedagógicas, entre outros;

XII - utilizar instrumentos de pesquisa adequados para a construção de conhecimentos pedagógicos e científicos, objetivando a reflexão sobre a própria prática e a discussão e disseminação desses conhecimentos;

XIII - estudar e compreender criticamente as Diretrizes Curriculares Nacionais, além de outras determinações legais, como componentes de formação fundamentais para o exercício do magistério.

Na mesma resolução, incisos do parágrafo único do Art. 8º, consta que os professores indígenas e aqueles que venham a atuar em escolas indígenas, professores da educação escolar do campo e da educação escolar quilombola, dada à particularidade das populações com que trabalham e da situação em que atuam, deverão:

I - promover diálogo entre a comunidade junto a quem atuam e os outros grupos sociais sobre conhecimentos, valores, modos de vida, orientações filosóficas, políticas e religiosas próprios da cultura local;

II - atuar como agentes interculturais para a valorização e o estudo de temas específicos relevantes.

Destacamos que, na Ufopa, a política de formação indígena já se encontra instalada desde 2016, e assim como acontece com as demais políticas afirmativas dentro da universidade, como nos casos dos quilombolas, o processo de seleção e permanência dos ingressantes por Processos Seletivos Especiais atualmente é alvo de diversas discussões.

É importante ressaltar que o egresso do curso deverá ser também capaz de

desenvolver, quando atuando na Educação Básica, o que é esperado dele pela Base Nacional Comum Curricular, considerando as dez competências gerais da Educação Básica:

1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.
3. Valorizar e fruir as diversas manifestações artísticas e culturais, das locais às mundiais, e também participar de práticas diversificadas da produção artístico-cultural.
4. Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual-motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.
5. Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.
6. Valorizar a diversidade de saberes e vivências culturais e apropriar-se de conhecimentos e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.
7. Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.
8. Conhecer-se, apreciar-se e cuidar de sua saúde física e emocional, compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas.
9. Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.
10. Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Assim, há a expectativa de que, ao fim do curso, o aluno também possa olhar para sua própria formação como um todo no sentido de pensar a educação como um processo

de desenvolvimento global, não fragmentado, “em suas dimensões intelectual, física, afetiva, social, ética, moral e simbólica” (BRASIL, 2018, p. 16).

7 METODOLOGIA DO CURSO

As reflexões sobre o campo teórico-metodológico no âmbito do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês buscam atender à legislação vigente, particularmente a Lei 9.394/96, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional; o parecer CNE/CES 492/2001, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de Letras; a Resolução CNE/CP N° 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada; e a Resolução n° 331 de 28 de setembro de 2020, que aprova o Regimento de Graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará.

O Projeto Pedagógico do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês visa conceber o processo de ensino-aprendizagem como uma relação que envolve três elementos: o professor, o aluno e o conhecimento, numa relação de interação, que não é unilateral e sim uma atividade na qual a participação do aluno é fundamental na medida em que ele é o alvo de todo o processo, em vistas de uma formação contínua, levando em consideração estratégias que propiciem ao aluno a realização de tarefas e a resolução de problemas.

Como consta no texto da concepção de curso, a metodologia do curso parte da adoção de práticas interdisciplinares integradoras, por se pretender a superação da fragmentação, da linearidade e da artificialidade, presentes tanto no processo de produção do conhecimento quanto no desenvolvimento do ensino e da aprendizagem.

Os instrumentos de aprendizagem utilizados no curso consideram a heterogeneidade dos discentes como centro do processo ensino aprendizagem, sendo a concepção dialógica a base da relação professor-aluno. Assim, a metodologia proposta contempla ações e atividades diversificadas que, “admitindo a diversidade de meios, promovam a integração com a pesquisa e a extensão, reconhecendo a articulação entre teoria e prática como elemento indissociável do processo de ensino aprendizagem, na perspectiva da relação entre professor, aluno, sociedade e conhecimento” (RESOLUÇÃO N° 331/2020, Art. 7º).

As metodologias de ensino envolvem, para além de aulas expositivas (ou exposição didática), estudos dirigidos, estudos em grupo, estudos de caso, exercícios práticos de natureza investigativa, seminários para discussão de temas específicos, recursos audiovisuais (vídeos, slides, fotografias, quadro), oficinas e uso de recursos das redes sociais da internet, entre outros instrumentos e recursos pedagógicos. As tecnologias da informação estão presentes não só por meio das redes sociais, como também por plataformas moodles e funcionalidades disponíveis do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) e dos mais diversos aplicativos que surgem constantemente e que podem ser diferenciais na formação do aluno de licenciatura.

Levando em consideração a forma de ingresso do aluno, principalmente os advindos de Processo Seletivo Especial, o curso prevê a criação de projetos de ensino para o acompanhamento de estudantes indígenas e quilombolas, bem como a inclusão desses acadêmicos no programa de ajuste de percurso da instituição, conforme disposto na Resolução CONSEPE/Ufopa 278, de 24 de janeiro de 2019.

Destacamos também que, considerando o disposto no Regimento da Graduação, no seu Art.10, § 1º, cursos de modalidade presencial da Ufopa podem admitir um percentual de até 20% da carga horária de seus componentes serem ofertadas à distância. Assim, o presente documento prevê que o professor do curso de Letras pode fazer isso utilizando as ferramentas da tecnologia (avaliações, enquete, fórum, tarefa, questionários) que estão disponíveis no SIGAA ou outras plataformas oficialmente aceitas e/ou regulamentadas pela universidade.

Outro princípio metodológico importante na formação do licenciado em Letras é a pesquisa e a extensão. Ao fazer pesquisa e/ou extensão, o aluno produz novos conhecimentos, podendo intervir na realidade, transformando-a, pois a pesquisa e a extensão devem ser norteadoras da relação entre teoria e prática como elementos indissociáveis da prática profissional.

Além disso, há na universidade um Núcleo de Acessibilidade, que busca promover em todas as instâncias da Universidade a formação de uma cultura de inclusão social e educacional das pessoas público da Educação Especial, produzindo conceitos que legitimem as representações sobre esses sujeitos a partir da diferença política, cultural, ética, estética e linguística. Tal Núcleo oferta atendimentos educacionais especializados aos alunos com deficiência e/ou necessidades específicas: tradução e interpretação em Libras, descrição, materiais didáticos especializados, dentre outros.

Em resumo, a metodologia utilizada busca adequar-se à legislação vigente no sentido de propor dinâmicas pedagógicas que contribuam para o exercício profissional e o desenvolvimento do profissional da docência na área em questão por meio de uma visão ampla do processo formativo, articulando questões relacionadas à ética e à estética, e procedimentos que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira e, de maneira específica, a amazônica, levando em conta as dimensões psicossociais, histórico-culturais, afetivas, relacionais e interativas que permeiam a ação pedagógica, possibilitando as condições para o exercício do pensamento crítico, a resolução de problemas, o trabalho coletivo e interdisciplinar, a criatividade, a inovação, a liderança, a autonomia,

8 ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

8.1 Estrutura e Conteúdos Curriculares

O projeto pedagógico do curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês está organizado a partir das diretrizes da legislação vigente, a saber: Resolução CNE/CP 2/2015, que trata da formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada; Parecer CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, Resolução CNE/CES 18/2002, que estabelecem as diretrizes curriculares para os cursos de Letras, no que diz respeito ao perfil dos formandos, competências e habilidades, conteúdos curriculares e estruturação do curso em termos de disciplinas e sistema de avaliação; Resolução CNE/CP 1 /2011, que estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras; Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica - Resolução CNE/CEB 4/2010; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei 9.394/96, com a redação dada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 3/2004; Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 e Resolução CP/CNE Nº 2/2012 dispõem sobre Políticas de Educação Ambiental; Parecer CNE/CP N 8/2012 que originou a Resolução CP/CNE 1/2012 e que trazem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Lei 12.764/2012 que dispõe sobre Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista e Resolução 7/2018 que Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.

Buscando seguir a determinação proposta para os cursos de formação inicial pela Resolução CNE/CP 2/2015, em seu Art. 12 (p. 10), o curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês tem seu currículo organizado em três núcleos que devem ser cumpridos em um mínimo de 9 semestres por alunos que ingressam por Processo Seletivo Regular e por Processo Seletivo Especial Quilombola e em 11 semestres mínimos para alunos ingressantes por Processo Seletivo Especial Indígena:

- I - núcleo de estudos de formação geral, das áreas específicas e interdisciplinares, e do campo educacional, seus fundamentos e metodologias, e das diversas realidades educacionais [...].
- II - núcleo de aprofundamento e diversificação de estudos das áreas de atuação profissional, incluindo os conteúdos específicos e pedagógicos, priorizadas pelo projeto pedagógico das instituições, em sintonia com os sistemas de ensino [...].
- III - núcleo de estudos integradores para enriquecimento curricular [...].

Antes de apresentarmos os componentes curriculares em seus respectivos núcleos, contudo, é necessário apontarmos que tal divisão se dá por razões estritamente didáticas, uma vez que na própria definição dos núcleos proposta pela citada resolução e nos componentes que compõem a matriz curricular no curso há um diálogo intrínseco entre conhecimento específico e conhecimento pedagógico, principalmente se pensarmos teoria-prática-extensão como igualmente importantes na formação do licenciando.

Os componentes curriculares do Núcleo I foram assim classificados por articularem aspectos demandados pela Resolução CNE/CP 2/2015, nas letras do Art. 12, I:

- a) princípios, concepções, conteúdos e critérios oriundos de diferentes áreas do conhecimento, incluindo os conhecimentos pedagógicos, específicos e interdisciplinares, os fundamentos da educação, para o desenvolvimento das pessoas, das organizações e da sociedade;
- b) princípios de justiça social, respeito à diversidade, promoção da participação e gestão democrática;
- c) conhecimento, avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de ensino e aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;
- d) observação, análise, planejamento, desenvolvimento e avaliação de processos educativos e de experiências educacionais em instituições educativas;
- e) conhecimento multidimensional e interdisciplinar sobre o ser humano e práticas educativas, incluindo conhecimento de processos de desenvolvimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos, nas dimensões física, cognitiva, afetiva, estética, cultural, lúdica, artística, ética e biopsicossocial;

- f) diagnóstico sobre as necessidades e aspirações dos diferentes segmentos da sociedade relativamente à educação, sendo capaz de identificar diferentes forças e interesses, de captar contradições e de considerá-los nos planos pedagógicos, no ensino e seus processos articulados à aprendizagem, no planejamento e na realização de atividades educativas;
- g) pesquisa e estudo dos conteúdos específicos e pedagógicos, seus fundamentos e metodologias, legislação educacional, processos de organização e gestão, trabalho docente, políticas de financiamento, avaliação e currículo;
- h) decodificação e utilização de diferentes linguagens e códigos linguísticos sociais utilizados pelos estudantes, além do trabalho didático sobre conteúdos pertinentes às etapas e modalidades de educação básica;
- i) pesquisa e estudo das relações entre educação e trabalho, educação e diversidade, direitos humanos, cidadania, educação ambiental, entre outras problemáticas centrais da sociedade contemporânea;
- j) questões atinentes à ética, estética e ludicidade no contexto do exercício profissional, articulando o saber acadêmico, a pesquisa, a extensão e a prática educativa;
- l) pesquisa, estudo, aplicação e avaliação da legislação e produção específica sobre organização e gestão da educação nacional.

<p>Núcleo I Eixo comum Português e Inglês</p>	<p>Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação Docente e Educação a Distância Gestão Educacional Psicologia da Educação Política e Legislação Educacional Educação e Direitos Humanos Educação e Relações Étnico-Raciais Didática Geral Educação Especial e Inclusiva Produção Textual Acadêmica</p>
---	---

Os componentes curriculares do Núcleo II, por ser um núcleo de aprofundamento, trazem os componentes curriculares obrigatórios e optativos mais específicos da Licenciatura em Letras, sejam eles do núcleo comum ou dos eixos específicos (Português ou Inglês). A classificação se justifica, pois, segundo a Resolução CNE/CP 2/2015, nas letras do Art. 12, II, possibilitam:

- a) investigações sobre processos educativos, organizacionais e de gestão na área educacional;
- b) avaliação, criação e uso de textos, materiais didáticos, procedimentos e processos de aprendizagem que contemplem a diversidade social e cultural da sociedade brasileira;

- c) pesquisa e estudo dos conhecimentos pedagógicos e fundamentos da educação, didáticas e práticas de ensino, teorias da educação, legislação educacional, políticas de financiamento, avaliação e currículo.
- d) Aplicação ao campo da educação de contribuições e conhecimentos, como o pedagógico, o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural.

Como será visto posteriormente, diversos desses componentes trazem explicitamente uma articulação com a prática e algumas delas também a articulação teoria-prática-extensão.

<p>Núcleo II Eixo comum Português e Inglês</p>	<p>Linguística I Linguística II Linguística III Inglês Básico I Inglês Básico II Teorias do Texto Poético Teorias do Texto Dramático Teorias do Texto Narrativo Literatura Comparada</p>
<p>Núcleo II Português</p>	<p>História da Língua Portuguesa Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa Texto e Discurso – implicações didático pedagógicas Morfologia da Língua Portuguesa Sintaxe da Língua Portuguesa Semântica e Pragmática das Língua Naturais Variação Linguística e Ensino Formação Docente: aspectos sociocognitivos e metacognitivos da leitura e da escrita Literatura Portuguesa I Literatura Portuguesa II Literatura Brasileira I Literatura Brasileira II Literatura Brasileira III Linguística Aplicada ao Ensino Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras Literaturas Africanas de Língua Portuguesa I Literaturas Africanas de Língua Portuguesa II TCC I TCC II</p>

Núcleo II Português Optativas	Língua Latina Literatura Portuguesa III Teorias do Discurso Literatura e Música
Núcleo II Inglês	Comunicação em Língua Inglesa I Comunicação em Língua Inglesa II Comunicação em Língua Inglesa III Comunicação em Língua Inglesa IV Comunicação em Língua Inglesa V Comunicação em Língua Inglesa VI Literatura Inglesa I Literatura Inglesa II Literatura Americana I Literatura Americana II Estrutura da Língua Inglesa I Estrutura da Língua Inglesa II Teorias de Aquisição/Aprendizagem de Língua Estrangeira Fonética e Fonologia da Língua Inglesa TCC I TCC II
Núcleo II Inglês Optativas	Culturas Anglófonas Literatura Pós-Colonial em Língua Inglesa Literatura e Cinema Introdução à Escrita Acadêmica em Língua Inglesa

Por fim, o núcleo III compreende estudos integradores para enriquecimento curricular:

Núcleo III Eixo comum Português e Inglês	Práticas Integradoras de Ensino I Práticas Integradoras de Ensino II Atividades Complementares (ACCs) Atividades de Extensão
Núcleo III Português	Estágio Supervisionado em Português I Estágio Supervisionado em Português II Estágio Supervisionado em Português III Estágio Supervisionado em Português IV
Núcleo III Inglês	Estágio Supervisionado em Inglês I Estágio Supervisionado em Inglês II Estágio Supervisionado em Inglês III Estágio Supervisionado em Inglês IV

Um diferencial do currículo são os dois componentes denominados Práticas

Integradoras de Ensino, com 60 horas práticas cada, pois neles está contida uma proposta interdisciplinar inovadora de articular e flexibilizar os componentes curriculares oferecidos nos semestres em que elas são ofertadas, que podem ser realizadas por meio de seminários, eventos e oficinas, podendo articular carga horária de atividades de extensão.

A carga horária total de extensão do curso é regida pela Resolução nº 301, de 26 de agosto de 2019 – Consepe/Ufopa, que segue a Resolução no. 7, de 18 de dezembro de 2018 – CNE/MEC, a qual Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e deverá ser cumprida pelos alunos regularmente matriculados no curso. Prevendo a flexibilização do currículo, a carga horária de extensão poderá ser cumprida nos diversos projetos de extensão existentes e cadastrados na Pró-Reitoria da Comunidade, Cultura e Extensão (PROCCE). Assim, o discente deverá cumprir, no mínimo, o equivalente a 10% do total da carga horária do curso para a extensão (PNE, Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – CNE/MEC). Uma das atribuições do NDE é de estabelecer os critérios e procedimentos para o cumprimento da carga horária estabelecida pela Resolução CNE/CP 2/2015. A fim de cumprir a exigência do Capítulo III, Art. 18 da Resolução no. 301/2019 – Consepe/Ufopa, optou-se pela oferta, no último período letivo do curso, de um componente curricular denominado “Atividades de Extensão”, que “permite a contabilização da carga horária relativa a ações de extensão nas modalidades definidas no Capítulo II, vinculadas a qualquer Unidade Acadêmica da Ufopa ou de outra Instituição Superior, e realizadas durante todo o período do curso”.

O curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês é presencial, mas admite-se que até 20% das disciplinas e atividades (componentes curriculares) desenvolvidas no seu percurso possam ser ofertados a distância, como orienta a Resolução nº 331/2020.

Art. 10º - Os cursos de graduação da Ufopa podem ser ofertados na modalidade presencial ou à distância.

§ 1º A modalidade presencial admite um percentual de até 20% à distância, na realização de atividades curriculares, desde que previstas no PPC e na forma da lei.

Essa proposta assegura o disposto na Lei 9.394/96 - LDB acerca da finalidade da Educação Superior, como se observa no seu Art. 43, inciso “III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive”. Caberá ao NDE do curso estabelecer a política de viabilização da

proposta no percurso do curso.

Uma particularidade do curso proposto é a da Licenciatura nos moldes de um curso integrado. Ao ingressar na UFOPA o discente começa seu curso em um núcleo de eixo comum. Os componentes curriculares são os mesmos para todos os ingressantes por dois semestres, no entanto, a partir do terceiro semestre o aluno, por meio de requerimento acadêmico, faz sua escolha por Português ou Inglês. O terceiro e o quarto semestre preveem ainda alguns componentes curriculares comuns aos dois cursos, mas espera-se que após cursar os componentes curriculares anteriores o aluno já seja capaz de realizar uma opção consciente de que curso deseja primeiramente seguir. Essa possibilidade de escolha também traz uma flexibilização ao currículo do licenciando.

Buscando também tal flexibilização, os componentes curriculares pedagógicos encontram-se distribuídos ao longo do curso visando integrar os discentes ingressantes em um mesmo ano durante todo seu percurso formativo e inclusive com o intuito de que os conhecimentos pedagógicos sejam mais claramente articulados com os saberes específicos de maneira contínua.

O curso propõe, então, uma carga horária comum, entre componentes curriculares dos núcleos I, II e III de 1110 horas teóricas e 165 horas práticas. Ao pedir reingresso em sua segunda Licenciatura em Letras o aluno, ao cursar os componentes curriculares do eixo diferente daquele em que já é formado, cumprirá as exigências legais das Resoluções CNE/CP 1/2011 e da Resolução CNE/CP/2002.

A Ufopa, reafirmando o compromisso da instituição com as populações tradicionais e povos da Amazônia tem um Projeto de Formação Básica Indígena aprovado pelo CONSEPE, Resolução 194/2017, que corresponde

[...] ao processo de formação básica inicial, em ensino superior, destinada aos alunos indígenas provenientes do Processo Seletivo Especial Indígena. Com duração de dois semestres a formação contempla conteúdos das seguintes áreas: Ciências Exatas, Ciências Humanas, Tecnologias e Letras - Língua portuguesa, desenvolvidas por meio de ações de ensino e extensão.
[...]

Este projeto caracteriza-se como apoio ao discente indígena, pois contempla ações de acolhimento e permanência, acessibilidade metodológica e instrumental, monitoria e nivelamento. Entretanto, esta formação interfere no item organização curricular, pois há uma diferença entre o currículo cumprido pelos estudantes indígenas e os estudantes não indígenas.

A Formação Básica Indígena tem atualmente um total de 560 horas que incluem teoria, prática e extensão, e os alunos que dela fazem parte terão a formação no turno diurno, e no ano subsequente ao ingresso serão matriculados no turno ofertado para o ano seguinte, com tempo máximo de duração de curso acrescido de 2 semestres. Os alunos ingressantes por Processo Seletivo Especial Quilombola também têm um acréscimo previsto do tempo máximo, totalizando 15 semestres.

De acordo com a Resolução CNE/CP 2/2015 uma quinta parte da carga horária total do curso deve ser formada pela dimensão pedagógica. Em nosso currículo cumprimos tais requisitos pois além das 500 horas cumpridas com os componentes Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS; Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação Docente e Educação a Distância; Gestão Educacional; Psicologia da Educação, Política e Legislação Educacional; Educação e Direitos Humanos; Educação e Relações Étnico-Raciais; Didática Geral e Educação Especial e Inclusiva, há ainda as horas práticas e os estágios distribuídos ao longo do currículo que estão diretamente relacionados a questões da dimensão pedagógica ao buscarem articular as diferentes dimensões.

Assim, com os componentes curriculares previstos no currículo, busca-se garantir, conforme Art. 13 da Resolução CNE/CP 2/2015,

[...] conteúdos específicos da respectiva área de conhecimento ou interdisciplinares, seus fundamentos e metodologias, bem como conteúdos relacionados aos fundamentos da educação, formação na área de políticas públicas e gestão da educação, seus fundamentos e metodologias, direitos humanos, diversidades étnico-racial, de gênero, sexual, religiosa, de faixa geracional, Língua Brasileira de Sinais (Libras), educação especial e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos termos da Lei Nº 9394/96, com a redação dada pelas Leis Nº 10.639/2003 e Nº 11.645/2008 e na Resolução CNE/CP Nº 1/2004 são cumpridas explicitamente pela oferta do componente curricular Educação e Relações Étnico-Raciais e também Literaturas Africanas de Língua Portuguesa I, Literaturas Africanas de Língua Portuguesa II, Literatura Pós-Colonial em Língua Inglesa.

As Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos, conforme o

disposto no Parecer CNE/CP Nº 8/2012 e no Parecer CP/CNE Nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CP/CNE Nº 1, de 30/05/2012, permeiam todo o curso, pois os docentes pensam suas disciplinas tendo como parâmetro os debates sobre a valorização da liberdade, das identidades de gênero. Explicitamente tais discussões estão presentes nos componentes Estágio Supervisionado, Gestão Educacional, Política e Legislação Educacional, Educação e Direitos Humanos, Educação e Relações Étnico-Raciais e Educação Especial e Inclusiva.

Os temas transversais previstos nos **Parâmetros Curriculares Nacionais** (1998), tais como ética, saúde, meio ambiente, orientação sexual (identidade social de gênero), trabalho e consumo, pluralidade cultural, estarão presentes nas ações práticas do curso Práticas Integradoras I e II, Estágios Supervisionados e demais componentes curriculares que buscam articular teoria e prática.

As Políticas de Educação Ambiental, conforme o disposto na Lei Nº 9.795/1999, no Decreto Nº 4.281/2002 e na Resolução CP/CNE Nº 2/2012, são cumpridas por meio da interdisciplinaridade e transversalidade. É impossível se pensar a educação sem levar em consideração o espaço em que se está inserido. A importância dessa temática está explícita já na missão institucional da universidade: “produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento na Amazônia”. A legislação é também atendida ao propiciarmos a realização de práticas integradoras de ensino, em que oficinas e discussões podem ser propostas. De acordo com a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências, temos a concepção do “meio ambiente em sua totalidade, considerando a interdependência entre o meio natural, o sócio-econômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade”. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental dispostas na Resolução CNE/CP No 2/2012 são cumpridas à medida que o curso procura “desenvolver o entendimento do ser humano e do meio em que vive; que a Educação tem, como uma de suas finalidades, a preparação para o exercício da cidadania”. Tal perspectiva também está presente nas discussões propostas pelo componente curricular Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação, que claramente também busca refletir sobre a educação no espaço da Amazônia. Essa questão está indissociável também dos mais diversos componentes e atividades curriculares propostos, uma vez que não há como se pensar a formação de professores, na UFOPA, sem levar em consideração o contexto em que estamos inseridos, seja do espaço físico ou do simbólico.

A Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do espectro autista, conforme disposto na Lei N° 12.764, de 27 de dezembro de 2012, é também pensada obrigatoriamente no componente curricular Educação Especial e Inclusiva. Faz-se também necessário notar que a Ufopa mantém Núcleo de Acessibilidade da Ufopa, vinculado à Diretoria de Ensino da Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), cujo público alvo são pessoas com deficiência, transtorno global do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, desde o processo seletivo até o término do curso. Desta forma, busca garantir os recursos de acessibilidade necessários para a inclusão deste público. Cabe ressaltar que compõem o grupo de pessoas com Transtorno Global do Desenvolvimento aquelas com Transtorno do Espectro Autista, Síndrome de Rett, Síndrome de Asperger. O Núcleo de Acessibilidade orienta professores sobre a valorização quanto ao aspecto semântico e reconhecimento da singularidade linguística dos alunos com deficiência auditiva/surdez. Sempre que solicitado, são disponibilizados profissionais para acompanhar os acadêmicos no momento da realização das provas. Quais sejam: intérpretes da Libras para acadêmicos com surdez e leitor/transcritor para acadêmicos com deficiência visual, intelectual, transtornos globais do desenvolvimento (autismo, Síndrome de Rett e Síndrome de Asperger) e transtornos funcionais específicos (dislexia, TDAH etc.).

Ainda no que tange à organização curricular, o **Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudante – ENADE** é componente curricular obrigatório para integralização curricular, de acordo com o § 5º, do Art. 5º, da Lei 10.861, de 14/04/2004.

Como pode ser visto, o currículo busca garantir a flexibilização, conforme previsto no PDI 2019-2023, (p. 36). Portanto, os componentes curriculares não têm pré-requisitos formalmente registrados. Todavia, pensando em um melhor aproveitamento do ensino-aprendizagem, este PPC recomenda que os discentes observem a ordem em que cursam alguns componentes. Seguem as justificativas.

Na estrutura curricular do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, há uma série de disciplinas voltadas para o desenvolvimento da proficiência do licenciando em inglês, especialmente no que tange às habilidades de compreensão auditiva, fala, leitura e escrita, quais sejam:

- a) Inglês Básico I;
- b) Inglês Básico II;
- c) Comunicação em Língua Inglesa I;
- d) Comunicação em Língua Inglesa II;

- e) Comunicação em Língua Inglesa III;
- f) Comunicação em Língua Inglesa IV;
- g) Comunicação em Língua Inglesa V;
- h) Comunicação em Língua Inglesa VI;

Considerando a obtenção da proficiência em uma língua adicional como um processo que se estende em um contínuo de diferentes níveis de proficiência, deixamos a recomendação para que o aluno procure adquirir os conhecimentos linguísticos necessários para que melhor aproveite o componente subsequente.

Recomendação no mesmo sentido se dá para a realização da atividade de TCC. Julgamos que a atividade é efetivada com melhor desempenho após o componente Metodologias de Pesquisa, pois nele está previsto o ensino de fundamentos para a boa elaboração de um Trabalho de Conclusão de Curso.

As Atividades Complementares têm registro descritivo no histórico escolar do aluno. São atividades de caráter acadêmico (pesquisa, ensino e extensão), científico, técnico e cultural, escolhidas a critério do aluno, respeitando as diretrizes fixadas neste Projeto de acordo com orientações do NDE.

Dessa maneira, cumprindo legislações, tanto o eixo de Português quanto o de Inglês atingem a carga horária mínima exigida de 400 horas de estágio, 400 horas práticas, 200 horas de atividades complementares, 2.240 horas teóricas e 360 horas de extensão. Totalizando 3600 horas.

8.2 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) foram organizados observando as seguintes diretrizes da legislação vigente, buscando se adequar ao que é proposto pela Base Nacional Comum Curricular, na Resolução CNE/CP 2/2015, que trata da formação inicial em nível superior - cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura - e formação continuada; Parecer CNE/CES 492/2001 e 1.363/2001, Resolução CNE/CES 18/2002, que estabelecem as diretrizes curriculares para os cursos de Letras, no que diz respeito ao perfil dos formandos, competências e habilidades, conteúdos curriculares e estruturação do curso em termos de disciplinas e sistema de avaliação; Resolução CNE/CP 1/2011, que estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras; Diretrizes Curriculares

Nacionais da Educação Básica - Resolução CNE/CEB 4/2010; Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, nos termos da Lei 9.394/96, com a redação dada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, e da Resolução CNE/CP 1/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 3/2004; Lei 9.795/1999, Decreto 4.281/2002 e Resolução CP/CNE N° 2/2012, que dispõem sobre Políticas de Educação Ambiental; Parecer CNE/CP N 8/2012, que originou a Resolução CP/CNE 1/2012 e que trazem as Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos; Decreto Presidencial nº 5.626/2005, que regulamenta a inclusão de Libras como disciplina curricular; e Lei 12.764/2012, que dispõe sobre Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.

A organização curricular formulada para o curso foi estruturada para garantir uma formação que esteja devidamente alinhada ao perfil que se espera do egresso após o cumprimento total das 3.600 horas, conforme as normas da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior para os cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura e para a formação continuada.

Os conteúdos disciplinares pedagógicos foram distribuídos ao longo do percurso formativo dos discentes, conforme indicação da Resolução CNE nº 2, de 1º de julho de 2015 em seu artigo 13, inciso I. O objetivo é garantir um modelo de ensino que não dissocie teoria e prática, mote de nossa metodologia. Associação que está também presente em diversos componentes curriculares, como será explicitado posteriormente. Julgamos que tal disposição também favorece a flexibilização do pensamento e incentiva a interdisciplinaridade.

Conforme dito anteriormente, com vistas ao melhor desenvolvimento do curso, apenas alguns conteúdos curriculares possuem pré-requisitos, sendo necessário enfatizar que a definição e seleção de conteúdos curriculares envolve definição de espaços e tomadas de decisões pertinentes ao desenvolvimento do currículo de dada disciplina ou atividade, considerando desenvolvimento psicossocial e cultural dos alunos.

A proposta curricular aqui apresentada pretende ser de uma educação global, que toma o aluno como um todo, tal qual a esperada pela BNCC. Só conseguiremos efetivar uma Educação Básica que leve isso em conta se isso também for efetivado na formação de professores. Desse modo, então, buscou-se que essa educação estivesse presente na organização curricular aqui proposta.

Com isso, sob uma base acadêmico-científica, foram definidos os conteúdos curriculares da Licenciatura em Letras - Português e Inglês, articulados de modo a promover a interlocução entre saberes, considerando o cumprimento das exigências legais direcionadas às questões relacionadas a deficiências, gênero, etnia, cor, ambiente e sustentabilidade, de modo a evidenciar esta relação entre Núcleos, Eixos, Dimensões, ações e eventos que compõem o currículo do curso.

Os componentes curriculares estão distribuídos semestralmente no curso como se observa na representação gráfica do perfil de formação

8.3 Representação Gráfica do Perfil de Formação

Português					
Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Estágio	Atividades Complementares	Atividades de Extensão (10% da carga horária total)	TOTAL
2240	400	400	200	360	3600
Inglês					
Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Estágio	Atividades Complementares	Atividades de Extensão (10% da carga horária total)	TOTAL
2240	400	400	200	360	3600

PORTUGUÊS				INGLÊS			
	Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Estágio		Carga Horária Teórica	Carga Horária Prática	Carga Horária Estágio
SEMESTRE 1				SEMESTRE 1			
Linguística I	60			Linguística I	60		
Teorias do Texto Poético	60			Teorias do Texto Poético	60		
Produção textual Acadêmica	60			Produção textual Acadêmica	60		
Inglês Básico I	60			Inglês Básico I	60		
Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60			Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	60		
	300				300		
SEMESTRE 2				SEMESTRE 2			
Linguística II	60			Linguística II	60		
Teorias do Texto Dramático	60			Teorias do Texto Dramático	60		
Inglês Básico II	60			Inglês Básico II	60		
Política e Legislação Educacional	60			Política e Legislação Educacional	60		
Práticas Integradoras de Ensino I		60		Práticas Integradoras de Ensino I		60	
	240	60			240	60	
ESCOLHA DA HABILITAÇÃO							
SEMESTRE 3				SEMESTRE 3			
Linguística III	60			Linguística III	60		
Teorias do Texto Narrativo	60			Teorias do Texto Narrativo	60		
Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	15		Comunicação em Língua Inglesa I	110	15	
História da Língua Portuguesa	60	15		Psicologia da Educação	60		
Psicologia da Educação	60						
	300	30			290	15	
SEMESTRE 4				SEMESTRE 4			
Literatura Comparada	60	15		Literatura Comparada	60	15	
Literatura Portuguesa I	60	15		Optativa I	60		
Morfologia da Língua Portuguesa	60	15		Comunicação em Língua Inglesa II	110	15	
Literatura Brasileira I	60	15		Educação e Relações Étnico-Raciais	60		
Educação e Relações Étnico-Raciais	60						
	300	60			290	30	

SEMESTRE 5				SEMESTRE 5			
Estágio Supervisionado em Português I			100	Estágio Supervisionado em Inglês I			100
Texto e Discurso – implicações didático-pedagógicas	60	15		Estrutura da Língua Inglesa I	60	20	
Literatura Brasileira II	60	15		Comunicação em Língua Inglesa III	60	15	
Literatura Portuguesa II	60	15		Literatura Inglesa I	60	15	
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60			Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	60		
	240	45	100		240	50	100
SEMESTRE 6				SEMESTRE 6			
Estágio Supervisionado em Português II			100	Estágio Supervisionado em Inglês II			100
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa I	60	15		Literatura Inglesa II	60	15	
Optativa I	60			Comunicação em Língua Inglesa IV	60	15	
Sintaxe da Língua Portuguesa	60	15		Estrutura da Língua Inglesa II	60	20	
Didática Geral	60			Didática Geral	60		
	240	30	100		240	50	100
SEMESTRE 7				SEMESTRE 7			
Estágio Supervisionado em Português III			100	Estágio Supervisionado em Inglês III			100
Semântica e Pragmática da Língua Portuguesa	60	15		Literatura Americana I	60	15	
Literatura Brasileira III	60	15		Comunicação em Língua Inglesa V	60	15	
Literaturas Africanas de Língua Portuguesa II	60	15		Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	60	15	
Educação Especial e Inclusiva	45			Educação Especial e Inclusiva	45		
	225	45	100		225	45	100
SEMESTRE 8				SEMESTRE 8			
Estágio Supervisionado em Português IV			100	Estágio Supervisionado em Inglês IV			100
Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras	60			Teorias de Aquisição/Aprendizagem de Língua Estrangeira	60	30	
Metodologias de Pesquisa - Português	30			Metodologias de Pesquisa - Inglês	30		
Varição Linguística e Ensino	60	15		Literatura Americana II	60	15	
Linguística Aplicada ao Ensino	60	25		Comunicação em Língua Inglesa VI	60	15	
	210	40	100		210	60	100

SEMESTRE 9			SEMESTRE 9		
Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação Docente e Educação a Distância	30	30	Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação Docente e Educação a Distância	30	30
Trabalho de Conclusão de Curso – Português	20		Trabalho de Conclusão de Curso - Inglês	40	
Educação e Direitos humanos	30		Optativa II	60	
Gestão Educacional	45		Educação e Direitos humanos	30	
Optativa II	60		Gestão Educacional	45	
Práticas Integradoras de ensino II		60	Práticas Integradoras de Ensino II		60
Atividades de Extensão	360		Atividades de Extensão	360	
Atividades Complementares	200		Atividades Complementares	200	
	745	90		765	90

Português Optativas	Língua Latina Teorias do Discurso Literatura e Música Formação Docente: aspectos sociocognitivos e metacognitivos da leitura e da escrita Literatura Portuguesa III
Inglês Optativas	Culturas Anglófonas Literatura Pós Colonial em Língua Inglesa Literatura e Cinema Introdução à Escrita Acadêmica em Língua Inglesa

8.4 Ementário e Bibliografia

LINGUÍSTICA I

Ementa: Origem da linguagem e dos estudos linguísticos. As abordagens estruturalista, gerativista, funcionalista e interacional da linguagem; Língua e Sociedade.

Bibliografia Básica:

BENTES, A. C.; MUSSALIM, F. **Introdução à Linguística:** domínios e fronteiras. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2005. v. 1.

JAKOBSON, Roman. **Linguística e comunicação.** São Paulo: Cultrix, 2010.

SAUSSURRE, Ferdinand de. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 1979.

Bibliografia Complementar:

BORBA, F. S. **Introdução aos estudos linguísticos.** Campinas: Pontes, 2003.

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética.** Rio de Janeiro: Zahar.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística.** São Paulo: Cultrix, 1983.

FIORIN, J. L. (org.). **Introdução à Linguística.** São Paulo: Contexto, 1992.

_____. (org.). **Linguística? O que é isso?** São Paulo: Contexto, 2013.

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. . A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: Maria Angélica Furtado da Cunha; Mariangela Rios de Oliveira; Mário Eduardo Toscano Martelotta. (Org.). **Linguística Funcional: teoria e prática.** Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003, v. , p. 17-28.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (org.). **Manual de Linguística.** São Paulo: Contexto, 2008.

TEORIAS DO TEXTO POÉTICO

Ementa: Estudo e compreensão das diferentes concepções do texto literário enquanto produto cultural. As teorias críticas sobre a Poética e a Literatura, suas concepções, categorias e desdobramentos. As teorias sobre os gêneros literários: o texto poético, o texto narrativo e o texto dramático. Leitura e análise do texto poético. O gênero lírico e o ensino de literatura.

Bibliografia Básica:

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura.** Coimbra: Almedina, 1993.

D'ONOFRIO, S. **Teoria do texto 1 – Prolegômenos e teoria da narrativa.** São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Teoria do texto 2 – Teoria da lírica e do drama.** São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

AUERBACH, E. **Mimesis.** São Paulo: Perspectiva, 1998.

CARPEAUX, O.M. **História da literatura ocidental.** Rio: Alhambra, 1982. 6 vol.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura**: Uma introdução. Martins Fontes, 2003.

JAUSS, H.R. **A história da literatura como provocação à teoria literária**. Ática, 1994

SARTRE, J. P. **O que é literatura?** Rio de Janeiro: Ática, 1999.

PRODUÇÃO TEXTUAL ACADÊMICA

Ementa: Abordagem dos procedimentos básicos para desenvolver trabalhos acadêmicos. Técnicas e normas de elaboração de diversos gêneros de textos acadêmicos (paper, relatório, artigo, resumo, resenha, entre outros), seminário acadêmico, mesa-redonda, palestras, entre outros. Trabalho de graduação: elementos pré-textuais, textuais e pós-textuais; Normalização de trabalhos acadêmicos conforme a Associação Brasileira de Normas Técnicas; Citação: Tipos, característica e sistema; Apresentação de referências. Procedimentos e normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

Bibliografia Básica:

DEMO, Pedro. **Educar pela pesquisa**. São Paulo: Editores Associados, 2011.

LAKATOS, E. M. e MARCONI M. A. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas. 2007.

GARCIA, O. **Comunicação em prosa moderna**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 1988.

Bibliografia Complementar:

ALVES-MAZZOTTI, Alda; GEWANDSNAJDER, Fernando. **O método nas ciências naturais e sociais**: a pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira, 1998.

CASTRO, Cláudio de Moura. **A prática da pesquisa**. São Paulo: Mc-Graw-Hil do Brasil, 1977.

JAPIASSU, Hilton. **O mito da neutralidade científica**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.

PÁDUA, Elisabete M. M. de. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 9. ed. Campinas: Papirus, 2013.

INGLÊS BÁSICO I

Ementa: Introdução ao estudo da Língua Inglesa através de atividades de compreensão e produção oral e escrita.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.
THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa**: o inglês descomplicado. 10 ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

HANCOCK, Mark. **English pronunciation in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Elementary Student's Book**. 3rd ed, Oxford University Press, 2012. (unit 1 – 6)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Elementary Workbook**. 3rd ed, Oxford University Press, 2012.

WILLIS, Judith. **Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português inglês; inglês-português**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

FUNDAMENTOS HISTÓRICOS E FILOSÓFICOS DA EDUCAÇÃO

Ementa: O pensamento filosófico sobre a sociedade, o conhecimento e a educação. A educação como prática fundamental da existência histórica – social cultural e política. A educação e os diferentes períodos históricos. As relações entre história e educação. A educação face ao processo de formação política, econômica e social da Amazônia.

Bibliografia Básica:

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é Educação?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

GILES, Thomas Ransom. **Filosofia da Educação**. São Paulo: EPU, 1983.

SAVIANI, Demerval. **Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política**. 38. ed. Campinas: Autores Associados, 2006.

Bibliografia Complementar:

FAGUNDES, Márcia Botelho. **Aprendendo Valores Éticos**. Rio de Janeiro: Autêntica, 2003.

GONDIM, Neide. **A invenção da Amazônia**. 2 ed. Manaus: Valer, 2007.

GHIRALDELLI JÚNIOR, Paulo. **Filosofia da Educação**. São Paulo: Ática, 2006.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Filosofia da Educação**. 19. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MÉZÁROS, István. **A Educação para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2005.

LOUREIRO, Violeta. Educação e sociedade na Amazônia em mais de meio século. In: **Revista Cocar. Universidade do Estado do Pará / Centro de Ciências Sociais e Educação**. Belém: EDUEPA, 2007 (v. 1, n. 1, jan.- jun.), (2007). p. 17-45.

PONCE, Aníbal. **Educação e Luta de Classes**. 8. ed. São Paulo: Cortez, 1988. Cortez, Coleção Educação Contemporânea.

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Manaus: Valer, 2009.

LINGUÍSTICA II

Ementa: Fonética: fonética acústica, fonética articulatória, fonética perceptual; transcrição fonética. Fonologia: fonema, processos fonológicos, supra-segmentos; a teoria dos traços; a sílaba, a estrutura fonemática, padrões silábicos.

Bibliografia Básica:

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica**: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CALLOU, Dinah. LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

SILVA, Thaís Cristófar. **Fonética e fonologia do português**: roteiro de estudos e guia de exercício. São Paulo: Contexto, 2003.

Bibliografia Complementar:

CAMÂRA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1991.

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1983.

GLEASON, H. A. **Introdução à linguística descritiva**. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 1961.

MAIA, Eleonora Motta. **No reino da fala**: a linguagem e seus sons. São Paulo: Ática, 2003.

TEORIAS DO TEXTO DRAMÁTICO

Ementa: Conceitos, diferenças e relações entre texto dramático, teatralidade e encenação. Teorias do texto dramático: tradição clássica, rupturas de gênero e desdobramentos contemporâneos. Conceitos e formas da expressão dramática: tragédia ática, drama burguês, drama moderno, teatro épico e dramaturgia pós-dramática. Estudo crítico e interpretativo de textos dramáticos, antigos e modernos. A leitura da dramaturgia e do teatro como crítica da cultura.

Bibliografia Básica:

D'ONOFRIO, Salvatore. **Teoria do texto 2** – Teoria da lírica e do drama. São Paulo: Ática, 2000.

SOFOCLES. **A trilogia tebana**: Édipo Rei, Édipo em Colono e Antígona. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

STAIGER, Emil. **Conceitos fundamentais de poética**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

Bibliografia Complementar:

CANDIDO, Antonio (org.) **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

COSTA, Iná Camargo. **Panorama do Rio Vermelho**: Ensaios sobre o Teatro Americano Moderno. São Paulo: Nanquim Editorial, 2001.

MASSAUD, Moisés. **A análise literária**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1996.

HELIODORA, Barbara. **A expressão dramática do homem político em Shakespeare**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PLATÃO. **A República**. 3. ed. Trad. Carlos Alberto Nunes. Belém: EDUFPA, 2000.

RODRIGUES, Nelson. **Teatro completo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990, 3v.

ROSENFELD, Anatol. **O Teatro Épico**. São Paulo: Perspectiva, 1985.

SZONDI, Peter. **Teoria do Drama Moderno (1880-1950)**. São Paulo, Cosac Naify, 2011.

INGLÊS BÁSICO II

Ementa: Desenvolvimento básico das habilidades de compreensão e produção oral e escrita.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

HANCOCK, Mark. **English pronunciation in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Elementary Student's Book**. 3rd ed, Oxford University Press, 2012. (unit 7 – 12)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Elementary Workbook**. 3rd ed, Oxford University Press, 2012.

WILLIS, Judith. **Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português inglês; inglês-português**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

POLÍTICA E LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL

Ementa: O estado, o direito e a organização da Educação. As políticas educacionais e a legislação brasileira na Educação Básica. O gestor escolar, as normas e os procedimentos administrativos. A Legislação e o contexto da Educação infantil, do Ensino Fundamental e Médio.

Bibliografia Básica:

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 14. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

BRASIL/MEC. **LDB passo a passo: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.394/96 comentada**.

LIBÂNEO, José Carlos et. al. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2008. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

FREITAG, Bárbara. **Escola estado e sociedade**. São Paulo: Centauro, 1986.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Trad. Galeno de Freitas. 26. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley. **Educação e política no Brasil hoje**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de (org). **Política educacional: impasses e alternativa**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1998.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE ENSINO I

Ementa: Estratégias para a construção coletiva de uma proposta de estudos interdisciplinares com foco na Elaboração de Projeto Integrador articulando as disciplinas do semestre que deverão trabalhar com a elaboração de projetos de Ações Pedagógicas a partir dos conteúdos curriculares com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. No final do semestre haverá ações integradoras que convirjam as práticas produzidas pelos professores e alunos no decorrer do semestre. As ações integradoras devem ser potencializadas por meio de atividades de extensão que podem ser eventos, exposição de pôsteres, apresentação de comunicação, oficinas, minicursos. Os atores dessas ações serão os Professores em Formação do curso de Letras.

Bibliografia Básica:

BRASIL. .Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

Bibliografia Complementar:

AZEVEDO, Janete M. Lins de. **A Educação como Política Pública**. 3. ed. Campinas: Autores Associados, 2004. (Col. Polêmicas do Nosso Tempo).

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. Petrópolis, Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

KOLB, D.A. **Experiential Learning: Experience as the Source of Learning and Development**. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

MAIA, Eleonora Motta. **No reino da fala: a linguagem e seus sons**. São Paulo: Ática, 1985.

- Outras bibliografias, vinculadas aos componentes curriculares relacionados ao semestre e que subsidiarão a realização das ações previstas na ementa.

LINGUÍSTICA III

Ementa: Morfossintaxe: conceitos básicos de morfologia de acordo com diferentes abordagens linguísticas; as partes do discurso; o nome e suas funções; a predicação;

conceitos básicos de sintaxe de acordo com diferentes abordagens linguísticas.

Bibliografia Básica:

CARONE, F. B. **Morfossintaxe**. 5. ed., São Paulo: Ática, 2006.

GLEASON, H. A. **Introdução à linguística descritiva**. Lisboa: Calouste-Gulbenkian. 1961.

SILVA, M. Cecília P. de Souza & KOCH, Ingedore Vilaça. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

Bibliografia Complementar:

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995. Capítulos 18-23.

CAMARA JR., J. M. **Estrutura da língua portuguesa**. Petrópolis: Vozes, 1970.

CUNHA, M.A.F. da.; OLIVEIRA, M. R. de.; MARTELOTTA, M.E. **Linguística funcional: teoria e prática**. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1983.

LOPES, Edward. **Fundamentos da Linguística contemporânea**. São Paulo: Cultrix, 2007.

MACAMBIRA, José Rebouças. **Português estrutural**. São Paulo: Pioneira, 1998.

NIVETTE, J. **Princípios de Gramática Gerativa**. São Paulo: Pioneira, 1975.

OTHERO, G. de A.; KENEDY, E. **Sintaxe, sintaxes: uma introdução**. São Paulo: Contexto, 2015.

SILVA, M. C. F.; MEDEIROS, A, B. de. **Para conhecer morfologia**. São Paulo: Contexto, 2016.

VIEIRA, S.R; BRANDÃO, S. F. **Ensino de gramática: descrição e uso**. São Paulo: Contexto, 2011.

TEORIAS DO TEXTO NARRATIVO

Ementa: O texto narrativo na tradição e na modernidade: a epopeia, o conto, a crônica, o romance e as formas simples. Elementos estéticos constitutivos dos gêneros narrativos. As metamorfoses do narrador e do herói na história da literatura. Leitura e análise dos textos narrativos. O gênero narrativo e o ensino de literatura.

Bibliografia Básica:

MOISÉS, MASSAUD. **A criação literária**. Prosa I. São Paulo: Cultrix, 1967.

D'ONOFRIO, S. **Teoria do texto 1** – Prolegômenos e teoria da narrativa. São Paulo: Ática, 2002.

_____. **Teoria do texto 2** – Teoria da lírica e do drama. São Paulo: Ática, 2000.

Bibliografia Complementar:

AGUIAR E SILVA, Vítor Manuel de. **Teoria da Literatura**. Coimbra: Almeidina, 1993.

ANTONIO, Candido (org.) **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1992.

- HAUSER, Arnold. **História social da arte e da literatura**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- MASSAUD, Moisés. **A análise literária**. Rio de Janeiro: Cultrix, 1996.
- RAMOS, Graciliano. **Angústia**. Rio de Janeiro, São Paulo: Record, 1997.

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: A fonética e a fonologia da língua portuguesa: as vogais e as consoantes (alofonia, prosódia e ortografia da língua portuguesa); conhecimento de fenômenos fonéticos e fonológicos da língua portuguesa; capacidade de descrição de fatos fonológicos. Descrição por meio de categorização de elementos linguísticos, planejamento de situações didáticas que possibilitem a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica

Bibliografia Básica:

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

_____. **Estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CALLOU, Dinah & LEITE, Yonne. **Iniciação à fonética e à fonologia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.

Bibliografia Complementar:

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1983.

CAGLIARI, L. C. **Análise fonológica: introdução à teoria e à prática com especial destaque para o modelo fonêmico**. Campinas: Mercado de Letras, 2003.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Problemas de linguística descritiva**. Petrópolis: Vozes, 1973.

MAIA, Eleonora Motta. **No reino da fala: a linguagem e seus sons**. São Paulo: Ática, 1985.

ROCHA, Cláudia Moura da. A fonologia no dia-a-dia: sugestões de trabalho para o professor. In: **Caderno Seminal Digital**, Ano 11, nº 1, V. 1 [Jan/Jun-2004], p. 136-148. disponível em <http://www.dialogarts.uerj.br/admin/arquivos_seminal/seminal01.pdf>

HISTÓRIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: O português no mundo. O português do Brasil e o de Portugal. Mudança histórica das realizações morfofonológicas e morfossintáticas da língua portuguesa. Conhecimento de mudanças históricas de língua portuguesa. Identificação de mudanças morfofonológicas e morfossintáticas da língua portuguesa. Descrição por meio de categorização de elementos linguísticos, planejamento de situações didáticas que promovam a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

COUTINHO, Ismael de Lima. **Gramática histórica**. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica,

1974.

HAUY, Amini Boianain. **História da língua portuguesa**, séculos XII, XIII e XIV. São Paulo: Ática, 1989.

PINTO, Edit Pimentel. **História da língua portuguesa**; século XX. São Paulo: Ática, 1988.

Bibliografia Complementar:

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Para o estudo da fonêmica portuguesa**. Rio de Janeiro: Padrão, 1977.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

NUNES, José Joaquim. **Compêndio de gramática histórica portuguesa**. Lisboa: Clássica, 1989.

SILVA NETO, Serafim da. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio de Janeiro: Presença, 1976.

WILLIAMS, E. **Do Latim ao Português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

PSICOLOGIA DA EDUCAÇÃO

Ementa: Pressupostos conceituais e metodológicos da Psicologia e seus vínculos com a Educação. Teorias psicológicas da aprendizagem e do desenvolvimento. Os processos de aprendizagem e de desenvolvimento humano e sua contribuição para o ensino e a aprendizagem.

Bibliografia Básica:

CAMPOS, Dinah Martins de Sousa. **Psicologia da Aprendizagem**. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 1991.

DAVIS, Cláudia e OLIVEIRA, Zilma de Moraes Ramos de. **Psicologia na Educação**. 3.ed. São Paulo: Cortez, 2010.

REGO, Teresa Cristina. **VYGOTSKY: uma perspectiva histórico-cultural da educação**. 23.ed. São Paulo: Vozes, 2012.

Bibliografia Complementar:

ALENCAR, Eunice M. S. Soriano de (org.). **Novas Contribuições da psicologia aos processos de ensino- aprendizagem**. São Paulo: Cortez, 1995.

CÓRIA, Marcus. **Psicologia da Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

GOLART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação: Fundamentos Teóricos e aplicação da Prática pedagógica**. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

MANNING, Sidney A. **O desenvolvimento da criação e do adolescente**. São Paulo: Harbra, 1997.

NOVAES, M^a Helena. **Psicologia da Educação e Prática Profissional**. Petrópolis: Vozes, 1992.

SALVADOR, César Coll. **Aprendizagem escolar e construção do conhecimento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA I

Ementa: Desenvolvimento pré-intermediário das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Elaboração de propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em língua inglesa. Práticas de micro-ensino em sala de aula.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 10. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

Bibliografia Complementar:

HANCOCK, Mark. **English pronunciation in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Pre-Intermediate**. Student's Book. 3rd. edition, Oxford University Press, 2012. (unit 1-12)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Pre-Intermediate**. Workbook. Oxford University Press, 2012.

WILLIS, Judith. **Oxford escolar para estudantes brasileiros de inglês: português inglês; inglês-português**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LITERATURA COMPARADA

Ementa: Breve história da Literatura Comparada: o século XIX; o intercâmbio entre as nacionalidades; o conceito de “influência”. Literatura Comparada e crítica. O século XX: disciplina ou campo de estudos? René Wellek e o comparatismo norte-americano. O comparatismo do Leste europeu. A crise da Literatura Comparada na década de 1980. O comparatismo latino-americano sob o signo da crítica e da história: uma Literatura Comparada militante. Aproximações comparativas na América Latina. O diálogo entre Antonio Candido e Ángel Rama. A meta da Literatura Comparada na América Latina como discurso único pela via do comparatismo cultural. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

CARVALHAL, T. F. **Literatura comparada**. São Paulo: Ática, 2004.

BRUNEL, P.; PICHOS, C., & ROSSEAU, A.M. – **Que é literatura comparada?** Trad. Célia Berretini. São Paulo: Perspectiva, 1995.

WELLEK, R.; WARREN, A. **Teoria da literatura**. Europa América, s/d.

Bibliografia Complementar:

AUERBACH, E. **Mimesis**. São Paulo: Perspectiva, 2004.

CANDIDO, A. (org.) **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

_____. **Introdução aos estudos literários**. Cultrix, 1972. CANDIDO, A. (org.) **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1981.

EAGLETON, T. **Teoria da literatura: Uma introdução**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

NITRINI, Sandra. **Literatura Comparada. História, teoria e crítica**. São Paulo: EDUSP, 2000.

RAMA, A. **Literatura, cultura e sociedade na América Latina**. (Org. Pablo Rocca). Belo Horizonte: UFMG, 2008.

LITERATURA PORTUGUESA I

Ementa: Origens e periodização da Literatura Portuguesa. A Literatura Portuguesa Medieval: a poesia trovadoresca e a poética dos cancioneiros. A Literatura do século XV e o nascimento da prosa literária: os cronicões e as novelas de cavalaria. A prosa Quinhentista: a crônica palaciana e a prosa doutrinária. O teatro popular de Gil Vicente. O Classicismo e a obra épica e lírica de Camões. Aspectos estéticos do Barroco. Arcadismo: a obra de Bocage. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

AMORA, Antônio Soares. **Presença da Literatura Portuguesa – Era Clássica**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2001.

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. 37. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.

SARAIVA, A.J.; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 15. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

Bibliografia Complementar:

BRAGA, Teófilo. **História da literatura portuguesa I – Renascença**. Mira-Sintra – Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. (Dir.) **A literatura portuguesa em perspectiva – Classicismo, Barroco, Arcadismo (vol. 2)**. São Paulo: Atlas, 1993.

SARAIVA, António José. **História da Cultura em Portugal**. (vol. II). Lisboa: Gradiva, 1995.

RODRIGUES, António Medina et. al. **Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2010.

MORFOLOGIA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: Estrutura do nome, do pronome e do verbo. Processos de formação do vocábulo formal. As categorias: tempo, modo e aspecto do grau do nome; conhecimento da estrutura e dos processos de formação de vocábulo formal da língua portuguesa; capacidade de

reconhecer elementos formadores da estrutura do vocábulo, bem como processos de formação do vocábulo. Descrição por meio de categorização de elementos linguísticos, planejamento de situações didáticas que promovam a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 1970.

CARONE, Flávia de Barros. **Morfossintaxe**. São Paulo: Ática, 2006.

MACAMBIRA, José Rebouças. **Português estrutural**. São Paulo: Pioneira, 1998.

Bibliografia Complementar:

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

MACEDO, Walmírio. **Elementos para uma estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Presença, 1987.

SILVA, M. Cecília P. de Souza & KOCH, Ingedore Vilaça. **Linguística aplicada ao português: morfologia**. São Paulo: Cortez, 2007.

ZANOTO, Normélio. **Estrutura mórfica da língua portuguesa**. Caxias do Sul: EDUCS, 1996.

LITERATURA BRASILEIRA I

Ementa: Literatura de informação e primeiras manifestações literárias. Era quinhentista e seiscentista: estudo do Barroco e do Arcadismo. Estudo do Romantismo em autores e obras fundamentais nas modulações poéticas, dramáticas e narrativas. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

CANDIDO, A. **Formação da literatura brasileira – momentos decisivos**. (vol.1 1750-1836). Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

_____. **Formação da literatura brasileira – momentos decisivos**. (vol.2 1836-1880). Belo Horizonte-Rio de Janeiro: Itatiaia, 1993.

COUTINHO, A. (Org.). **A literatura no Brasil – era barroca/era neoclássica**. Niterói: José Olympio, 2004.

Bibliografia Complementar:

COUTINHO, A. (Org.) **A literatura no Brasil – Introdução Geral**. Niterói: José Olympio, 2004.

LOBO, Luiza. **Teorias poéticas do Romantismo**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.

MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. (Vol. III Romantismo 1855-1877). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira** - Origens, Barroco, Arcadismo. (vol. I). São Paulo: Cultrix, 1990.

_____. **História da literatura brasileira** - Romantismo. (vol. II). São Paulo: Cultrix, 1995

EDUCAÇÃO E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

Ementa: A ideologia racista: história, conceitos, formas de realização na sociedade brasileira. O racismo, a escola e o livro didático. O anti-racismo: estratégias de atuação e a legislação atual. História e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. A presença negra e indígena na Amazônia: culturas afro-amazônicas e indígenas. Educação Escolar Quilombola e Indígena.

Bibliografia Básica:

AZEVEDO, Idaliana Marinho (org.). **Puxirum: memória dos negros do oeste paraense**. Belém: Instituto de Artes do Pará, 2002.

EDUCAÇÃO ANTI-RACISTA: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

MUNAGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O Negro no Brasil de Hoje**. São Paulo: Global, 2006.

Bibliografia Complementar:

ACEVEDO, Rosa; CASTRO, Edna. **Negros do Trombetas: guardiães de matas e rios**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. **Quilombolas, tradições e cultura da resistência**. São Paulo: Aori Comunicações, 2006.

AMANCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Miriam Lúcia dos Santos. **Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica**. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 424-495.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 374-415.

BERND, Zilá. **O que é negritude**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

_____. **Racismo e anti-racismo**. São Paulo: Moderna, 1994.

CAVALEIRO, Eliane (org). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Summus, 2001.

FIABANI, Ademar. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo** – da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004). São Paulo: Expressão popular, 2005.

FERNANDES, Florestan. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: Ática, 1978.

GOMES, Nilma Lino. **Sem perder a raiz**: corpo e cabelo como símbolos da identidade negra. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

HERNANDEZ, Leila Leite. **A África na sala de aula**: visita à história contemporânea. São Paulo: Selo Negro, 2008.

MEDEIROS, Cléia e Iradj Roberto Eghrari (coord.). **História e Cultura afro-brasileira e africana na escola**. Brasília: Ágere Cooperação em Advocacy, 2008.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da senzala**: quilombos, insurreições e guerrilhas. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNAGA, Kabengele (org). **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação/SECAD, 2005.

_____. **Origens africanas do Brasil contemporâneo**: histórias, línguas, culturas e civilizações. São Paulo: Global, 2009.

SALLES, Vicente. **O negro na formação da sociedade paraense**. Belém: Paka-Tatu, 2004.

SANTOS, Joel Rufino dos. **A questão do negro na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1990.

COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA II

Ementa: Desenvolvimento intermediário das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Elaboração de propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em língua inglesa. Práticas de micro-ensino em sala de aula.

Bibliografia Básica:

BAKER, Ann. **Ship or sheep?**: an intermediate pronunciation course. Oxford University Press, 2006.

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.

MURPHY, Raymond. **English grammar in use**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

Bibliografia Complementar:

HANCOCK, Mark. **English pronunciation in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Intermediate**. Student's Book. Oxford University Press, 2012. (unit 1- 10)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Intermediate**. Workbook. Oxford University Press, 2012.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press,

1986.

TORRES, Nelson. **Gramática prática da língua inglesa: o inglês descomplicado**. 10ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PORTUGUÊS I

Ementa: Observação em escolas e turmas das séries do Ensino Fundamental II. Estudo e análise crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de língua portuguesa e literaturas portuguesa e brasileira. Elaboração de relatório.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez.1996.

BRITO, Eliana Vianna (Org.). **PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

CUNHA, Myriam Crestian C. da. **A avaliação formativa: estratégia didática para o ensino/aprendizagem da língua materna**. Moara, no. 09, 1998. p. 105-133.

DIONÍSIO, A. e BEZERRA, M. A. (orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

ROJO, Roxane. **A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

TEXTO E DISCURSO – IMPLICAÇÕES DIDÁTICO-PEDAGÓGICAS

Ementa: Estudos do texto e sua relação com as condições de produção. Multimodalidade e hipertexto nos processos de textualização e produção de sentidos. Concepções de texto e suas implicações para o ensino de LP. Estudos de gênero e suas contribuições para as práticas didático-pedagógicas. Proposições metodológicas para elaboração de material didático.

Bibliografia Básica:

BAKHTIN, M. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2015. Cap. 3

MARCUSCHI. Luiz Antônio. **Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais**. Rio de Janeiro: Lucerna: 2007.

Koch, I. G. V. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2006.

Bibliografia Complementar:

ANTUNES, Irandé. **Análise de textos: fundamentos e práticas**. São Paulo: Parábola, 2010.

_____. **Língua, texto e ensino: outra escola possível**. São Paulo: Parábola, 2009. BAZERMAN, C. **Gênero, agência e escrita**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011. Cap. 1, 2, 3.

BRANDÃO, H. **Gêneros do discurso e ensino**. São Paulo: Cortez, 1997. V. 2.

BUZEN, C. MENDONÇA, M. **Múltiplas linguagens para o ensino médio**. São Paulo: Parábola, 2013. Cap. 1 e 2.

CHARAUDEAU, Patrik. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contextos, 2010. Cap. 2 e 3.

LITERATURA BRASILEIRA II

Ementa: Estudo da literatura brasileira da segunda metade do século XIX: Realismo, Naturalismo, Impressionismo, Parnasianismo e Simbolismo. Análise de autores e obras fundamentais nas modulações poética, dramática e narrativa. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

BOSI, Alfredo, et. al. **Machado de Assis**. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. (Vol. IV Simbolismo 1877-1896). São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MOISÉS, Massaud **História da literatura brasileira - Simbolismo** (vol. III). São Paulo: Cultrix, 1999.

Bibliografia Complementar:

CAPEAUX, Otto Maria. **Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Letras e Artes, 1964.

MIGUEL-PEREIRA, Lúcia. **História da literatura brasileira – Prosa de ficção** (de 1870 a 1920). Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. Universidade de São Paulo, 1988.

LUCAS, Fábio. **Do Barroco ao Moderno – vozes da literatura brasileira**. São Paulo, Ática, 1989.

RODRIGUES, A. Medina et. al. **Antologia da literatura brasileira – textos comentados – do Classicismo a Pré-modernismo**. (vol. I). São Paulo: Marco, 1979.

VERÍSSIMO, José. **História da literatura brasileira – de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908)**. (Introdução de Heron de Alencar). Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

LITERATURA PORTUGUESA II

Ementa: O Romantismo: autores e obras representativos. O Realismo português: a Questão Coimbrã. Antero de Quental; Eça de Queirós. A literatura portuguesa no final do século XIX.

A renovação poética: Simbolismo: origem e características. Poesia e prosa Simbolistas: Camilo Pessanha e Raul Brandão. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2007.

RODRIGUES, António Medina et. al. **Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2006.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 15. ed. Porto: Porto Editora, 2001.

Bibliografia Complementar:

GARRETT, Almeida. **Viagens na minha terra**. São Paulo: Nùcleo, 1992.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1997.

RODRIGUES, António Medina et. al. **Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2006.

SARAIVA, António José. **História da Cultura em Portugal**. (vol. II). Lisboa: Gradiva, 1995.

_____. **Para a história da cultura em Portugal**. vol. 1. Lisboa: Bertrand, 1980.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS - LIBRAS

Ementa: Bases teóricas da educação inclusiva. A educação de surdos no Brasil. Identidade e comunidade surda. A língua brasileira de sinais: aspectos linguísticos. Língua de Sinais e educação. Exercícios e prática de interpretação.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”**. Porto Alegre: Mediação, 2013.

GAIO, Roberta; MENEGHETTI, Rosa G. Krob (Org.) **Caminhos pedagógicos da educação especial**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa? Crenças e preconceitos em torno das línguas de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Párabola Editorial, 2009.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. **Decreto 5.626**, de 22 de dezembro de 2005. (LIBRAS). Brasília, 2005.

BRITO, Lucinda Ferreira. **Integração social & educação de surdos**. Rio de Janeiro: Babel, 1993.

CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo barreiras para aprendizagem: educação inclusiva**. 4.ed. Porto Alegre: Mediação, 2000.

FERNANDES, Eulália. **Linguagem e surdez**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro ilustrado de língua brasileira de sinais – desvendando a comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultural, 2017. Vol. 2.

KAUCHAKJE, Samira; GESUELI, Zilda Maria (Org.) **Cidadania, surdez e linguagem:**

desafios e realidades. São Paulo: Plexus, 2003. cap. 8, p. 147-159.

LOPES, Maura Corcini. **Surdez e Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

MOURA, Maria Cecília de. **O surdo**: caminhos para uma nova identidade. Rio de Janeiro: Revinter; FAPESP, 2000.

QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos**: a aquisição da linguagem. Porto Alegre: Artmed, 1997.

SKLIAR, Carlos (Org.) **A Surdez, um olhar sobre as diferenças**. Porto Alegre: Mediação, 1998.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INGLÊS I

Ementa: Observações na escola e séries de Ensino Fundamental II, socialização de leituras e discussões na universidade. Relatório sobre o que foi observado, relacionando à literatura que foi discutida na universidade e a vivência na escola.

Bibliografia Básica:

LEWIS, Catherine C.; HURD, Jacqueline. **Lesson study step by step**: how teacher learning communities improve instruction. Heinemann: [s.n.], 2011.

LIGHTBROWN, Patsy M.; SPADA, Nina. **How languages are learned**. USA: Oxford Handbooks, 2007.

SOMOGYI-TÓTH, Kati. **Observation Tasks**: a workbook for students-teachers. The Teacher Trainer Journal. Vol.26, number 3, 2012.

Bibliografia Complementar:

BIAZI, Terezinha Marcondes Diniz; GIMENEZ, Telma; STUTZ, Lidia. **O papel da observação de aulas durante o estágio supervisionado de inglês**. Signum: Estudos da Linguagem, v. 14, n. 1, p. 57-78, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é base. Brasília, 2018.

PESSOA, R. R.; BORELLI, J. D. V. P. Reflexão Crítica e colaborativa na formação do professor de língua estrangeira. In: _____. **Reflexão e crítica na formação de professores de língua estrangeira**. Goiânia: Editora UFG, 2011.

SANTOS, Creuza Andrea Trindade dos. **Publicação de normas técnicas para a apresentação de trabalhos científicos da UFOPA**. Santarém: UFOPA, 2016.

WRAGG, E. C. **An introduction to classroom observation**. 2. ed. London: Routledge, 1999.

ESTRUTURA DA LÍNGUA INGLESA I

Ementa: A estrutura interna e os processos de formação de palavras. Categorias gramaticais e classes de palavras. Semântica lexical. Estruturas frásicas e complementos verbais. Estratégias de ensino e aprendizagem de elementos da estrutura da língua inglesa aplicadas à Educação Básica.

Bibliografia Básica:

DIXSON, Robert James. **Complete course in English**, 1972.

THOMSON, Laura; MARTINET, A. V. **A practical English grammar**. 4. ed. Oxford: Oxford University Press, c1986.

THORNBURY, Scott. **Natural grammar**: the keywords of English and how they work. Oxford: Oxford University Press, 2004.

Bibliografia Complementar:

BRINTON, Laurel J.; BRINTON, Donna M. **The linguistic structure of modern English**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010.

FABB, Nigel. **Sentence structure**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2005.

KATAMBA, Francis. **English words: structure, history, usage**. 2. ed. Abingdon: Routledge, 2005.

MASTER, Peter Antony. **Systems in English grammar: an introduction for language teachers**. Englewood Cliffs: Prentice Hall Regents, 1996.

MILLWARD, C. M.; HAYES, Mary. **A biography of the English language**. 3ª ed. Boston: Wadsworth, 2012.

O'DWYER, Bernard T. **Modern English Structures: form, function, and position**. 2ª ed. Peterborough: Broadview Press, 2006.

PAYNE, Thomas E. **Understanding English grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

POLLOCK, Joy; WALLER, Elisabeth. **English grammar and teaching strategies**. David Fulton, 1999.

COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA III

Ementa: Desenvolvimento pós-intermediário, das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Elaboração de propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em língua inglesa. Práticas de micro-ensino em sala de aula.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

Bibliografia Complementar:

HORNBY, Albert Sydney; TURNBULL, Joanna. **Oxford advanced learner's dictionary of current English**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LADOUSSE, Gillian Porter. **Speaking Personally**: quizzes and questionnaires for fluency practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEKI, I. **Academic Writing**: Exploring Processes and Strategies. Cambridge: Cambridge

University Press, 1993.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Intermediate Plus**. Student's Book. 3rd ed, Oxford University Press, 2012. (unit 1 -5)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Intermediate Plus**. Workbook. Oxford University Press, 2012.

LITERATURA INGLESA I

Ementa: Visão panorâmica da história da Literatura Inglesa do Renascimento até o Romantismo, focalizando a estética desses períodos, os principais fatores políticos e sociais, os autores e as obras mais significativas, capacitando o aluno na análise de uma obra literária (poesia, prosa e drama). Discussão e elaboração de estratégias de ensino de literatura na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

BURGESS, Anthony. **A literatura Inglesa**. São Paulo: Ática, 2004.

SHAKESPEARE, William. **Teatro completo de Shakespeare: Tragédias**. Rio de Janeiro: Ediouro, [19--?]

THORNLEY, G. C. **An outline of English literature**. New York: Longman, 2011.

Bibliografia Complementar:

ABRAMS, M. H. **The Norton anthology of English literature**. 4. ed. New York: W. W. Norton, 1979. [vol. 2]

COLLIE, Joanne; SLATER, Stephen. **Literature in the language classroom: a resource book of ideas and activities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

GROVER, Roger. **Past into present: an anthology of British and American literature**. Longman, 1990.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching: a guide for teachers and trainers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

REES, R. J. **English Literature: an introduction for foreign readers**. MacMillan, 1973.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PORTUGUÊS II

Ementa: Execução supervisionada de projeto integrado de ensino de língua portuguesa e literaturas portuguesa e brasileira em turmas de Ensino Fundamental II de escola pública ou privada. Avaliação do processo de execução do projeto e de seus resultados. Elaboração de relatório.

Bibliografia Básica:

BRASIL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: língua portuguesa**. Rio de Janeiro: DP & A, 1997.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez.1996.

BRITO, Eliana Vianna (Org.). **PCNs de língua portuguesa: a prática em sala de aula**. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

CUNHA, Myriam Crestian C. da. **A avaliação formativa: estratégia didática para o ensino/aprendizagem da língua materna**. Moara, no. 09, 1998. p. 105-133.

DIONÍSIO, A. e BEZERRA, M. A. (orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

ROJO, Roxane. **A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA I

Ementa: O contexto colonial e a formação das literaturas africanas de língua portuguesa, com enfoque no gênero lírico. A formação da consciência nacional e o engajamento literário na poesia africana. Poesia africana e identidade nacional. A evolução da poesia: da tradição às tendências modernas. Características da poesia africana do período pós-independência. Diálogos literários entre África e Brasil. Poesia africana na prática pedagógica. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

ERVEDOSA, Carlos. **Roteiro da literatura angolana**. Luanda: União dos Escritores Angolanos, s/d.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.

SECCO, Carmen Tindó. **A magia das letras africanas**. Rio de Janeiro: ABE Graph, 2003.

Bibliografia Complementar:

CHAVES, Rita. **Angola e Moçambique - Experiência colonial e territórios literários**. Cotia, Ateliê, 2005.

CHAVES, Rita & MACEDO, Tania. **Marcas da diferença**. Literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

_____. VECCHIA, Rejane. **A kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Angola: Nizla, 2007.

LEITE, Ana Mafalda. **Literaturas africanas e formulações pós-coloniais**. Lisboa: Colibri, 2003.

SALGADO, Maria Teresa & SEPÚLVEDA, Maria do Carmo (org). **África & Brasil: letras**

em laços. São Caetano do Sul: Yendis, 2006. Pp. 97-117.

SINTAXE DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: A subordinação e a coordenação. A estrutura da frase. As vozes do verbo. Elementos estruturais da frase segundo a NGB. Conhecimento de fenômenos sintáticos da língua portuguesa. Capacidade de identificação de processos sintáticos e de elementos constituintes. Descrição por meio de categorização de elementos linguísticos, planejamento de situações didáticas que promovam a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

AZEREDO, José Carlos. **Iniciação à sintaxe do Português**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

BORBA, Francisco da Silva. **Teoria sintática**. São Paulo: EDUSP, 1979.

CAMARA JR., Joaquim Mattoso. **Estrutura da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

Bibliografia Complementar:

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1995. Capítulos 18 23.

CARONE, F. B. **Morfossintaxe**. 5a ed., São Paulo: Ática, 2006.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

GLEASON, H. A. **Introdução à linguística descritiva**. Lisboa: Calouste, 1961.

MACAMBIRA, José Rebouças. **A estrutura morfossintática do português**. São Paulo: Pioneira, 1974.

DIDÁTICA GERAL

Ementa: O papel da didática como elemento organizador de fatores que se relacionam ao processo de ensino aprendizagem. Tendências pedagógicas da prática escolar. Currículo e conhecimento.

Bibliografia Básica:

CANDAU, Vera Maria. **Rumo a uma nova didática**. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

PIMENTA, Selma Garrido (Org.). **Didática e formação de professores: percursos e perspectivas no Brasil e em Portugal**. São Paulo: Cortez, 2000.

ROUSSEAU, J. J. **Emílio ou da educação**. 3. ed. São Paulo: Difel, 1979.

Bibliografia Complementar:

ALVES, Gilberto Luiz. **O trabalho didático na escola moderna: formas históricas**. Campinas: Autores Associados, 2005.

CHATEAU, Jean. **Os grandes pedagogistas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1978.
COMENIUS. **Didática Magna**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

DEWEY, John. **Vida e Educação**. São Paulo: Edições Melhoramentos, 1967.

OLIVEIRA, Maria Rita Neto Sales (Org.). **Didática: ruptura, compromisso e pesquisa**. Campinas: Papirus, 1993.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INGLÊS II

Ementa: Regência na escola, em salas de Ensino Fundamental II, socialização de leituras e discussões sobre a experiência vividas na sala de aula da escola. Relatório sobre o que foi observado, relacionando à literatura que foi discutida na universidade e a vivência na escola.

Bibliografia Básica:

BROWN, H. Douglas. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. San Francisco: Longman, 2007.

HARMER, Jeremy. **How to teach English**. England: Longman, 2007.

LARSEN-FREEMAN, Diane. **Techniques and principles in language teaching**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Communicative dimensions in language teaching**. São Paulo: Pontes, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília, 2018.

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching**. New York: Cambridge UP, 1995.

SANTOS, Creuza Andrea Trindade dos. **Publicação de normas técnicas para a apresentação de trabalhos científicos da UFOPA**. Santarém: UFOPA, 2016.

STEPANEK, Jennifer et al. **Leading lesson study: A practical guide for teachers and facilitators**. [S.l.]: Corwin Press, 2007.

LITERATURA INGLESA II

Ementa: Visão panorâmica da história da Literatura Inglesa da Era Vitoriana até o Modernismo, focalizando a estética desses períodos, os principais fatores políticos e sociais, os autores e as obras mais significativas, capacitando o aluno na análise de uma obra literária (poesia, prosa e drama). Discussão e elaboração de estratégias de ensino de literatura na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

BURGESS, Anthony. **A literatura Inglesa**. São Paulo, Ática, 2004.

EAGLETON, Terry. **Teoria da literatura: uma introdução**. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

THORNLEY, G. C. **An outline of English literature**. New York, Longman, 2011.

Bibliografia Complementar:

CEVASCO, M. E.; SIQUEIRA, V. L. **Rumos da Literatura Inglesa**. São Paulo: Ática, 1985. EAGLETON, Terry. **How to Read a Poem**. Malden: Blackwell Publishing, 2007.

_____. **How to Read Literature**. New Haven: Yale University Press, 2013.

COLLIE, Joanne; SLATER, Stephen. **Literature in the language classroom**: a resource book of ideas and activities. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching**: a guide for teachers and trainers. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA IV

Ementa: Aprimoramento pós-intermediário das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Elaboração de propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em língua inglesa. Práticas de microensino em sala de aula.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.

MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

Bibliografia Complementar:

HORNBY, Albert Sydney; TURNBULL, Joanna. **Oxford advanced learner's dictionary of current English**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LADOUSSE, Gillian Porter. **Speaking Personally**: quizzes and questionnaires for fluency practice. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

LEKI, I. **Academic Writing**: Exploring Processes and Strategies. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Intermediate Plus**. Student's Book. 3rd ed, Oxford University Press, 2012. (unit 6 -10)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Intermediate Plus**. Workbook. Oxford University Press, 2012.

ESTRUTURA DA LÍNGUA INGLESA II

Ementa: Sintagmas nominais, adverbiais, adjetivais e preposicionados. Orações finitas e não finitas. Funções sintáticas dos termos constituintes da oração. Características cognitivas, semânticas e sintáticas dos termos constituintes da oração. Verbos principais e verbos auxiliares. Estratégias de ensino e aprendizagem de elementos da estrutura da língua inglesa aplicadas à Educação Básica.

Bibliografia Básica:

CELCE-MURCIA, Marianne; LARSEN-FREEMAN, Diane. **The grammar book**: an ESL / EFL teacher's course. 2nd ed. Boston: Heinle, Cengage Learning, 2016.

MORENBERG, Max. **Doing grammar**. 4 th ed. New York: Oxford University Press, 2010.
DOWNING, Angela. **English grammar**: a university course. 3.ed. London: Routledge, 2015. GELDEREN, Elly V. An introduction to the grammar of English. Amsterdam: John Benjamins B.V., 2010. [Revised edition].

Bibliografia Complementar:

BRINTON, Laurel J.; BRINTON, Donna M. **The linguistic structure of modern English**. Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 2010.

CARNIE, Andrew. **Constituent structure**. 2nd. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

FABB, Nigel. **Sentence structure**. 2 nd ed. Oxon: Routeledge, 2005.

KIM, Jong-Bok; SELLS, Peter. **English syntax**: an introduction. CSLI Publications, 2008.

KATAMBA, Francis. English words: structure, history, usage. 2nd.ed. Abingdon: Routeledge, 2005.

MASTER, Peter Antony. **Systems in English grammar**: an introduction for language teachers. Englewood Cliffs: Prentice Hall Regents, 1996.

MILLWARD, C. M.; HAYES, Mary. **A biography of the English language**. 3rd ed. Boston: Wadsworth, 2012.

NEWSON, Mark; et alli. **Basic English syntax**: with exercises. Budapest: Bölcsész Konzorcium, 2006.

O'DWYER, Bernard T. **Modern English Structures**: form, function, and position. 2nd ed. Peterborough: Broadview Press, 2006.

OOSTDIJK, Nelleke. **Corpus Linguistics and the automatic analysis of English**. Amsterdam: Rodolpi, 1991.

PAYNE, Thomas E. **Understanding English grammar**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

POLLOCK, Joy; WALLER, Elisabeth. **English grammar and teaching strategies**. David Fulton, 1999.

STRUMPF, Michael; DOUGLAS, Auriel. **The grammar bible**: everything you always wanted to know about grammar but didn't know whom to ask. New York: Awl Book, 2004.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PORTUGUÊS III

Ementa: Observação em escolas e turmas das séries do Ensino Médio. Estudo e análise crítica do projeto pedagógico da escola e do plano de ensino de língua portuguesa e literaturas portuguesa e brasileira. Elaboração de relatório.

Bibliografia Básica:

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez.1996.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília, 2018.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio: parte 2 – linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2000.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica. Conhecimentos de Línguas Estrangeiras. In: **Orientações curriculares para o ensino médio: linguagens, códigos e suas tecnologias**. Brasília: MEC/SEB, 2006. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf>. Acesso em: 18/06/2019.

DIONÍSIO, A. e BEZERRA, M. A. (orgs.). **O livro didático de português: múltiplos olhares**. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

ROJO, Roxane. **A prática da linguagem na sala de aula: praticando os PCNs**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2000.

SEMÂNTICA E PRAGMÁTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA

Ementa: Semântica e pragmática: referência e sentido, proposição, expressões referenciais e predicado, dêixis; o significado das palavras; conectivos: conjunção, disjunção, negação e implicação; a teoria dos atos de fala. Descrição por meio de categorização de elementos linguísticos, planejamento de situações didáticas que possibilitem a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica. Planejamento de situações didáticas que promovam a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

CUNHA, J. C. C. **Pragmática lingüística e didática das línguas**. Belém: UFPA, 1991.

FONSECA, F. I.; FONSECA, J. **Pragmática lingüística e o ensino do português**. Coimbra: Almedina, 1990.

RECTOR, M. e YUNES, E. **Manual de semântica**. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1980.

Bibliografia Complementar:

BENVENISTE, Emile. **Problemas de linguística geral I**. Campinas: Pontes, 1988. Capítulos 18-23.

CRYSTAL, David. **Dicionário de linguística e fonética**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

DUBOIS, Jean e outros. **Dicionário de linguística**. São Paulo: Cultrix, 1973.

MELO, Gladstone Chaves de. **A língua do Brasil**. 4ª ed. Rio de Janeiro: Padrão, 1981.

ULLMANN, S. **Semântica, introdução à ciência do significado**. Lisboa. Calouste Gulbenkian, 1987.

LITERATURA BRASILEIRA III

Ementa: A Semana de Arte Moderna de 22 e a caracterização das três fases: Primeira Fase do Modernismo ou Fase Heroica (1922-1930), Segunda Fase do Modernismo ou Fase de Consolidação (1930-1945) Terceira Fase do Modernismo (1945-? ou até 1960 ou até 1978). Estudo dos principais autores modernistas e de suas respectivas obras. Estudo de autores e obras representativas das manifestações literárias contemporâneas, pós-modernistas. Cotejo entre a Literatura Brasileira Contemporânea e a estética modernista. O hibridismo genológico e estético na produção literária brasileira contemporânea. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

BRITO, Mário da Silva. **História do modernismo brasileiro I** – antecedentes da Semana de Arte Moderna. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997.

CANDIDO, Antonio; CASTELO, J. Aderaldo. **Presença da literatura brasileira – III Modernismo**. São Paulo: Difel, 1983.

MOISÉS, Massaud. **História da literatura brasileira – Realismo** (vol. III). São Paulo: Cultrix, 1996.

Bibliografia Complementar:

LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

LUCAS, Fábio. **Do Barroco ao Moderno** – vozes da literatura brasileira. São Paulo, Ática, 1989.

MARTINS, W. **História da inteligência brasileira**. (Vol. VII 1877-1896) São Paulo: T. A. Queiroz, 1996.

MOISÉS, M. **História da literatura brasileira – Modernismo (1922- Atualidade)**. (vol. V). São Paulo: Cultrix, 1996.

RODRIGUES, Nelson. **O teatro completo de Nelson Rodrigues**. (Organizador Sábado Magaldi). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1981.32

ROSA, Guimarães. **Grande sertão: veredas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.

LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA II

Ementa: O contexto colonial e a formação das literaturas africanas de língua portuguesa, com enfoque na produção narrativa. A formação da consciência nacional e o engajamento literário na prosa de ficção. A evolução do conto: da origem oral às tendências contemporâneas. O romance africano: da tradição à modernidade. A narrativa pós-colonial: características estéticas. Diálogos literários entre África e Brasil. A narrativa em sala de aula. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

CHAVES, Rita. **A formação do romance angolano**. São Paulo / Maputo: Via Atlântica/Fundo Bibliográfico de Língua Portuguesa, 1999.

FERREIRA, Manuel. **Literaturas africanas de expressão portuguesa**. São Paulo: Ática, 1987.

SANTILLI, Maria Aparecida. **Estórias africanas: história e antologia**. São Paulo: Ática, 1985.

Bibliografia Complementar:

AFONSO, Maria Fernanda. **O conto moçambicano**. Lisboa: Editorial Caminho, 2004.

CHAVES, Rita & MACEDO, Tania. **Marcas da diferença**. Literaturas africanas de língua portuguesa. São Paulo: Alameda Editorial, 2006.

_____. VECCHIA, Rejane. **A kinda e a Misanga: encontros brasileiros com a literatura angolana**. São Paulo: Cultura Acadêmica, Angola: Nizla, 2007.

_____. MATA, Inocência. **Boaventura Cardoso: a escrita em processo**. São Paulo: Alameda, União dos Escritores Angolanos, 2005.

MACEDO, Tania. Angola/ Brasil: **Estudos comparados de literatura**. São Paulo: Arte e Ciência / Via Atlântica, 2003.

EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

Ementa: Proporcionar conhecimentos teóricos sobre os fundamentos da Educação Especial no mundo e no Brasil dando segmento a marcos políticos que balizaram esse processo em território nacional e contextualizando questões conceituais das deficiências.

Bibliografia Básica:

CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: com os pingos nos "is"**. 9. ed. Mediação, 2013.

MAZZOTTA, Marcos. **Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas**. São Paulo: Cortez, 1996.

JANNUZZI, Gilberta de Martino. **A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI**. Campinas: Autores Associados, 2012.

Bibliografia Complementar:

BARROCO, Sonia Mari Shima; LEONARDO, Nilza Sancher Tessaro; SILVA, Tânia dos Santos Alvarez da (orgs). **Educação especial e teoria Histórico-Cultural: em defesa da humanização do homem**. Maringá: Eduem, 2012.

BORGES, Adriana Araújo Pereira; NOGUEIRA, Maria Luisa Magalhães (Orgs). **O aluno com autismo na escola**. Editora Mercado das Letras. DAltas Habilidades ou Superdotação. Dislexia/ discalculia.

MENDES Enicéia Gonçalves; ALMEIDA, Maria Amélia (Orgs). **Das margens ao centro: perspectivas para as políticas e práticas educacionais no contexto da educação especial inclusiva**. Araraquara: Junqueira& Marin, 2010.

OLIVEIRA, Ivanilde Apoluceno de. **Saberes, Imaginários e Representações na Educação Especial: a problemática ética da "diferença" e da exclusão social**. 2. ed. Vozes, 2004.

SILUK, Ana Cláudia Pavão (org). **Atendimento Educacional Especializado: contribuições para a prática pedagógica**. Santa Maria: UFSM, Centro de Educação,

Laboratório de Pesquisa e Documentação, 2012.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INGLÊS III

Ementa: Observações na escola e séries do Ensino Médio, socialização de leituras e discussões na universidade. Relatório sobre o que foi observado, relacionando à literatura que foi discutida na universidade e a vivência na escola.

Bibliografia Básica:

LEWIS, Catherine C.; HURD, Jacqueline. **Lesson study step by step: how teacher learning communities improve instruction.** Heinemann: [s.n.], 2011.

LIGHTBROWN, Patsy M.; SPADA, Nina. **How languages are learned.** USA: Oxford Handbooks, 2007

SOMOGYI-TÓTH, Kati. **Observation Tasks: a workbook for students-teachers.** The Teacher Trainer Journal. Vol.26, number 3, 2012.

Bibliografia Complementar:

BLAZI, Terezinha Marcondes Diniz; GIMENEZ, Telma; STUTZ, Lidia. **O papel da observação de aulas durante o estágio supervisionado de inglês.** Signum: Estudos da Linguagem, v. 14, n. 1, p. 57-78, 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base.** Brasília, 2018.

PESSOA, R. R.; BORELLI, J. D. V. P. Reflexão Crítica e colaborativa na formação do professor de língua estrangeira. In: _____. **Reflexão e crítica na formação de professores de língua estrangeira.** Goiânia: Editora UFG, 2011.

SANTOS, Creuza Andrea Trindade dos. **Publicação de normas técnicas para a apresentação de trabalhos científicos da UFOPA.** Santarém: UFOPA, 2016.

WRAGG, E. C. **An introduction to classroom observation.** 2ª ed. London: Routledge, 1999.

LITERATURA AMERICANA I

Ementa: Oferecer uma visão panorâmica da literatura americana desde o período Colonial até o Romantismo, focalizando os principais fatos históricos, sociais e políticos. Analisar os escritores e suas principais obras (poemas e contos). Capacitar o aluno para ler e discutir narrativas literárias decompondo-as em seus elementos constitutivos e redigir texto analítico-interpretativo focalizando a estrutura de uma narrativa literária. Discussão de estratégias de ensino de literatura na Educação Básica. Elaboração de planejamento de aulas de língua inglesa para o Ensino Básico com o uso de literaturas anglófonas.

Bibliografia Básica:

BAYM, Nina et al. **The Norton Anthology of American Literature**. New York : Norton & Company, 1986.

FULLER, Edmund & Kinnick, B. Jo. **Adventures in American Literature**. Volume 1. Harcourt Brace Jovanovich, Inc.: New York, 1963.

KARNAL, Leandro et. al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI**. São Paulo: Contexto, 2007.

Bibliografia Complementar:

CAMARGO, Marisis A. **Basic Guide to American Literature**. São Paulo: Pioneira, 1986.

COLLIE, Joanne; SLATER, Stephen. **Literature in the language classroom: a resource book of ideas and activities**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DIYANNI, Robert. **Literature: reading fiction, poetry, drama and the essay**. 2ª ed. McGrawHill, Inc. 1990.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching: a guide for teachers and trainers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

McMICHAEL, George. **Concise anthology of American literature**. New York: Macmillan Publishing Company, 1985.

COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA V

Ementa: Desenvolvimento em nível pré-avançado das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Elaboração de propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em língua inglesa. Práticas de microensino em sala de aula.

Bibliografia Básica:

MORENBERG, Max. **Doing Grammar**. New York: Oxford University Press, 2010.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Upper-intermediate**. Workbook. 3rd ed, Oxford University Press, 2012.

Bibliografia Complementar:

HORNBY, Albert Sydney; TURNBULL, Joanna. **Oxford advanced learner's dictionary of current English**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

LARSEN-FREEMAN, Diane. **Techniques and principles in language teaching**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LEKI, I. **Academic Writing: Exploring Processes and Strategies**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

MURPHY, Raymond. **English grammar in use**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Upper-**

intermediate. Student's Book. Oxford University Press, 2012. (unit 1 a 5)

UR, Penny, Wright, Andrew. **Five-minute activities:** a resource book of short activities. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

FONÉTICA E FONOLOGIA DA LÍNGUA INGLESA

Ementa: Conceitos de fonética e fonologia. Fonética articulatória dos sons da língua inglesa. Fonologia do inglês: traços segmentais e suprasegmentais. Reconhecimento e interpretação de enunciados, distinções do som da fala e padrões diferentes de entoação na produção oral de falantes de inglês como primeira língua e língua adicional, bem como a capacidade de produzi- los na própria fala. Introdução crítica ao método fônico sintético de alfabetização. Estratégias para a aplicação de conhecimentos sobre fonética e fonologia no ensino de Inglês na educação básica.

Bibliografia Básica:

ROACH, Peter. **English phonetics and phonology:** a practical course. 4th ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2009.

ROGERSON-REVELL, Pamela. **English phonology and pronunciation teaching.** London: Bloomsbury, 2011.

SILVA, Thais Cristófar. **Pronúncia do inglês para falantes do português brasileiro.** Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2005.

Bibliografia Complementar:

BRAZIL, David. **Pronunciation for Advanced Learners of English:** Student's Book. Cambridge: Cambridge University Press, 1994a.

_____. **Pronunciation for Advanced Learners of English:** Teacher's Book. Cambridge: Cambridge University Press, 1994b.

BROOKS, Greg. **Dictionary of the British English spelling system.** Cambridge: Open Book Publishers, 2015.

COLLINS, Beverley; MEES, Inger M. **Practical phonetics and phonology:** a resource book for students. London: Routledge, 2003.

DAVENPORT, Mike; HANNAHS, S. J. **Introducing phonetics and phonology.** 2. ed. London: Hodder Arnold, 2005.

EIDE, Denise. **Uncovering the Logic of English: A Common-Sense Solution to America's Literacy Crisis.** Minneapolis: Pedia Learning Inc., 2011.

GONZÁLEZ, María A. G.; ROURA, Teresa S. **English pronunciation for speakers of Spanish:** from theory to practice. Boston: De Gruyter Mouton, 2016.

HANCOCK, Mark. **English pronunciation in use.** Cambridge: Cambridge University Press, 2003.. **Pronunciation games.** Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

HEWINGS, Martin. **Pronunciation practice activities:** a resource book for teaching English pronunciation. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. **English pronunciation in use:** advanced [Self-study and classroom use]. 1st ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

HITOTUZI, Nilton. **Classroom research and reflections on EFL teaching in northern Brazil**: collected papers. Curitiba: CRV, 2018.

JOHNSTON, Rhona; WATSON, Joyce. **Teaching synthetic phonics in primary schools**. 2. ed. London: Learning Matters, 2014.

LADEFOGED, Peter; JOHNSON, Keith. **A course in phonetics**. 6th ed. Boston: Wadsworth, 2011.

SKANDERA, Paul; BURLEIGH, Peter. **A manual of English phonetics and phonology**. 2nd ed. Tübingen: Narr Francke Attempto Verlag GmbH + Co. KG, 2011.

UNDERHILL, Adrian (Ed.) **Sound Foundations**. Oxford: Macmillan Heinemann, 1994.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM PORTUGUÊS IV

Ementa: Execução supervisionada de projeto integrado de ensino de língua portuguesa e literaturas portuguesa e brasileira em turmas de Ensino Médio de escola pública ou privada. Avaliação do processo de execução do projeto e de seus resultados. Elaboração de relatório.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais**: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: língua portuguesa. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é base. Brasília, 2018.

BRASIL. Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Diário Oficial da União. Brasília, DF, v. 134, n. 248, p. 27833-27841, 23 dez.1996.

BRITO, Eliana Vianna (Org.). **PCNs de língua portuguesa**: a prática em sala de aula. São Paulo: Arte & Ciência, 2001.

DIONÍSIO, A. e BEZERRA, M. A. (orgs.). **O livro didático de português**: múltiplos olhares. Rio de Janeiro: Lucerna, 2001.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar**. São Paulo: Cortez, 2011.

ROJO, Roxane. **A prática da linguagem na sala de aula**: praticando os PCNs. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

LÍNGUAS E CULTURAS INDÍGENAS BRASILEIRAS

Ementa: História dos índios no Brasil. Povos tupi, povos macro-jê, família Karib, línguas isoladas. Características gerais das línguas indígenas brasileiras.

Bibliografia Básica:

CUNHA, M. C. da (Org.). **História dos índios no Brasil**. 2. ed. São Paulo: FAPESP/Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura do Estado de São Paulo, 2009.

GRUPIONI, L. D. B. **Índios no Brasil**. Brasil: MEC, 1994.

RODRIGUES, A. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

Bibliografia Complementar

LEITE, Yonne. A gramática de Anchieta: 500 anos de língua tupi. **Ciência Hoje**, vol. 28, no. 163, 42-47, 2000 Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/local--files/artigo:leite-2000/leite_2000_anchieta>.

ROBL, Affonso. 1985. Alguns problemas da influência Tupi na fonética e morfologia do português popular do Brasil. **Letras**, vol. 34, p. 155-179. Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/local--files/artigo:robl-1985/robl_1985_problemas.pdf>

RODRIGUES, Aryon Dall'Igna. 2005. Sobre as línguas indígenas e sua pesquisa no Brasil. **Ciência e Cultura**, v. 57, n. 2, pp. 35-38.

SEKI, Lucy. 2000. Línguas indígenas do Brasil no limiar do século XXI. **Impulso**, volume 12, n. 27 (edição sobre os 500 anos do Brasil), p. 233-256. Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/local--files/artigo:seki-2000/seki_2000.pdf>.

_____. 1999. A linguística indígena no Brasil. **D.E.L.T.A.**, vol. 15, n.º especial, p. 257-290. Disponível em <http://www.etnolinguistica.org/local--files/artigo:seki-1999/seki_1999.pdf>.

METODOLOGIAS DE PESQUISA – PORTUGUÊS

EMENTA: Elaboração do projeto do trabalho de conclusão de curso com base em textos teórico-metodológicos.

Bibliografia Básica:

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar um projeto de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

Bibliografia Complementar:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Normalização da Documentação no Brasil**. Rio de Janeiro, 2000.

BASTOS, Cleverson Leite. **Aprendendo a aprender: introdução à metodologia científica**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

GERGEN; Kenneth J.; GERGEN, Mary. **Construcionismo social**: um convite ao diálogo.

Tradução de Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

KOCHE, José Carlos. **Fundamentos de metodologia científica**: teoria da ciência e a iniciação a pesquisa. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTOS, Creuza Andréa Trindade dos; CHAVES, Mayco Ferreira. **Guia de Normalização da Produção Científica da Ufopa**. Santarém: Ufopa, 2016.

SIQUEIRA, Marli Aparecida da Silva. **Monografias e teses**: das normas técnicas ao projeto de pesquisa. São Paulo: Consulex, 2005.

VARIAÇÃO LINGUÍSTICA E ENSINO

Ementa: Objeto de estudo da Sociolinguística. Conceitos introdutórios e pressupostos teóricos. Contatos, atitudes e comportamentos linguísticos. Diversidade linguística do Português. Características do Português Brasileiro e do Português de Portugal. Variações de registro. Normas e usos linguísticos. Valorização e estigmatização das variantes. Descrição por meio de categorização de elementos linguísticos, planejamento de situações didáticas que promovam a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

ALKIMIM, Tânia. Sociolinguística: Parte I. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina. **Introdução à Linguística**: domínios e fronteiras. São Paulo: Cortez, 2005.

CASTILHO, Ataliba T. de. **Nova gramática do português brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2010.

ILARI, Rodolfo & BASSO, Renato. **O português da gente**: a língua que estudamos, a língua que falamos. São Paulo: Contexto, 2011.

Bibliografia Complementar:

BAGNO, Marcos. **O preconceito linguístico**: o que é e como se faz. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

CALVET, Louis-Jean. **Sociolinguística**: uma introdução crítica. (Tradução Marcos Marcionilo). São Paulo: Parábola, 2002.

FARACO, Carlos Alberto (org.). **Estrangeirismo**: guerra em torno da língua. 2. ed. São Paulo: Parábola, 2001.

MOLLICA, Maria Cecília & BRAGA, Maria Luiza (orgs). **Introdução à sociolinguística**: o tratamento da variação. São Paulo: Contexto, 2003.

TARALLO, Fernando. **A pesquisa sociolinguística**. 4 ed. São Paulo: Ática, 1994.

LINGUÍSTICA APLICADA AO ENSINO

Ementa: Definição do campo de estudo da Linguística Aplicada. Introdução às questões teórico-metodológicas de ensino-aprendizagem de língua materna. Reflexão sobre o papel da Linguística Aplicada no ensino de português, revendo questões básicas: o lugar da língua falada, da produção escrita, da leitura e relação entre oral e escrito. Análise de material e recursos didáticos aplicado nas aulas de língua portuguesa.

Bibliografia Básica:

BAGNO, Marcos. **Língua materna: letramento, variação & ensino**. São Paulo: Parábola, 2002.

FORTKAMP, M. B.; L. TOMITCH (Orgs.). **Aspectos da linguística aplicada**. Florianópolis: Editora Insular, 2000.

SIGNORINI, I. & CAVALCANTI, M. (Orgs.). **Linguística Aplicada e Transdisciplinaridade**. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

Bibliografia Complementar:

CAVALCANTI, M. A propósito de Linguística Aplicada. **Trabalhos em Linguística Aplicada**, 7, p. 5-12, 1986.

LEFFA, Wilson J. A linguística aplicada e o seu compromisso com a sociedade. In: **Anais do VI congresso Brasileiro de Linguística Aplicada**, 2001.

LOPES, Luiz P. da M. L. **Oficina de Linguística Aplicada: a natureza social e educacional dos processos de ensino/aprendizagem de línguas**. Campinas: Mercado das Letras, 1996.

PASCHOAL, M. Z; A. CELANI. **Linguística Aplicada: da aplicação da linguística à linguística transdisciplinar**. São Paulo: EDUC, 1992. p. 15-23.

SCHERER, A. A história e a memória na constituição do discurso da linguística aplicada no Brasil. In: M. J. Coracini; E. Bertoldo (Orgs.). **O desejo da teoria e a contingência da prática: discursos sobre e na sala de aula** (língua materna e língua estrangeira). Campinas: Mercado de Letras, 2003, p. 61-84.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO EM INGLÊS IV

Ementa: Regência na escola, em salas de Ensino Médio, socialização de leituras e discussões sobre a experiência vividas na sala de aula da escola. Relatório sobre o que foi observado, relacionando à literatura que foi discutida na universidade e a vivência na escola.

Bibliografia Básica:

BROWN, H. Douglas. **Teaching by principles: an interactive approach to language pedagogy**. San Francisco: Longman, 2007.

HARMER, Jeremy. **How to teach English**. England: Longman, 2007.

LARSEN-FREEMAN, Diane. **Techniques and principles in language teaching**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

Bibliografia Complementar:

ALMEIDA FILHO, José Carlos Paes de. **Communicative dimensions in language teaching**. São Paulo: Pontes, 2013.

BRASIL, Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular: educação é base**. Brasília, 2018.

RICHARDS, Jack C.; RODGERS, Theodore S. **Approaches and Methods in Language Teaching**. New York: Cambridge UP, 1995.

SANTOS, Creuza Andrea Trindade dos. **Publicação de normas técnicas para a apresentação de trabalhos científicos da UFOPA**. Santarém: UFOPA, 2016.

STEPANEK, Jennifer et al. **Leading lesson study: A practical guide for teachers and facilitators**. [S.l.]: Corwin Press, 2007.

TEORIAS DE AQUISIÇÃO/APRENDIZAGEM DE LÍNGUA ESTRANGEIRA

Ementa: Estudo de teorias contemporâneas que abordam o processo de aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras. Aplicação, através de simulações, de teorias de aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras. Estratégias para a aplicação de conhecimentos sobre o processo de aquisição/aprendizagem de línguas estrangeiras no ensino de inglês na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

ELLIS, Rod. **Second language acquisition**. Oxford: Oxford University Press, 2008.

GASS, Susan M; SELINKER, Larry. **Second language acquisition: an introductory course**. 3rd ed. New York: Routledge, c2008.

MITCHELL, Rosamond; MYLES, Florence. **Second language learning theories**. 2nd ed. London: Hodder Education, 2004.

Bibliografia Complementar:

ATKINSON, Dwight (Ed). **Alternative approaches to second language acquisition**. 1st ed. Abingdon: Routledge, 2011.

JANIK, Daniel S. **A neurobiological theory and method of language acquisition**. München: Lincom, 2004.

KUMARAVADIVELU, B. **Understanding language teaching: from method to postmethod**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2008.

LARSEN-FREEMAN, Diane. **Techniques and principles in language teaching**. 2ª ed. Oxford: Oxford University Press, 2000.

LIGHTBOWN, Patsy; SPADA, Nina Margaret. **How languages are learned**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

RICHARDS, Jack C.; RENANDYA, Willy A (Ed.). **Methodology in language teaching: an anthology of current practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.

SAVILLE-TROIKE, Muriel. **Introducing second language acquisition**. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

VANPATTEN, Bill; WILLIAMS, Jessica (Eds.). **Theories in second language acquisition: an introduction**. Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2007.

METODOLOGIAS DE PESQUISA – INGLÊS

Ementa: Conceitos de ontologia, epistemologia, perspectiva teórica, metodologia e método. Metodologias de pesquisa. Métodos de produção, registro e análise de dados. Distinção entre projeto de extensão e projeto de pesquisa. Descrição e elaboração das partes de um projeto de pesquisa. Orientações para a apresentação de trabalhos acadêmicos.

Bibliografia Básica:

ANFARA, Vincent A. Jr.; MERTZ, Norma T. **Theoretical frameworks in qualitative research**. Thousand Oaks: Sage Publications, Inc., 2006.

CROTTY, Michael. **The foundations of social research: meaning and perspective in the research process**. London: SAGE Publications, 1998.

DENICOLO, Pam; BECKER, Lucinda. **Developing research proposals**. London: SAGE, 2012.

Bibliografia Complementar:

BASSEY, Michael. **Case study research in educational settings**. Philadelphia: Open University Press, 1999.

BELL, Judith; WATERS, Stephen. **Doing your research project: a guide for first-time researchers**. 6th ed. Birkshire: Open University Press, 2014.

BENTLEY, T. J. **Report writing in business: the effective communication of information**. Burlington: Elsevier, 2002.

CAREY, Malcolm. **Qualitative research skills for social work: theory and practice**. Burlington: Ashgate, 2012.

COLLINS, Hilary. **Creative research: the theory and practice of research for the creative industries**. Lausanne: AVA Publishing, 2010.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. P. **Designing and conducting mixed methods research**. Thousand Oaks: SAGE Publications, 2007.

DALCHER, Darren; BRODIE, Lindsay. **Successful IT projects**. London: Middlesex University Press, 2007.

EASTERBY-SMITH, Mark; THORPE, Richard; JACKSON, Paul R. **Management and business research**. 5 ed. London: SAGE Publications Ltd, 2015.

GERGEN; Kenneth J.; GERGEN, Mary. **Construcionismo social: um convite ao diálogo**. Tradução de Gabriel Fairman. Rio de Janeiro: Instituto Noos, 2010.

HESHUSIUS, Lous; BALLARD, Keith (Ed.). **From positivism to interpretivism and beyond: tales of transformation in educational and social research**. New York: Teachers College Press, 1996.

HEWITT-TAYLOR, Jaqui. **The essential guide to doing a health and social care literature review**. Oxon: Routledge, 2017.

HOUSER, Janet. **Nursing research: reading, using, and creating evidence**. 2. ed. Sudbury: Jones & Bartlett Learning, 2012.

KEMMIS, Stephen; MCTAGGART, Robin; NIXON, Rhonda. **The action research planner: doing critical participatory action research**. Singapore: Springer, 2014.

LODICO; Margueirite G.; SPAULDING, Dean T.; VOEGTLE, Katherine H. **Methods in educational research: from theory to practice**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 2010.

O'LEARY, Zina. **The essential guide to doing your research project**. Los Angeles: SAGA, 2017.

PARSONS, Jim; HEWSON, Kurtis; ADRIAN, Lorna; DAY, Nicole. **Engaging in action**

research: a practical guide to teacher-conducted research for educators & school leaders. Vancouver: Brush Education Inc., 2013.

POIDEVIN, Robin L.; SIMONS, Peter; MCGONIGAL, Andrew; CAMERON, Ross, P. **The**

Routledge companion to Metaphysics. London: Routledge, 2009.

PRITCHARD, Duncan (Ed.). **What is this thing called philosophy?** London: Routledge, 2016.

PUNCH, Keith F. **Developing effective research proposals.** London: SAGE Publications, 2006.

RIDLEY, Diana. **The literature review: a step-by-step guide for students.** 2nd. ed. Los Angeles: SAGE, 2012.

LITERATURA AMERICANA II

Ementa: Visão da literatura americana desde o Realismo até o período Pós-moderno, focalizando os principais fatos históricos, sociais e políticos. Analisar os escritores e suas principais obras (contos e poemas). Capacitar o aluno para ler e discutir narrativas literárias decompondo-as em seus elementos constitutivos e redigir texto analítico-interpretativo focalizando a estrutura de uma narrativa literária. Discussão de estratégias de ensino de literatura na Educação Básica. Elaboração de planejamento de aulas de língua inglesa para o Ensino Básico com o uso de literaturas anglófonas.

Bibliografia Básica:

BODE, Carl. **Highlights of American literature.** Washington, D. C.: United States Information Service, 1985.

KARNAL, Leandro et. al. **História dos Estados Unidos: das origens ao século XXI.** São Paulo: Contexto, 2007.

POOLEY, Robert T. C. **The united states in literature.** Glenview, Illinois: Scott, Foresman and Company, 1968.

Bibliografia Complementar:

CAMARGO, Marisis Aranha. **Basic guide to American literature.** São Paulo: Pioneira, 1986.

COLLIE, Joanne; SLATER, Stephen. **Literature in the language classroom: a resource book of ideas and activities.** Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

DIEDRICH, Julia. **Theoretical approaches to teaching literature in the English classroom and its practical realization on the basis of Philip K. Dick's short story "The Exit Door Leads.** In". London: GRIN, 2008. [Seminar Paper].

GARRATY, John A. **A short history of the American nation.** 2^a ed. Harper & Row, Publishers, 1975.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching: a guide for teachers and trainers.** Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

OATES, Joyce Carol. **The oxford book of American short stories.** Oxford: Oxford

University Press, 1992.

TAYLOR, Walter Fuller. **A história das letras americanas**. São Paulo: Ed. Fundo de Cultura S. A., 1956.

COMUNICAÇÃO EM LÍNGUA INGLESA VI

Ementa: Aprimoramento em nível pré-avançado das habilidades de compreensão e produção oral e escrita. Elaboração de propostas didáticas para o ensino da oralidade e da escrita em língua inglesa. Práticas de micro-ensino em sala de aula.

Bibliografia Básica:

MURPHY, Raymond. **English grammar in use**. 3rd ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2012.

BROWN, H. Douglas. **Teaching by Principles: An Interactive Approach to Language Pedagogy**. San Francisco State University: Pearson Longman, 2007.

THOMSON, Laura. **A Practical English Grammar**. Oxford: Oxford University Press, 1986.

Bibliografia Complementar:

HORNBY, Albert Sydney; TURNBULL, Joanna. **Oxford advanced learner's dictionary of current English**. 8th ed. Oxford: Oxford University Press, 2011.

HEWINGS, M. **Advanced grammar in use**. Cambridge: Cambridge University Press, 2005

LARSEN-FREEMAN, D. **Grammar dimensions: form, meaning, and use (Series)**. Boston, MA: Heinle & Heinle, 2000.

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Upper-intermediate**. Student's Book. Oxford University Press, 2012. (unit 6 a 10)

OXEDEN, C. & KOENIG-LATHAM C. & SELIGSON, P. **English File Upper-intermediate**. Workbook. 3rd ed, Oxford University Press, 2012.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NA FORMAÇÃO DOCENTE E EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

Ementa: Tecnologias e educação, história e perspectivas. A utilização das tecnologias (digitais) na educação. Estudo teórico-prático dos recursos computacionais aplicados na educação (aplicativos, internet, multimídia e outros). Introdução à Educação a Distância: noções sobre gestão, docência, aprendizagem por meios virtuais. Ensino Híbrido. Aplicações dos recursos tecnológicos no processo de ensino aprendizagem. Planejamento de situações didáticas que possibilitem a expansão do uso das Tics e do Ensino a Distância.

Bibliografia Básica:

VALENTE, J. A. **Formação de Educadores para o uso da informática na escola**. Campinas: UNICAMP/NIED, 2003.

BACICH, L.; NETO TANZI, Adolfo; TREVISAN, Fernando de Mello. **Ensino Híbrido: personalização e tecnologia da educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

MORAN, José Manuel; MASETTO, Marcos T; BEHRENS, Marilda Aparecida. **Novas Tecnologias e mediação pedagógica**. 21.ed. – Campinas: Papirus, 2013.

Bibliografia Complementar:

COLL, C. M. C. **Psicologia da Educação Virtual**, aprender e ensinar com as tecnologias da informação e da comunicação. Porto Alegre: Artmed, 2010.

GABRIEL, Martha. **Educar a (r)evolução digital na educação**. São Paulo: Saraiva, 2013.

KENSKI, Vani M. **Tecnologias e ensino presencial e a distância**. 5. ed. Campinas: Papirus, 2003.

PALFREY, John; GASSER, Urs. **Nascidos na era digital: entendendo a primeira geração de nativos digitais**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

PELLANDA, Nize Maria Campos, Elisa Tomoe Moriya Schlünzen, Klaus Schlünzen Junior (Orgs). **Inclusão digital: tecendo redes afetivas / cognitivas**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

TORI, Romero. **Educação sem distância: As tecnologias interativas na Redução de distâncias em ensino e aprendizagem**. São Paulo: SENAC, 2010.

VALENTE, J. A.; BUSTAMANTE, Silvia Branco Vidal (Orgs.). **Educação a Distância: prática e formação do profissional reflexivo**. São Paulo: Avercamp, 2009.

EDUCAÇÃO E DIREITOS HUMANOS

Ementa: Direitos humanos e educação: perspectiva histórica e conceituação. Documentos internacionais e nacionais sobre direitos humanos e educação. Direitos humanos na legislação educacional brasileira. Educação em Direitos humanos na Educação Básica: princípios norteadores. Escola contemporânea e direitos humanos: igualdade e diversidade étnico-racial, de gênero, sexual e religiosa, proteção dos direitos da pessoa com deficiência (PCD). Discussão e reflexão sobre problemas de faixa geracional e direitos educacionais de adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas. Direitos humanos em sala de aula: práticas pedagógicas e projetos interdisciplinares.

Bibliografia Básica:

BRASIL/SECRETARIA ESPECIAL DE DIREITOS HUMANOS. **Estatuto da Criança e do Adolescente**: Lei 8.069 de 13.07.90, legislação relacionada, legislação complementar, índice remissivo. São Paulo: Atlas, 2008.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos Direitos Humanos**. São Paulo: Saraiva, 2008.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Piracicaba: Ed. UNIMEP, 2001.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. **Lei Maria da Penha: um avanço no combate à violência contra a mulher**. Brasília, DF: Senado Federal / Secretaria Especial de Editoração e Publicações, 2007.

CADERNO DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS. **Educação em Direitos Humanos: Diretrizes Nacionais**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013. 76p. Disponível em: <http://www2.uesb.br/pedh/wpcontent/uploads/2014/06/Diretrizes-da-Educa%C3%A7%C3%A3o-em-Direitos-Humanos.pdf>

CANDAU, Vera, SACAVINO, Susana. **Educar em Direitos Humanos construir democracia**. DP&A. Rio de Janeiro, 2000.

_____. **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**. Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.

_____. ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli. **Educação em direitos humanos e formação de professores/as**. São Paulo: Cortez, 2013.

COMITÊ NACIONAL DE EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS/ SECRETARIA ESPECIAL DOS DIREITOS HUMANOS. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: MEC/MJ/UNESCO, 2009. Disponível em:

http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2191plano-nacional-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

GESTÃO EDUCACIONAL

Ementa: Escola como espaço de trabalho coletivo de reflexão e ação cotidiana. Gestão educacional: conceitos, princípios e fundamentos. Teorias da administração/organização da educação. Processo sócio histórico de atribuições de competências dos sistemas e órgãos educacionais. Princípios e normas fundamentais da administração pública. Processo de administração democrática e participativa. Gestão Educacional do projeto pedagógico da escola.

Bibliografia Básica:

LIBÂNEO, J. C. **Organização e gestão escolar: teoria e prática**. 4. ed. Goiânia: Alternativa, 2004.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. e ADRIÃO, Theresa (Orgs). **Gestão, Financiamento e direito à educação: análise da LDB e da Constituição Federal**. 2. ed., São Paulo: Xamã, 2007. (Coleção Legislação e Política Educacional – Textos introdutórios).

PARO, Vitor Henrique. **Gestão Democrática da Escola Pública**. 3. ed. Ática, 2012.

Bibliografia Complementar:

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Belém: Banco da Amazônia S/A, 1998.

BRASIL, Lei nº 9.394/1996 - **Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN**, Brasília: DF, 1996.

CHIAVENATO, Idalberto. **Introdução à teoria geral da administração**. 4. ed. São Paulo: Makron Books, 1993.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A administração da educação brasileira, a modernização e o neoliberalismo. In: **Revista Brasileira de Administração da Educação** - Conferências do XVI Simpósio Brasileiro de Administração da Educação – Rio de Janeiro, 1993. (V.9 N. 1, 51- 70).

FORTUNA, M. Lúcia de Abrantes. **Gestão Escolar e Subjetividade**. São Paulo: Xamã; Niterói: Intertexto, 2000.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **O gestor escolar e as demandas da gestão democrática: exigências, práticas, perfil e formação**. Revista Retratos da Escola. Escola de Formação da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação. v. 3, n.4, jan./jun. 2009, Brasília: CNTE, 2009.

HELOANI, José Roberto Montes. **Organização do trabalho e administração: uma visão multidisciplinar**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade (Org.). **Gestão Democrática da Educação: desafios contemporâneos**. Petrópolis: Vozes, 1997.

PRAIS, Maria de Lourdes Melo. **Administração Colegiada na Escola Pública**. 3. ed, Campinas: Papyrus, 1994 (Coleção Magistério: formação e trabalho pedagógico).

ROSA, Clóvis. **Gestão Estratégica Escolar**. Petrópolis: Vozes, 2004

SANDER, Benno. **Gestão da Educação na América Latina**. Campinas: Autores Associados, 1995 (Coleção Educação Contemporânea).

VIEIRA. Alexandre Thomaz; ALMEIDA. Maria Elizabetth Bianconcini e ALONSO. Myrtes (Orgs.) **Gestão Educacional e Tecnologia**. 2. ed., rev. e atualizada. São Paulo: Avercamp, 2007.

PRÁTICAS INTEGRADORAS DE ENSINO II

Ementa: Estratégias para a construção coletiva de uma proposta de estudos interdisciplinares com foco na Elaboração de Projeto Integrador articulando as disciplinas do semestre que deverão trabalhar com a elaboração de projetos de Ações Pedagógicas a partir dos conteúdos curriculares com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais. No final do semestre haverá ações integradoras que converjam as práticas produzidas pelos professores e alunos no decorrer do semestre. As ações integradoras devem ser potencializadas por meio de atividades de extensão que podem ser eventos, exposição de pôsteres, apresentação de comunicação, oficinas, minicursos. Os atores dessas ações serão os Professores em Formação do curso de Letras.

Bibliografia Básica:

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

DEWEY, John. **Experiência e Educação**. Petrópolis, Vozes, 2011.

FREIRE, Paulo. **Educação e Mudança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Bibliografia Complementar:

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é base. Brasília, DF, 2018.

KOLB, D.A. **Experiential Learning**: Experience as the Source of Learning and Development. Englewood Cliffs, NJ: Prentice Hall, 1984.

PAIVA, Angela Randolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

ROSA, Clóvis. **Gestão Estratégica Escolar**. Petrópolis: Vozes, 2004.

- Outras bibliografias, vinculadas aos componentes curriculares relacionados ao semestre e que subsidiarão a realização das ações previstas na ementa.

Componentes Curriculares optativos (disciplina) - Português

LÍNGUA LATINA

Ementa: Morfologia Latina: os casos e as declinações dos substantivos (1^a, 2^a, 3^a, 4^a e 5^a) e dos adjetivos. Voz ativa: as quatro conjugações regulares. Pronomes possessivos e pessoais. Numerais cardinais e ordinais. Tradução, versão e análise de frases simples e de pequenos textos adaptados aos assuntos estudados.

Bibliografia Básica:

BERGE, Damião, et alii. **Ars Latina**: curso prático da língua latina. (tomo I). Petrópolis: Vozes, 1995

COMBA, Júlio. **Gramática latina**. São Paulo: Dom Bosco, 1991. FREIRE, António. **Gramática latina**. Braga: Faculdade de Filosofia, 1987. **Bibliografia Complementar:**

WILLIAMS, E. **Do Latim ao Português**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1994.

LEHMANN, Winfred; SLOCUM, Jonathan. **Latin online**: series introduction. Disponível em

<<http://www.utexas.edu/cola/centers/lrc/eieol/latol-0-X.html>>

MARTINS, Maria Cristina. **A língua latina**: sua origem, variedades, desdobramentos. Disponível em <http://www.filologia.org.br/revista/36/02.htm>

NUNES, Ana Maria da Silva; LIMA, Telde Soares Leal Melo. **A língua latina**: um rio que flui por baixo de uma camada de gelo. Disponível em: <http://www.abralin.org/abralin11_cdrom/artigos/Ana_Maria_Nunes.PDF>CONNORS, MOLLY. **Pro Lingua Latina** (In defense of the Latin Language). (Ensaio). Journal Of Education, 188(3), 85-90. Disponível em

<<http://search.ebscohost.com.ez3.periodicos.capes.gov.br/login.aspx?direct=true&db=aph&AN=44087974&lang=pt-br&site=ehost-live>>.

TEORIAS DO DISCURSO

Ementa: concepções de discurso e linguagem em diferentes campos teóricos. Noções referentes a sujeito, subjetividade, enunciação, ethos, formação discursiva, gênero. Língua como prática social, comunidade discursiva, comunidade de prática, ideologia. As concepções de Bakhtin e do Círculo de Bakhtin relativas à linguagem. O papel do analista do discurso frente aos desafios da sociedade contemporânea. Gêneros discursivos e ensino de língua. Cronotopia e dialogismo como instâncias construtoras das atividades sociais de linguagem. Análise do discurso e tecnologia na Hipermodernidade.

Bibliografia Básica

ATHUSSER, L. **Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado**. Lisboa: Presença-Martins Fontes, 1974.

BAKHTIN, Mikhail. (Voloshinov). **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. São Paulo: Hucitec, 2006.

_____. **Para uma Filosofia do Ato Responsável**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2010.

Bibliografia Complementar

ALTHIER-REVUZ, J. “Hétérogénéité Montrée et Hétérogénéité Constitutive: éléments pour une approche de l’autre dans le discours”. In **DRLAV-Revue de linguistique**, 26, 1982, pp. 91-151.

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética (A Teoria do Romance)**. São Paulo: Editora Hucitec, 2010.

_____. **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

_____. **Problemas da Poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

_____. **Os gêneros do Discurso**. São Paulo: Editora 34, 2016.

_____. **Notas sobre Literatura, Cultura e Ciências Humanas**. São Paulo: Editora 34, 2017.

BENVENISTE, E. **Problemas de Linguística Geral I**. Campinas: Editora Pontes, 2005.

_____. **Problemas de Linguística Geral II**. Campinas: Editora Pontes, 2006. BHATIA, V. K. **Language and Professional Settings**. New York: Longman, 1994.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

FAIRCLOUGH, Norman. Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as universidades. In: MAGALHÃES, Célia. **Reflexões sobre A Análise Crítica do Discurso**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras – UFMG, 2001.

_____. Linguistic and Intertextual Analysis within Discourse Analysis. In: FAIRCLOUGH, Norman. **Critical and Descriptive goals in Discourse Analysis**. Journal of Pragmatics. 1985.

_____. **Language and power**. London: Longman, 1989.

_____. **The appropriacy of “appropriateness”**. In: FAIRCLOUGH, Norman (Ed.).

_____. **Discurso e Mudança Social**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.

FLORES, V. N. **Introdução à Teoria Enunciativa de Benveniste**. São Paulo: Parábola, 2013. FOUCAULT, M. **A Ordem do Discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 2009.

_____. **Arqueologia do Saber**. Petrópolis: Ed. Vozes, 1971.

_____. **O Sujeito e o Poder**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995.

_____. **As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **O que é Um Autor?**. Lisboa: Passagem, 1992.

GUIMARÃES, E. **Semântica do Acontecimento: um estudo enunciativo da designação**. Campinas: Pontes, 2005.

MAINGUENEAU, D. **Análise de Textos de Comunicação**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Novas Tendências em Análise do Discurso**. Campinas: Pontes/Editora da Unicamp, 1997.

_____. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2005.

_____. **Cenas da Enunciação**. Curitiba: Criar Edições, 2006.

MALDIDIER, D. **A Inquietação do Discurso: (re) ler Michel Pêcheux hoje**. Campinas: Pontes, 2003.

ORLANDI, E. **A Linguagem e seu Funcionamento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

_____. **Discurso: estrutura ou acontecimento**. Campinas: Pontes, 1984.

_____. **Discurso e Leitura**. São Paulo: Cortez / Editora da Unicamp, 1987.

_____. **As Formas do Silêncio**. Campinas: Editora da Unicamp, 1993.

_____. **O Discurso da Educação Ambiental**. São Paulo: Gaia, 1996.

_____. **Interpretação**. Petrópolis: Editora Vozes, 1996a.

_____. **Discurso Fundador**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 2001.

_____. **Discurso e Texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2005.

PÊCHEUX, M. "Análise Automática do Discurso". In: **Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michael Pêcheux**. F. Gadet e T. Tak (orgs.), Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

POSSENTI, S. **Discurso, Estilo e Subjetividade**. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

_____. **Questões para Analistas do Discurso**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

_____. **Os Limites do Discurso: ensaios sobre discurso e sujeito**. Curitiba: Criar Edições, 2002.

SWALES, J. M. & BHATIA, V. K. **An Approach to the Linguistic Study of Legal Documents**. Fachprache, 1983.

SWALES, J. M. Non-native Speaker Graduate Engineering Students and their Introductions: global coherence and local management. In: Connor and Johns (eds.), **Coherence in writing: research and pedagogical perspectives**. Alexandria: TESOL, 1990, p. 187-206.

_____. **Genre Analysis English in Academic and Research Settings**. Cambridge: CUP, 1990.

_____. **Genre Analysis – English in Academic and Research Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

_____. **Genre Analysis – English in Academic and Research Settings**. Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

LITERATURA E MÚSICA

Ementa: A música como manifestação entoativa e vocal da poesia. O poema musical. A presença da música na prosa. O discurso filosófico relativo à música. Análise literária do discurso lítero-político, lítero-social e lítero-cultural da música. Literatura e música popular. Especificidades, semelhanças, apropriações e transformações no processo de adaptação e recriação de textos literários para a música. Questões de educação lítero-musical. Discussão de estratégias de ensino de literatura na Educação Básica. Elaboração de planejamento de aulas para o Ensino Básico.

Bibliografia Básica

FOUCAULT, M. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. 3. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2013.

OLIVEIRA, S. R.; et al. **Literatura e Música**. São Paulo: SENAC, s.d.

SWANWICK, Keith. **Música, Mente e Educação**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2014.

Bibliografia Complementar

ADORNO, Theodor W. **Filosofia da Nova Música**. São Paulo: Perspectiva, 1989.

BARBEIRAS Flávio. **A Música Habita a Linguagem: Teoria da Música e Noção de Musicalidade na Poesia**. Belo Horizonte: Faculdade de Letras da UFMG.

BHABHA, H. K. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

BUDASZ, Rogério. **A Música no Tempo de Gregório de Mattos**. Curitiba: De Artes/UFPR, 2004.

CAMPOS Marco Donisete de; REIS, Célia Maria Domingues da Rocha: **Entre o Poema e a Partitura: a valsa de Casimiro Abreu**; Belo Horizonte; n.15, 2007.

CARVALHO, Eide M. Murta. **John Lennon**. São Paulo: Martin Claret, 1986. (O Pensamento Vivo de, 15).

COSTA, Marcelo Eduardo Lemos. **Elvis**. São Paulo: Martin Claret, 1993. (Coleção O Autor Por Ele Mesmo, 2).

DAHLHAUS, Carl; EGGBRECHT, Hans Henrich. **Que é a Música?** Lisboa: Texto & Grafia, 2009. (Estética Musical, 8).

DAHLHAUS, Carl. **Estética Musical**. Lisboa: Ed 70, 1991. (Convite à musica, v.3)

FONTEERRADA, M. T. de O. **De Tramas e Fios: um ensaio sobre música e educação**. São

Paulo: Editora UNESP, 2005.

HANSLICK, Eduard. **Do Belo Musical**: uma contribuição para a revisão da estética musical. Campinas: Unicamp, 1992.

HOLLER, Marcos Tadeu. **Os Jesuítas e a Música no Brasil Colonial**. Campinas: UNICAMP, 2010.

IRWIN, William (coord.). **Os Beatles e a Filosofia**. Nada que você pense que não pode ser pensado. Coletânea de Michael Baur e Steven Baur. Tradução de Marcos Malvezzi. São Paulo: Madras, 2007.

KIEFER, Bruno. **A Modinha e o Lundu**: duas raízes da música popular brasileira. Porto Alegre: Movimento, 1986.

KIEFER, Bruno. **História da Música Brasileira**: dos primórdios ao início do século XX. 2.ed. Porto Alegre: Movimento, 1977.

MARSICANO, Alberto. **Jim Morrison**. São Paulo: Martin Claret, 1993. (Coleção O Autor Por Ele Mesmo, 10).

MC NEIL, Legs; MC CAIN, Gullian. **Mate-Me Por Favor**. (Please Kill Me) Uma História Sem Censura do Punk. Porto Alegre: L&PM, 2006

MUGNAINI JR. Ayrton. **Eric Clapton**. São Paulo: Martin Claret, 1993. (Coleção O Autor Por Ele Mesmo, 20).

NAHOUM, Leonardo. **Enciclopédia do Rock Progressivo**. 3.ed. Niteroi: Rock Simphony, 2005.

OLIVEIRA, S. R. **Literatura e Música**: modulações pós-coloniais. São Paulo: Perspectiva, 2002.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. Anos 50 e 60. De Nora Ney a Os Mutantes. São Paulo: Abril, 2004. (História do Rock Brasileiro, v. 1).

_____. Anos 70. Dos Novos Baianos à Rita Lee. São Paulo: Abril, 2004. (História do Rock Brasileiro, v. 2).

_____. Anos 80. Dos Paralamas ao Sepultura. São Paulo: Abril, 2004. (História do Rock Brasileiro, v. 3).

_____. Anos 90 e 00. De Jorge Ben Jor aos Los Hermanos. São Paulo: Abril, 2004. (História do Rock Brasileiro, v. 4).

SCHAFER, Murray. **O Ouvido Pensante**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1991.

SCHOPENHAUER, Arthur. **O Mundo como Vontade e Representação**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SOMBRA, F. **Cordel e viola**: literatura popular em versos. Belo Horizonte: Lê, 2012.

STRAVINSKY, Igor. **Poética musical em seis lições**. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

TATIT, L. **Semiótica da canção**: melodia e letra. São Paulo: Escrita, 1994.

TINHORÃO, J. R. **A música popular no romance brasileiro**: vol. I: séculos XVIII e XIX. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **A música popular no romance brasileiro**: vol. II: século XX. São Paulo: Editora 34, 2000.

_____. **A música popular no romance brasileiro**: vol. III: século XX (2ª parte). São Paulo: Editora 34, 2002.

_____. **Cultura popular**: temas e questões. São Paulo: Editora 34, 2001.

TRAVASSOS, Elizabeth. **Modernismo e música brasileira**. Rio de Janeiro: J. Zahar, 2000.

TURNER, Steve. **The Beatles**: a história por trás de todas as canções. Tradução Alyne Azuma. São Paulo: Cosac Naify, 2009.

ZUCONE, O.; BRAGA, G. G. **Introdução à cultura popular no Brasil**. Curitiba: Intersaberes, 2013.

FORMAÇÃO DOCENTE: ASPECTOS SOCIOCOGNITIVOS E METACOGNITIVOS DA LEITURA E DA ESCRITA

Ementa: Análise dos processos sociocognitivos e metacognitivos da leitura e da escrita na relação ensino-aprendizagem. Capacidades de Leitura (decodificação, compreensão, responsividade). Elaboração de propostas didáticas para o ensino da leitura e da escrita. A integração entre as atividades de leitura, oralidade, escrita e reflexão linguística, tendo como fundamento os diferentes gêneros textuais, planejamento de situações didáticas que promovam a expansão de possibilidades de uso da linguagem e da capacidade de análise crítica, e reflexão sobre o ensino de língua portuguesa na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

KLEIMAN, Ângela. **Texto e Leitor**. São Paulo: Pontes, 1989.

KOCH, Ingedore G. Villaça. **Desvendando os segredos do texto**. São Paulo: Cortez, 2003.

MARCUSCHI, Luiz Antônio. Leitura e compreensão de texto falado e escrito com ato individual de uma prática social. In: Regina Zilberman & Ezequiel Theodoro da Silva. **Leitura: Perspectivas Interdisciplinares**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

Bibliografia Complementar:

BARBIER, Frédéric. **História do Livro**. Trad. Valdir Heitor Bazotto. São Paulo: Paulistana, 2008.

KATO, Mary. **O aprendizado da leitura**. São Paulo, Martins Fontes, 1995. KLEIMAN, Ângela. **Leitura ensino e Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: Pontes. 2008

KLEIMAN, Ângela. **Leitura ensino e Pesquisa**. 3. ed. São Paulo: KLEIMAN, Ângela 2008.

KOCH, Ingedore Vilaça & Vanda Maria ELIAS. **Ler e escrever**: Estratégias de produção textual. São Paulo: Contexto, 2012.

SOARES, Magda Becker. As condições sociais da leitura: uma reflexão em contraponto. In: Regina Zilberman & Ezequiel Theodoro da Silva. **Leitura: Perspectivas Interdisciplinares**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1992.

TERZI, Sylvia Bueno. **A construção da leitura**. São Paulo: Pontes. 2006.

LITERATURA PORTUGUESA III

Ementa: O Saudosismo. Modernismo: origem e características. Correntes literárias

modernistas. Fernando Pessoa e a renovação da poesia portuguesa. O Romance e o conto. A expressão literária portuguesa contemporânea: escritores e obras da atualidade. Reflexões sobre a prática do ensino de literatura na educação básica: planos e estratégias de execução pedagógica do ensino de Literatura.

Bibliografia Básica:

MOISÉS, Massaud. **A Literatura Portuguesa**. São Paulo: Cultrix, 2007.

SARAIVA, A. J.; LOPES, Óscar. **História da Literatura Portuguesa**. 15.ed. Porto: Porto Editora, 2001.

RODRIGUES, António Medina et. al. **Literatura Portuguesa**. São Paulo: Ática, 2006.

Bibliografia Complementar:

COSTA, Dalila Pereira da. **O esoterismo de Fernando Pessoa**. Porto: Lello, 1996.

MOISÉS, Massaud. **A literatura portuguesa através de textos**. São Paulo: Cultrix, 1997.

_____. **Presença da literatura portuguesa – Modernismo**. São Paulo: Difel, 1983.

MONTEIRO, Adolfo Casais. **A literatura portuguesa contemporânea**. Lisboa: Sá da Costa, 1977.

PESSOA, Fernando. **Poemas completos de Alberto Caeiro – ficções de interlúdio**. Rio de Janeiro/; Nova Fronteira, 1980.

Componentes Curriculares optativos (disciplinas) - Inglês

CULTURAS ANGLÓFONAS

Ementa: Estudo de aspectos culturas de países de língua inglesa, tais como: história da língua e da nação, constituição política e geográfica, aspectos climáticos, gastronômicos, musicais, cinematográficos e literários. Discussões de questões de cunho teórico-metodológico relativas a relação entre língua e cultura nos processos de ensino e aprendizagem de língua Inglesa. Língua, cultura e formação de professores. Discussão, proposição e aplicação de estratégias de ensino e aprendizagem de Inglês por uma perspectiva intercultural na Educação Básica.

Bibliografia Básica:

CRYSTAL, David. **English as a global language**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

LEITH, Dick. **A Social History of English**. London: Routledge & Kegan Paul, 1997.

HARMER, Jeremy. **How to Teach English: An Introduction to the Practice of English Language Teaching**. Harlow: Longman, 1998.

Bibliografia Complementar:

CORBETT, John. **An intercultural approach to English language teaching**. Clevedon: Multilingual Matters Ltd, 2003.

CRYSTAL, David. **The Cambridge encyclopedia of the English language**. 2. ed.

Cambridge: Cambridge University Press, 1995.

FLOWERDE, W. J.; MILLER, L. On the notion of culture in L2 lectures. **TESOL Quarterly**, v. 29, n. 2, p. 345-373, Summer 1995.

GUDYKINST, W. Cultural variability in communication. **Communication Research**, v. 24, n. 4, August 1997. 12p.

KRAMSCH, Claire. **Language and culture**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

POUNDS, N. J. G. **The culture of the English people**. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

STEINBECK, John. **America and Americans: and selected nonfiction**. New York: Penguin Books, 2003.

LITERATURA PÓS-COLONIAL EM LÍNGUA INGLESA

Ementa: Introdução aos estudos pós-coloniais e à análise da literatura produzida fora dos centros hegemônicos de língua inglesa, com foco na produção literária das ex-colônias inglesas e das minorias no contexto inglês e norte-americano. Discussão de estratégias de ensino de literatura na Educação Básica. Elaboração de planejamento de aulas de língua inglesa para o Ensino Básico com o uso de literaturas anglófonas.

Bibliografia Básica:

BHABHA, Homi. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001. SAID, Edward W. **Orientalism**. London: Routledge, 1978.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **“Pode o subalterno falar?”** Trad. Sandra R. Goulart de Almeida et alii. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Bibliografia Complementar:

COETZEE, John M. **Waiting for the barbarians**. London: Vintage, 2000.

DÍAZ, Junot. **The brief wondrous life of Oscar Wao**. New York: Riverhead Books, 2007.

GRENVILLE, Kate. **The lieutenant**. New York: Grove Press, 2008.

LAZAR, Gillian. **Literature and language teaching: a guide for teachers and trainers**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

SAID, Edward. **Culture and Imperialism**. New York: Vintage Books, 1994.

LITERATURA E CINEMA

Ementa: O objetivo da disciplina é desenvolver no aluno uma abordagem crítica da relação entre a narrativa literária e o discurso fílmico. Por meio do estudo das origens do cinema e da evolução da narrativa cinematográfica, a disciplina busca sensibilizar o aluno aos aspectos da representação da realidade na literatura e no cinema, além de capacitar o futuro professor a identificar, descrever, analisar e interpretar fenômenos culturais que o cerca, dando-lhe condições de trabalhar com materiais de interesse e da vivência de seus alunos. Discussão de estratégias de ensino de literatura e cinema na Educação Básica. Elaboração de planejamento de aulas e produção de vídeos.

Bibliografia Básica:

BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política.** São Paulo: Brasiliense, 1993.

EISENSTEIN, Sergei. **A forma do filme.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ROSENFELD, Anatol. **Cinema: arte e indústria.** São Paulo: Perspectiva, 2002.

Bibliografia Complementar:

COOK, David. **A History of Narrative Film.** New York & London: W. W. Norton, 1981.

EASTHOPE, Antony (ed.). **Contemporary Film Theory.** London & New York: Longman, 1993.

DECHERNEY, Peter. **Hollywood: a very short introduction.** New York: Oxford University Press, 2016.

MAST, Gerald. **Film Theory and Criticism.** New York & Oxford: Oxford University Press, 1992.

NEVE, Brian. **Film and Politics in America.** London & New York: Routledge, 1992.

SILBERMAN, Marc (ed.). **Bertolt Brecht on Film & Radio.** London: Methuen, 2000.

INTRODUÇÃO À ESCRITA ACADÊMICA EM LÍNGUA INGLESA

Ementa: Desenvolvimento de habilidades de composição em nível macro (estruturas do parágrafo e do texto composto por mais de um parágrafo, coerência e coesão) e em nível micro (estrutura das frases, gramática, vocabulário e ortografia). Prática de escrita de textos acadêmicos a partir de revisões de literatura e anotações; incluindo-se paráfrases, resumos, citações diretas, organização do texto e citação segundo às normas da ABNT, MLA ou APA.

Bibliografia Básica:

BAILEY, Stephen. **Academic writing: a practical guide for students.** New York: Routledge Falmer, 2004.

CARGILL, M.; O'CONNOR, P. **Writing scientific research articles: strategy and steps.** Wiley-Blackwell, 2009.

HINKEL, Eli. **Teaching academic ESL writing: practical techniques in vocabulary and grammar.** New Jersey: LEA, 2004.

Bibliografia Complementar:

JORDAN, R. R. **Academic writing course: study skills in English.** 3rd ed. Harlow: Pearson Educational Limited, 1999.

LEECH, G. N. **O significado no verbo inglês.** São Paulo: Ática, 1989.

MORENBERG, Max. **Doing grammar** / Max Morenberg. - 4. ed. - New York: Oxford University Press, 2010.

PECORARI, Diane. **Academic writing and plagiarism: a linguistic analysis.** London: Continuum, 2010.

SIQUEIRA, V. L. **O Verbo Inglês: teoria e prática** / Valter Lellis Siqueira. - 4. ed.; 3^a impr. - São Paulo: Ática, 2002.

8.5 Atividades Complementares

As atividades complementares serão desenvolvidas em consonância com o disposto na Resolução CNE/CP nº 2/2002, resultante do Parecer CNE/CP nº 28/2001, a qual institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior, e com a Resolução CNE/CP 2/2015 e com a Instrução Normativa nº 02, de 12 de setembro de 2013 (Anexo A), que dispõe sobre as atividades complementares dos estudantes do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA.

As Atividades Complementares, conforme as Diretrizes Curriculares do MEC, são atividades extracurriculares obrigatórias nos cursos de graduação para a composição da carga horária total. Conforme a Resolução CNE/CP 2/2015, são “horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes” (Art. 13, § 1º, IV).

Trata-se de atividades de caráter acadêmico, científico, técnico ou cultural escolhidas a critério do aluno, respeitando as diretrizes fixadas neste Projeto Pedagógico e acompanhadas pelo Colegiado do Curso de Letras. Para sua integralização curricular o aluno precisa cumprir um mínimo de 200 horas de Atividades Complementares ao longo do período em que estiver matriculado no curso. Portanto, não serão consideradas as atividades realizadas fora do período de realização do curso.

No curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, são atividades que têm por finalidade possibilitar ao aluno uma complementação de sua formação inicial, tanto no âmbito do conhecimento de diferentes áreas de saber do profissional em língua portuguesa e língua inglesa, quanto no âmbito de sua preparação cidadã.

As Atividades Complementares viabilizam constituir um momento privilegiado de exercício de autonomia para o aluno compor seu currículo, estimulando, assim, a tomada de decisões próprias relativamente às competências específicas que o estudante entenda serem úteis para o seu futuro desempenho profissional.

Buscando regularizar a distribuição destas horas, o Núcleo Docente Estruturante - NDE de Letras estabelece que as atividades relacionadas possam ser consideradas complementares desde que comprovadas, mediante certificado de participação com indicação de carga horária.

Embora as possíveis escolhas sejam variadas, não será permitido que o estudante

cumpra as 200 horas obrigatórias de Atividades Complementares com o desenvolvimento de uma única atividade. Esse dispositivo será garantido com o estabelecimento de carga horária limite para as atividades a serem aproveitadas na integralização como complementares. A limitação, contudo, é suficientemente flexível para possibilitar ao aluno o direcionamento das atividades complementares para o caminho que lhe parecer mais promissor.

As atividades complementares compreendem a participação do discente nas modalidades que constam no quadro de atividades complementares anexadas a esse PPC, organizadas em quatro grupos: Grupo 1 - Atividades de Ensino, Pesquisa, Extensão e Representação Estudantil; Grupo 2 - Atividades de Caráter Científico e de Divulgação Científica; Grupo 3 - Atividades de Caráter Artístico e Cultural; Grupo 4 - Atividades de Caráter Técnico.

Caberá ao Núcleo Docente Estruturante a análise e o deferimento das solicitações de aproveitamento de atividades não previstas nos quatro grupos citados, de modo a evitar distorções e arbitrariedades no exercício da autonomia discente. O aluno deve juntar os comprovantes e endereçar ao NDE do Programa de Letras, mediante requerimento protocolado na Gestão Acadêmica do Iced, para validação. Para a integralização das atividades e das horas desse componente curricular, consta, em anexo ao PPC, o documento normalizador de Atividades Complementares do ICED/UFOPA (anexo B) e modelo de Relatório de Atividades Acadêmicas Complementares do Curso de Letras Licenciatura em Português e Inglês, em que estão relacionadas as atividades previstas em cada grupo e a correspondência em horas, para efeito de integralização curricular (anexo C).

O aluno que não cumprir a carga horária das Atividades Complementares no decorrer do curso não poderá participar da sessão solene de colação de grau, mesmo que tenha sido aprovado nos demais componentes curriculares.

8.6 Atividades de Extensão

De acordo com o art. 2º. da Resolução nº. 301, de 26 de agosto de 2019 – Consep/Ufopa, que segue a Resolução nº. 7, de 18 de dezembro de 2018 – CNE/MEC, a qual Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, a

Extensão na Educação Superior Brasileira é a atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo

interdisciplinar, político, educacional, cultural, científico, tecnológico, que promove a interação transformadora entre as instituições de educação superior e os outros setores da sociedade, por meio da produção e da aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa.

A proposta de mudança do PPC do curso de Licenciatura em Letras da Ufopa visa atender às diretrizes de ambas as resoluções citadas acima. Como já mencionado anteriormente na seção 8.1 desse PPC, o NDE de Letras optou por ofertar no último período letivo do curso um componente curricular denominado “Atividades de Extensão”, que permite a contabilização da carga horária relativa à **execução** de ações de extensão realizadas pelo discente durante todo o período do curso. Por “ações de extensão” entende-se, segundo o art. 2º, § 1º da **Resolução nº. 301/2019 – Consepe/Ufopa**, “somente as intervenções que envolvam diretamente as comunidades externas à Ufopa, e que estejam vinculadas à formação do estudante”. O art. 1º. da mesma resolução ainda determina que

[...] a realização de ações de extensão será obrigatória para todos os estudantes dos cursos de graduação da Ufopa, devendo estar previsto no mínimo 10% (dez por cento) de carga horária destinada à atuação em ações de extensão nos respectivos currículos, em relação à carga horária total do curso.

Dessa forma, fica estabelecido que os discentes da Licenciatura em Letras: Português e Inglês devem cumprir 360h (trezentas e sessenta horas) em “programas, projetos, cursos, eventos e prestação de serviços, devidamente registrados e vigentes na Procce, sendo desenvolvidos sob a coordenação de um docente ou técnico administrativo em educação com formação de nível superior” (Resolução nº. 301/2019 – Consepe/Ufopa, art. 5º).

8.7 Estágio Curricular Supervisionado

O estágio curricular do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês da Ufopa deve ser realizado em conformidade com: i- a Lei nº 11.788/2008, que dispõe sobre o estágio de estudantes; ii- a Instrução Normativa nº 06, de 10 de novembro de 2010 (Anexo D), que dispõe sobre o estágio de estudantes na Universidade Federal do Oeste do Pará; iii- a Instrução Normativa nº 01, de 12 de setembro de 2013 (Anexo E), que dispõe sobre o estágio curricular obrigatório dos estudantes, no Instituto de Ciências da Educação –

Iced/Ufopa; iv- a Resolução nº 02/2002 – CNE/CP (Anexo F), que institui a obrigatoriedade, execução e cumprimento da carga horária de estágio supervisionados dos cursos de licenciatura, de graduação de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Estágio Supervisionado em Letras deve estar articulado com as redes municipal e estadual de ensino por meio de convênios do núcleo de estágio do Iced/Ufopa com essas secretarias de ensino, visando propiciar condições/espços nos quais os estagiários, professores em formação, possam experienciar ações didático-pedagógicas de ensino de língua e literatura em que se estabeleçam relações entre a formação inicial desses licenciados e o mundo do trabalho em que deverão atuar como profissionais da educação. Essas relações devem estar em consonância com o que está previsto no perfil do egresso, assim como a interlocução em nível institucional desta IES com os diversos ambientes onde o estágio se realiza, gerando, desse modo, produtos para atualização efetiva das práticas de ensino no âmbito do estágio.

O referido estágio terá início efetivo com a apresentação dos alunos pela coordenação de estágio, nas escolas conveniadas, aos gestores e aos professores juntamente com a documentação de autorização e encaminhamento, o que ocorrerá a partir do 5º semestre do curso. A orientação do estágio supervisionado será feita por um professor-orientador que supervisionará as atividades de estágio, distribuídas em quatro componentes curriculares de 100 horas cada, sendo quatro níveis em Língua Portuguesa e quatro níveis em Língua Inglesa, totalizando 400 horas em cada uma dessas habilitações, a saber:

8.7.1 Estágio Supervisionado em Português

a- Estágio Supervisionado em Português I (observação no fundamental II): componente introdutório ao estágio curricular supervisionado em Língua Portuguesa, que se destina à observação da prática docente dos profissionais dessa área no ensino fundamental II. A carga horária total de 100 horas nesse nível é distribuída em 15 horas de orientação, 45 horas para atividades formativas de leituras de obras referentes a concepções teórico-metodológicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa no nível fundamental II; e 40 horas para as atividades de observação do espaço escolar de unidades de ensino do fundamental II, bem como para a sondagem do contexto sócio-educacional e das estruturas físicas dos locais observados, além da elaboração de relatório final.

b- Estágio Supervisionado em Português II (regência no fundamental II):

componente de continuidade ao estágio curricular supervisionado em Língua Portuguesa, que se destina à regência dos alunos do curso em salas de aula de profissionais dessa área no nível fundamental II. A carga horária total de 100 horas nesse nível é distribuída em 15 horas para orientação, 45 horas para atividades formativas de leituras de obras referentes às concepções teórico-metodológicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa no nível fundamental II, elaboração de planos de aula direcionados para atividades integradas de leitura, oralidade, escrita e reflexão linguística nos diferentes gêneros textuais que devem constar dos citados planos de aula; e 40 horas para as atividades de regência (intervenção) nas quais, sob acompanhamento do professor-orientador, o professor em formação deve elaborar propostas de planos de aula para serem desenvolvidos no espaço de sala de aula do ensino fundamental II, além da elaboração de um relatório final em que descreve/expõe as ações pedagógicas desenvolvidas durante o estágio.

c- Estágio Supervisionado em Português III (observação no ensino médio): componente introdutório ao estágio curricular supervisionado em Língua Portuguesa, que se destina à observação da prática docente dos profissionais dessa área no ensino médio. A carga horária total de 100 horas nesse nível é distribuída em 15 horas de orientação, 45 horas para atividades formativas de leituras de obras referentes às concepções teórico-metodológicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa no ensino médio; e 40 horas para as atividades de observação do espaço escolar de unidades de ensino médio, bem como para a sondagem do contexto sócio-educacional e das estruturas físicas dos locais observados, além da elaboração de relatório final.

d- Estágio Supervisionado em Português IV (regência no ensino médio): componente de continuidade ao estágio curricular supervisionado em Língua Portuguesa, que se destina à regência dos alunos do curso em salas de aula de profissionais dessa área no ensino médio. A carga horária total de 100 horas nesse nível é distribuída em 15 horas de orientação, 45 horas para atividades formativas de leituras de obras referentes às concepções teórico- metodológicas voltadas para o ensino de Língua Portuguesa no ensino médio, elaboração de planos de aula direcionados para atividades integradas de leitura, oralidade, escrita e reflexão linguística nos diferentes gêneros textuais que devem constar dos citados planos de aula; e 40 horas para as atividades de regência (intervenção) nas quais, sob acompanhamento do professor-orientador, o professor em formação deve elaborar propostas de planos de aula para serem desenvolvidos no espaço de sala de aula do ensino médio, além da elaboração de um relatório final em que descreve/expõe as ações pedagógicas

desenvolvidas durante o estágio.

8.7.2 Estágio Supervisionado em Inglês

a- Estágio Supervisionado em Inglês I (observação no fundamental II): componente destinado à observação da prática de ensino de profissionais de Língua Inglesa no nível fundamental II, reflexões sobre a observação em sala de aula, avaliação, teorias e métodos e outros temas relacionados ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, análise do plano de ensino de Inglês da escola conveniada e elaboração do relatório final do estágio. A carga horária total de 100 horas é dividida em 15 horas de orientação, 45 horas para leituras, reflexões e atividades formativas, 40 horas para a observação de aulas na escola e elaboração do relatório final.

b- Estágio Supervisionado em Inglês II (regência no fundamental II) componente destinado à observação da prática de ensino de profissionais de língua inglesa no nível médio, reflexões sobre a observação em sala de aula, avaliação, teorias e métodos e outros temas relacionados ao ensino e aprendizagem de línguas estrangeiras, análise do plano de ensino de inglês da escola conveniada e elaboração do relatório final do estágio. A carga horária total de 100 horas é dividida em 15 horas de orientação, 45 horas para leituras, reflexões e atividades formativas, 40 horas para as atividades de regência (intervenção) nas quais, sob acompanhamento do professor-orientador, o professor em formação deve elaborar propostas de planos de aula para serem desenvolvidos no espaço de sala de aula do ensino médio, além da elaboração de um relatório final em que descreve/expõe as ações pedagógicas desenvolvidas durante o estágio.

c- Estágio Supervisionado em Inglês III (observação no ensino médio): componente introdutório ao estágio curricular supervisionado em Língua Inglesa, enquanto L2 que se destina à observação da prática docente dos profissionais dessa área no ensino médio. A carga horária total de 100 horas é dividida em 15 horas de orientação, 45 horas para leituras, reflexões e atividades formativas, 40 horas para a observação de aulas na escola e elaboração do relatório final.

d- Estágio Supervisionado em Inglês IV (regência no ensino médio): disciplina de continuidade ao estágio curricular supervisionado em Língua Inglesa, enquanto L2 que se destina à regência dos alunos do curso em salas de aula de profissionais dessa área no ensino médio. A carga horária total de 100 horas é dividida em 15 horas de orientação, 45 horas

para leituras, reflexões e atividades formativas, 40 horas para as atividades de regência (intervenção) nas quais, sob acompanhamento do professor-orientador, o professor em formação deve elaborar propostas de planos de aula para serem desenvolvidos no espaço de sala de aula do ensino médio, além da elaboração de um relatório final em que descreve/expõe as ações pedagógicas desenvolvidas durante o estágio.

A coordenação geral do estágio de cada uma das habilitações é feita pelo professor-orientador e a supervisão estrita do estágio é de responsabilidade do professor-supervisor, ou seja, o professor das turmas nas quais os acadêmicos estão fazendo o estágio.

O Parecer nº 28/2001, CNE/CP, p.7, afirma que “no caso de alunos dos cursos de formação docente para atuação na educação básica, em efetivo exercício regular da atividade docente na Educação Básica, o estágio curricular supervisionado poderá ser reduzido, no máximo, em até 200 horas”. De acordo com o Parecer, os alunos com, no mínimo, 3 anos de experiência na área de formação (Ensino Fundamental II e/ou Ensino Médio), seja para a habilitação em Língua Portuguesa ou em Língua Inglesa, terão 50% de abatimento das horas práticas de observação e de regência, desde que apresentem à coordenação de curso, declaração da secretaria municipal e/ou estadual de ensino comprovando essa experiência.

Os professores que possuem experiência no mínimo de 3 anos de magistério somente no Ensino Fundamental I, terão 25% de abatimento. Essa experiência é contada até a data de início do componente Estágio Curricular Supervisionado I tanto do Português quanto do Inglês. Esse abatimento é válido também para o aluno que deixou de lecionar 3 anos antes do início do componente curricular de estágio, mas que já possuía, mínimo 3 anos de experiência docente.

Alunos com uma habilitação, seja em Língua Portuguesa ou Língua Inglesa, que queiram fazer a segunda habilitação, em um desses cursos, deverão fazer o Estágio Supervisionado integral da habilitação pretendida, assim como aqueles que tiverem graduação em outras áreas.

8.8 Estágio Curricular Supervisionado – relação com a rede de escolas da educação básica

A Relação entre escola e universidade deve ser dinâmica, prever diálogo e interlocução permanente entre Iced/Ufopa com as redes públicas municipal e estadual de

ensino. Isso implica em efetiva reciprocidade entre a universidade e os espaços escolares onde os componentes curriculares de Estágio Supervisionado serão realizados. As práticas de Estágio Supervisionado do curso de Letras devem estar em consonância com as Práticas Pedagógicas previstas no Projeto Pedagógico e nos planejamentos anuais das unidades escolares da educação básica do ensino fundamental II e ensino médio.

O estágio curricular supervisionado está institucionalizado na Ufopa (PDI – 2019/2023) promovendo-se a vivência da realidade escolar de maneira integral, com a participação, dos sujeitos envolvidos, em conselhos de classe, reuniões de professores, reuniões de planejamento, eventos formativos (palestras, oficinas, minicurso, seminários), além do efetivo registro da produção de determinados gêneros discursivos, de caráter acadêmico e/ou pedagógico que devem ser devidamente acompanhados e avaliados pelo professor-orientador do Estágio Supervisionado. Tais produções devem ser construídas de forma reflexiva e interventiva não só pelo professor-orientador, mas também, pelo professor-supervisor e pelos licenciandos, considerando, sobretudo, a heterogeneidade constitutiva dos espaços sociais e culturais nos quais tais práticas são efetivadas. Nesse sentido, deve haver um elo formativo-interativo entre a IES-Iced/Ufopa e as redes de escolas da Educação Básica.

Esses espaços escolares devem ser convidados a dialogar com a universidade por meio da realização de eventos de formação lato sensu, como: simpósios, seminários, congressos de formação continuada dos professores das escolas da educação básica, assim como por meio dos cursos de formação strito sensu. Nessa última modalidade de formação realizar-se-ão cursos em nível de pós-graduação como os mestrados e doutorados não só os profissionais, mas, também, acadêmicos.

8.8.1 Estágio curricular supervisionado – relação teoria e prática

O curso de Licenciatura em Português e Inglês Iced/Ufopa é constituído, em seu início, por uma base curricular comum às duas já mencionadas habilitações, sendo estas constituídas por componentes curriculares didático-pedagógicas, os quais servem de base para as habilitações, seja em Língua Portuguesa, seja para habilitação em Língua Inglesa.

Convém ressaltar que a interação teoria-prática no curso de Licenciatura em Português e Inglês Iced/Ufopa configura-se, durante todo o curso, na articulação de disciplinas pedagógicas, específicas e práticas, que constroem um alicerce epistemológico

necessário à formação inicial do licenciando. Esse arcabouço epistemológico serve de instrumento para o exercício de uma prática pedagógica reflexiva, necessária às ações pedagógicas a serem desenvolvidas nos componentes curriculares de Estágio Supervisionado, tanto na fase da observação, quanto na fase da intervenção.

8.9 Integração com as Redes Públicas de Ensino

Em atendimento às Diretrizes Curriculares dos Cursos de Formação de Professores e ao princípio da indissociabilidade teoria-prática, a Ufopa criou a Coordenação de Estágio que está vinculada diretamente à Pró-reitoria de Ensino de Graduação – Proen.

A esta Coordenação compete estabelecer convênios com instituições públicas e privadas que possibilitem aos alunos a realização de estágios ao longo de seu processo de formação, permitindo-lhes conhecer a realidade na qual atuarão profissionalmente e, principalmente, colocar em prática os saberes trabalhados pelos diversos componentes curriculares do curso.

Nesse sentido, a Coordenação de Estágio já firmou convênio com o Governo do Estado do Pará (Termo de Convênio nº 016/2013), possibilitando a realização de estágio nas Instituições Públicas que atuam nas mais diversas áreas de serviço. Este convênio garante a Integração da UFOPA com as instituições estaduais, necessária ao processo de formação, consoante com o princípio da indissociabilidade teoria-prática, estabelecido pelas Diretrizes Curriculares, acima citadas.

Com a Prefeitura Municipal de Santarém, a UFOPA celebrou um convênio em 10 de fevereiro de 2011, com vigência de 5 anos, que instituiu mútua Cooperação Técnico-Acadêmico-Científica entre os acordantes, com vistas ao desenvolvimento de programas, projetos e atividades no campo do ensino, pesquisa e extensão.

No tocante à esfera municipal, a Coordenação de Estágio (Proen) tem dialogado com a Secretaria Municipal de Educação do Município de Santarém – Semed, no sentido de firmar os convênios necessários para que acadêmicos em formação do Iced/Ufopa possam realizar estágio nas instituições públicas municipais e, assim, obtenham os requisitos necessários a sua formação docente, preparando-lhes para desenvolverem ações didático-pedagógicas condizentes com os contextos onde atuarão como professores da educação básica nos níveis de ensino fundamental II e médio. Por meio desses convênios, os alunos do curso de Licenciatura em Português e Inglês do Iced/Ufopa têm garantido um espaço para

o desenvolvimento das atividades de estágio supervisionado, permitindo-lhes uma formação que integre o espaço acadêmico de formação e os contextos de atuação profissional.

8.10 Atividades Práticas de Ensino para Licenciaturas

O modelo curricular proposto procura articular teoria e prática ao longo de todo o percurso formativo.

Buscando garantir um modelo de ensino que não dissocie teoria e prática, conforme indicação da Resolução CNE/CP 2/2015, diversos componentes preveem essa associação, conforme a tabela de carga horária (CH) que segue:

	Componente Curricular	CH teórica	CH prática
Componentes curriculares Eixo comum Português e Inglês	Literatura Comparada	60	15
	Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação Docente e Educação a Distância	30	30
	Práticas Integradoras de Ensino I		60
	Práticas Integradoras de Ensino II		60
Componentes curriculares Português	Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa	60	15
	História da Língua Portuguesa	60	15
	Texto e Discurso – implicações didático-pedagógicas	60	15
	Morfologia da Língua Portuguesa	60	15
	Sintaxe da Língua Portuguesa	60	15

	Semântica e Pragmática das Língua Naturais	60	15
	Variação Linguística e Ensino	60	15
	Literatura Portuguesa I	60	15
	Literatura Portuguesa II	60	15
	Literatura Brasileira I	60	15
	Literatura Brasileira II	60	15
	Literatura Brasileira III	60	15
	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa I	60	15
	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa II	60	15
	Formação Docente: aspectos sociocognitivos e metacognitivos da leitura e da escrita	60	10
	Linguística Aplicada ao Ensino	60	25

Componentes curriculares Inglês	Comunicação em Língua Inglesa I	110	15
	Comunicação em Língua Inglesa II	110	15
	Comunicação em Língua Inglesa III	60	15
	Comunicação em Língua Inglesa IV	60	15
	Comunicação em Língua Inglesa V	60	15
	Comunicação em Língua Inglesa VI	60	15
	Estrutura da Língua Inglesa I	60	20

	Estrutura da Língua Inglesa II	60	20
	Teorias de Aquisição/Aprendizagem de Língua Estrangeira	60	30
	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	60	15
	Literatura Inglesa I	60	15
	Literatura Inglesa II	60	15
	Literatura Americana I	60	15
	Literatura Americana II	60	15

Para o cumprimento dessas horas práticas, há a previsão de que elas sejam destinadas à prática docente a partir de elementos como o uso de tecnologias da informação (TICs), narrativas orais e escritos de professores, produções dos alunos, situações simuladas, estudos de caso, produção de material didático.

8.11 Trabalho de Conclusão de Curso

Tendo como base o Regimento de Graduação, Resolução 331/2020, o Trabalho de Conclusão de Curso é atividade curricular obrigatória e se caracteriza como atividade de orientação individual. Consiste em uma pesquisa individual orientada por um professor, relatada sob a forma de monografia, artigo científico, relato de experiência ou memorial sintetizando os conhecimentos e as habilidades desenvolvidos durante o curso (art.111, da Resolução 331/2020-Ufopa) na área de Linguística ou de Literatura.

O TCC tem por objetivo proporcionar aos acadêmicos o aprofundamento temático, a iniciação à produção científica, a consulta bibliográfica especializada e o aprimoramento da capacidade na área da linguagem.

O TCC propriamente dito caracteriza-se como atividade, com previsão de ser realizada no último semestre do curso, após o discente já ter cursado o componente curricular Metodologias de Pesquisa (30h), sendo que neste componente já está prevista a escrita do projeto de pesquisa e a escolha do orientador de TCC.

Cada professor do Programa de Letras poderá orientar de 01(um) a 05 (cinco)

alunos por período letivo. O orientador do TCC deve estabelecer calendário de orientações e reunir semanalmente com cada orientando. É obrigação do aluno comparecer às reuniões de orientação no dia, hora e local determinado para apresentar e defender a versão final de seu TCC, perante banca examinadora.

O componente curricular TCC, com carga horária de 20 horas para o curso de Português e 40 horas para Inglês, caracteriza-se como atividade e é desenvolvido a partir do aceite do projeto do aluno pelo orientador. Nessa fase, o aluno desenvolve pesquisa planejada em Metodologias de Pesquisa sob orientação do professor anteriormente definido. Nesta etapa, aluno e orientador programam a orientação e o acompanhamento necessário à elaboração do texto final do trabalho a ser submetido à defesa. O TCC será defendido pelo aluno perante banca examinadora, presidida pelo orientador, composta por dois professores sugeridos pelo orientador, com ciência do orientando. Podem fazer parte da banca examinadora professores de outros Institutos e/ou Programas, inclusive de outras instituições de ensino, com interesse na área de abrangência da pesquisa ou entre profissionais de nível superior que exerçam atividades afins com o tema do TCC. O trabalho deverá ser apresentado a partir do cumprimento de pelo menos 70% dos componentes curriculares (Art. 112 da Resolução 331/2020-Consepe - Ufopa).

As sessões de defesa dos TCCs são públicas. O professor orientador de TCC deve, com base no calendário acadêmico, elaborar calendário do período fixando prazos para a entrega dos trabalhos, designação das bancas examinadoras e realização das defesas e divulgá-lo por meio impresso e eletrônico. Os membros das bancas examinadoras devem receber o trabalho impresso e encadernado em espiral no prazo mínimo de vinte dias corridos antes do dia da defesa para procederem à leitura do trabalho. Na defesa, o acadêmico terá 20 minutos para apresentar seu trabalho e os componentes da banca examinadora até 15 minutos para cada membro fazer a arguição, dispondo ainda o discente de mais 10 minutos para responder a cada um dos examinadores. Aos acadêmicos de Letras-Inglês, será facultado produzir e defender seu trabalho em língua portuguesa ou inglesa.

A atribuição das notas dar-se-á obedecendo ao sistema de notas individuais dos membros da banca, levando-se em consideração o texto escrito, a exposição oral e a defesa na arguição pela banca examinadora. A banca examinadora, por maioria, na abertura da sessão de defesa pode sugerir ao aluno que reformule aspectos de seu TCC. Quando determinada pela banca a reformulação do trabalho, o aluno terá o prazo de até 10 (dez) dias para apresentar as alterações para o orientador, devendo nova data de defesa ser marcada.

Para ser aprovado, o acadêmico deve obter nota igual ou superior a 6,0, na média aritmética das notas individuais atribuídas pelos membros da banca examinadora. A avaliação final será registrada em Ata, que será assinada pelo orientador, pelos membros da banca examinadora e pelo aluno. O aluno ficará com uma via da Ata de defesa, devendo inseri-la no arquivo digital a ser entregue posteriormente.

O acadêmico que não entregar o TCC ou não se apresentar para a defesa estará automaticamente reprovado no respectivo componente. Os casos aqui omissos serão resolvidos em primeira instância em acordo com o orientador e, em segunda instância, pela coordenação do curso de Letras, que pode consultar o NDE de Letras.

Após a defesa, o aluno deve entregar uma versão final do trabalho, no prazo máximo de 10 dias (Art. 114 da Resolução 331/2020- Consepe/Ufopa), na coordenação do Programa de Letras, em mídia digital contendo arquivo PDF com aval formalizado do orientador, e uma outra versão em CD-ROM na Gestão Acadêmica do Iced, para encaminhamento à biblioteca da UFOPA, para compor o Banco Digital de TCCs do Programa de Letras. A versão final deve seguir as diretrizes estabelecidas pelo Sistema Integrado de Bibliotecas (SIBI) (Art. 159 da Resolução 113/2020-Ufopa) e de acordo com o Guia de Normalização da Produção Científica da Ufopa atualizado em 2019 e disponibilizado no site do SIBI Ufopa. Atualmente, o NDE do curso também debate sobre a proposta da criação de um banco de dados específico do Programa de Letras (TCC-Letras) para armazenamento e pesquisa, com possibilidade de acesso digital, bem como de recurso de armazenamento disponível no SIGAA. Além disso, buscando cumprir o regimento de graduação da UFOPA, atualmente está em discussão no colegiado uma regulamentação do TCC no âmbito do curso.

9 TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO (TIC) NO PROCESSO ENSINO-APRENDIZAGEM

O modelo tradicional de ensino vem sendo amplamente criticado desde os anos de 1980, por colocar o aluno como mero receptor e o professor como o detentor do conteúdo, sem levar em consideração as representações cotidianas que os alunos trazem para a sala de aula e que influenciam no processo de ensino-aprendizagem. É importante compreender que discutir modelos de ensino de línguas requer pensar metodologias de ensino também. Assim, acompanhando as renovações teórico-metodológicas da área de Letras, ao longo dos últimos

anos, tem se discutido, na área da metodologia do ensino de Língua Portuguesa e Língua Inglesa, a utilização de diferentes fontes e linguagens no estudo dessas disciplinas.

O uso de imagens, obras literárias, imprensa, filmes, internet entre outros diferentes gêneros e fontes de gêneros textuais passaram a ser objeto de pesquisas acadêmicas e também centrais no desenvolvimento de novas metodologias de ensino. Esse processo de ampliação das fontes possibilita que o processo de ensino e aprendizagem de línguas torne-se algo dinâmico. Nesse contexto, o uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino de línguas tem crescido nos últimos anos, pois a sociedade em que os educandos estão inseridos tem experimentado um desenvolvimento tecnológico crescente. O professor torna-se o mediador nessa relação entre os alunos e suas representações, o mundo e o conhecimento. Diante dessa realidade, os currículos e também os docentes se apropriam desses avanços no intuito de renovar o ensino de línguas. De acordo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p. 135), as novas tecnologias da informação e comunicação “dizem respeito aos recursos tecnológicos que permitem o trânsito de informações, que podem ser os diferentes meios de comunicação (jornalismo impresso, rádio e televisão), os livros, os computadores etc [...]. Os meios eletrônicos incluem as tecnologias mais tradicionais, como rádio, televisão, gravação de áudio e vídeo, além de sistemas multimídias, redes telemáticas, robótica e outros”. Nesse sentido, o professor de Língua Portuguesa e de Língua Inglesa na educação básica não pode ignorar as mudanças pelas quais passa a sociedade.

Os recursos tecnológicos fornecem, então, meios para que os educandos estabeleçam um diálogo mais dinâmico entre conhecimento e realidade. Deve-se ressaltar que o trabalho pedagógico com as tecnologias da informação e comunicação deve dialogar com os conteúdos e metodologias adotados pelos professores, a fim de ampliar o horizonte de aprendizagem dos alunos. Além disso é importante não fazer uso tradicional das TICs, mas explorar todas as possibilidades de inovação que essas ferramentas oferecem para um ensino problematizador, participativo, atrativo e diferente dos modelos tradicionais.

Assim, é fundamental que na formação inicial e continuada, a utilização das tecnologias da informação e comunicação forneça aos professores subsídios para que possam repensar e aprimorar suas ações em sala de aula. Durante as aulas ministradas pelos docentes do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará são utilizados os equipamentos de datashow, notebooks para auxílio no aprendizado dos discentes. A comunidade acadêmica possui acesso à rede Wi-Fi em todos os endereços

de oferta da Ufopa, existindo, inclusive, uma rede para acesso exclusivo dos estudantes (rede acadêmica).

Através do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA – o estudante pode gerenciar seu processo de ensino-aprendizagem, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, disciplinas matriculadas, rendimento acadêmico, entre outros. O SIGAA também pode funcionar como um ambiente virtual complementar às aulas presenciais, permitindo a interação do estudante via internet com seus colegas e o docente por meio de atividades como questionários, fóruns e enquetes.

10 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM

O Processo de ensino aprendizagem do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará está sujeito a avaliações permanentes e a adequações de forma, conteúdo e estratégias de ensinar e aprender, por se entender a avaliação como um recurso imprescindível e um elemento representativo no processo de atualização e qualificação do curso.

10.1 Procedimentos de Acompanhamento e de Avaliação dos Processos de Ensino-Aprendizagem.

Para fins de avaliação da aprendizagem, observa-se o estabelecido no Regimento Geral e Regimento de Graduação da UFOPA. Os componentes curriculares do curso serão apreciados a cada período de estudos, através da análise de pelo menos três instrumentos de avaliação, sendo pelo menos uma delas de caráter individual e de uma avaliação substitutiva (de reposição), sendo a última garantida ao discente que obtiver nota inferior a 6,0 (seis) e não tenha reprovado por falta em determinado componente curricular. Demais critérios para a realização da avaliação de reposição devem ser observados no Regimento de Graduação em vigor. A mensuração de cada instrumento avaliado ocorrerá através de valores numéricos no intervalo de 0 a 10 (zero a dez). As notas de cada instrumento de avaliação serão usadas no cômputo da nota final do componente curricular, de acordo com o procedimento descrito na metodologia do Plano de Ensino do professor.

A frequência mínima para aprovação nos componentes curriculares é de 75% (setenta e cinco por cento) e considerar-se-á aprovado o aluno que obtiver nota final igual ou superior a 6,0 (seis). O aluno com nota final inferior a 6,0, ao final do processo de avaliação,

estará reprovado e ficará em situação de dependência desse componente curricular, para fins de integralização curricular, devendo regularizar seus estudos para efeito de integralização do seu percurso acadêmico. O tempo máximo para regularização da dependência dos componentes curriculares é de 03 (três) reofertas.

Mas, de acordo com a Resolução nº 27, de 08 de outubro de 2013, seção V, sobre regime de dependência, que aprova, *ad referendum* a alteração da Resolução nº 09 de 19.03.2012 da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, o aluno poderá prosseguir seu percurso acadêmico com as respectivas dependências quando: a) ficar reprovado em até metade dos componentes curriculares em que estiver matriculado no período; b) quando o seu total corresponder a um número par; c) mas ficará reprovado em um quantitativo menor que o equivalente à metade do total, em mais de um do conjunto dos componentes curriculares em que estiver matriculado no período, quando este total corresponder a um número ímpar.

Neste caso, o aluno será impedido de prosseguir no seu percurso acadêmico, inclusive, para fins de mobilidade, até regularizar seus estudos quando: ficar reprovado em um quantitativo maior que a metade dos componentes curriculares em que estiver matriculado no período, quando o seu total corresponder a um número par; ficar reprovado em um quantitativo maior que o equivalente à metade do total mais um do conjunto dos componentes curriculares em que estiver matriculado no período, quando este total corresponder a um número ímpar.

O aluno com componentes obrigatórios pendentes, poderá regularizar seu percurso acadêmico estudando os componentes curriculares: na modalidade presencial, desde que haja vagas; na modalidade à distância, quando possível ou em turma de ensino individual, obedecendo os critérios estabelecidos no regimento de graduação (Resolução Nº 331/2019, Art. 239).

A avaliação substitutiva será realizada após a avaliação final, em período definido no Calendário Acadêmico. A avaliação em segunda chamada (Resolução Nº 331/2020, Art. 144) realizar-se-á antes da avaliação substitutiva, ao longo do período e à qual o discente não tenha comparecido. O artigo 156 da mesma Resolução prevê que a realização de segunda chamada só poderá ser requerida quando houver: impedimentos amparados por lei e doença atestada por serviço médico de saúde, atentando-se para a previsão regimental de que o pedido deverá ser protocolado na Coordenação Acadêmica da Unidade o prazo de até 3 (três) dias úteis após a realização da primeira chamada. Outros casos que justificam a

segunda chamada são:

- I - participação em prática de campo de outro componente curricular, dentro ou fora do campus, devidamente comprovada;
- II - participação em atividades de ensino, pesquisa e extensão, cadastradas na Instituição, dentro ou fora do campus, devidamente justificada por escrito pelo responsável da ação;
- III - participação em evento técnico, científico, acadêmico ou institucional, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, devidamente comprovada;
- IV - participação em atividades artísticas ou desportivas, de âmbito local, regional, nacional ou internacional, representando a Universidade, devidamente comprovada;
- V - falecimento do cônjuge ou companheiro, ascendente, descendente e colateral, até segundo grau, ou responsável legal, mediante apresentação de comprovante, sendo o período de afastamento de 5 (cinco) dias, contados a partir do dia do óbito;
- VI - casamento do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento, mediante comprovação legal;
- VII - paternidade do discente, sendo de 5 (cinco) dias o período de afastamento, mediante comprovação legal;
- VIII - convocação oficial de funcionários públicos para atividades de suas repartições, mediante documento comprobatório do qual constem datas e horários da atividade;
- IX - interrupção de serviços de transporte rodoviários e fluviais de passageiros, devidamente divulgados pelos meios de comunicação locais (Art. 157, Resolução 331/2020 – CONSEPE UFOPA)

Para esses outros casos acima descritos, o Regimento de Graduação em vigor prevê que o pedido de realização de atividades avaliativas em segunda chamada deve ser protocolado em até 3 (três) dias úteis após o retorno das atividades acadêmicas.

Como já registramos, o ingresso no curso de Letras da UFOPA dá-se predominantemente por meio de duas formas de seleção: o Processo Seletivo Regular (PSR) e os Processos Seletivos Especiais Indígena (PSEI) e Quilombola (PSEQ). Considerando que o PSR é também determinado pela Lei 12.711/2012 – a chamada Lei de cotas – que dispõe sobre o ingresso nas universidades e institutos federais, a comunidade estudantil do nosso curso é composta em grande parte por discentes que necessitam de assistência e de uma política afirmativa, estruturada e contínua de acompanhamento e avaliação da aprendizagem.

Por sinal, esta situação não se restringe a UFOPA. Trata-se de uma nova realidade das universidades federais do nosso país. É o que demonstra os resultados da V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES – 2018, coordenada pela ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior) e divulgada em 2019. Dentre os dados, destaque para aumento significativo do número de estudantes cotistas (de 3,1%, em 2005, para 48,3%, em 2018) e

para o crescimento acentuado de estudantes oriundos de famílias com renda de até um salário mínimo e meio (de 44,3%, em 1996, para 70,2% em 2018). Diante desses dados, o Presidente da ANDIFES, Reinaldo Centoducatte, observa que “as políticas públicas, para seu sucesso, são dependentes de diagnósticos, indicadores, monitoramento e avaliação, e essa pesquisa apresenta infinitas possibilidades de análises acerca do perfil estudantil, nas mais diversas dimensões da vida discente”.

Foi pensando neste cenário acadêmico nacional e regional inclusivo que a UFOPA definiu a sua Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, instituída pela Resolução nº 200, de 08 de julho de 2017, que, dentre outras funções, tem por objetivo “garantir as condições de permanência e acompanhamento dos discentes na educação superior pública federal de acordo com as especificidades culturais e sociais dos grupos beneficiários das ações afirmativas” (Art. 5º, III).

Assim, ancorados no que consta na Resolução nº 200/2017 e ampliando para experiências e atividades pedagógicas que já estão em execução no âmbito da instituição, destacamos que no curso de Letras o acompanhamento e avaliação da aprendizagem discente serão encaminhados a partir:

- das ações da Comissão Setorial de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico-Racial do Instituto de Ciências da Educação – ICED;
- da criação da Comissão de Acompanhamento e Apoio Pedagógico do Curso de Letras;
- da parceria e diálogo constante com a Comissão Interdisciplinar Permanente de Acompanhamento de Alunos Indígenas e Quilombolas da UFOPA e com a Diretoria de Ações Afirmativas da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis –PROGES;
- do incentivo às ações inclusivas e de apoio pedagógico desenvolvidas por Projetos e Programas Institucionais de Ensino, Pesquisa e Extensão em andamento na unidade acadêmica, tais como: o CEANAMA, que oferece apoio aos estudantes indígenas e quilombolas, e o Projeto Baobá, destinado ao acompanhamento de quilombolas;
- do desenvolvimento de sistemas específicos de informação que, integrados ao SIGAA, possam oferecer condições de monitoria e acompanhamento contínuo do(s) percurso(s) acadêmico(s) do estudante de Letras;
- da promoção de projetos acadêmicos que garantam espaço para debates de temáticas linguísticas, poéticas e socioculturais relacionadas às comunidades indígenas, quilombolas e aos demais espaços e setores sociais de vulnerabilidade econômica e política.

Por fim, registramos que o curso de Letras, assim como todas as demais subunidades desta Universidade, encontra-se no processo de compreensão dessas necessidades pedagógicas afirmativas e encara o acompanhamento estudantil contínuo e qualificado como um desafio incontornável do qual, sem dúvida, depende o próprio sucesso da formação em Letras projetada pelo programa.

11 SISTEMA DE AVALIAÇÃO DO PROJETO DO CURSO

A avaliação é parte integrante do Projeto Pedagógico do Curso. Esse acompanhamento é um processo dinâmico que busca diagnosticar se os objetivos e metas estão sendo alcançados, para, na sequência, podermos formular e planejar alterações que se mostrarem necessárias, incluindo aquelas apontadas pela IES e pelo MEC quando de suas visitas para avaliação.

As informações coletadas por meio de formulários ou reuniões com representantes discentes são sistematizadas e, a partir desse diálogo entre a gestão e os discentes, as soluções são procuradas. A Semana Acadêmica de Letras é também um evento previsto em calendário que pode ter espaço destinado à avaliação do projeto do curso. Assim, o acompanhamento e avaliação do Projeto Pedagógico se dão de modo contínuo, buscando adequações de forma, conteúdo e estratégias de aplicação, por entendermos que esses recursos constituem um elemento representativo no processo de atualização do curso de graduação, a fim de corrigir os aspectos negativos e manter ou aperfeiçoar o que já está bem estruturado no curso.

11.1 Avaliação do Curso

A Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês busca desenvolver com o NDE e o Colegiado do Curso um processo de autoavaliação, considerando o acatamento das seguintes dimensões: concepção basilar da formação, planejamento, organização curricular, metodologia e avaliação, usando como recursos a realização de reuniões periódicas e o preenchimento e análise de fichas de avaliação a partir de indicadores quantitativos e qualitativos, considerando também as orientações definidas no âmbito da gestão universitária (Comissão Permanente de Avaliação) e instrumentos, tais como: relatórios, atas, fichas de avaliação, construídas especialmente para avaliar o ensino,

projetos de pesquisa, extensão, monitoria, políticas de bolsas etc.

Ademais, propõe-se a investir sistematicamente em encontros e diálogos com os alunos em reuniões, em plenárias conjuntas com professores, coordenadores e o NDE, por entender que nestas oportunidades verificam-se dificuldades e necessidades e buscam-se soluções e encaminhamentos apropriados. Ou seja, a avaliação do curso é concebida como parte integrante do seu próprio desenvolvimento e se constitui como um processo que apresenta um caráter diagnóstico e formativo. A responsabilidade por seu planejamento é coletiva e democrática, ainda que encaminhada pelo NDE.

11.2 Gestão do Curso e os Processos de Avaliação Interna e Externa

A avaliação do PPC inclui diagnóstico interno e diagnóstico externo in loco, pautados em indicadores, dados e documentos que possam nortear a avaliação do projeto do curso. O diagnóstico interno centra-se na autoavaliação; nos relatórios de avaliação institucional da UFOPA elaborados pela Comissão Própria de Avaliação Institucional, instituída pela portaria UFOPA No. 783/2012, considerando os princípios e as dimensões do Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior (SINAES); no Projeto Pedagógico Institucional (PPI) e no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). O diagnóstico externo in loco, por sua vez, será realizado por uma comissão de especialistas designada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), segundo diretrizes da Comissão Nacional da Educação Superior (CONAES), para avaliar as condições de ensino do Curso.

Essas avaliações servirão como ferramenta no processo de aperfeiçoamento do Projeto Pedagógico, expondo a situação instantânea do curso, que deverá ser avaliada pelo NDE para a proposição de ações que busquem superar os entraves e reforçar os pontos fortes do curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês.

O diagnóstico da autoavaliação será elaborado por docentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE), uma vez que, de acordo com o Parecer N° 4 do CONAES, de 17 de junho de 2010, o NDE é “responsável pela formulação do Projeto Pedagógico do Curso – PPC, sua implementação e desenvolvimento” e, no que concerne à avaliação, contribuirá “para o desenvolvimento do PPC com vistas à sua consolidação”. No entanto, é importante destacar que todos os procedimentos e instrumentos de autoavaliação, incluindo a definição de ações futuras provenientes da reflexão dos resultados alcançados nas avaliações, deverão

ser previamente discutidos e estabelecidos no colegiado do curso e com a comunidade acadêmica.

A autoavaliação deverá contemplar os seguintes tópicos: o contexto do curso, discussão e avaliação do campo de trabalho, do perfil dos ingressantes, dos diferentes aspectos da qualificação profissional do egresso; os objetivos do curso, discussão e avaliação dos objetivos, da evolução das áreas do conhecimento pertinentes ao curso; o resultado do projeto do curso, discussão e avaliação dos dados quantitativos relativos ao índice de evasão e reprovação, à participação dos egressos na instituição, à aceitação dos formandos em Programas de Pós-Graduação Stricto Sensu; e as instalações físicas, discussão e avaliação da adequação das instalações em função das atividades curriculares e extracurriculares do curso e em função do desenvolvimento das práticas pedagógicas.

No que tange à avaliação externa, o curso é submetido a avaliações por meio do Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e também às visitas in loco do MEC, de onde obtemos importantes dados para pensar o projeto pedagógico vigente.

O NDE, juntamente com representante discente e técnico-administrativo, também irá analisar os relatórios de avaliação institucional elaborados pela Comissão Própria de Avaliação da UFOPA, instituída pela Portaria 783, de 24 de julho de 2012, bem como irá observar o PPI e PDI da UFOPA com a finalidade de averiguar interesses, necessidades, demandas, objetivos, diretrizes pedagógicas, ações, atividades acadêmicas da instituição, para contribuir com a discussão, planejamento, organização e avaliação do Projeto do Curso de Letras.

A avaliação permanente e sistemática do Projeto Pedagógico do Curso implementada com esta proposta deverá servir como ferramenta para a validação da pertinência do curso no contexto regional e a redefinição de objetivos, da estrutura curricular, das competências e habilidades, bem como deverá promover a busca de soluções e o planejamento de estratégias para a reformulação/reorganização do PPC após quatro anos de vigência do antigo projeto.

12 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

As políticas institucionais da Ufopa abrangem ações no âmbito do ensino, pesquisa e extensão, no sentido de consolidar a prática democrática e a inserção cidadã da instituição na realidade amazônica, no cenário nacional e nas conexões internacionais.

Como nas demais IFES, o ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu) e extensão. Independentemente do nível, o foco do ensino na instituição é a abordagem interdisciplinar, a flexibilidade curricular, a formação continuada e a mobilidade acadêmica. Os cursos são estruturados em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Formação de Professores, estabelecidas pelo Conselho Nacional de Educação, com o objetivo de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social, valorizar a diversidade cultural e contribuir para o avanço científico e tecnológico da Amazônia.

12.1 Políticas de Ensino

O ensino na Ufopa é desenvolvido nos níveis de graduação, pós-graduação (lato sensu e stricto sensu), sob a forma de atividades presenciais e a distância, nas seguintes áreas do conhecimento: Ciências Exatas, Ciências da Terra, Ciências Biológicas, Engenharias, Agrárias, Ciências da Saúde, Ciências Sociais Aplicadas, Ciências Humanas, Linguística, Letras e Artes, entre outras. O ensino na Instituição tem como princípio a abordagem interdisciplinar, flexibilidade curricular, formação continuada e a mobilidade acadêmica.

O ensino de graduação da Ufopa segue as diretrizes curriculares nacionais e institucionais e está alinhado à missão institucional de produzir e socializar conhecimentos, contribuindo para a cidadania, inovação e desenvolvimento da Amazônia, respeitando a diversidade cultural, norteando as suas atividades nos objetivos estratégicos de formar cidadãos capazes de transformar a realidade social da região amazônica. As políticas de ensino têm como foco o egresso como agente transformador da realidade social, com formação humanística, crítica e reflexiva, com competência técnica, científica e política, baseada em princípios éticos e na compreensão da realidade social, cultural e econômica do seu meio. A Universidade se propõe a ofertar um ensino de qualidade, tendo como diretrizes: (1) a excelência acadêmica, por meio do uso de tecnologias educacionais; (2) a promoção de modelos curriculares inovadores, buscando, para isso, ampliar e diversificar as oportunidades educacionais, potencializar a vocação regional e promover a interdisciplinaridade no ensino, pesquisa, extensão; (3) a articulação com a sociedade, buscando fortalecer a interação com a educação básica; e (4) a produção do conhecimento, visando à sua ampliação e disseminação.

Buscando oportunidades de ensino-aprendizagem alinhadas com o perfil do egresso, os discentes do curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês têm a

oportunidade de participar de projetos geridos, de maneira compartilhada, pela Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) e as unidades de ensino, tais como Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) e Programa Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão.

O ICED tem, ainda, alunos que participam de outros projetos geridos pela PROEN, tais como: Programa de Educação Tutorial (PET) Conexões de Saberes de Estudos Interdisciplinares: comunidades do campo; Programa Proensino; Programa de Mobilidade Acadêmicas Externa Temporária (auxílio estudantil para atividades nacionais de ensino, integrado com pesquisa e extensão) e programas de Monitoria Acadêmica, atualmente com as seguintes modalidades: monitoria de acessibilidade, monitoria Ceanama (acompanhamento aos estudantes indígenas), monitoria voluntária de disciplinas/laboratórios e monitoria de projetos institucionais.

12.2 Políticas de Extensão

As ações de extensão universitária desenvolvidas pela Ufopa são orientadas pelas diretrizes definidas pelo Plano Nacional de Extensão Universitária, Estatuto, Plano de Desenvolvimento Institucional, Política de Ensino, pelo Regimento Geral da Ufopa e Resolução nº 301, de 26/08/2019, que regulamenta o registro e a inclusão da extensão universitária no Currículo dos Cursos de Graduação da Ufopa

Na Ufopa, a extensão universitária é um processo educativo, cultural, científico e/ou tecnológico, que envolve ações de articulação com a sociedade, por meio de atividades acadêmicas integradas ao ensino e à pesquisa de forma indissociável, que viabilizam a relação transformadora entre a Universidade e a sociedade.

As atividades de extensão estão direcionadas para a valorização da diversidade cultural e ambiental, compromisso com os direitos humanos, respeito às diferenças de raças, etnias, crenças e gêneros, princípios éticos, promoção da inclusão social e/ou desenvolvimento sustentável e regional.

As ações de extensão da Ufopa são classificadas nas seguintes modalidades: a) programas; b) projetos; c) cursos; d) oficinas; e) trabalhos de campo; f) eventos; g) prestação de serviços; h) publicação e outros produtos acadêmicos.

A atuação da Pró-Reitoria da Cultura, Comunidade e Extensão (Procce) tem como meta aumentar o número de programas, projetos e ações de integração com a sociedade e com empresas, visando a alavancar e ampliar parcerias estratégicas. O curso de

Licenciatura em Letras Português-Inglês possui projetos de extensão cadastrados na Procce que buscam atender diferentes demandas e articular alunos, professores, comunidade acadêmica e comunidade.

Atendendo ao Regimento de Graduação da Ufopa, no seu artigo 18 (Resolução 331/2020 – Consepe-UFOPA), e diretrizes superiores (PNE, Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 e Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018 – CNE/MEC), são assegurados, para a integralização do curso, no mínimo, 10% (dez por cento) do total de créditos curriculares para programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social, com base na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – Plano Nacional de Educação (PNE).

12.3 Políticas de Pesquisa

A política de pesquisa da Ufopa é gerida pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação Tecnológica (Proppit). Tem por finalidade fomentar e orientar a consolidação de uma cultura de pesquisa na Instituição que suporte a inserção de pesquisadores locais em redes de investigação científica nacional e internacional, tendo como foco principal a realidade regional apresentada e como perspectiva a produção de conhecimento para o desenvolvimento da vasta oferta de recursos naturais da Amazônia. Suas principais diretrizes são: produção de conhecimento e articulação com a sociedade, formando cidadãos em função das necessidades da sociedade, capazes de transformar a realidade social da região amazônica, contribuindo para o avanço científico e tecnológico, além de promover a valorização da diversidade cultural.

A Ufopa visa a consolidar a pesquisa interdisciplinar, fortalecer e ampliar a produção e a disseminação de conhecimentos e intensificar as atividades de pesquisa de relevância social, ampliando o número de trabalhos, tanto dos discentes como dos docentes da instituição, incentivando a participação e a organização de eventos de socialização para divulgação e planejando o lançamento de edital interno voltado ao apoio da pesquisa, em especial à consolidação dos grupos de pesquisas. Quanto à sua articulação com a sociedade, a pesquisa na Ufopa pretende fortalecer a interação com o ensino médio, por meio do programa de bolsas Pibic-EM, buscando incentivar e despertar o espírito de pesquisa dos futuros profissionais. Além disso, pretende-se elevar o número de publicações com relevância social, por meio da valorização e estímulo à divulgação e socialização dos

resultados das pesquisas, apoiando a participação dos docentes e discentes em eventos científicos diversos e em suas publicações. A Ufopa também realiza o acompanhamento e visibilidade das pesquisas desenvolvidas na instituição, valorizando a produção científica docente. Os alunos de graduação desta universidade podem fazer parte do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC), bem como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI). Os alunos de Letras têm sido contemplados mais particularmente com bolsas PIBIC. Além disso, a Ufopa promove, também, o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio, vinculado ao CNPq, sendo que o curso de Letras já teve planos de trabalho aprovados também para tal modalidade.

A política de pesquisa pretende consolidar a Ufopa no cenário da pesquisa local, regional e nacional, alavancando e ampliando parcerias estratégicas, promovendo articulação permanente com empresas públicas e privadas, comunidades e movimentos sociais.

A Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais (Arni) é responsável pelo apoio e logística no estabelecimento de parcerias com outras instituições e/ou organismos nacionais e internacionais, visando à realização de atividades em cooperação nas áreas de ensino, pesquisa e extensão universitária.

Articulada ao ensino, a pesquisa visa a promover a interdisciplinaridade e potencializar a vocação da região amazônica com ações que efetivamente contribuam para o alcance da sustentabilidade. A Proppit pretende elevar o índice de publicações distribuídas pelo Qualis com foco interdisciplinar e elevar o índice de projetos de pesquisa relacionados com temas regionais, adotando estratégias de gestão por meio da Capes, CNPq e SEB/MEC. Essas ações fortalecerão a pesquisa e a produção científica nas áreas científicas e tecnológicas.

13 POLÍTICA DE ACESSIBILIDADE

Sobre política de acessibilidade, a Ufopa tem ancorado suas ações de atendimento a Pessoas com Deficiência – PcD's fundamentando-se no amparo legal brasileiro, como a Constituição Federal de 1988, art. 205, 206 e 208, a Lei 9394/96 que institui as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a Resolução nº 200 que institui a Política de Ações Afirmativas e promoção da igualdade Étnico-Racial na Universidade Federal do Oeste do Pará e estabelece diretrizes para a instituição do Instituto de Formação Intercultural,

a Lei Brasileira de Inclusão nº 13.146/15, na NBR 9050/2004, da ABNT, entre o escopo legal disponível na legislação Brasileira que visa atender às PcDs e pessoas com mobilidade reduzida, de modo a propiciar seu acesso e sua permanência qualificada, por meio da redução das barreiras arquitetônicas, comunicacionais, informacionais, atitudinais e curriculares (RESOLUÇÃO nº 200/2017).

Nesse contexto, destaca-se a Lei nº 10.098/2000 que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e dá outras providências:

Acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo:

Art. 11. A construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser executadas de modo que sejam ou se tornem acessíveis às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Parágrafo único. Para os fins do disposto neste artigo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade:

– nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas a garagem e a estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente sinalizadas, para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;

– pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;

– pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei; e;

– os edifícios deverão dispor, pelo menos, de um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira que possam ser utilizados por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida.

Art. 12. Os locais de espetáculos, conferências, aulas e outros de natureza similar deverão dispor de espaços reservados para pessoas que utilizam cadeira de rodas, e de lugares específicos para pessoas com deficiência auditiva e visual, inclusive acompanhante, de acordo com a ABNT, de modo a facilitar-lhes as condições de acesso, circulação e comunicação.

Verifica-se que a lei delimita o que considera por acessibilidade nos prédios públicos. Diante disso, a universidade, a partir do amparo legal, organiza seus espaços para atendê-la, visando o atendimento mais adequado às PcD's e pessoas com mobilidade reduzida. Assim é construído um ambiente público acessível com a garantia de espaço e de

comunicação acessível a todas as pessoas como descrito a seguir:

Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer.

Art. 18. O Poder Público implementará a formação de profissionais intérpretes de escrita em braile, linguagem de sinais e de guias-intérpretes, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa portadora de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação.

Art. 19. Os serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens adotarão plano de medidas técnicas com o objetivo de permitir o uso da linguagem de sinais ou outra subtitulação, para garantir o direito de acesso à informação às pessoas portadoras de deficiência auditiva, na forma e no prazo previsto em regulamento.

No que se refere à acessibilidade, considerando o sistema de comunicação, a Ufopa possui elevadores para pessoas com mobilidade reduzida, servidores técnicos intérpretes da Língua Brasileira de Sinais para o atendimento aos alunos surdos ou com deficiência auditiva, bem como na garantia de recursos acessíveis a pessoas cegas, pessoas com baixa visão e pessoas com outras deficiências inscritas na modalidade da Educação Especial que necessitarem de recursos acessíveis adaptados.

Vale destacar que, em 12 de agosto de 2013, a Ufopa instituiu o Grupo de Trabalho – Pró-acessibilidade por meio da Portaria nº 1.293. O grupo foi composto por treze membros, entre eles professores e técnicos interessados em discutir e apoiar ações, projetos e formações continuadas sobre acessibilidade no ensino superior. O GT - Pró-acessibilidade foi o primeiro passo para a organização de um documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física na Ufopa, atendendo às orientações do Programa Incluir – acessibilidade no ensino superior, criado em 2005.

Em 18 de Junho de 2014, a instituição criou e instalou o Núcleo de Acessibilidade por meio da Portaria nº 1.376, que, vinculado à Pro-Reitoria de Gestão Estudantil (Proges), busca, dentre outros objetivos, fomentar o debate sobre a inclusão e a acessibilidade, assim como realizar ações para a inserção dos alunos com deficiência no ensino superior. O Núcleo realiza ações e atividades de pesquisa e extensão, promovendo cursos, projetos e eventos e, com isso, colabora com a comunidade acadêmica e em geral

disponibilizando dados informativos e realizando pesquisas e formação continuada.

Um desafio colocado à Ufopa para a ampliação da sua política institucional de acessibilidade relaciona-se com o atendimento aos diversos campi localizados na região do Baixo Amazonas, por se tratar de uma universidade que nasce no interior da Amazônia e ainda se encontra em processo de consolidação, mas já expande o seu enraizamento para mais sete municípios do Estado do Pará, região de complexo trânsito fluvial atravessada por diferentes rios da Amazônia, como o Tapajós, o Amazonas e o rio Trombetas.

Mesmo em meio à complexidade explicitada, é possível constatar que, acerca da política de acessibilidade desenvolvida pela Ufopa no Campus Rondon, já se verifica atenção e zelo pelas pessoas com deficiência-PcDs, de maneira que a instituição pensou e se organizou com espaço adaptado por rampas de acesso, banheiro no padrão acessibilidade, o cuidado de organização do material didático adaptado pelos docentes, considerando o atendimento e a diversidade inscrita nas diferentes categorias de deficiências.

13.1 Libras

A Língua Brasileira de Sinais - Libras foi criada pela Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, é reconhecida como meio legal de comunicação e expressão brasileira (Art. 1º). A Libras é entendida como a forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora com estrutura gramatical própria, constituem um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil. A Lei da Libras, como ficou conhecida, foi regulamentada pelo Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005.

Compondo a política de acessibilidade da instituição a Libras também tem sido tema de formação continuada, possibilitado uma formação adequada para que servidores (professores e técnicos) aprendam a lidar com a população que necessita do uso da Língua para o desenvolvimento da comunicação e no desempenho acadêmico.

No curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, a Língua Brasileira de Sinais compõe o currículo no formato de uma disciplina que compõe o eixo comum – núcleo I. A disciplina Língua Brasileira de Sinais – Libras é ofertada no 5º semestre, com uma carga horária de 60 horas e aborda, dentre outras, as seguintes temáticas: discussão acerca da língua de sinais e suas características enquanto língua natural. Aspectos gramaticais básicos sobre a língua de sinais. Concepções de educação de surdos: oralismo, comunicação total e

bilinguismo. Os chamados Estudos Surdos em Educação: ideias e proposições e a base legal relacionada.

14 POLÍTICA DE AÇÕES AFIRMATIVAS

Compõem a Diretoria de Ações Afirmativas da PROGES e tem por objetivo apoiar o estudante, orientando-o quanto aos meios de resolver as dificuldades encontradas na vida estudantil, proporcionando-lhe melhores condições de vida universitária, e tem as seguintes atribuições:

- fortalecer ações afirmativas para estudantes indígenas e quilombolas;
- implantar programas e projetos que visem à permanência dos estudantes dos diversos cursos;
- promover palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas visando ao nivelamento de aprendizagem.

As políticas de ações afirmativas são encaminhadas pela Coordenação de Cidadania e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, cujas finalidades são:

- a) acompanhar o ingresso e a permanência dos estudantes indígenas, quilombolas e estudantes com necessidades especiais dentro da universidade;
- b) elaborar políticas que minimizem o número de evasão desses estudantes;
- c) encaminhar aos órgãos competentes da universidade relatórios anuais de avaliação de assistência aos estudantes;
- d) sugerir mecanismos de aperfeiçoamento do ingresso e da permanência dos discentes a partir das avaliações parciais realizadas e;
- e) disponibilizar dados referentes aos estudantes beneficiários da política de ações afirmativas para as unidades acadêmicas, a fim de permitir o acompanhamento e qualificação dessa política no âmbito das unidades e cursos da Ufopa.

A Ufopa implantou em 2014 a PROGES – Pró-Reitoria de Gestão Estudantil e, vinculada a ela, a Diretoria de Ações Afirmativas e a Coordenação de Cidadania e Promoção da Igualdade Étnico-Racial, com a finalidade de promover a execução de políticas afirmativas e estudantis na Ufopa, garantindo à comunidade acadêmica condições básicas para o desenvolvimento de suas potencialidades, visando à inserção cidadã, cooperativa, propositiva e solidária nos âmbitos cultural, político e econômico da sociedade e do desenvolvimento regional, por meio de ações e de eventos internos e externos à Universidade.

Articuladas às atividades de assistência estudantil, a PROGES busca garantir suas ações afirmativas tanto na sede quanto nos Campi por meio de palestras, seminários, oficinas, exibição de filmes, debates, assim como de outras atividades voltadas para a preparação de estudantes indígenas e quilombolas, visando ao nivelamento de aprendizagem. Em relação à questão indígena, merece destaque a Formação Básica Indígena– FBI, que se encontra em processo de consolidação em Santarém e nos Campi.

15 APOIO AO DISCENTE

Para se coadunar com o Decreto nº 7.234/2010, que dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), executado no âmbito do Ministério da Educação, e que tem como finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, a Ufopa criou a Pró-Reitoria de Gestão Estudantil – PROGES, em 14 de abril de 2014, com a missão de incentivar, apoiar, orientar e acompanhar, de forma articulada com as demais pró-reitorias, unidades acadêmicas, secretarias administrativas e órgãos suplementares, o aluno em suas múltiplas demandas no decorrer de sua trajetória estudantil de acordo com o Programa Nacional de Apoio aos Estudantes – PNAES, que, entre as suas atribuições, exige coordenação, fiscalização e a execução dos auxílios estudantis que a universidade tem à sua disposição.

Além disso, a Ufopa atua com ações afirmativas de permanência nas áreas social, atendimento psicológico, pedagógico e esportivo, tendo em vista o bom desempenho acadêmico do aluno. Ou seja, a assistência ao aluno na Ufopa é uma das ações que está diretamente relacionada ao cumprimento de seu objetivo estratégico de promover valores éticos e democráticos e inclusão social, pois auxilia de forma democrática e ética na superação das dificuldades de aprendizagem do aluno no ambiente universitário e de inclusão social desde o seu ingresso. A política de inclusão social da Ufopa envolve, além das ações de acessibilidade, os Processos Seletivos Especiais (PSE Quilombola e PSE Indígena), ações de inovação tecnológica e de empreendedorismo.

15.1 As condições para Acesso, Permanência e Conclusão de Curso

Essa política envolve desde o acompanhamento da matrícula, as informações referentes ao percurso acadêmico dos alunos vinculados à garantia de condições para

permanência e conclusão do curso na instituição, tanto na sede quanto nos campi.

A Pró-Reitoria de Ensino de Graduação – PROEN tem a ela vinculada a Diretoria de Registro Acadêmico – DRA, responsável pelo controle das informações referentes ao percurso acadêmico dos alunos e cuida para que os registros e os controles acadêmicos sejam realizados de maneira correta, de acordo com a legislação e as normas internas da Instituição.

O acompanhamento da situação acadêmica de desempenho do aluno é viabilizado pelo Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas - SIGAA, por meio do qual o aluno pode gerenciar seu processo de ensino aprendizagem, tendo também acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, componentes curriculares matriculados e rendimento acadêmico, garantindo a interatividade entre professores e alunos, o que permite assegurar o acesso a diferentes materiais textuais e ou a recursos didáticos a qualquer hora e lugar, possibilitando experiências diferenciadas de aprendizagem e melhoria de desempenho baseadas no uso desse sistema.

15.2 Mobilidade Acadêmica Interna e Externa

A Ufopa realiza Mobilidade Acadêmica Interna e Externa. O Programa de Mobilidade Acadêmica Interna – MOBIN viabiliza transferência interna para alunos regulares da instituição, ativos ou com matrícula trancada (após solicitação de reativação da matrícula), que desejam se transferir de turno no mesmo curso e unidade, ou de unidade no mesmo curso, ou para outro curso de área afim, conforme edital específico divulgado pela PROEN. A Mobilidade Externa – MOBEX ocorre quando não há preenchimento de vagas nas subunidades acadêmicas e a instituição disponibiliza vagas a candidatos oriundos de outras instituições brasileiras ou internacionais autorizadas, reconhecidas e/ou revalidadas pelo MEC.

O Programa de Mobilidade Acadêmica Externa Temporária Nacional concede aos alunos bolsas e ajuda de custo para mobilidade acadêmica nacional, mediante submissão de projetos de mobilidade acadêmica de nível de graduação por parte das unidades e que fomentem ações acadêmicas de ensino integrado com pesquisa e extensão em intercâmbio com outras instituições federais de ensino superior do país, conforme edital específico divulgado pela PROEN.

O Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional (PNAI) prevê a seleção de discentes de graduação, por meio de seu desempenho acadêmico, para fomento,

preferencialmente, de ações acadêmicas integradas de pesquisa, ensino e extensão em instituições estrangeiras.

Além destes Programas, a Assessoria de Relações Nacionais e Internacionais – ARNI dá suporte às ações de cooperações acadêmico-científicas, tecnológicas e culturais em âmbito local, nacional e internacional com outras instituições ou organizações em cenários onde os processos de globalização se colocam como alternativas de desenvolvimento. Entre as suas competências está a inclusão da Ufopa nos programas de mobilidade discente e docente nacional e internacional.

15.3 Monitoria Acadêmica

O Programa de Monitoria Acadêmica da Ufopa é uma ação institucional direcionada ao fortalecimento dos cursos de graduação e incentivo ao desenvolvimento de metodologias, recursos didáticos, procedimentos, avaliações e tecnologias voltadas para o ensino e aprendizagem na graduação, envolvendo professores e alunos, respectivamente, na condição de orientadores e monitores, a ser efetivado por meio de projetos de monitoria e projetos de ensino integrado, em conformidade com o respectivo Projeto Pedagógico de cada curso. O PMA é coordenado pela Pró-Reitoria de Graduação (PROEN), por meio da Diretoria de Ensino/Coordenação de Projetos Educacionais (DE/CPE).

É uma atividade que visa despertar no aluno o interesse pela carreira docente, prestar auxílio a professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico- didáticas, bem como contribuir para a manutenção de um relacionamento acadêmico pedagógico produtivo entre alunos e professores, podendo ser desenvolvida em duas modalidades: bolsista e voluntário, conforme orientações da PROEN e edital específico divulgado pelo Campus.

15.4 Assistência Psicossociopedagógica

A Assistência Psicossociopedagógica está vinculada à PROGES, por meio da Diretoria de Acompanhamento Estudantil – DAE, da Coordenação de Assistência Estudantil (CAE), do Núcleo de Gestão Pedagógica (NUGEPE), do Núcleo de Serviço Social (NUSES), e do Núcleo de Psicologia (NUPSI). Essa assistência busca identificar e acompanhar ocorrências que interfiram na integração do aluno à vida estudantil, com o objetivo de

contribuir para a sua permanência, melhorar seu desempenho acadêmico, reduzir as taxas de evasão e promover a inclusão social na universidade.

A assistência se subdivide em: Acompanhamento psicológico - são realizados atendimentos psicológicos, individuais e em grupos aos alunos que demandem esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e social, com o objetivo de acolhê-los nas suas dificuldades pessoais, pois estas podem afetar seu desempenho acadêmico e, conseqüentemente, suas relações interpessoais. Também tem por finalidade a prevenção, realizando intervenções com os alunos, objetivando evitar que dificuldades vivenciadas no campo pessoal possam afetar negativamente seu desempenho acadêmico e permanência na universidade. O acompanhamento psicológico do aluno visa a possibilitar sua inclusão no ensino superior e favorecer seu crescimento pessoal e profissional na sociedade.

Acompanhamento social – garante assistência aos alunos que estão em situação de vulnerabilidade social, fortalecendo a qualidade de vida pessoal e familiar, visando ao bom desempenho acadêmico. Essas demandas poderão ser encaminhadas pelas unidades acadêmicas, por procura espontânea, apuração de denúncias, entrevistas e realização de visitas domiciliares aos estudantes e aos grupos familiares.

Acompanhamento pedagógico – assegura assistência pedagógica aos alunos por meio de atendimentos dos acadêmicos com dificuldades de aprendizagem por fatores internos e externos; orientação aos estudantes em suas dúvidas e questões acadêmicas, apoiando seu desenvolvimento pleno; realização de ações que reduzam o déficit de conhecimento em áreas fundamentais para a continuidade dos estudos. Propõe também, concretizar processos de orientação e acompanhamento de alunos que se encontram em dificuldades educacionais, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e de produção do discente na universidade.

Assim, a assistência destinada aos alunos dos campi da Ufopa busca:

- Gerenciar o acolhimento ao estudante e socialização de informações necessárias para sua permanência na Ufopa;
- Desenvolver ações de acolhimento e demandas psicossociais, bem como de prevenção e promoção à saúde;
- Desenvolver análises e estudos que auxiliem na definição do perfil socioeconômico dos estudantes com objetivo de subsidiar e qualificar as ações

desta coordenação;

- Acompanhar situações de risco e vulnerabilidade psicossocial, articulando com a rede de atendimentos;
- Manter atendimento psicológico individual e em grupo aos universitários que demandam esse tipo de intervenção nas esferas de aprendizagem, relacionamento acadêmico e orientação profissional com enfoque preventivo;
- Acompanhar estudantes em vulnerabilidade socioeconômica, com evidências iminentes de evasão, face às dificuldades de ordem econômica, social e emocional;
- Acolher, orientar e acompanhar os discentes, bem como, implementar ações de prevenção e intervenção mediante as demandas apresentadas, comumente, geradoras de estresse, contribuindo assim para o enfrentamento de eventuais prejuízos educacionais e ou psíquicos;
- Coordenar o desenvolvimento de orientações nas questões de saúde do estudante.

16 INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A inovação tem sido entendida na Ufopa como mudança e melhoria tecnológica de sistemas educativos. A OCDE define inovação como “a busca de mudanças que, de forma consciente e direta tem como objetivo a melhoria do sistema educativo”. Nesta perspectiva, uma inovação não é apenas algo novo, mas algo que se melhora e que permite mostrar os resultados de tal melhoria. Na prática, isso implica no estabelecimento de um modelo simples que represente o que seja inovação para o sistema ou uma escola, que se fundamenta na ideia tecnológica de que o importante é dar atenção ao plano das inovações. Em sistemas escolares são os professores que adotam de imediato as inovações, em função da qualidade intrínseca do plano e de suas intenções de melhoria, quando são levadas à prática. As inovações não perduram se não se conta com os docentes para este fim.

Nesta perspectiva, para compor a sua política de inclusão social, a Ufopa criou, além do Processo Seletivo Regular – PSR e dos Processos Seletivos Especiais (PSEQ Quilombola e PSEI Indígena), a Agência de Inovação Tecnológica (AIT), por meio da Resolução n.º 54/2014. A Agência de Inovação Tecnológica da instituição está vinculada à Proppit, mas nasceu com a missão de identificar oportunidades e promover atividades de

estímulo à inovação, ampliando o impacto do ensino, da pesquisa e da extensão e possibilitando a inclusão social dos alunos dos diferentes cursos, além de viabilizar a participação e o envolvimento dos seus professores, em favor do desenvolvimento do que seja ecologicamente correto; economicamente viável; socialmente justo e; culturalmente aceito, cumprindo dessa forma as exigências legais pertinentes à inovação tecnológica.

A Agência de Inovação Tecnológica da Ufopa tem por objetivos:

- Propor uma política de inovação tecnológica para a Ufopa, baseada na Lei de Inovação (Lei nº 10.973/2004);
- Valorizar e proteger o conhecimento científico produzido na universidade (Proteção da Propriedade Intelectual);
- Realizar a transferência de tecnologias de criações geradas na universidade;
- Disseminar a cultura da inovação, do empreendedorismo e da inclusão social;
- Fomentar, promover e apoiar ações para implantação do PCT Tapajós e consolidação do Programa de Incubação de Empresas (PIE);
- Fomentar a interação entre a universidade e empresas por meio de parcerias público-privadas (PPP).

Na perspectiva de contribuir decisivamente com a inclusão social dos alunos, a Agência de Inovação Tecnológica (AIT) da Ufopa oportunizou e comporta o Programa de Incubação de Empresas – PIE, visando promover ações e esforços para o seu pleno desenvolvimento.

No curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês, a inovação tecnológica se dá não só por meio do uso de novas tecnologias no ensino e pesquisa de línguas, mas também na capacitação do licenciando para a utilização dessas tecnologias em sala de aula, o que inclui o estudo de novas metodologias de ensino de línguas. O objetivo é a melhoria do sistema educativo por meio da formação de docentes de Letras que utilizem as mídias atuais de forma eficiente, uma vez que não há como formar professores sem ensinar como ler e produzir textos nos gêneros que circulam nessas mídias.

16.1 Apoio à Participação em Atividades de Iniciação Científica

A partir da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), na Ufopa, o apoio à participação das atividades de iniciação à pesquisa dá-se por intermédio do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e de Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBIC), que abrange os subprogramas PIBIC/CNPq, PIBIC- AF/CNPq, PIBIC/FAPESPA, PIBIC/UFOPA, PIBIC-AF/UFOPA, PIBITI/CNPq E PIBITI/UFOPA. Nesse contexto, segue-se o objetivo da universidade e da proposta de “professores-pesquisadores” com o escopo de apoiar a criação e consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na Ufopa.

16.2 Programas de Iniciação Científica

O programa de iniciação científica da Ufopa disponibiliza, hoje, duas modalidades de bolsa: o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) e o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI), em parceria com a Fundação Amazônia, antiga FADESPA, e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica e Desenvolvimento Tecnológico tem por objetivo apoiar a criação e a consolidação de grupos de pesquisa e qualificar o ensino de graduação na Ufopa, por meio da concessão de bolsas de iniciação científica a graduandos, sob orientação de docentes, coordenadores ou participantes de projetos de pesquisa registrados na instituição, para o desenvolvimento de atividades voltadas ao desenvolvimento científico (PIBIC) e ao desenvolvimento tecnológico (PIBITI).

O PIBIC visa propiciar ao bolsista, orientado por pesquisador qualificado, a aprendizagem de técnicas e métodos de pesquisa, bem como estimular o desenvolvimento do pensar cientificamente e da criatividade, decorrente das condições criadas pelo confronto direto com os problemas de pesquisa.

Já o PIBIT tem por objetivo estimular os jovens do ensino superior nas atividades, metodologias, conhecimentos e práticas próprias ao desenvolvimento tecnológico e processos de inovação. Ele deve contribuir para a formação e a inserção de estudantes em atividades de desenvolvimento tecnológico e inovação, a formação de recursos humanos dedicados ao fortalecimento da capacidade inovadora e para a formação do cidadão pleno, com condições de participar de forma criativa e empreendedora nas atividades nas quais esteja incluído.

Por sua vez, o subprograma PIBIC-AF é destinado a estudantes que ingressaram na Ufopa por meio de ações afirmativas ou que se encontram em situação de vulnerabilidade socioeconômica. Outra forma de contato com a pesquisa ocorre por meio de participação voluntária nos projetos de pesquisa realizados pelos docentes da instituição.

Nesse quadro de ações institucionais, o curso conta, atualmente, com diferentes projetos de pesquisa coordenados pelos docentes, que orientam, também, alunos de iniciação científica.

PARTE III: RECURSOS HUMANOS 1 APOIO TÉCNICO-PEDAGÓGICO

1.1 Direção do Instituto

A direção do Instituto de Ciências da Educação é exercida pelo Prof. Dr. Edilan de Sant'Ana Quaresma e pela Vice-Diretora Prof.^a Dr.^a Ana Maria Vieira Silva. A direção encontra-se no prédio H, no campus Rondon, em horários alternados entre manhã, tarde e noite.

1.2 Coordenação do Programa/Coordenação de Curso

1.2.1 Atuação da Coordenação do Curso

A atuação do coordenador é estruturada em um plano de ação cujo objetivo é informar os membros do Colegiado de Letras e alunos as atribuições e competências do coordenador, as ações planejadas, incluindo as metas a serem alcançadas no semestre em curso, o planejamento de eventos, o acompanhamento de egressos e avaliações da coordenação por docentes e discentes. Estando cientes dessas atribuições, os membros do Colegiado de Letras podem agir em conjunto com o Coordenador, considerando as diferentes demandas ou questões de professores e de alunos que se façam necessárias para o bom andamento do Curso. Do processo avaliativo saem resultados, socializados em reuniões, que servem de indicadores de desempenho para o aprimoramento e melhorias da gestão de coordenação. Além disso, tais dados também são oportunos para a atuação da coordenação na linha interativa desta com o corpo docente, para fins de administração da melhor inserção da potencialidade de cada professor em prol do curso, e com as outras licenciaturas e instâncias da administração acadêmica, numa interlocução contínua visando ao melhor desempenho do Curso de Letras.

A função de coordenação do curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês é exercida pela docente Celiane Sousa Costa, a qual foi atribuída uma carga horária de 20h semanais para desenvolver as atividades de coordenação Doutora em Estudos Linguísticos (2019), mestre em Letras na área de concentração Linguística (2010) e graduada em Letras com Habilitação em Língua Portuguesa (2004) pela Universidade Federal do Pará. Atuou como professora assistente no quadro efetivo de docentes do Curso de Licenciatura em Letras na Universidade Federal do Pará, *Campus* de Breves, em 2009, e, posteriormente,

ingressou como professora efetiva no Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês da Universidade Federal do Oeste do Pará, em 2010, sendo lotada no Programa de Letras do Instituto de Ciências da Educação, *Campus Rondon* (Santarém), com dedicação exclusiva (40 horas semanais).

Segundo Art.117 do Regimento Geral da Ufopa (Resolução nº 55/2014), compete ao Coordenador de Curso:

- I - convocar e presidir os trabalhos do Colegiado de Curso;
- II - coordenar as atividades de ensino, pesquisa e extensão a cargo da Subunidade Acadêmica, delegando atribuições e acompanhando a execução;
- III - coordenar e acompanhar os serviços administrativos da Subunidade Acadêmica.

O Coordenador do Curso de Letras compõe também o Conselho da Unidade Acadêmica, ICED, conforme o Art. 110 do Regimento Geral da Ufopa.

1.2.2 Regime de trabalho da Coordenação do Curso

As atividades de coordenação são desenvolvidas, prioritariamente, no período da manhã, com vinte hora semanais, para que os alunos e professores dos turnos da tarde e da noite sejam atendidos sem prejuízo de suas atividades, sobretudo de sala de aula. Em razão disso, também as reuniões convocadas pela coordenação são, preferencialmente, pela manhã. O atendimento à coordenação, aos professores e aos alunos está concentrado nas gestões acadêmica e administrativa do Instituto de Ciências da Educação. A sala da coordenação possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

1.3 Técnico em Assuntos Educacionais

O Instituto de Ciências da Educação possui, atualmente, 03 (três) técnicos em assuntos educacionais que atendem a todos os cursos do instituto sobre questões legislativas e administrativas.

1.4 Secretaria Executiva

O ICED possui uma secretaria executiva que responde às demandas da direção do instituto e algumas demandas das coordenações de programas/curso. A secretaria executiva é constituída de 02 (dois) secretários e 01 (um) assistente em administração.

2 ORGANIZAÇÃO ACADÊMICO–ADMINISTRATIVA

2.1 Secretaria Acadêmica

No ICED, a Gestão Acadêmica é órgão que atende todos os professores, discentes e coordenadores do instituto. É na Gestão Acadêmica que os alunos podem efetuar e resolver problemas referentes a matrículas, solicitar demandas, como aproveitamento de disciplinas, às coordenações de curso, assistência e orientação pedagógica. Além disso, este órgão apoia, técnica e pedagogicamente, os coordenadores e os docentes do instituto. A Gestão Acadêmica é constituída por 3 Técnicos em Assuntos Educacionais, 2 Pedagogos e 4 Assistentes em Administração.

2.2 Acompanhamento de Egressos

Com o objetivo de proporcionar a contínua melhoria do planejamento e da execução das atividades institucionais de ensino, pesquisa e extensão, a Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) instituiu o Programa de Acompanhamento de Egressos Diplomados nos Cursos de Graduação em 2018. O programa visa conhecer a alocação do egresso no mundo de trabalho, bem como identificar a adequação do curso ao exercício profissional. Este programa possibilita o acesso a informações acerca da oferta de cursos e formação continuada, mantendo o relacionamento egresso–instituição.

O acompanhamento dos egressos tem como pontos norteadores a avaliação da instituição e do curso, expectativas quanto à formação continuada e a correlação do curso com o exercício profissional. O projeto constitui uma ferramenta de coleta de dados e informações para subsidiar a instituição.

Essa coleta de dados é realizada por meio de questionário eletrônico disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) aos

egressos dos cursos de graduação. O questionário de egressos foi concebido de forma objetiva, contemplando informações pessoais, acadêmicas e profissionais. O conjunto de resultados será sistematizado e representado por meio de tabelas e gráficos. O instrumento é extensivo a todos os egressos com mais de um ano de conclusão do curso.

2.3 Órgãos Colegiados

2.3.1 Conselho do Instituto de Ciências da Educação

O Conselho do Instituto de Ciências da Educação compõe-se de representantes de três categorias: docentes, discentes e funcionários técnico-administrativos. Tais representantes têm a autonomia para deliberar e decidir sobre determinadas questões relativas tanto às categorias supracitadas quanto a questões referentes à administração do Instituto. A portaria nº 32, de 30 de agosto de 2016, estabelece regras de funcionamento do Conselho, suas atribuições e tarefas. Essa portaria é regida pela Instrução Normativa 01/2017. O Conselho deve reunir-se periodicamente, dispondo de uma agenda de reuniões previamente estabelecida, de forma a discutir-se demandas necessárias ao bom funcionamento do Instituto.

A composição do conselho é a seguinte:

- Diretor(a) do Instituto de Ciências da Educação – Membro Permanente
- Vice-Diretor(a) do Programa de Ciências da Educação – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em Educação – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Mestrado Profissional em Matemática – Membro Permanente
- Coordenador do Mestrado Profissional em Letras – Membro Permanente
- Coordenador do Mestrado Nacional Profissional em Ensino de Física – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Programa de Ciências Humanas – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Programa de Ciências Exatas – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Programa de Ciências Naturais – Membro Permanente
- Coordenador(a) de Curso de Física Ambiental – Membro Permanente

- Coordenador(a) do Programa de Letras – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Programa de Educação – Membro Permanente
- Coordenador(a) do Curso de Informática Educacional – Membro Permanente
- Marília Fernanda Pereira Leite – Representante docente titular (julho de 2018 a julho de 2020);
- Representante docente suplente;
- Luiz Fernando de França – Representante docente titular (julho de 2018 a julho de 2020);
- Representante docente suplente;
- Representante docente titular;
- Representante docente suplente;
- Deise Juliane dos Anjos de Sousa – Representante técnico
- Leilane de Aguiar Silva – Representante técnico titular
- André Augusto Ramos Pinheiro Lemos
- Soemira Albuquerque Pena das Neves
- Wenderson Rogério de Souza Cirino
- Igor Cruz de Souza – Representante discente titular
- Fernanda Novak – Representante discente titular
- Luciana Rebelo da Silva

2.3.2 Colegiado do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês

O Colegiado de Curso de Letras é composto por todos os docentes integrantes deste Curso, representante discente e técnico, tendo autonomia e poder para decidir questões referentes às demandas tanto de natureza pedagógica mais geral quanto de âmbito administrativo, reunindo-se ordinariamente uma vez por mês, com base em calendário anual previamente elaborado. As decisões e encaminhamentos tomados pelo Colegiado do Curso são registrados em atas, as quais devem ficar devidamente arquivadas na própria Coordenação. Além das reuniões ordinárias, conforme necessidade ou urgência de

encaminhamento/resolução das demandas, podem haver também reuniões extraordinárias. Não há um fluxo determinado para o encaminhamento das decisões tomadas pelo Colegiado. Logo, o encaminhamento das decisões deve ser feito conforme a ordem da necessidade específica da demanda ou problema a ser resolvido.

A composição do colegiado de Letras é a seguinte:

- Dra. Ana Maria Vieira Silva
- Dra. Celiane Sousa Costa
- Me. Denize de Souza Carneiro
- Dra. Ediene Pena Ferreira
- Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka
- Dr. Heliud Luis Maia Moura
- Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira
- Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira
- Esp. Leonel Mota
- Dr. Luiz Fernando de França
- Dra. Maria Aldenira Reis Scalabrin
- Me. Maria da Conceição Queiroz Vale
- Me. Marília Fernanda Pereira Leite
- Dr. Nilton Varela Hitotuzi
- Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
- Me. Paola Piovezan Ferro
- Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa
- Me. Rainério dos Santos Lima
- Dra. Silvia Cristina Barros de Souza Hall
- Dra. Terezinha de Jesus Dias Pacheco
- Me. Washington Luís dos Santos Abreu
- Dr. Zair Henrique Santos
- Representante Técnico Titular
- Representante Técnico Suplente
- Representante Discente Titular (representante do Centro Acadêmico ou, em caso de inexistência deste, um representante eleito pelo corpo discente).

- Representante Discente Suplente

3 CORPO DOCENTE

Todo o corpo docente atua em regime de Dedicção Exclusiva (DE), o que permite o atendimento integral da demanda existente de ensino, pesquisa (por meio de projetos individuais, grupos de estudo e pesquisa) e extensão, considerando também o atendimento aos discentes, a participação no colegiado, o planejamento didático e a preparação e correção das avaliações de aprendizagem.

Além disso, nosso corpo docente também atua de forma contínua na análise dos conteúdos dos componentes curriculares, abordando a sua relevância para a atuação profissional e acadêmica do discente, de maneira a fomentar o raciocínio crítico com base em literatura atualizada, para além da bibliografia proposta, relacionando-os aos objetivos das disciplinas e ao perfil do egresso.

Assim, considerando a formação de cada um dos professores, os docentes são capazes de estimular o raciocínio crítico dos discentes, propondo conteúdos e metodologias que ampliem a capacidade discursiva desses alunos.

3.1 Titulação

A formação do corpo docente do curso possibilita que os conteúdos dos componentes curriculares sejam analisados considerando a relevância para a atuação profissional do discente e a necessidade de se fomentar o raciocínio crítico com base em bibliografia atualizada, indo além da bibliografia proposta, buscando a construção do conhecimento, relacionando os objetivos das disciplinas ao perfil do egresso, incentivando a produção do conhecimento por meio da participação em grupos de estudos, pesquisa, extensão e publicações.

Nº	PROFESSOR	TITULAÇÃO	QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL	REGIME DE TRABALHO
1	Ana Maria Vieira Silva	Doutorado	Graduação em Letras Mestrado em Letras Doutorado em Estudos de Literatura	DE
2	Celiane Sousa Costa	Doutorado	Graduação em Letras Mestrado em Letras Doutorado em Letras	DE
3	Denize de Souza Carneiro	Mestrado	Graduação em Letras – Português Mestrado em Estudos Linguísticos	DE

4	Ediene Pena Ferreira	Doutorado	Graduação em Letras Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária Doutorado em Linguística	DE
5	Elder Kôei Itikawa Tanaka	Doutorado	Bacharelado em Letras – Português e Inglês Licenciatura em Letras – Português e Inglês Mestrado em Letras Doutorado em Letras	DE
6	Heliud Luis Maia Moura	Doutorado	Graduação em Letras Especialização em Docência no Ensino Superior Especialização em Letras: o ensino do Português no 1º grau Mestrado em Estudos Lingüísticos Doutorado em Linguística	DE
7	Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira	Mestrado	Graduação em Letras – Língua Inglesa Especialização em Docência da Língua Inglesa Mestrado em Educação	DE
8	Lauro Roberto do Carmo Figueira	Doutorado	Graduação em Letras Mestrado em Letras: Linguística e Teoria Literária Doutorado em Literatura Brasileira	DE
9	Leonel Mota	Especialização	Licenciatura plena em Letras Especialização em Docência no ensino Superior	DE
10	Luiz Fernando de França	Doutorado	Graduação em Letras Mestrado em Estudos da Linguagem Doutorado em Letras	DE
11	Maria Aldenira Reis Scalabrin	Doutorado	Graduação em Letras Especialização em Psicopedagogia Especialização em Leitura e Escrita como Práticas Sociais Mestra em Letras: Estudos Lingüísticos Doutorado em Educação	DE
12	Maria da Conceição Queiroz Vale	Mestrado	Graduação em Letras – Língua Inglesa Especialização em Metodologia do Ensino Superior Mestrado em Letras	DE
13	Marília Fernanda Pereira Leite	Mestrado	Graduação em Letras - Língua Portuguesa Especialização em Docência em Linguística Espanhola Mestrado em Letras	DE
14	Nilton Varela Hitotuzi	Doutorado	Licenciatura em Letras Mestrado em Letras Doutorado em Letras	DE
15	Odenildo Queiroz de Sousa	Doutorado	Graduação em Letras Graduação em Direito Especialização em Administração e Planejamento para Docentes Mestrado em Estudos Literários Doutorado em Educação	DE
16	Paola Piovezan Ferro	Mestrado	Bacharelado em Português e Linguística Licenciatura em Português e Linguística Graduação em Pedagogia	DE

			Especialização em Psicopedagogia Mestrado em Letras	
17	Raimundo Nonato Vieira Costa	Doutorado	Licenciatura em Letras Mestrado em Letras Doutorado em Letras	DE
18	Rainério dos Santos Lima	Mestrado	Graduação em Letras Mestre em Letras	DE
19	Silvia Cristina Barros de Souza Hall	Doutorado	Graduação em Letras Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Inglesa Mestrado em Letras Doutorado em Letras	DE
20	Terezinha de Jesus Dias Pacheco	Doutorado	Licenciatura em Letras – Português Especialização em Língua Portuguesa Mestrado em Letras Doutorado em Educação	DE
21	Washington Luís dos Santos Abreu	Mestrado	Licenciatura em Letras – Português Especialização em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa e suas Literaturas Mestrado em Educação	DE
22	Zair Henrique Santos	Doutorado	Licenciatura em Letras – Português Especialização em Língua Portuguesa Mestrado em Letras Doutorado em Educação	DE

3.2 Quadro de Professor por Disciplina

Nº	COMPONENTE CURRICULAR	PROFESSOR
Núcleo I – Português e Inglês		
1	Fundamentos Históricos e Filosóficos da Educação	ICED
2	Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	ICED
3	Tecnologia da Informação e Comunicação na Formação Docente e Educação a Distância	ICED
4	Gestão Educacional	ICED
5	Psicologia da Educação	ICED
6	Política e Legislação Educacional	ICED
7	Educação e Direitos Humanos	ICED
8	Educação e Relações Étnico-raciais	ICED
9	Didática Geral	ICED
10	Educação Especial e Inclusiva	ICED
11	Produção Textual Acadêmica	ICED
12	Linguística I	Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa
13	Linguística II	Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa
14	Linguística III	Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa
15	Inglês Básico I	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira

		Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
16	Inglês Básico II	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
17	Teorias do Texto Poético	Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Dr. Zair Henrique Santos
18	Teorias do Texto Dramático	Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Dr. Zair Henrique Santos
19	Teorias do Texto Narrativo	Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Dr. Zair Henrique Santos
20	Literatura Comparada	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Me. Rainério dos Santos Lima
Núcleo II – Português		
21	Língua Latina	Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu
22	História da Língua Portuguesa	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Me. Denize de Souza Carneiro Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu
23	Texto e Discurso – implicações didático-pedagógicas	Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota
24	Morfologia da Língua Portuguesa	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Me. Denize de Souza Carneiro Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu
25	Sintaxe da Língua Portuguesa	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Me. Denize de Souza Carneiro Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu

26	Semântica e Pragmática da Língua Portuguesa	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Me. Denize de Souza Carneiro Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu
27	Variação Linguística e Ensino	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Me. Denize de Souza Carneiro Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu
28	Formação Docente: aspectos sociocognitivos e metacognitivos da leitura e da escrita	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Me. Denize de Souza Carneiro Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu
29	Literatura Portuguesa I	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
30	Literatura Portuguesa II	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
31	Literatura Portuguesa III	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
32	Literatura Brasileira I	Dr. Luiz Fernando de França Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Dr. Zair Henrique Santos
33	Literatura Brasileira II	Dr. Luiz Fernando de França Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Dr. Zair Henrique Santos
34	Literatura Brasileira III	Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Dr. Zair Henrique Santos
35	Linguística Aplicada ao Ensino	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu

36	Línguas e Culturas Indígenas Brasileiras	Me. Denize de Souza Carneiro Me. Marília Fernanda Pereira Leite Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Washington Luís dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
37	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa I	Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
38	Literaturas Africanas de Língua Portuguesa II	Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa
39	Teorias do Discurso	Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. Heliud Luis Maia Moura Esp. Leonel Mota Me. Washington Luís dos Santos Abreu
40	Literatura e Música	Dr. Luiz Fernando de França Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. Zair Henrique Santos
41	Metodologias de Pesquisa	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Esp. Leonel Mota Dr. Luiz Fernando de França Dra. Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Rainério dos Santos Lima Dra. Terezinha de Jesus Dias Pacheco Me. Washington Luís dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
42	TCC	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Esp. Leonel Mota Dr. Luiz Fernando de França Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Rainério dos Santos Lima Dra. Terezinha de Jesus Dias Pacheco Me. Washington Luis dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
Núcleo II – Inglês		
43	Comunicação em Língua Inglesa I	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
44	Comunicação em Língua Inglesa II	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
45	Comunicação em Língua Inglesa III	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi

		Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
46	Comunicação em Língua Inglesa IV	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
47	Comunicação em Língua Inglesa V	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
48	Comunicação em Língua Inglesa VI	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
49	Literatura Inglesa I	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Paola Piovezan Ferro
50	Literatura Inglesa II	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Paola Piovezan Ferro
51	Literatura Americana I	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Paola Piovezan Ferro
52	Literatura Americana II	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Paola Piovezan Ferro
53	Literatura Pós Colonial em Língua Inglesa	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Paola Piovezan Ferro
54	Culturas Anglófonas	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Me. Paola Piovezan Ferro Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
55	Estrutura da Língua Inglesa I	Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
56	Estrutura da Língua Inglesa II	Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
57	Teorias de Aquisição/Aprendizagem de Língua Estrangeira	Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
58	Fonética e Fonologia da Língua Inglesa	Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
59	Introdução à Escrita Acadêmica em Língua Inglesa	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
60	Literatura e cinema	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Paola Piovezan Ferro Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
61	Metodologias de Pesquisa	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Me. Paola Piovezan Ferro Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
62	TCC	Dr. Elder Kôei Itikawa Tanaka Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Dr. Nilton Varela Hitotuzi Me. Paola Piovezan Ferro Dr. ^a Sílvia Cristina Barros de Souza Hall
Núcleo III – Português e Inglês		

63	Práticas Integradoras de Ensino I	Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin
64	Práticas Integradoras de Ensino II	Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin
Núcleo III – Português		
65	Estágio Supervisionado em Português I	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Esp. Leonel Mota Dr. Luiz Fernando de França Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Me. Washington Luis dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
66	Estágio Supervisionado em Português II	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Esp. Leonel Mota Dr. Luiz Fernando de França Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Me. Washington Luis dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
67	Estágio Supervisionado em Português III	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Esp. Leonel Mota Dr. Luiz Fernando de França Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco Me. Washington Luis dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
68	Estágio Supervisionado em Português IV	Dr. ^a Ana Maria Vieira Silva Dr. ^a Celiane Sousa Costa Dr. ^a Ediene Pena Ferreira Dr. Heliud Luis Maia Moura Dr. Lauro Roberto do Carmo Figueira Esp. Leonel Mota Dr. Luiz Fernando de França Dr. ^a Maria Aldenira Reis Scalabrin Dr. Odenildo Queiroz de Sousa Dr. Raimundo Nonato Vieira Costa Me. Rainério dos Santos Lima Dr. ^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco

		Me. Washington Luis dos Santos Abreu Dr. Zair Henrique Santos
Núcleo III – Inglês		
65	Estágio Supervisionado em Inglês I	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Me. Paola Piovezan Ferro
66	Estágio Supervisionado em Inglês II	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Me. Paola Piovezan Ferro
67	Estágio Supervisionado em Inglês III	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Me. Paola Piovezan Ferro
68	Estágio Supervisionado em Inglês IV	Me. Kátia Laís Schwade de Jesus Oliveira Me. Maria da Conceição Queiroz Vale Me. Paola Piovezan Ferro

3.3 Percentual de Doutores e Mestres

O curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês conta com 22 professores vinculados ao seu funcionamento, todos com titulações obtidas em programas de pós-graduação stricto sensu, o que corresponde a 100% do contingente do Corpo Docente, sendo que 13 possuem titulações em nível de doutorado (59,1 % doutores), 8 em nível de mestrado (36,4% mestres) e 1 em nível de especialização (4,5% especialistas).

3.4 Política e Plano de Carreira

O Plano de Carreiras e Cargos do Magistério Superior Federal é estruturado conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012. De acordo com o Art. 1º, § 1º e 2º desta lei, a carreira de magistério superior, destinada a profissionais habilitados em atividades acadêmicas próprias do pessoal docente no âmbito da educação superior, é estruturada nas seguintes classes:

I – Classe A, com as denominações de:

- Professor Adjunto, A, se portador do título de doutor;
- Professor Assistente A, se portador do título de mestre; ou
- Professor Auxiliar, se graduado ou portador de título de especialista;

II – Classe B, com a denominação de Professor Assistente;

III – Classe C, com a denominação de Professor Adjunto;

IV – Classe D, com a denominação de Professor Associado; e

V – Classe E, com a denominação de Professor Titular.

Ainda de acordo com a Lei nº 12.772/2012, em seu artigo 12, o desenvolvimento na carreira de magistério superior ocorrerá mediante progressão funcional e promoção. A progressão na carreira observará, cumulativamente, o cumprimento do interstício de 24 (vinte e quatro) meses de efetivo exercício em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho. A progressão e a promoção ocorrem após ser observado o interstício mínimo de 24 (vinte e quatro) meses do efetivo exercício, em cada nível e a aprovação em avaliação de desempenho.

Na instituição, e extensivo aos Campi fora de sede, para atender às determinações da legislação oficial, a Política e o Plano de Carreira do Corpo Docente são estabelecidos, pela Ufopa, através da Resolução nº 30, de 18 de abril de 2017, que regulamenta os procedimentos para fins de progressão e promoção dos servidores da carreira do Magistério Superior no âmbito da instituição.

3.5 Critérios de Admissão

De acordo com a Resolução Ufopa/CONSUN nº 49, de 27 de março de 2014, que disciplina a realização de concurso público para o ingresso na carreira de magistério superior da Ufopa, o ingresso em tal carreira se dá mediante a habilitação em concurso público de provas e títulos, sempre no primeiro nível de vencimento da Classe A, conforme o disposto na Lei nº 12.772/2012.

O concurso público para ingresso na carreira de Magistério Superior da Ufopa é em 02 (duas) etapas:

Primeira Etapa:

- a. Prova escrita: de caráter eliminatório e classificatório, nesta fase os critérios avaliados serão a apresentação - introdução, desenvolvimento e conclusão -, o conteúdo e o desenvolvimento do tema - organização, coerência, clareza de ideias, extensão, atualização e profundidade - e a linguagem - uso adequado da terminologia técnica, propriedade, clareza, precisão e correção gramatical. Esta prova, que versa sobre um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos, sendo necessária a obtenção de nota mínima 7,0 (sete) para classificação do candidato para a fase seguinte.
- b. Prova didática: também de caráter eliminatório e classificatório, esta etapa consiste na apresentação oral, com duração de 50 (cinquenta) a 60 (sessenta) minutos, pelo candidato,

de um tema sorteado dentre os conteúdos previstos no Plano de Concurso. Na prova didática, os critérios avaliados são a clareza de ideias, a atualização e a profundidade de conhecimentos do candidato na abordagem do tema, o planejamento e a organização da aula e os recursos didáticos utilizados. O peso para o cálculo da média final é 3 (três) e a pontuação mínima necessária para classificação para a fase seguinte é 7,0 (sete).

c. Prova Prática ou Experimental: essa etapa, de caráter classificatório e eliminatório, caso seja necessária, constará da realização de experimento, demonstração ou execução de métodos e técnicas específicas ou apresentação de um projeto, no tempo máximo de 4 (quatro) horas.

Segunda Etapa:

a. Prova de memorial: nesta fase, de caráter classificatório, o candidato entrega à comissão de concurso um memorial contendo as atividades acadêmicas significativas realizadas e as que possam vir a ser desenvolvidas por ele na Ufopa. Esse memorial deve evidenciar a capacidade do candidato de refletir sobre a própria formação escolar e acadêmica, além de suas experiências e expectativas profissionais. Ainda, deve manifestar uma proposta de trabalho na Ufopa para atividades de ensino, pesquisa e extensão, com objetivos e metodologia. Esse memorial é defendido em sessão pública, com duração de 30 (trinta) minutos, tem peso 2 (dois) para o cálculo da média final do concurso e vale de 0 (zero) a 10 (dez) pontos.

b. Julgamento de títulos: de caráter apenas classificatório, o julgamento dos títulos é realizado por meio do exame do currículo Lattes, devidamente comprovado, sendo considerados e pontuados os seguintes grupos de atividades: Formação Acadêmica, Produção Científica, Artística, Técnica e Cultural, Atividades Didáticas e Atividades Técnico-Profissionais. Esta etapa tem peso 3 (três) para o cálculo da média final do concurso.

3.6 Plano de Qualificação e Formação Continuada

O Plano de Qualificação e Formação Continuada dos Docentes da Universidade Federal do Oeste do Pará – Ufopa tem como objetivo elevar o número de professores na instituição com os títulos de Mestre e Doutor, elevando o padrão do ensino, da pesquisa e da extensão desenvolvidos no interior da Amazônia.

O Plano de Qualificação da instituição prevê em cinco anos (2018-2023) a qualificação de, no mínimo 20% dos seus servidores, sendo 7,5% para obtenção de títulos de

Mestre e a formação de mais 40 novos doutores. Além disso, enviou 10% dos seus atuais doutores para estágio pós-doutoral, através de convênios e parcerias com instituições nacionais e internacionais.

Além do incentivo à qualificação docente em outros Programas de Pós-Graduação no Brasil e em outros países, a Ufopa também tem buscado soluções algumas internas:

- Política de Normatização e atualização sistemática dos recursos humanos na Ufopa
- Criação de Mestrados Interinstitucionais (MINTER)
- Criação de Doutorados Interinstitucionais (DINTER).

A Ufopa realizou um DINTER em convênio com a Universidade de Campinas-UNICAMP, destinado ao atendimento de professores da própria Universidade. Oferta o Doutorado em Estudos Amazônicos da Ufopa e o Mestrado em Educação, realizado pelo Instituto de Ciências da Educação – ICED.

3.6.1 Plano de Qualificação Docente

3.6.1.1 Introdução

O Plano Institucional de Qualificação Docente das Unidades Acadêmicas da Ufopa, regulamentado por meio da Resolução nº 131 de 14 de dezembro de 2015, tem por objetivo, conforme consta no Art. 2º, “instituir normas para o Planejamento das Unidades Acadêmicas direcionado à qualificação do seu corpo docente”, em nível de cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) e pós-doutorado.

Organizar e implantar um Plano de Qualificação Docente corresponde à necessidade e importância de instituir uma política permanente de formação de recursos humanos, objetivando a melhoria de qualificação desta categoria de servidores. Isto posto, neste plano, apresentamos as diretrizes para a qualificação do corpo docente da Universidade Federal do Oeste do Pará, buscando o progresso científico e pedagógico dos professores, através de competências adquiridas.

3.6.1.2 Justificativa do plano

O plano se justifica por ser imperativo no acompanhamento da qualificação

docente, visto que se espera que professores qualificados desempenhem melhor as atividades inerentes ao curso.

A qualificação e a capacitação dos docentes da Ufopa dar-se-ão nos seguintes níveis formativos:

I – Pós-Graduação *Stricto Sensu* – mestrado e doutorado em instituições nacionais recomendados pela CAPES, e cursos de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – mestrado e doutorado em instituições estrangeiras de reconhecida competência;

II – Estágio pós-doutoral.

3.6.1.3 Objetivos do plano

A política de qualificação docente tem por objetivo:

- a. promover a melhoria da qualidade das funções de ensino, pesquisa e extensão, por meio de cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e, pós-doutorado;
- b. valorizar a qualificação docente através da formação acadêmica, em termos de mestrado, doutorado e pós-doutorado.

3.6.1.4 Regras para liberação dos professores

Os docentes candidatos a cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado) e estágio pós-doutoral deverão atender aos seguintes critérios, na ordem apresentada (Art. 4º, Incisos I, II, III, IV e V da Resolução nº 131 de 14 de dezembro de 2015):

1. Os docentes receberão uma pontuação de 0,5 ponto a cada seis meses de serviço docente na instituição e 0,5 ponto a cada seis meses de atividades administrativas na UFOPA;
2. Docentes com seis anos ou mais nas atividades acima mencionadas receberão pontuação igual a 10 pontos para cada uma delas;
3. Em caso de empate, prevalecerá o menor nível de titulação do docente e respeitado o percentual máximo de liberação e a programação prévia na Unidade Acadêmica;
4. Persistindo o empate terá prioridade o solicitante de maior idade;
5. O critério anteriormente estabelecido deverá estar em conformidade com a Lei 12.772 de 2012, no que diz respeito à saída de docentes com menos tempo para a aposentadoria.

3.7 Apoio à Participação em Eventos

O apoio para participação dos professores dos cursos de graduação em eventos científicos ainda parte em sua maioria da Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas (PROGEP), Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação Tecnológica (PROPPIT) e da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN).

3.8 Incentivo à Formação/Atualização Pedagógica dos Docentes

Há uma orientação da instituição, através das pró-reitorias de Planejamento e de Gestão de Pessoas no sentido de que seja garantida a liberação total ou parcial dos servidores docentes para participarem de cursos de pós-graduação e de atividades acadêmicas e pedagógicas promovidas pelas próprias unidades acadêmicas com o objetivo de garantir a formação continuada, em serviço, aos seus professores.

3.9 Experiência no Exercício da Docência Superior

Todo o corpo docente do curso possui experiência na docência superior. Os docentes oriundos dos dois últimos concursos para cargos efetivos dentro do colegiado de Letras encontram-se em período de estágio probatório a ser finalizado entre os anos de 2020 e 2021. Esse colegiado ainda conta com professores associados, adjuntos e titulares, todos qualificados para promover ações que permitem identificar as dificuldades dos discentes, expor o conteúdo em linguagem aderente às características da turma, apresentar exemplos contextualizados com os conteúdos dos componentes curriculares e elaborar atividades específicas para a promoção da aprendizagem de discentes com dificuldades e avaliações diagnósticas, formativas e somativas, utilizando os resultados para redefinição de sua prática docente no período.

3.10 Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica

Dentro do colegiado de Letras, há 15 (quinze) docentes com experiência no exercício da docência na educação básica, o que representa 62,5% do total de docentes do curso.

3.11 Produção científica, Cultural, Artística ou Tecnológica

Atualmente, pelo menos 50% dos docentes do curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês possuem, no mínimo, 1 produção nos últimos 3 anos.

4 NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE - NDE

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) do curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês da UFOPA (NDE-LETRAS) foi constituído visando ao desenvolvimento adequado e eficiente do curso supracitado. O NDE-Licenciatura em Letras – Português e Inglês tem autonomia para propor mudanças e adequações no Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e em sua implementação prática de acordo com o disposto na resolução nº 01/2010. - CONAES. Para tanto, realiza reuniões regularmente para discutir, debater, construir e reconstruir o referido documento. Após a elaboração e seguidas discussões entre o corpo docente do curso e aprovação do PPC, os membros do NDE têm acompanhado a realização dos pontos relevantes para o encaminhamento técnico, político, científico e cultural do curso. Essa instância tem atuado, assim, na elaboração e avaliação do PPC, verificando as fragilidades e potencialidades do curso, propondo alterações, quando necessárias, e refletindo sobre as necessidades pertinentes ao funcionamento do curso, levando em conta a formação do estudante e analisando a adequação do perfil do egresso, considerando as DCN e as novas demandas do mundo do trabalho.

A atual composição do NDE manteve parte de seus membros desde o último ato regulatório, sendo designada pela Portaria n. 43, de 10 de dezembro de 20:

- Prof.^a Dr.^a Celiane Sousa Costa (Presidente)
- Prof. Dr. Heliud Luis Maia Moura
- Prof.^a Me. Kátia Lais Schwade de Jesus Oliveira
- Prof. Dr. Luiz Fernando de França
- Prof.^a Dr.^a Maria Aldenira Reis Scalabrin
- Prof. Dr. Odenildo Queiroz de Sousa

- Prof.^a Me. Paola Piovezan Ferro.
- Prof.^a Dr.^a Terezinha de Jesus Dias Pacheco
- Prof. Me. Washington Luís dos Santos Abreu
- Prof. Dr. Zair Henrique Santos

Todos os membros do NDE apresentam regime de trabalho integral com dedicação exclusiva.

PARTE IV: INFRAESTRUTURA

1 INSTALAÇÕES GERAIS

O Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês funciona no campus Rondon, que tem a área de 8.583,57 m². Nesta unidade, há uma biblioteca setorial, espaço de convivência, lanchonete, 16 salas de aula, todas climatizadas, com quadro magnético, projetor multimídia e capacidade para 50 alunos, um auditório climatizado com capacidade para 150 pessoas, duas amplas salas, climatizadas, com quadro magnético, recursos de multimídia e capacidade para 100 alunos cada; e rede sem fio wi-fi de banda larga disponível a todos os discentes. Os alunos têm acesso a partir de qualquer computador interligado à rede de internet da Ufopa, ao Portal de Periódicos da CAPES, uma vez que a Ufopa faz parte da Rede Nacional de Pesquisa (RNP).

2 SALAS DE AULA

O curso de Letras dispõe de seis salas de aula localizadas no primeiro, segundo e terceiro andar do Prédio H do Instituto de Ciências da Educação. Todas as salas têm capacidade para 50 (cinquenta) discentes e são equipadas com central de ar-condicionado, além de tomadas de força elétrica para aparelhos de multimídia. As salas de aulas comportam e possuem dimensões adequadas para a quantidade de vagas ofertadas anualmente. Estes ambientes têm acesso facilitado, com portas com larguras adequadas, elevadores, escada e rampa de acesso para pessoas com deficiência. Todos esses locais são bem iluminados, amplos, conservados, limpos, oferecendo ambiente adequado para a prática do ensino. Além

disso, as salas são limpas diariamente por uma equipe terceirizada.

Neste prédio, há mais 03 salas de informática que, atualmente, podem ser utilizadas em aulas que envolvam atividades computacionais (uso de softwares, simuladores e pacotes de multimídia) ou de rede.

Todas as salas dispõem de mobiliário novo (carteiras para alunos, armários, mesa e cadeira para professor), possuem excelentes condições de acústica, ventilação, iluminação e acessibilidade para portadores de necessidades especiais. Os espaços do campus são amplos e os acessos são sinalizados em todos os corredores.

3 ESPAÇO DE TRABALHO PARA DOCENTES EM TEMPO INTEGRAL

Os docentes possuem estações de trabalho individual, contendo armário e computador interligado à rede de internet da Ufopa. As estações são agrupadas por afinidades e áreas do conhecimento, o que propicia a interação de docentes que atuam em diferentes linhas de pesquisa. Nesse espaço os docentes contam, ainda, com salas coletivas para atividades de discussões, reuniões e orientações. Além disso, os laboratórios vinculados aos cursos disponibilizam estações de trabalhos para professores e discentes associados aos seus projetos de pesquisa e extensão. Todos esses espaços possuem condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores.

Os gabinetes de trabalho dos docentes localizam-se no segundo pavimento do prédio H da Unidade Rondon da Ufopa. Tais gabinetes são divididos em três amplas salas climatizadas, com iluminação natural e artificial. A limpeza é feita diariamente pelo serviço de apoio. O acesso às salas se dá por meio de 2 escadas e 2 elevadores. A Sala 1 possui 115,55 m², comportando 10 gabinetes com 22 estações de trabalho; a Sala 2 possui 175,92 m², comportando 11 gabinetes com 32 estações de trabalho; a Sala 03, de 70,5 m², possui 7 gabinetes e 19 estações de trabalho. As três salas possuem 3 gabinetes de orientação acadêmica, com 5,81 m² cada. Dentro de cada gabinete, as estações de trabalho são ligadas entre si, sendo que cada estação está equipada com uma bancada de 6 gavetas, 1 armário para uso pessoal, 1 mesa em L com 2 gavetas, 1 cadeira e 1 computador com acesso à internet (Wi-Fi, wireless). Essas salas garantem a privacidade tanto para usos dos recursos, como para o atendimento a docentes e orientandos. O material utilizado dentro da sala fica guardado nas bancadas trancadas à chave sob responsabilidade do respectivo docente.

Quanto a equipamentos de segurança, as salas dos professores contam com extintor de incêndio situado à entrada, bem como uma planta baixa, indicando a localização dos móveis, ambientes e rotas de saída de cada sala.

No 3º pavimento do Prédio H, há uma sala que tem 21,83 m², de uso coletivo dos professores, que serve também para reuniões, a qual é equipada com 1 mesa e 8 cadeiras, bem climatizada, com iluminação artificial e natural satisfatórias.

4 SALA COLETIVA DE PROFESSORES

No ICED, os espaços coletivos são divididos com os docentes de todo o instituto. Isso pode ser visto como uma maneira de integração, além do que a própria configuração do espaço para trabalho do docente em tempo integral, citado acima, contribui para isso. No terceiro andar, há uma copa que pode ser utilizadas pelos professores e funcionários. Em várias salas do instituto o docente tem, à sua disposição, cafeteiras e nas salas da gestão acadêmica, executiva e administrativa encontra equipamentos e apoio técnico-administrativo.

O espaço onde se localiza a cantina do instituto, conhecido como Patifão, é também espaço de integração entre todos da comunidade acadêmica.

5 INSTALAÇÕES PARA A COORDENAÇÃO DO CURSO

A coordenação do Curso de Letras funciona na sala do Programa de Letras, em uma sala de 18 m² que contém duas estações de trabalho com computadores conectados à rede de internet, impressora, telefone e armários. A sala do Programa de Letras possui condições de iluminação, acústica, ventilação e comodidade adequadas. O acesso às instalações é feito por escadas e elevadores. O espaço possui excelentes condições de limpeza, realizada diariamente por empresa terceirizada, acústica, ventilação e iluminação que garantem um ambiente agradável para o desenvolvimento das atividades administrativas.

A coordenação conta com a cooperação de um técnico administrativo, responsável pelo agendamento, protocolo, recebimento, distribuição e arquivamento de documentos, edição de memorandos, ofícios e demais documentos e recepção ao público. Há também espaços de apoio didático-pedagógico que auxiliam nas atividades de acompanhamento do corpo docente e orientação dos estudantes, bem como uma sala ampla

em que está alocada a Gestão Acadêmica do Iced.

A sala da coordenação do curso possui uma área de 16 m², sendo composta por 2 mesas em “L”, 1 mesa retangular, 5 cadeiras, 3 armários de madeira e 1 armário metálico. Quanto aos equipamentos, há 1 telefone institucional, 4 computadores com acesso à internet via rede *Wi-Fi*. Além da impressora instalada na sala em que está instalada a coordenação de Letras, há também uma outra disponível de uso coletivo, situada na secretaria executiva da direção do ICED. Os armários são destinados para guardar os documentos administrativos do curso e o material permanente e de expediente.

O atendimento é feito, prioritariamente de manhã, mas também ocorre alternadamente nos turnos vespertino e noturno para atender professores e discentes em todos os períodos. Alguns serviços acadêmicos e de ordem administrativa são ali realizados, como o atendimento aos discentes e docentes, a confecção de atas de reuniões, memorandos e ofícios. Outra parte dos serviços é realizada pela Gestão Administrativa e pela Gestão Acadêmica do ICED, situadas em duas salas distintas. Esta última concentra os serviços de emissão de históricos, matrículas, assessoria e instrução sobre a vida acadêmica.

A acessibilidade a todos os espaços mencionados é possível através de duas escadas independentes, uma em cada lateral do edifício, e de dois elevadores. Há uma copa para os docentes e técnicos tomarem café e água e banheiros próximos.

6 AUDITÓRIOS:

O campus Rondon conta com um auditório climatizado com capacidade para 150 pessoas, com sala de áudio e camarim. O espaço é nomeado de auditório “Wilson Fonseca” e seu uso é facultado a todo o público universitário mediante solicitação e autorização formal do setor de Cerimonial da Universidade Federal do Oeste do Pará.

7 BIBLIOTECA

A instituição oferece acesso à informática aos discentes na biblioteca da Unidade Rondon, onde funciona o Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês. Os dias de funcionamento são de segunda à sexta-feira e os horários de atendimentos aos discentes ocorrem nos três (03) turnos de funcionamento da instituição: matutino, vespertino e noturno. Além disso, a comunidade acadêmica dispõe de acesso à rede *Wi-Fi* no Campus Tapajós e

unidades Rondon e Amazônia. Por meio do Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA, o estudante pode acompanhar seu percurso acadêmico, tendo acesso às suas informações cadastrais, histórico acadêmico, componentes curriculares matriculados, rendimento, entre outros.

7.1 Bibliografia Básica por Unidade Curricular

O acervo da biblioteca está devidamente tombado e informatizado pelo Sistema Integrado da Biblioteca da Ufopa, sendo garantido o acesso à comunidade acadêmica tanto física quanto virtualmente. A bibliografia básica que consta no ementário dos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês foi selecionada adequadamente a cada disciplina pelos docentes do NDE de Letras, respeitando a área de formação do professor incumbido de tal atividade, levando-se em consideração três fatores: em primeiro lugar, a imprescindibilidade; em segundo lugar, a disponibilidade dos materiais, e em terceiro, predominantemente, a atualidade. A primeira norteia a seleção de referências essenciais à capacitação do licenciado em Letras, compreendendo conhecimentos e habilidades fundamentais ao seu trabalho em sala de aula nos campos pedagógico, linguístico e literário. A segunda orienta as escolhas dentro da realidade da biblioteca da Universidade e seu acervo. Além disso, a Ufopa está integrada à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e ao CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), que dá acesso a todas as bases de dados nacionais e internacionais pelo Portal de Periódicos da Capes. A Ufopa também disponibiliza uma página aberta ao público por meio da qual a comunidade em geral pode consultar o acervo das bibliotecas das três unidades da universidade em Santarém/PA. Link: (<https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca>). E a terceira se dá por coerência com a dinâmica do conhecimento em seu desenvolvimento, o que implica a necessidade da indicação de exemplares atualizados do acervo de acordo com o que há de novo em termos de publicação, resultado dos avanços das pesquisas, notadamente em educação. Disso advém a preocupação com a indicação de bibliografia atualizada, disponível e acessível. Quando detectada a ausência, a biblioteca é aberta à indicação de obras para aquisição.

7.2 Bibliografia Complementar por Unidade Curricular

Como já mencionado, acervo da biblioteca está devidamente tombado e informatizado pelo Sistema Integrado da Biblioteca da Ufopa, sendo garantido o acesso à comunidade acadêmica tanto física quanto virtualmente. A bibliografia complementar que consta no ementário dos componentes curriculares do Curso de Licenciatura em Letras – Português e Inglês, tal qual a bibliografia básica, também foi selecionada adequadamente a cada componente curricular pelos docentes do NDE de Letras, coerentemente dentro da área de cada professor incumbido de tal seleção, levando-se em conta a pertinência, a disponibilidade do acervo e o acesso a ele. A primeira norteia a seleção de referências complementares à capacitação do licenciado em Letras, compreendendo conhecimentos e habilidades ao seu trabalho em sala de aula nos campos pedagógico, linguístico e literário. A segunda e a terceira orientam as escolhas dentro da realidade da biblioteca da Universidade e seu acervo, sobretudo, também no aspecto quantitativo de possibilidades de busca por exemplares, por exemplo, por uma turma, de modo a garantir que cada aluno tenha acesso à obra. Além disso, a Ufopa está integrada à Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP) e ao CAFE (Comunidade Acadêmica Federada), que dá acesso a todas as bases de dados nacionais e internacionais pelo Portal de Periódicos da Capes. A Ufopa também disponibiliza uma página aberta ao público por meio da qual a comunidade em geral pode consultar o acervo das bibliotecas das três unidades da universidade em Santarém/PA. Link: (<https://sigaa.ufopa.edu.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca>), além do que, com o recurso de acesso remoto, o discente pode deixar reservado o seu empréstimo, sobretudo na possibilidade de não haver exemplar disponível para 50 alunos ao mesmo tempo, por exemplo. Disso advém a preocupação com a indicação de bibliografia que seja complementar, mas não menos importante à formação do aluno, estando disponível e acessível.

8 LABORATÓRIO

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês conta com um Laboratório de Línguas e Linguagens de Letras (LABELL) que possui um coordenador e monitores. O coordenador do LABELL é escolhido entre os docentes efetivos que compõem o colegiado do Curso de Letras. Conforme Resolução nº 184 de 10 de fevereiro de 2017, que

trata sobre o Plano Acadêmico da UFOPA, no Capítulo X - Das Atividades Administrativas Art. 30, § 5º, o docente que exerce a atividade administrativa não remunerada de coordenação de laboratório pode alocar até 5 (cinco) horas da sua carga horária a essa atividade, mediante emissão de portaria pela Unidade Acadêmica designando-o para tal função.

Os monitores são selecionados via Edital do Programa de Monitoria Acadêmica –PMA da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN) - Diretoria de Ensino/Coordenação de Projetos Educacionais da Ufopa, garantindo bolsas de monitorias. O número de bolsas é estabelecido de acordo com a disponibilidade de vagas no período em que é aberto o Edital. A monitoria é uma atividade que visa despertar o interesse pela carreira docente, prestar auxílio aos professores para o desenvolvimento e aperfeiçoamento das atividades técnico-didáticas, bem como contribuir para a manutenção de um relacionamento pedagógico produtivo entre alunos e professores e utilização da tecnologia em um laboratório.

8.1 Políticas de Atualização do Laboratório

O LABELL é regido com base na Resolução nº 146, de 11 de abril de 2016, que estabelece as Normas Gerais dos Laboratórios da Ufopa, por Regulamento Geral do uso dos Laboratórios do ICED, além do Regimento Interno de uso do LABELL vinculado ao Curso de Letras para garantir as condições favoráveis de funcionamento e atualização.

A atualização de programas e softwares do LABELL é garantida por meio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) - Órgão Suplementar da Ufopa, voltado ao planejamento e desenvolvimento de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) dando apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e administrativas da universidade. O CTIC é diretamente subordinado à Reitoria, conforme Art. 95, do Regimento Geral da UFOPA (Resolução nº 55/2014).

A manutenção ou troca de equipamentos danificados do laboratório são realizados através de avaliação periódica feita pelo Coordenador e monitores do LABELL. O coordenador solicita à equipe do CTIC a avaliação dos equipamentos e, se houver necessidade, a substituição.

Ressaltamos, ainda, o apoio da Pró-Reitoria de Administração (PROAD) (unidades, Almoxarifado e Patrimônio e Compras e serviços) e da Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós- Graduação e Inovação Tecnológica (PROPPIT), especialmente a Diretoria de Pesquisa,

que periodicamente solicita o levantamento de carência de técnicos em laboratórios, equipamentos e número de laboratórios com atividade de pesquisa na Ufopa, visando à ação dessa Diretoria de Pesquisa com a administração superior para garantir condições de pesquisa adequadas nas unidades da Ufopa.

8.2 Dados do Laboratório

O LABELL está vinculado ao Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e funciona no Prédio H, sala H203. A sala H203 mede aproximadamente 116m² e tem capacidade para 50 alunos; é construída em alvenaria, tendo o piso revertido com Korodur, as paredes pintadas com tinta PVA, e o teto forrado com PVC. A porta da sala é de madeira e as janelas têm base de metal e painéis de vidro.

Além disso, a acessibilidade ao LABELL é facilitada pelo fato de estar localizado em uma construção de um único andar, possuindo rampa de acesso para cadeirante, além de a porta de entrada ser adjacente à rampa. O espaço do LABELL é amplo, com boa acústica, ventilação, iluminação e climatização, que é feita através de três centrais de ar-condicionado, incluindo-se luzes de emergência, avisos de segurança de fácil visualização, indicação de rotas de fuga, acesso aos equipamentos de emergência e serviço de limpeza executado por empresa terceirizada.

O LABELL conta com 51 estações equipadas com cadeiras, headsets (fones de ouvido e microfone) e computadores, em que será instalado o software SANAKO Study 1200. Cada estação está equipada com: a) um monitor; b) uma CPU; c) um estabilizador; d) um set de fone de ouvido /microfone (Modelo Philips SHM 3300).

A utilização do LABELL ocorre conforme horário definido pela Coordenação do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e do Coordenador do LABELL nos turnos matutino, vespertino e noturno e conta com serviço de monitoria nos três turnos. Os monitores são necessariamente discentes de Letras e selecionados mediante abertura de edital.

Os docentes e discentes de outros Institutos e/ou cursos da Ufopa, bem como aqueles oriundos de outras instituições de ensino podem utilizar as instalações do LABELL mediante autorização por escrito do Coordenador do Curso de Letras - Português e Inglês ou do Coordenador do LABELL.

As solicitações de autorização para utilização do LABELL devem conter: título

da atividade a ser desenvolvida; objetivos; data e horário de uso; número de participantes; e o nome do docente ou discente responsável pela atividade.

A chave da porta de acesso ao LABELL fica na guarita do serviço de segurança da UFOPA, Unidade Rondon, e somente é entregue ao monitor que estiver de plantão ou àquelas pessoas que apresentarem autorização por escrito expedida pelo Coordenador do Curso de Letras - Português e Inglês ou Coordenador do LABELL. Tanto o monitor que estiver de plantão quanto o(s) usuário(s) ficam responsáveis pelos equipamentos e móveis existentes no LABELL durante o seu período de permanência no recinto.

Quaisquer problemas resultantes do mau uso ou danos que possam ser causados por usuários durante os horários solicitados devem ser comunicados por escrito à coordenação pelo monitor que estiver de plantão. As avarias não relatadas são de inteira responsabilidade do monitor que estiver de plantão e do(s) último(s) usuário(s) que tenham desenvolvido atividade no laboratório. Nem o monitor que estiver de plantão, nem os usuários são responsabilizados por defeitos em decorrência da má qualidade ou de desgaste natural dos equipamentos e móveis. É terminantemente proibido portar ou consumir alimento e/ou bebida no LABELL.

As ocorrências não previstas pela Resolução da Ufopa ou do LABELL são resolvidas, em primeira instância, pelo NDE do Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês e, em segunda instância, pelo(a) Diretor(a) do Instituto de Ciências da Educação (ICED) da Ufopa.

8.2.1 Laboratórios Didáticos de Formação Básica

O Curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês não possui um Laboratório Didático de Formação Básica específico, mas oferece ao corpo docente e discente o LABELL, que tem o objetivo de auxiliar os professores na aplicação dos conteúdos dos componentes curriculares do curso de Letras, oportunizar o aprimoramento dos aspectos linguísticos e o desenvolvimento da proficiência dos estudantes de Língua Portuguesa e Inglesa que estejam vinculados direta e indiretamente ao referido Curso.

O software a ser adquirido para o LABELL (SANAKO Study 1200) é um avançado ambiente para aprendizagem de idiomas que combina a utilização de recursos multimídia e da internet com um conjunto de ferramentas de gerenciamento de sala de aula, diversas fontes de mídia para auxiliar os professores na apresentação de aulas efetivas e

motivadoras.

Esse sistema de aprendizagem inclui todas as ferramentas e funções essenciais para um ensino e uma aprendizagem efetiva e proveitosa, tais como funções de transferência de tela, ferramentas de comunicação por áudio e texto, gravação em duas pistas distintas, navegação na internet e execução de programas, funções de arquivos e ferramentas de gerenciamento e controle de sala de aula. Funciona em PCs utilizando sistemas operacionais Windows® e através de uma rede local; não são necessários softwares ou hardwares adicionais. Há necessidade de fones de ouvido de ótima qualidade.

O SANAKO Study 1200 possui as seguintes funcionalidades em que os professores poderão utilizar em suas aulas:

- a) Monitoramento de alunos – visualizar a qualquer momento a miniatura da tela de um aluno;
- b) Navegação direcionada – o professor pode iniciar e fechar a navegação na internet para os alunos e assumir o controle por completo da navegação a qualquer momento;
- c) Compartilhamento de tela com áudio – I. tela do professor para os alunos: a tela do professor pode ser exibida para um aluno selecionado, para uma parte da classe ou para todos os alunos enquanto o professor pode também falar com eles; II. tela de um aluno para os alunos: a tela de um aluno selecionado pode ser exibida para os outros alunos em um grupo ou para todos os alunos;
- d) Controle remoto – o professor possui duas opções para acessar as estações de trabalho dos alunos de maneira remota: I. colaborar – o professor visualiza a tela do aluno e compartilha o controle do mouse e teclado com o aluno simultaneamente; II. controle remoto – o professor visualiza a tela do aluno e possui total controle do mouse e do teclado. O mouse e o teclado do aluno estão bloqueados;
- e) Funções de desativação – o professor é capaz de, remotamente, desligar / reiniciar / sair de quaisquer computadores dos alunos);
- f) Energia do PC – o professor pode ligar o PC dos alunos utilizando o controle de PC (Wake-on- LAN);
- g) Funções de arquivos – todas as funções de arquivos estão disponíveis em uma única janela;
- h) Iniciar programas – o professor será capaz de iniciar e terminar quaisquer aplicativos para os alunos, bem como criar atalhos para programas que são utilizados frequentemente;
- i) Lousa – o professor pode utilizar a lousa e transferi-la para a tela do aluno;

j) Integração com Microsoft™ Office OneNote – utilizando o OneNote, o professor pode compartilhar anotações da aula com os alunos com um simples clique no mouse.

9. Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

Inicialmente, cabe explicitar o que são os Comitês de Ética em Pesquisa (CEP), seus objetivos e conexões com outras instâncias associadas ao Conselho Nacional de Saúde. Conforme o Art. VII.2 da Resolução CNS nº 466, de 12 de dezembro de 2012, “Os CEP são colegiados interdisciplinares e independentes, de relevância pública, de caráter consultivo, deliberativo e educativo, criados para defender os interesses dos participantes da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos.” Esses colegiados estão ligados à Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), que coordena a rede de CEP em todo o país. A CONEP e os CEP, de forma colaborativa, integram um sistema titulado Sistema CEP/CONEP que, por sua vez, é gerido pela Plataforma Brasil, sistema oficial em que são registradas, analisadas, monitoradas e controladas pesquisas envolvendo seres humanos.

Posto isso, diante da necessidade do cumprimento da determinação do Conselho Nacional de Saúde de que os projetos de pesquisa envolvendo seres humanos devem obedecer à Resolução CNS nº 466/2012, à Resolução CNS nº 510/2016 e a outras normas vigentes, fica estabelecido que os projetos de pesquisa de alunos do curso de Licenciatura em Letras - Português e Inglês que envolvam a participação direta ou indireta de seres humanos devem ser submetidos à Plataforma Brasil na forma de um protocolo de pesquisa e somente poderão ser executados após a avaliação e aprovação por um CEP e/ou pela CONEP. Os documentos que constituirão o Protocolo de Pesquisa a ser submetido à apreciação do Sistema CEP/CONEP estão descritos na Norma Operacional do Conselho Nacional de Saúde nº 001/2013.

Considerando que até esta data não há, na Plataforma Brasil, registro de um CEP na Ufopa (o comitê ainda está sendo estruturado na instituição), o orientador do aluno deverá submeter o Protocolo de Pesquisa, via Plataforma Brasil, a um CEP localizado na região oeste do Pará. Ressalta-se que, em Santarém, a Universidade do Estado do Pará (UEPA) e o Instituto Esperança de Ensino Superior (Iespes) possuem CEP estruturados e em funcionamento. A um desses CEP, as solicitações de análise e aprovação das pesquisas podem ser submetidas.

10 Acesso dos Alunos a Equipamentos de Informática

Os Laboratórios de Informática de uso compartilhado com os demais cursos estão localizados no Campus Rondon da Ufopa. Os laboratórios de Informática, em número de 03, designados pelos nomes Labin1, Labin 2 e Labin 3, são espaços de apoio ao ensino de graduação e pós-graduação, à pesquisa e à extensão, vinculados ao Programa de Ciências Exatas do ICED.

Os Laboratórios de Informática 1 e 2 possuem 25 máquinas cada um e o Labin 3 possui 50 máquinas, todas equipadas com dois sistemas operacionais, Windows com licença, e Linux. Em cada sistema há softwares destinados à matemática, engenharia, computação e educação. Todos têm acesso a internet wireless e são destinados a pesquisas ou a atividades que necessitem de computador. O público alvo são todos os discentes da universidade, funcionando nos três turnos, matutino, vespertino e noturno.

A instituição oferece acesso à informática aos discentes na Biblioteca da Unidade Rondon, onde funciona o curso de Licenciatura em Português e Inglês, com 09 computadores. Os dias de funcionamento são de segunda à sexta-feira e o atendimento aos discentes ocorre nos 3 turnos de funcionamento da instituição, matutino, vespertino e noturno, e aos sábados das 8h às 12h.

Os Laboratórios de Informática prestam importante auxílio nas aulas que necessitam de acesso dos discentes a computadores. Quando os docentes querem utilizar esses laboratórios, procuram a Gestão Acadêmica para agendamento prévio e direcionam as aulas para um dos laboratórios. Os alunos, entretanto, podem ter acesso livre a esses laboratórios e computadores apresentando identificação prévia controlada por um monitor.

O acesso à internet é feito com a utilização de um login e senha pessoal do acadêmico, o qual deve ser o mesmo utilizado para acessar o Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA/UFOPA. Todos os laboratórios estão de acordo com o espaço físico disponível para esse atendimento discente.

A atualização e manutenção de programas, softwares e hardwares dos laboratórios é garantida por meio do Centro de Tecnologia da Informação e Comunicação (CTIC) - Órgão Suplementar da Ufopa, voltado ao planejamento e desenvolvimento de serviços de Tecnologia de Informação e Comunicação (TIC) dando apoio às atividades de ensino, pesquisa, extensão, gestão e administrativas da Universidade. O CTIC é diretamente

subordinado à Reitoria, conforme Art. 95, do Regimento Geral da UFOPA.

A manutenção ou troca de equipamentos danificados dos laboratórios são realizados através de avaliação periódica feita pelo coordenador do laboratório e monitores. O coordenador solicita a equipe do CTIC a avaliação dos equipamentos e, se houver necessidade, a substituição.

11. Condições de Acesso para Pessoas com Necessidades Especiais

Em termos programáticos, a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA) busca aplicar os dispositivos legais e políticas públicas relacionadas à inclusão e à acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida na educação superior. Entre outros documentos normativos, destacamos:

- a. A Constituição Federal Brasileira de 1988, especificamente, os Art. 205, 206, 207 e 208 que, de modo geral, fazem referências à educação como direito de todos, à igualdade de condições de acesso e permanência na escola, ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência;
- b. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, Lei N° 9.394/1996, especificamente, o art. 4, III, que trata do atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades;
- c. A Lei N° 10.098/2000, especificamente, o Capítulo IV, que dispõe sobre a acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo;
- d. A Portaria N° 3.284/2003, que dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos e de credenciamento de instituições;
- e. O Decreto 5.296/2004, que dispõe sobre atendimento prioritário, condições gerais de acessibilidade, programa de acessibilidade e implementação da acessibilidade arquitetônica/urbanística, comunicacional, bem como aos serviços de transportes coletivos e a ajuda técnica;
- f. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, Portaria N° 948/2008, que norteia ações para garantir o acesso, não somente arquitetônico, mas também atitudinal, pedagógico e tecnológico, a permanência e a participação contínua de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas

habilidades/superdotação na educação superior;

g. O Decreto 6.949/2009, que torna lei a execução da Convenção Internacional sobre os direitos das pessoas com deficiência no Brasil;

h. O Decreto N° 7.611/2011, especificamente, o art. 1, I, que trata da garantia de educação inclusiva em todos os níveis, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidade, e art. 5, VII, e § 5°, que tratam do núcleo de acessibilidade nas instituições federais de educação superior;

i. A Lei N° 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, especificamente, o Cap. IV, que trata dos direitos à educação;

j. O programa de Acessibilidade na Educação Superior, Programa Incluir (2005), que objetiva fomentar a criação e consolidação de núcleos de acessibilidades nas instituições federais de ensino para eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de estudantes com deficiência.

Como forma de garantir acesso, permanência e participação contínua de estudantes com deficiência ou mobilidade reduzida, bem como garantir condições adequadas de atendimento inclusivo, uma das primeiras ações da UFOPA, após a sua criação, sob a Lei N° 12.085 de 05 de novembro de 2009, foi a instituição de um grupo de trabalho, o GT Pró-Acessibilidade, para organização de documento norteador de práticas e objetivos a serem traçados em favorecimento da acessibilidade pedagógica, atitudinal e física. Cinco anos após a criação da UFOPA, foi instituído o Núcleo de Acessibilidade na universidade, via Portaria 1.376 de 18 de junho de 2014, que é uma estrutura física, social e profissional voltada para o atendimento inclusivo e para políticas institucionais de acessibilidade no âmbito da universidade.

Em termos estruturais, o Núcleo de Acessibilidade da UFOPA tem missão altamente relevante com relação ao fortalecimento da política de acessibilidade no ensino superior, já que as ações empreendidas pelos profissionais do Núcleo ajudam a promover acessibilidade curricular na medida em que implementam procedimentos e recursos de ensino-aprendizagem, auxiliando discentes, docentes e servidores, como: tradução e interpretação da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), cursos na área da educação especial e inclusiva, cursos de formação continuada para servidores, material educativo, vídeos para pessoas surdas, conversão de textos acessível a pessoas com deficiência visual, produção de material com diferentes texturas e alto-relevo, transcrições de textos em Braille, textos em

voz³.

Sem dúvida, tais ações repercutem na acessibilidade pedagógica, instrumental e comunicacional no âmbito da UFOPA, porque a infraestrutura oferece recursos para a comunicação acessível, material ampliado para baixa visão, conteúdo acessível em formato tátil, conteúdo em formato áudio. Contudo, ainda enfrentamos desafios nestas dimensões da acessibilidade, em razão de: o Núcleo de Acessibilidade contar com quatro tradutores/intérpretes da Libras para os campi universitários; o Núcleo de Acessibilidade não dispor de uma equipe multidisciplinar para pensar em inclusão na realidade da universidade e da sociedade local onde está inserida, de modo a promover trabalho conjunto para organização e realização de ações que promovam a participação de estudantes com deficiência, atendimento de alunos com necessidades especiais (para planejamento de estratégias educacionais e emissão de parecer técnico), apoio social (para, por exemplo, prevenir evasão); o Núcleo de Acessibilidade não dispor de guias para a efetivação da democratização de condições de acesso, permanência e participação de alunos cegos ou com baixa-visão.

De acordo com o Projeto Pedagógico Institucional da UFOPA, presente no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFOPA (PDI 2019-2023),

Atividades em Libras alcançam hoje na Instituição fatia substancial nos currículos dos cursos de graduação, tendo sido criado grupo de educação digital para estimular o desenvolvimento e o uso de aplicativos nas salas de aulas.

Em todas as ações de melhoria de infraestrutura física e de TI têm-se priorizado os principais mecanismos de acessibilidade. A Ufopa preconiza a expansão da acessibilidade pela integração da pesquisa ao ensino e à extensão, ao possibilitar apoio de recursos originários do Pnaes para a aquisição de equipamentos e tecnologias específicas e adequadas para cada realidade, em todas as suas unidades.” (PDI 2019-2023, Capítulo 2, subitem 2.3.5, p. 46.).

Em termos arquitetônicos, a estrutura predial da UFOPA do Campus Rondon possibilita acessibilidade a partir de adaptações na largura das portas, em banheiros adaptados para cadeirantes, rampas de acesso, esteiras sinalizadoras (pisos táteis) em parte do Campus. Por reconhecer que essa infraestrutura ainda precisa de adequações, o PDI 2019-2023 da UFOPA prevê, no Capítulo 2 “Projeto Pedagógico Institucional”, adequação e

³ Para mais informações, consultar a página da UFOPA: <http://www.ufopa.edu.br/proen/diretoria-de-ensino/nucleo-de-acessibilidade-2/>.

sinalização em todos os campi da universidade, de modo a promover acessibilidade e mobilidade adequadas para aperfeiçoamento da qualidade dos cursos de graduação e pós-graduação.

A biblioteca da UFOPA, situada no Campus Rondon em Santarém, onde o Curso de Letras (Português e Inglês) tem sua estrutura física instalada, dispõe de rampa, de elevador adaptado e algumas obras em Braille.

12 Infraestrutura de Segurança

A atividade de segurança da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA é realizada por empresas terceirizadas contratadas pela instituição e são responsáveis pelos Serviços de Portaria e Segurança Patrimonial. Todo o trabalho é supervisionado pela Diretoria de Segurança, que atualmente está vinculada à Pró-Reitoria de Administração – PROAD, e tem como principais atribuições “a coordenação de ações operacionais, planejar intervenções em eventos e situações especiais, comandar o plano de segurança institucional, gerenciar o corpo funcional operacional, supervisionar e controlar os serviços de Vigilância Patrimonial Armada e Desarmada e os serviços de Agente de Portaria em todos os campi onde há implantados os referidos serviços, com vistas a garantir a incolumidade física da comunidade universitária, usuários em geral e a integridade do patrimônio público e privado enquanto nas dependências da Ufopa”.

O Instituto de Ciência da Educação – ICED, que abriga o curso de Letras, está localizado na Unidade Rondon da UFOPA. A segurança de todo esse espaço é realizada pelas empresas terceirizadas em duas frentes diárias e ininterruptas de trabalho: 1) o Serviço de Portaria, organizado na entrada da unidade e que realiza o controle de entrada/saída de usuários(as), veículos e equipamentos institucionais e privados. É nessa guarita da entrada que, por exemplo, é feita a retirada e a devolução das chaves dos setores da unidade. Toda essa movimentação é devidamente registrada em formulário específico e assinada pelo(a) responsável e pelo agente de portaria; 2) o Serviço de Vigilância Patrimonial Armado e Desarmado, desempenhado por agentes de segurança nas dependências da unidade com o objetivo de resguardar seu patrimônio institucional e garantir uma adequada e segura utilização dos espaços.

Além dessas duas formas complementares da segurança, o ICED conta ainda com câmeras de segurança instaladas em pontos estratégicos da unidade, sobretudo nas

entradas/saídas e nos corredores de acesso às salas de aula e demais espaços de significativa circulação de pessoas. A administração desses equipamentos é responsabilidade da Diretoria de Segurança.

PARTE V: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 13.146 de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Brasília, DF, jul. de 2015

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. **Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências**. Brasília, DF, jun. de 2014.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; e altera o § 3º do art. 98 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990**. Brasília, DF, dez. de 2012.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. **Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências**. Brasília, DF, ago. de 2012.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto nº 7.611 de 17 de novembro de 2011. **Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências**. Brasília, DF, nov. de 2011.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 12.085 de 5 de novembro de 2009. **Dispõe sobre a criação da Universidade Federal do Oeste do Pará - UFOPA, por desmembramento da Universidade Federal do Pará - UFPA e da Universidade Federal Rural da Amazônia - UFRA, e dá outras providências**. Brasília, DF, nov. 2009.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. **Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Brasília, DF, ago. 2009.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”**. Brasília, DF, mar. 2008.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto no 5.626 de 22 de dezembro de 2005. **Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**.

Brasília, DF, dez. 2005.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto no 5.296 de 2 de dezembro de 2004. **Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, DF, dez. 2004.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. **Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências.** Brasília, DF, abr. 2004.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 10.639 de 9 de janeiro de 2003. **Altera a Lei n 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.** Brasília, DF, jan. 2003.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Decreto nº 4.281 de 25 de junho de 2002. **Regulamenta a Lei n 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.** Brasília, DF, jun. 2002.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 10.098 de 10 de dezembro de 2000. **Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.** Brasília, DF, dez. 2000.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. Lei nº 9.795 de 27 de abril de 1999. **Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências.** Brasília, DF, abr. 1999.

BRASIL. Presidência da República, Casa Civil. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, DF, out. 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular:** educação é base. Brasília, DF, 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. **Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira.** Brasília, DF, dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria nº 666, de 12 de julho de 2018. **Aprova o recredenciamento da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.** Brasília, DF, jul. 2018.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior (Seres). Portaria nº 136 de 09 de maio de 2016. **Reconhece o curso de Letras – Português e Inglês (licenciatura) da UFOPA.** Brasília, DF, maio de 2016.

BRASIL. Ministério da Educação. Resolução CNE/CP N° 2, de 1° de julho de 2015. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.** Brasília, DF, jul. 2015.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 496-513.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena. In: Brasil. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica.** Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. p. 374-415.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução no 2 de 15 de junho de 2012. **Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Brasília, DF, jun. 2015.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução n° 1 de 30 de maio de 2012. **Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF, mai. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP N 8/2012. **Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.** Brasília, DF, mai. 2012.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa no. 23 de 01 de dezembro de 2010. **Altera dispositivos da Portaria Normativa n° 40, de 12 de dezembro de 2007, que Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições.** Brasília, DF, dez. 2010;

BRASIL, Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). Resolução n°. 01 de 17 de junho de 2010. **Normatiza o Núcleo Docente Estruturante e dá outras providências.** Brasília, DF, jun. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação Resolução CNE/CP N° 1 /2011. **Estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras. Estabelece diretrizes para a obtenção de uma nova habilitação pelos portadores de Diploma de Licenciatura em Letras.** Brasília, DF, mar. 2011.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução n° 4 de 13 de julho de 2010. **Define Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.** Brasília, DF, jul. 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria Normativa n° 40 de 12 de dezembro de 2007. **Institui o e-MEC, sistema eletrônico de fluxo de trabalho e gerenciamento de informações relativas aos processos de regulação, avaliação e supervisão da educação superior no sistema federal de educação, e o Cadastro e-MEC de Instituições e Cursos**

Superiores e consolida disposições sobre indicadores de qualidade, banco de avaliadores (Basis) e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) e outras disposições. Brasília, DF, dez. 2007

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CES 18/2002. **Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Letras.** Brasília, DF, mar 2002.

BRASIL, Ministério da Educação. Resolução CNE/CP 1/2004. **Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF, jun. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CP 3/2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília, DF, mai. 2004.

BRASIL, Ministério da Educação. Portaria no 3.284 de 7 de novembro de 2003. **Dispõe sobre requisitos de acessibilidade de pessoas portadoras de deficiências, para instruir os processos de autorização e de reconhecimento de cursos, e de credenciamento de instituições.** Brasília, DF, nov. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 1363/2001. **Retificação do Parecer CNE/CES 492/2001, que trata da aprovação das Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Brasília, DF, dez. 2001.

BRASIL, Ministério da Educação. Parecer CNE/CES 492/2001. **Diretrizes curriculares nacionais para os cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.** Brasília, DF, jul. 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros curriculares nacionais.** Brasília: MEC/SEF, 1998.

Carga horária mínima, em horas – para Bacharelados e Licenciaturas Resolução CNE/CES N° 02/2007 (Graduação, Bacharelado, Presencial). Resolução CNE/CES N° 04/2009 (Área de Saúde, Bacharelado, Presencial). (Licenciaturas). Resolução CNE/CP N° 1/2006 (Pedagogia).

Resoluções da Ufopa

Resolução CONSEPE/Ufopa 331, de 28 de setembro de 2020, que aprova o Regimento da Graduação – Santarém, PA, 2020.

Resolução CONSEPE/Ufopa 301 de 26 de agosto de 2019. Regulamento o registro e a inclusão da extensão universitária nos currículos dos cursos de graduação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa).

Resolução CONSEPE/Ufopa 278 de 24 de janeiro de 2019. Aprova *Ad Referendum* o Programa Especial de Ajuste de Percurso Acadêmico da Universidade Federal do Oeste do

Pará (Ufopa).

Plano de Desenvolvimento Institucional 2019-2023. Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA.

Plano de Desenvolvimento Institucional 2012-2016. Universidade Federal do Oeste do Pará, UFOPA.

Resolução no 194, de 24 de abril de 2017. Política de Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade Étnico Racial.

Resolução no 200, de 8 de junho de 2017. Contém as principais informações sobre os princípios, objetivos, instrumentos de execução das Ações Afirmativas na Ufopa e demais ações no âmbito do curso.

Resolução nº 16, de 21 de maio de 2013. Estatuto da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Resolução nº 6, de 10 de novembro de 2010. Dispõe sobre o estágio de estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Portal Ideb**. Disponível em <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em mar. 2019.

LÜCK, Heloísa. **Pedagogia Interdisciplinar: Fundamentos Teórico-Metodológicos**, 18. ed – Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2013

Anexos

ANEXO A – Portarias de autorização e de Reconhecimento de Curso

República Federativa do Brasil
Ministério da Educação



Boletim de Serviço



Boletim Oficial

Atos Administrativos

UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ

ANO I – N.º 4 – ADITIVO 1, 7 DE JUNHO DE 2010

O Boletim de Serviço (BS) UFOPA destina-se à publicação de atos oficiais da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), CNPJ n.º 11.118393/0001-59, com sede na cidade de Santarém, estado do Pará. Os atos nele publicados têm validade jurídica na forma da legislação vigente, ressalvados aqueles de publicação obrigatória no Diário Oficial da União, e deverão ser registrados e cumpridos independentemente de qualquer comunicado ou expediente complementar.

PORTARIAS

REITORIA

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA

PORTARIA NORMATIVA Nº 01/2010 de 07 de junho de 2010
Institui a oferta para 2010 de cursos de graduação, nos municípios de Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Itaituba e Santarém, para atender ao Plano de Formação de Professores do Estado do Pará, no âmbito do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR (MEC/CAPES).

O REITOR *PRO TEMPORE* DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria n.º 1.069, do Ministro de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 11 de novembro de 2009, e nos termos da legislação vigente, RESOLVE expedir a presente Portaria Normativa:

Art. 1.º Fica instituída a oferta para 2010 de cursos de graduação relacionados a seguir, nos municípios de Juruti, Óbidos, Oriximiná, Alenquer, Monte Alegre, Itaituba e Santarém, para atender ao Plano de Formação de Professores do Estado do Pará, no âmbito do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica – PARFOR (MEC/CAPES).

§ 1.º Os cursos a que se refere o art. 1.º são discriminados e distribuídos da seguinte forma:

Município	Curso	Vagas	Subtotal
Juruti	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	
	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Oriximiná	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	
	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Óbidos	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	

1

	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Alenquer	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	
	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Monte Alegre	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	
	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Itaituba	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	
	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Santarém	Licenciatura integrada em História e Geografia	50	250
	Licenciatura integrada em Letras - Português e Inglês	50	
	Licenciatura integrada em Matemática e Física	50	
	Licenciatura integrada em Química e Biologia	50	
	Licenciatura em Pedagogia	50	
Total	35	1.750	1.750

Art. 2.º Os cursos de Licenciatura Integrada e de Pedagogia acima referidos adotarão o novo modelo acadêmico implantado pela UFOPA em sua versão específica para o PARFOR, os quais obedecem à seguinte configuração:

- Formação Interdisciplinar I, com 400 (quatrocentas) horas, correspondente a um semestre, obrigatória e comum a toda formação graduada da UFOPA, oferecida pelo Centro de Formação Interdisciplinar;
- Formação Interdisciplinar II, com 400 (quatrocentas) horas, correspondente a um semestre, obrigatória e comum a toda formação graduada, oferecida pelo Instituto de Ciências da Educação;
- Formação Graduada Específica, com 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, correspondente a seis semestres, referentes à formação final de cada um dos cursos acima relacionados.

Art. 3.º A presente Portaria Normativa passa a vigorar a partir da publicação do seu resumo no Boletim de Serviço da UFOPA.

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO



SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 136, DE 9 DE MAIO DE 2016

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, e tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 01, de 25 de janeiro de 2013, ambas do Ministério da Educação, e considerando o disposto nos processos e-MEC, listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Ficam reconhecidos os cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCO ANTONIO DE OLIVEIRA

ANEXO
(Reconhecimento de Cursos)

Nº de Ordem	Registro e-MEC nº	Curso	Nº de vagas totais anuais	Mantida	Mantenedora	Endereço de funcionamento do curso
1.	201357739	ADMINISTRAÇÃO (Bacharelado)	100 (cem)	FACULDADE UNIGRAN CAPITAL	UNIGRAN EDUCACIONAL	RUA ABRÃO JÚLIO RAHE, 325, - ATE 1010/1011, CENTRO, CAMPO GRAN-DE/MS
2.	201357939	FORMAÇÃO DE DOCENTES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANA	RUA XV DE NOVEMBRO, 1299, CENTRO, CURITIBA/PR
3.	201358609	DANÇA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	RODOVIA GOIÂNIA NERÓPOLIS, KM 12, PRÉDIO DA REITORIA, CAMPUS SAMAMBAIA, GOIÂNIA/GO
4.	201305921	LETRAS - LÍNGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	65 (sessenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE	RUA SERGIO MOREIRA DE FIGUEIREDO FERNANDES, S/N, CASAS POPULARES, CAJAZEIRAS/PB
5.	201358087	ODONTOLOGIA (Bacharelado)	60 (sessenta)	FACULDADE DA SERRA GAÚCHA	SOCIEDADE EDUCACIONAL SANTA RITA LTDA	RUA OS DEZOITO DO FORTE, 2366, SÃO PELEGRINO, CAXIAS DO SUL/RS
6.	201307141	GESTÃO PÚBLICA E DESENVOLVIMENTO REGIONAL (Bacharelado)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	AVENIDA MENDONÇA FURTADO, 2946, ALDEIA, SANTARÉM/PA
7.	201358638	ESTUDO DE GÊNERO E DIVERSIDADE (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	RUA PROF. ARISTIDES NOVIS, 197, CAMPUS UNIVERSITÁRIO FEDERACAO/ONDINA, FEDERACAO, SALVADOR/BA
8.	201305917	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	AV. BOM PASTOR, S/N, CENTRO, GOIÁS/GO
9.	201357422	ENGENHARIA DE PETRÓLEO (Bacharelado)	480 (quatrocentas e oitenta)	UNIVERSIDADE TIRADENTES	SOCIEDADE DE EDUCACAO TIRADENTES S/S LTDA	AVENIDA MURILO DANTAS, 300, FAROLÂNDIA, ARACAJU/SE
10.	201358669	LETRAS VERNÁCULAS (Licenciatura)	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	RUA BARÃO DE JEREMOABO, S/N, CAMPUS UNIVERSITÁRIO - FEDERACAO, ONDINA, SALVADOR/BA
11.	201306419	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS	UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIAS	RUA RIACHUELO, 1.530, SAMUEL GRAHAM, JATAÍ/GO
12.	201307362	LETRAS - PORTUGUÊS E INGLÊS (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARA	AVENIDA MARECHAL RONDON, S/N, APARECIDA, SANTARÉM/PA
13.	201356910	CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA (Licenciatura)	72 (setenta e duas)	UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	UNIVERSIDADE DA INTEGRACAO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA	AV. DA ABOLIÇÃO, 03, CENTRO, REDENCÃO/CE
14.	201358894	EDUCAÇÃO FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	FACULDADE INTERMUNICIPAL DO NOROESTE DO PARANÁ	FUNDAÇÃO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL DO NOROESTE DO PARANA	RUA MATO GROSSO 240, TÉRREO, ALTO DA GLÓRIA, LOANDA/PR
15.	201358007	ANÁLISE E DESENVOLVIMENTO DE SISTEMAS (Tecnológico)	40 (quarenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCACAO, CIENCIA E TECNOLOGIA BAIANO - REITORIA	DISTRITO DE CERAIMA, S/N, ZONA RURAL, GUANAMBI/BA
16.	201358286	GESTÃO TERRITORIAL INDÍGENA - PATRIMÔNIO INDÍGENA (Bacharelado)	10 (dez)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA	AVENIDA CAPITÃO ENE GARCEZ, 2413, AEROPORTO, BOA VISTA/RR
17.	201358688	CIÊNCIAS CONTÁBEIS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA	PRACA DA PIEDADE, 06, UNIDADE DISPERSA, CENTRO, SALVADOR/BA
18.	201305888	EDUCAÇÃO DO CAMPO (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHAO	AV. GOVERNADOR JOÃO ALBERTO, S/N, RAMAL, BACABAL/MA
19.	201307106	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	70 (setenta)	INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE MATO GROSSO - IFMT	INSTITUTO FEDERAL DE MATO GROSSO	AVENIDA VEREADOR JULIANO DA COSTA MARQUES, S/N, BELA VISTA, CUIABÁ/MT
20.	201356885	SERVIÇO SOCIAL (Bacharelado)	160 (cento e sessenta)	UNIVERSIDADE BRAZ CUBAS	SOCIEDADE EDUCACIONAL BRAZ CUBAS LTDA.	AV. FRANCISCO RODRIGUES FILHO, 1233, MOGILAR, MOGI DAS CRUZES/SP
21.	201306541	PEDAGOGIA (Licenciatura)	300 (trezentas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA	UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECONCAVO DA BAHIA - UFRB	RUA RUI BARBOSA, 710, SEDE DA UFRB, CENTRO, CRUZ DAS ALMAS/BA

691	201830895	LETRAS - PORTUGUÊS ESPANHOL (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA RIO BRANCO Universitário , 1270, Corumbá, MS
692	201828692	LETRAS - PORTUGUÊS INGLÊS (Licenciatura)	E	25 (vinte e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Praça Nossa Senhora da Conceição Centro , 163, Aquidauana, MS
693	201828693	LETRAS - PORTUGUÊS INGLÊS (Licenciatura)	E	35 (trinta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Avenida Ranulpho Marques Leal Distrito Industrial Câmpus de Três Lagoas - CPTL II, 3484, Três Lagoas, MS
694	201828695	LETRAS - PORTUGUÊS INGLÊS (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA RIO BRANCO Universitário , 1270, Corumbá, MS
695	201828694	LETRAS - PORTUGUÊS INGLÊS (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
696	201828140	MATEMÁTICA (Licenciatura)	E	55 (cinquenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Avenida Ranulpho Marques Leal Distrito Industrial Câmpus de Três Lagoas - CPTL II, 3484, Três Lagoas, MS
697	201831359	MATEMÁTICA (Licenciatura)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rua Itibire Vieira Residencial Júlia de Oliveira Cardinal BR 463 Km 4,5, S/N, Ponta Porã, MS
698	201829316	MATEMÁTICA (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rodovia BR 497- Km 12 - Saída para MG Centro Campus Universitário, s/n, Paranaíba, MS
699	201828143	MATEMÁTICA (Licenciatura)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
700	201828142	MATEMÁTICA (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rua Oscar Trindade de Barros Serraria , 740, Aquidauana, MS
701	201828141	MATEMÁTICA (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA RIO BRANCO Universitário , 1270, Corumbá, MS
702	201829317	MÚSICA (Licenciatura)	E	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
703	201828144	PEDAGOGIA (Licenciatura)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
704	201831360	PEDAGOGIA (Licenciatura)	E	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rodovia MS 141 Zona Rural - saída para Ivinhema , KM 04, Navirai, MS
705	201833369	PEDAGOGIA (Licenciatura)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rua Itibire Vieira Residencial Júlia de Oliveira Cardinal BR 463 Km 4,5, S/N, Ponta Porã, MS
706	201828147	PEDAGOGIA (Licenciatura)	E	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Avenida Ranulpho Marques Leal Distrito Industrial Câmpus de Três Lagoas - CPTL II, 3484, Três Lagoas, MS
707	201828146	PEDAGOGIA (Licenciatura)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rua Oscar Trindade de Barros Serraria , 740, Aquidauana, MS
708	201828145	PEDAGOGIA (Licenciatura)	E	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA RIO BRANCO Universitário , 1270, Corumbá, MS
709	201828148	QUÍMICA (Licenciatura)	E	45 (quarenta e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
710	201829318	QUÍMICA TECNOLÓGICA (Bacharelado)	E	25 (vinte e cinco)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
711	201832262	REDES DE COMPUTADORES (Tecnológico)	E	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
712	201828149	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	E	70 (setenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Av. Costa e Silva Cidade Universitária , s/n, Campo Grande, MS
713	201831361	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Rua Itibire Vieira Residencial Júlia de Oliveira Cardinal BR 463 Km 4,5, S/N, Ponta Porã, MS
714	201832263	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	AVENIDA RIO BRANCO Universitário , 1270, Corumbá, MS
715	201829319	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Avenida Marcio Lima Nantes Vila da Barra Estrada do Pantanal, s/n, Coxim, MS
716	201832264	SISTEMAS DE INFORMAÇÃO (Bacharelado)	E	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL(694)	FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL	Avenida Ranulpho Marques Leal Distrito Industrial Câmpus de Três Lagoas - CPTL II, 3484, Três Lagoas, MS

PORTARIA Nº 921, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018

O SECRETÁRIO DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 9.005, de 14 de março de 2017, e tendo em vista o Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e as Portarias Normativas nº 20 e nº 23, de 21 de dezembro de 2017, do Ministério da Educação, e considerando o disposto no Despacho SERES nº 249, de 7 de dezembro de 2017, que aprovou a Nota Técnica nº 62/2017/CGARCES/DIREG/SERES, e nos processos e-MEC listados na planilha anexa, resolve:

Art. 1º Fica renovado o reconhecimento dos cursos superiores constantes da tabela do Anexo desta Portaria, ministrados pelas Instituições de Educação Superior citadas, nos termos do disposto no art. 10, do Decreto nº 9.235, de 2017.

Parágrafo único. A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida exclusivamente para o curso ofertado nos endereços citados na tabela constante do Anexo desta Portaria.

Art. 2º A renovação de reconhecimento a que se refere esta Portaria é válida até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SILVIO JOSÉ CECCHI

Anexo (Renovação de Reconhecimento de Cursos)

Nº DE ORDEM	REGISTRO E-MEC Nº	CURSO/GRAU	Nº DE VAGAS TOTAIS ANUAIS	IES	MANTENEDORA	ENDEREÇO DE FUNCIONAMENTO DO CURSO
1	201827792	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	150 (cento e cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS(575)	UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS	Rua Paraíba Funçãoários - 697, Belo Horizonte, MG



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/autenticidade.html>, pelo código 05152018122800264

264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



681	201827540	MATEMÁTICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Avenida Vera Paz Salé , s/n, Santarém, PA
682	201827541	PEDAGOGIA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Avenida Marechal Rondon Aparecida , s/n, Santarém, PA
683	201833390	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Avenida Mendonça Furtado Aldeia 2946, Santarém, PA
684	201833114	LICENCIATURA INTEGRADA EM PORTUGUÊS E INGLÊS (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Avenida Marechal Rondon Aparecida , s/n, Santarém, PA
685	201827542	ARQUITETURA E URBANISMO (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
686	201827543	CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (Bacharelado)	36 (trinta e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
687	201827545	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
688	201828169	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Coronel José Porfírio São Sebastião Campus Universitário de Altamira, 2515, Altamira, PA
689	201828170	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Leandro Ribeiro Centro , S/Nº, Bragança, PA
690	201827544	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
691	201830668	CIÊNCIAS BIOLÓGICAS (Licenciatura)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	13ª Rua Umirizal , S/Nº, Soure, PA
692	201827546	CIÊNCIAS SOCIAIS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
693	201831611	CIÊNCIAS SOCIAIS (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
694	201830669	EDUCAÇÃO (Licenciatura)	46 (quarenta e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
695	201828460	EDUCAÇÃO (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N JADERLÂNDIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL, 00, Castanhal, PA
696	201827547	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	140 (cento e quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
697	201830152	ENGENHARIA CIVIL (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA ITAIPU VILA PERMANENTE VILA PERMANENTE, 36, Tucuruí, PA
698	201828461	ENGENHARIA DE ALIMENTOS (Bacharelado)	36 (trinta e seis)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
699	201827548	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
700	201830153	ENGENHARIA ELÉTRICA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA ITAIPU VILA PERMANENTE VILA PERMANENTE, 36, Tucuruí, PA
701	201831123	ENGENHARIA FLORESTAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Coronel José Porfírio São Sebastião Campus Universitário de Altamira, 2515, Altamira, PA
702	201832285	ENGENHARIA INDUSTRIAL (Bacharelado)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Manoel de Abreu Multirão , S/Nº, Abaetetuba, PA
703	201827549	ENGENHARIA MECÂNICA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
704	201830154	ENGENHARIA NAVAL (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
705	201827550	ENGENHARIA QUÍMICA (Bacharelado)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
706	201832286	ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL (Bacharelado)	60 (sessenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
707	201831612	FILOSOFIA (Bacharelado)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
708	201827551	FILOSOFIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
709	201827553	FÍSICA (Bacharelado)	20 (vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
710	201830155	FÍSICA (Licenciatura)	50 (cinquenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Manoel de Abreu Multirão , S/Nº, Abaetetuba, PA
711	201827552	FÍSICA (Licenciatura)	90 (noventa)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
712	201833115	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Padre Antônio Franco Matinha , 2417, Cametá, PA
713	201831613	GEOGRAFIA (Bacharelado)	30 (trinta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
714	201827555	GEOGRAFIA (Licenciatura)	110 (cento e dez)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
715	201827554	GEOGRAFIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Coronel José Porfírio São Sebastião Campus Universitário de Altamira, 2515, Altamira, PA
716	201827557	HISTÓRIA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Leandro Ribeiro Centro , S/Nº, Bragança, PA
717	201827558	HISTÓRIA (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Padre Antônio Franco Matinha , 2417, Cametá, PA
718	201827556	HISTÓRIA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
719	201831614	HISTÓRIA (Bacharelado)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
720	201831124	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Leandro Ribeiro Centro , S/Nº, Bragança, PA
721	201828725	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	52 (cinquenta e duas)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
722	201830434	LETRAS - INGLÊS (Licenciatura)	48 (quarenta e oito)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	13ª Rua Umirizal , S/Nº, Soure, PA
723	201828726	LETRAS - LÍGUA PORTUGUESA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
724	201831125	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Coronel José Porfírio São Sebastião Campus Universitário de Altamira, 2515, Altamira, PA
725	201831126	LETRAS - PORTUGUÊS (Licenciatura)	80 (oitenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N JADERLÂNDIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL, 00, Castanhal, PA
726	201827560	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Leandro Ribeiro Centro , S/Nº, Bragança, PA
727	201831127	MATEMÁTICA (Licenciatura)	100 (cem)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	Rua Manoel de Abreu Multirão , S/Nº, Abaetetuba, PA
728	201827559	MATEMÁTICA (Licenciatura)	120 (cento e vinte)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	RUA AUGUSTO CORREA GUAMÁ , 01, Belém, PA
729	201827562	MATEMÁTICA (Licenciatura)	40 (quarenta)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ(15059)	UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ	DO	AVENIDA UNIVERSITÁRIA, S/N JADERLÂNDIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE CASTANHAL, 00, Castanhal, PA





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 02, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre as atividades complementares dos estudantes do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

A DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), no uso das suas atribuições conferidas pela Portaria nº 129, de 03 de fevereiro de 2012, e considerando as Diretrizes Curriculares Nacionais de Graduação, resolve expedir a presente Instrução Normativa.

Art.1º As atividades complementares são componentes curriculares que possibilitam, por avaliação, o reconhecimento de habilidades, conhecimentos, competências e atitudes do aluno, inclusive adquiridos fora do ambiente acadêmico.

Art.2º Conforme a Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, as atividades complementares constituem-se como requisitos obrigatórios para a integralização curricular, sendo 200 horas para as licenciaturas que compõem o Instituto de Ciências da Educação.

Parágrafo único: A Resolução CNE/CP 01, de 15 de maio de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Pedagogia, determina 100 horas da sua carga horária para as atividades complementares.

Art.3º Os programas nomearão uma comissão especialmente para receber, avaliar e relatar as atividades complementares deferidas para fins de integralização do curso.

Art.4º As atividades complementares estão definidas como atividades tais como:

- I – Participação em eventos;
- II – Atuação em Núcleos temáticos;

- III – Atividades de extensão;
- IV – Estágios Extracurriculares
- V – Atividades de iniciação científica e de pesquisa;
- VI – Publicação de trabalhos;
- VII – Participação em órgãos colegiados;
- VIII – Monitoria;
- IX – Componentes curriculares do curso ou de outro curso não obrigatórios;
- X – Outras atividades a critério do colegiado previstas no projeto pedagógico do curso.

Art.5º O colegiado ou a comissão instituída por este deverá definir máximo e mínimo para cada atividade constante no artigo 4º.

Parágrafo único. As atividades complementares não podem ser creditadas a apenas um item do artigo 4º.

Art.6º Os documentos para o computo das atividades complementares serão estabelecidos e recebidos pela comissão avaliadora instituída pelo programa.

Art.7º Os documentos que comprovem a realização de atividades complementares são de responsabilidade do discente.

Art.8º A comissão definida pelo programa poderá estabelecer ao seu critério um calendário que para a realização de suas atividades, considerando o calendário acadêmico.

Art.9º O computo total de atividades complementares deve ser encaminhado para a gestão acadêmica no mesmo período de lançamento de notas da turma formanda, em forma de relatório final constando o nome dos alunos que cumpriram a carga horária mínima estabelecida. Parágrafo único. O não cumprimento do exposto no artigo implicará na não integralização do discente ao curso.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Coordenação de cada

Programa. Art. 11. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santarém, 12 de setembro de
2013.

SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA

Diretora do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA

ANEXO C – RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES COMPLEMENTARES



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED
PROGRAMA DE LETRAS

CURSO: LICENCIATURA EM LETRAS – PORTUGUÊS E INGLÊS

ALUNO (A): _____

MATRÍCULA: _____

**RELATÓRIO DE ATIVIDADES ACADÊMICAS CURRICULARES
COMPLEMENTARES**

**GRUPO 1 – ATIVIDADES DE ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E
REPRESENTAÇÃO ESTUDANTIL:**

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	CH
- Representação estudantil (Colegiado da Graduação, Conselho do Departamento, Conselho do <i>Campus</i> , Conselhos Superiores, Centro Acadêmico, DCE, UNE...).	30 horas por ano de mandato, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades	
- Disciplina Facultativa, cursada com aproveitamento, na UFOPA ou em outra Instituição de Ensino Superior, em curso devidamente reconhecido pelo MEC.	Até 60 horas	
- Atividades de pesquisa com bolsa (UFOPA, CNPq...).	50 horas por ano de bolsa, respeitando o teto de 100 horas para atividades	
- Atividades de pesquisa sem bolsa. (obs.: atividades de pesquisa sem bolsa que forem	Até 50 horas por ano, respeitando o teto de 100	

comitês da UFOPA que avaliam o PIBIC e que forem aprovadas seguirão os mesmos critérios de atividades de pesquisa com bolsa)	para o total de atividades deste tipo.	
- Pesquisa de campo, relacionada a projetos de pesquisa, extensão, projetos de iniciação à docência ou complementares a atividades de ensino que não sejam obrigatórias (Sujeito à aprovação do colegiado)	- Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 40 horas para o total de atividades deste tipo.	
- Atividades de extensão que excedem o mínimo de horas obrigatórias previstas no PPC	Até 50 horas por ano.	
Atividades de iniciação à docência (PIBID) com bolsa	Até 50 horas por ano, respeitando o teto de 100 horas para o total de atividades deste	
Atividades de iniciação à docência (PIBID) sem bolsa	Até 50 horas por ano, respeitando o teto de 100 horas para o total de atividades deste	
- Atividades de monitoria em disciplinas de graduação com bolsa	40 horas por semestre de monitoria, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.	
- Atividades de monitoria em disciplinas de graduação sem bolsa	40 horas por semestre de monitoria, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.	

- Atividades de monitorias (estagiário bolsista) em ambientes acadêmicos da UFOPA.	40 horas por semestre de monitoria, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.	
- Atividades de estágio não curricular em ambientes relativo ao Curso de Licenciatura em Língua Portuguesa e Língua Inglesa	40 horas por semestre de estágio, respeitando o teto de 80 horas para o total de atividades deste tipo.	
- Realização de trabalhos voltados à educação e/ou alfabetização de jovens e adultos, sem remuneração.	- A critério do colegiado do curso, respeitando o teto de 120 horas para o total de	
- Realização de trabalhos voltados à promoção do exercício da cidadania. (Sujeito à aprovação do colegiado)	- A critério do colegiado do curso, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades deste	
GRUPO 2 - ATIVIDADES DE CARÁTER CIENTÍFICO E DE DIVULGAÇÃO CIENTÍFICA:		
ATIVIDA	CARGA HORÁRIA	CH
- Participação, como ouvinte, em minicursos, cursos de extensão, oficinas, colóquios, palestras e outros	- Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 100 horas para o total de atividades deste	
- Apresentação de comunicações ou pôsteres em eventos científicos	- 10 horas por comunicações	

	apresentados ou carga horária constante no certificado de participação, respeitando o teto de 100 horas para atividades deste tipo.	
- Publicação de trabalhos completos em anais de eventos científicos	- 10 horas por publicações em anais, respeitando o teto de 80 horas para atividades deste	
- Publicação de resumos em anais de eventos científicos	-05 horas por resumo publicado em anais, respeitando o teto de 40 horas para	
- Publicação de artigos em periódicos científicos com ISSN e conselho editorial	- 30 horas por artigo publicado.	
- Publicação de artigos de caráter não acadêmico (jornais, revistas...)	- 10 horas por artigo publicado, respeitando o teto de 60 horas para atividades deste	
- Desenvolvimento ou participação na produção de material informacional (divulgação científica) ou didático-pedagógico (livros, CD-ROMs, vídeos, exposições...)	- 20 horas por material produzido, respeitando o teto de 80 horas para atividades deste	
- Desenvolvimento ou participação no desenvolvimento de instrumentos de pesquisa, guias ou catálogos de acervos de memória e/ou exposições.	- 20 horas por material produzido, respeitando o teto de	
- Organização ou participação na organização de eventos científicos	- 10 horas por evento organizado, respeitando o teto de 40 horas para atividades deste	

- Outras atividades de caráter científico ou de divulgação	- A critério do colegiado do	
--	------------------------------	--

GRUPO 3 - ATIVIDADES DE CARÁTER ARTÍSTICO E CULTURAL:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	C
- Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados a manifestações artísticas e culturais.	- Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades	

GRUPO 4 - ATIVIDADES DE CARÁTER TÉCNICO:

ATIVIDADE	CARGA HORÁRIA	C
- Traduções de artigos, produção de resenhas, editoração, diagramação e revisão técnica de material publicado em periódicos acadêmicos com ou sem ISSN e política seletiva	- 20 horas por material produzido, respeitando o teto de 40 horas para atividades deste	
- Participação em oficinas, cursos ou minicursos relacionados ao aprendizado de técnicas úteis à profissão do professor de língua e literatura.	- Igual à carga horária especificada no certificado de participação, respeitando o teto de 60 horas para o total de atividades	

Requerimento: Deferido
() Indeferido () Data: ____/____/____.

Assinatura do(a) Professor(a):

Os documentos comprobatórios de atividades complementares apresentados devem ser analisados pelo NDE, que registrará, nesse relatório, o deferimento ou não do requerimento.

ANEXO D – INSTRUÇÃO NORMATIVA N 06, DE 10 DE NOVEMBRO DE 2010, SOBRE O ESTÁGIO DE ESTUDANTES NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ
REITORIA**

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006 DE 10 NOVEMBRO DE 2010

Dispõe sobre o estágio de estudantes da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

O REITOR PRÓ-TEMPORE DA UFOPA, no uso das suas atribuições delegadas pela Portaria nº 1.069, do Ministro de Estado da Educação (MEC), publicada no Diário Oficial da União de 11 de novembro de 2009, considerando o que determina a Lei nº 11.788, de 25/09/2008, bem como os estudos realizados pela Diretoria de Ensino da Pró-reitoria de Ensino de Graduação, subsidiada por reuniões sobre a matéria, realizadas com representantes dos Institutos e Programas da UFOPA resolve expedir a presente Instrução Normativa:

CAPÍTULO I

DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 1º. O estágio na UFOPA, por força da legislação vigente, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo dos discentes.

Parágrafo único. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do discente.

Art. 2º. São objetivos do estágio curricular na UFOPA:

- I – a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;
- III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação;
- IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

Art. 3º. O estágio classifica-se em obrigatório e não-obrigatório, conforme determinação das

diretrizes curriculares da área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º. Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação, para a integralização curricular e para a obtenção de diploma.

§ 2º. Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida à carga horária regular e obrigatória.

§ 3º. O estágio não-obrigatório poderá ser admitido como atividade curricular, conforme estiver previsto no projeto pedagógico do curso.

§ 4º. O estágio curricular não-obrigatório não deve interferir no período estabelecido para a conclusão da graduação.

Art. 4º. O discente em estágio será acompanhado por um docente do Programa ao qual está vinculado, chamado de *orientador de estágio*, e por um *docente* ou *técnico* ligado ao campo de estágio na instituição que recebe o estagiário, chamado de *supervisor de estágio*.

Art. 5º. São consideradas Concedentes de estágio as Instituições ou Empresas de direito público e privado e a própria Universidade.

Art. 6º. Para fins de validade na UFOPA, só serão considerados Estágios aqueles em que a parte concedente tiver firmado Convênio com esta instituição.

§ 1º. A celebração de convênio de concessão de estágio entre a UFOPA e a parte concedente não dispensa a celebração do Termo de Compromisso de que trata esta Instrução Normativa.

§ 2º. O plano de atividades do estagiário é parte integrante do Termo de Compromisso, servindo de parâmetro para fins avaliativos do desempenho do discente.

CAPÍTULO II DA ORGANIZAÇÃO DO ESTÁGIO

Art. 7º. São responsáveis pelos Estágios na UFOPA: a Diretoria de Ensino (DE), com Coordenação específica para Estágio, da Pró-Reitoria de Ensino de Graduação (PROEN), e o Núcleo de estágio (NE) de cada Instituto;

Art. 8º. O NE será composto pelo(a) diretor(a) do Instituto e pelos professores de Estágio dos Programas, sendo um destes o Coordenador do NE do Instituto.

Parágrafo único. Caberá à direção dos Institutos, ouvidos os integrantes dos programas e cursos, a designação do Coordenador.

CAPÍTULO III DAS OBRIGAÇÕES

Seção I Da UFOPA

Art. 9º. À DE/PROEN compete:

- I- promover o cadastramento de instituições, públicas e privadas, como campos de

estágio dos cursos de graduação;

- II-** articular-se com empresas e ou instituições públicas e particulares para formalização de convênios nos quais se explicitem o processo educativo compreendido nas atividades programadas para seus discentes e as condições estabelecidas nesta Instrução Normativa;
 - III-** cadastrar estudantes candidatos a Estágio não-obrigatório;
 - IV-** divulgar oferta de estágios e cadastrar candidatos a sua realização;
 - V-** articular-se com os Núcleos de Estágio dos Institutos e outros setores da UFOPA responsáveis por informações de docentes e discentes;
 - VI-** manter banco de dados das empresas e ou instituições, de docentes e de discentes atualizados;
 - VII-** elaborar e divulgar relatório anual, no âmbito da UFOPA, sobre as atividades de estágio;
 - VIII-** acompanhar o cumprimento das cláusulas dos convênios;
 - IX-** celebrar Termo de Compromisso com o educando em estágio não obrigatório ou com seu representante e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação acadêmica do estudante e ao horário e calendário acadêmico;
 - X-** avaliar as instalações da parte concedente do estágio e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;
 - XI-** exigir do discente a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, relatório das atividades desenvolvidas no estágio não obrigatório, com vista e assinatura do Supervisor e parecer do orientador;
 - XII-** zelar pelo cumprimento do Termo de Compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de suas normas;
 - XIII-** elaborar normas complementares e instrumentos de avaliação dos estágios de seus discentes;
 - XIV-** encaminhar à parte concedente do estágio, no início do período-letivo o calendário acadêmico;
 - XV-** Fornecer, quando necessário, declarações aos estagiários referente a realização de Estágio não-obrigatório na Concedente.
 - XVI-** Garantir seguro de vida contra acidentes pessoais para estagiários em estágio obrigatório.
- Art. 10º.** Ao NE do Instituto a que pertence o discente compete:
- I-** divulgar as oportunidades de estágio;

- I-** orientar sobre o cadastro de estágio não obrigatório na DE;
- II-** orientar o encaminhamento do discente para o estágio obrigatório através de documentação específica;
- IV-** indicar à DE e manter atualizada a relação de Instituições adequadas como campos de Estágio;
- V-** informar à DE professor orientador para estágios não obrigatório;
- VI-** elaborar normas de estágios que atendam à especificidade dos Programas do Instituto, respeitado o que dispõem a legislação em vigor e a presente Instrução Normativa;
- VII-** acompanhar o cumprimento dos convênios.
- VIII-** celebrar termo de compromisso com o educando em estágio obrigatório ou com seu representante e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do estágio à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação do estudante e ao horário e calendário acadêmico;
- IX-** proceder ao levantamento de interesses e necessidades dos cursos em relação a campos de estágio e informar à DE.
- X-** participar, juntamente com a DE, de avaliações dos Estágios;

Seção II Da Concedente

Art. 11. São obrigações da parte concedente de estágio:

- I** – firmar Convênio com a UFOPA e celebrar termo de compromisso com esta e o discente, zelando por seu cumprimento;
- II-** oferecer aos estudantes estagiários atividades que estejam de acordo com o previsto no Projeto Pedagógico do Curso;
- III** ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao discente atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;
- IV** – indicar funcionário de seu quadro de pessoal com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso do estagiário, para atuar como supervisor, sendo que este funcionário poderá ser responsável por mais de um estagiário, conforme artigo 17, da lei nº 11. 788/2008;
- V** – contratar em favor do estagiário, em estágio de caráter não obrigatório, seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, sendo este valor expresso no termo de compromisso;
- VI** – por ocasião do desligamento do estagiário, entregar termo de realização do estágio com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da

avaliação de desempenho;

VII – manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação de estágio;

VIII – enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades e folha de frequência do estagiário.

Art. 12. Não será celebrado instrumento jurídico específico, quando o Campo de Estágio for Unidade ou Órgão da própria UFOPA.

Art. 13. As Instituições ou empresas concedentes de Estágio poderão utilizar-se de Agentes de Integração públicos ou privados para contrato de Estagiários, mediante condições acordadas em instrumento jurídico apropriado.

§ 1º. A assinatura do Termo de Compromisso de que trata o **§ 1º** do artigo 5º deve ser feita entre a Instituição/Empresa, o estagiário, se maior de idade, ou mediante assistência ou representação, nos casos previstos em lei, com o acompanhamento da UFOPA, sendo vedada a atuação dos agentes de integração como representante da parte concedente.

§ 2º. É vedada a cobrança de qualquer valor dos estudantes, a título de remuneração pelos serviços referidos nos incisos deste artigo.

§ 3º. Os agentes de integração serão responsabilizados civilmente se indicarem estagiários para a realização de atividades não compatíveis com a programação curricular estabelecida para cada curso.

§ 3º. O Agente de integração, assim como a Instituição ou Empresa Concedente de Estágio, deve estar devidamente registrado no Cadastro da Diretoria de Ensino da PROEN.

Art. 14. O contrato e manutenção de estagiários em desconformidade com as normas aqui estabelecidas e por força da legislação vigente caracteriza vínculo de emprego do estagiário com a parte concedente do estágio, na forma da legislação trabalhista e previdenciária.

§ 1º. A instituição privada ou pública que reincidir na irregularidade de que trata este artigo ficará impedida de receber estagiários por 2 (dois) anos, contados da data da decisão definitiva do processo administrativo correspondente.

§ 2º. A penalidade de que trata o **§ 1º** deste artigo limita-se à filial ou agência em que for cometida a irregularidade.

Art. 15. Estágios em concedentes fora do Estado do Pará ou no exterior estão condicionados à apreciação prévia da UFOPA, estando estas Instituições/Empresas sujeitas às mesmas obrigações estabelecidas nesta seção.

Dos Estagiários

Art. 16. O discente da UFOPA, candidato a estágio não-obrigatório, deve:

I - estar regularmente matriculado;

II - estar cadastrado no sistema de Cadastro da DE;

III - estar com os seus dados cadastrais atualizados.

Art. 17. A duração do estágio, na mesma parte concedente, não poderá exceder o limite de 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estagiário portador de deficiência.

Art. 18. O estágio será formalizado por meio de Termo de Compromisso, com as condições tratadas no Art. 12.

Art. 19. O desligamento do estagiário do seu campo de estágio ocorrerá: **I** -

pelo término do período estabelecido no termo de compromisso;

II - pela conclusão do curso;

III - pela interrupção ou abandono do curso, caracterizado pela não renovação ou trancamento de matrícula, ou, ainda, inassiduidade ao curso, com frequência inferior a 75%;

IV - pelo descumprimento de quaisquer obrigações constantes no termo de compromisso, nesta Instrução Normativa ou na legislação vigente de Estágio; **V** - a pedido do estagiário.

Parágrafo único. O controle da frequência para o estágio não-obrigatório será feito através de formulário próprio da DE preenchido e assinado pelos professores do estagiário no referido semestre e entregue em anexo ao termo de compromisso;

Art. 20. No caso de estágio não-obrigatório, o estagiário poderá desligar-se voluntariamente em qualquer fase do estágio, mediante requerimento dirigido à Concedente, à DE e ao Professor Orientador da Universidade, com prazo máximo de 15 dias de seu efetivo desligamento, devidamente instruído com o relatório de suas atividades e folha(s) de frequência assinada(s) pelo supervisor.

Art. 21. As ausências no Estágio serão consideradas justificadas nas hipóteses legais ou quando forem abonadas pelo supervisor do estágio, em formulário específico para esse fim, desde que haja um consenso com o professor orientador.

Art. 22. O estagiário poderá receber bolsa ou outra forma de contraprestação que venha a ser acordada, sendo compulsória a sua concessão, bem como a do auxílio-transporte, na hipótese de estágio não obrigatório.

Parágrafo único. A eventual concessão de benefícios relacionados a transporte, alimentação e saúde, entre outros, não caracteriza vínculo empregatício.

Art. 23. É assegurado ao estagiário, sempre que o estágio tenha duração igual ou superior a 1 (um) ano, período de recesso de 30 (trinta) dias, a ser gozado preferencialmente durante suas férias escolares.

§ 1º. O recesso de que trata este artigo deverá ser remunerado quando o estagiário receber bolsa ou outra forma de contraprestação.

§ 2º. Os dias de recesso previstos neste artigo serão concedidos de maneira proporcional, nos casos de o estágio ter duração inferior a 1 (um) ano.

Art. 24. A jornada do estágio, respeitando a legislação em vigor, deve ser compatível com o horário escolar do estagiário e constará no termo de compromisso de que trata o **§ 2º** do artigo 5º desta Instrução Normativa, não podendo ultrapassar 6 (seis) horas diárias e 30 (trinta) horas semanais.

Parágrafo único. O estágio relativo a cursos que alternam teoria e prática, nos

períodos em que não estão programadas aulas presenciais, poderá ter jornada de até 40 (quarenta) horas semanais, desde que isso esteja previsto no projeto pedagógico do curso e da instituição de ensino.

Art. 25. Nos períodos de férias escolares, os horários de estágio poderão ser alterados, mediante acordo entre o estagiário e a parte cedente do estágio, com a necessária aquiescência do docente orientador e do supervisor de estágio.

Art. 26. A frequência do estagiário – em qualquer modalidade de estágio - será aferida mediante assinatura de folha própria em que fique consignada a hora de entrada e saída do estagiário, permanecendo este assentamento sob a responsabilidade e controle do supervisor de estágio.

Parágrafo único. As ausências não justificadas nos termos do *caput* deste artigo serão descontadas, proporcionalmente, do valor mensal da bolsa, no caso de estágio remunerado.

Art. 27. O estagiário, em estágio não-obrigatório, poderá requerer a interrupção do estágio, pelo prazo máximo de 90 (noventa) dias, que será concedida a critério da DE/PROEN, ouvido o docente orientador de estágio e o supervisor da parte cedente, se devidamente comprovada a necessidade do afastamento.

§ 1º. A interrupção deverá ser requerida com antecedência mínima de cinco dias úteis, ficando o estagiário em exercício até o seu deferimento.

§ 2º. Durante o período de interrupção do estágio será suspenso o pagamento da bolsa, em caso de estágio remunerado.

Art. 28. O estágio não cria vínculo empregatício de qualquer natureza, desde que observados os seguintes requisitos:

- I – matrícula e frequência regular do discente em curso da UFOPA;
- II – celebração de termo de compromisso entre o discente, a parte concedente do estágio e a UFOPA;
- III – compatibilidade entre as atividades desenvolvidas no estágio e aquelas previstas no termo de compromisso.

Art. 29. Aplica-se ao estagiário a legislação relacionada à saúde e segurança no trabalho, sendo sua implementação de responsabilidade da parte concedente do estágio.

Art. 30. A realização de estágios, de acordo com a legislação vigente, aplica-se aos estudantes estrangeiros regularmente matriculados, observado o prazo do visto temporário de estudante, na forma da legislação aplicável.

CAPÍTULO IV DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 31. Os casos omissos serão discutidos em Comissão própria constituída para tal finalidade.

Art. 32. A presente Instrução Normativa passa a vigorar a partir da sua publicação no Boletim de

Serviço da UFOPA.

JOSÉ SEIXAS
LOURENÇO
REITOR

Carlos José Freire Machado (DE, Física Ambiental) Nilzilene Ferreira Gomes (DE, Física Ambiental) Ângela Rocha dos Santos (DE)

Haroldo César Souza

Andrade (DE) Luís Alípio

Gomes (DE)

Rodrigo de Araújo Ramalho Filho

(PROEN) Raimunda Monteiro (Vice-reitora)

Maria de Fátima Sousa Lima

(ICED) Elenise P. de Arruda

(ICED) Adailson Viana Soares

(ICS)

Maria Marlene Escher Furtado (ICS)

Cássio D. B. Pinheiro (IEG, Bacharelado em Sistema de Informação) Maria Betanha C. Barbosa (ICED, Geografia)

Edna Marzzitelli (ICED, Pedagogia)

Maria do Socorro Mota (IBEF, Engenharia

Florestal) Denise Castro Lustosa (IBEF, Engenharia Florestal)

Adelaine Michela Figueira (ICED,

Biologia) Lidiane Nascimento Leão

(ICS, Direito) Ruy Carlos Mayer

(ICED)

Leonel Mota (ICED, Letras)

Maria da Conceição Soares (ICS, NPJ)

ANEXO E - INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013, SOBRE ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO DOS ESTUDANTES, NO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO – ICED/UFOPA



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 01, DE 12 DE SETEMBRO DE 2013.

Dispõe sobre o estágio curricular obrigatório dos estudantes do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará-UFOPA.

A DIRETORA DO INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO, da Universidade Federal do Oeste do

Pará (UFOPA), no uso das suas atribuições conferidas pela Portaria nº 129, de 03 de fevereiro de

2012, e considerando a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e a Instrução Normativa/UFOPA nº 006, de 10 novembro de 2010, resolve expedir a presente Instrução Normativa.

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. A presente Instrução Normativa fixa diretrizes e normas básicas para o funcionamento do estágio curricular obrigatório dos cursos de Graduação do Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará, em conformidade com a Lei n.º 11.788, de 25 de setembro de 2008, e com a Instrução Normativa/UFOPA nº 006 de 10 novembro de 2010.

CAPÍTULO II DA DEFINIÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE ESTÁGIO

Art. 2º. O estágio na UFOPA, por força da legislação vigente, é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa a preparação para o trabalho produtivo dos discentes.

Parágrafo único. O estágio faz parte do projeto pedagógico do curso, além de integrar o itinerário formativo do discente.

Art. 3º. São objetivos do estágio curricular na UFOPA:

- I - a aprendizagem de competências próprias da atividade profissional por meio de contextualização dos conteúdos curriculares e desenvolvimento de atividades específicas ou associadas à área de formação do estagiário, objetivando o preparo do educando para a vida cidadã e para o trabalho;
- II - possibilitar a ampliação de conhecimentos teóricos aos discentes em situações reais de trabalho;
- III - proporcionar aos discentes o desenvolvimento de habilidades práticas e o aperfeiçoamento técnico-cultural e científico, por intermédio de atividades relacionadas a sua área de formação; IV - desenvolver habilidades e comportamentos adequados ao relacionamento sócio-profissional.

Art. 4º. O estágio classifica-se em obrigatório e não-obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

§ 1º Estágio obrigatório é aquele definido como tal no projeto do curso, cuja carga horária é requisito para aprovação, para a integralização curricular e para a obtenção de diploma. **§ 2º** Estágio não-obrigatório é aquele desenvolvido como atividade opcional, acrescida carga horária regular e obrigatória.

§ 3º O estágio não-obrigatório poderá ser admitido como atividade curricular, conforme estiver previsto no projeto pedagógico do curso.

CAPÍTULO III DA DURAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Artigo 5º. A duração do Estágio Supervisionado obedece a legislação do Conselho Nacional de Educação por meio da Resolução CNE/CP 2, de 19 de fevereiro de 2002, que instituiu Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, tornando obrigatória uma carga horária de não menos de 400 h (quatrocentas horas) em curso de graduação de licenciatura plena.

Parágrafo Único – Não se aplica ao artigo anterior o Curso de Pedagogia que de acordo com a Resolução CNE/CP 1, de 15 de maio 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura, o curso terá 300 (trezentas) horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto pedagógico da instituição.

CAPÍTULO IV DO NÚCLEO DE ESTÁGIO

Art. 6º. O Núcleo de Estágio do ICED será integrado por todos os professores que supervisionam os estágios nas licenciaturas e administrada por um Coordenador.

Parágrafo único: Ao coordenador do Núcleo de Estágio será atribuída a carga horária de 20 horas.

Art. 7º. Compete ao Núcleo de Estágio:

- I. Acompanhar o desenvolvimento dos estágios curriculares no Projeto Pedagógico dos cursos da Universidade.
- II. Colaborar para a realização dos convênios de cooperação entre UFOPA e 5ª URE, SEMED e escolas privadas e instituições não escolares;
- III. Prestar informações estatísticas referentes ao número de discentes estagiários locais, com carga horária e outros dados relativos aos estágios curriculares.
- IV. Providenciar seguro de acidentes pessoais em favor do estudante, junto ao órgão competente da Universidade.
- V. Acompanhar a realização dos estágios através dos cronogramas, planejamentos e relatórios;
- VI. Manter uma listagem atualizada com endereços das escolas e/ou instituições da rede pública e particular;
- VII. Providenciar materiais de apoio à organização dos estágios;
- VIII. Resolver problemas decorrentes da realização dos estágios;
- IX. Promover a integração pedagógica entre os Cursos de Licenciatura.
- X. Avaliar o desenvolvimento dos estágios Curriculares no âmbito do Instituto e da Universidade.
- XI. Incentivar a produção científica – de professores das escolas e acadêmicos do curso - através de registro das situações vivenciadas nos estágios supervisionados.
- XII. Criar um espaço de discussão com os gestores e professores das escolas da educação básica para discutir e avaliar a atuação dos estagiários e o estágio como prática educativa.
- XIII. Mapear as necessidades das instituições receptoras com vistas a promover uma intervenção direcionada à resolução dessas problemáticas;
- XIV. Promover discussões com acadêmicos para estudar, socializar e discutir as situações encontradas no estágio;

XV. Realizar um encontro anual e/ou semestral dos estágios curriculares do Instituto.

CAPÍTULO V DA COORDENAÇÃO DE CURSO/PROGRAMAS

Art.8 º. Cabe a coordenação de cursos:

- I. Colaborar nas atividades desenvolvidas pelo coordenador de estágio, observando se as mesmas estão de acordo com as normas da instituição, bem como, sugerir mudanças para o melhor andamento das atividades de estágio.
- II. Fornecer informações no que se refere às atualizações no Projeto Pedagógico do Curso;
- III. Repassar semestralmente as ofertas das disciplinas de Estágio para o Núcleo de Estágio;
- IV. Orientar os docentes e discentes na realização dos estágios Curriculares do Curso; V. Desenvolver um trabalho integrado com os professores de estágio e com o Núcleo de Estágio.

CAPÍTULO VI DOS PROFESSORES ORIENTADORES DE ESTÁGIO

Art. 9º. Entende-se por professor orientador de estágio, o docente lotado como professor da disciplina de Estágio em determinado curso.

Art. 10. São atribuições dos professores orientadores de estágio:

- I. Planejar, orientar, acompanhar e avaliar as atividades planejadas para o estágio.
- II. Registrar a frequência dos discentes estagiários.
- III. Cumprir a carga horária diária estabelecida para o estágio curricular Obrigatório.
- IV. Apresentar sugestões de melhoria do desenvolvimento do estágio curricular Obrigatório
- V. Observar as normas e rotinas das instituições em que o estágio for desenvolvido.
- VI. Orientar e supervisionar a execução das tarefas no plano de trabalho para o estágio.
- VII. Orientar o discente estagiário quanto a sua atuação.
- VIII. Fornecer subsídios teórico-práticos e bibliográficos contribuindo para aprendizagem do educando.
- IX. Avaliar o desempenho do discente estagiário e informá-lo continuamente sobre o

mesmo de acordo com o definido no projeto pedagógico do curso.

CAPÍTULO VII DO ESTÁGIO

Art. 11. O campo de estágio deverá estar localizado no município de Santarém, somente admitindo-se a sua realização em outros municípios em situações de excepcional interesse acadêmico e mediante o referendo do conjunto de professores orientadores de Núcleo de Estágio.

Art. 12. O/A aluno/a poderá solicitar redução da carga horária de estágio como prevê a Resolução do CNE/CP nº 2, 19/02/2002 até o máximo de 200 (duzentas horas).

Parágrafo 1º - O estudante que já está em sala de aula, atuando comprovadamente como professor e/ou gestor na rede oficial de ensino, poderá desenvolver um projeto especial orientado pelo docente orientador de estágio.

§1º. A solicitação deverá ser encaminhada no semestre anterior à realização do estágio, ou no máximo até o término da segunda semana letiva do semestre em curso.

§2º. Para o encaminhamento do pedido o/a aluno/a deverá apresentar documentação que comprove o exercício da docência concomitante ao período do estágio, no momento da solicitação.

§3º O exercício da docência deverá ser coincidente o nível e modalidade de ensino com a etapa/nível do estágio pretendido. Somente serão apreciados os pedidos que atenderem as três condições mencionadas.

Parágrafo 2º - O estudante deverá fazer independente da sua condição de professor em exercício, a sua matrícula nas disciplinas que compõem o Estágio Supervisionado de acordo com a matriz curricular do curso.

CAPÍTULO VIII DOS ESTUDANTES ESTAGIÁRIOS

Art. 13. São obrigações do estagiário:

- I - cumprir o horário previsto para o estágio;
- II - conhecer e respeitar as normas administrativas da escola e/ou da instituição onde se realizará o estágio;
- III - responsabilizar-se pelo material que lhe for confiado durante o estágio;
- IV - coletar dados e informações sobre a escola e a instituição onde irá atuar;
- V - assistir ao número de aulas previstas no cronograma e/ou plano de ensino;
- VI - apresentar ao professor orientador o plano de atividades a serem desenvolvidas durante o estágio conforme orientado;

- VII - articular-se com o profissional responsável direto pela supervisão do estágio na unidade escolar/instituição, sistema escolar e extra-escolar, acordando horários, locais e as atividades que serão desenvolvidas;
- VIII - ministrar aulas e as atividades que lhe forem atribuídas;
- IX - apresentar o resultado da avaliação das atividades realizadas durante o período de estágio para o professor da turma e/ou responsável;
- X - participar ativamente da vida da escola durante o período de estágio;
- XI - comparecer aos encontros destinados à orientação individual e/ou em equipe.
- XII - comportar-se dentro da ética e moral relativa à sua profissão, respeitando os profissionais da educação que atuam na escola;
- XIII - manter sigilo quanto a informações confidenciais que por ventura lhe forem feitas e observações em relação à instituição, durante o estágio;
- XIV - apresentar o relatório de estágio no prazo previsto;

CAPÍTULO IX AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO

Art 14. A avaliação da aprendizagem na UFOPA tem como objetivos:

I – a aprendizagem dos discentes;

II– aquisição conceitual, teórica e prática dos conteúdos programáticos ministrados durante os períodos letivos;

III – incentivar o hábito e a prática diuturna de trabalho no processo ensino-aprendizagem; **Art.15.** Os instrumentos avaliativos deverão ser elaborados pelos professores orientadores com a orientação do Núcleo de estágio, seguindo as diretrizes curriculares, projeto pedagógico de cada curso e a Resolução nº 09 de 16 de março de 2012, que regulamenta a estrutura e o percurso acadêmico da Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA.

Art. 16. O controle da frequência às aulas, atribuição e lançamento de notas é de responsabilidade do(s) docente(s) responsável(is) pela atividade curricular

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 17. O estudante deverá concluir o estágio no prazo máximo de conclusão do curso previsto no projeto pedagógico do respectivo curso.

Art. 18. Nos termos da legislação vigente, o estágio, não cria vínculo empregatício.

Art. 19. Os casos omissos serão resolvidos pelo Núcleo de Estágio e coordenação de programas

Art. 20. Esta instrução normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Santarém, 12 de setembro de
2013.

SOLANGE HELENA XIMENES ROCHA

Diretora do Instituto de Ciências da Educação da UFOPA

ANEXO F - RESOLUÇÃO Nº 02/2002 – CNE/CP, INSTITUI A OBRIGATORIEDADE, EXECUÇÃO E CUMPRIMENTO DA CARGA HORÁRIA DE ESTÁGIO SUPERVISIONADOS DOS CURSOS DE LICENCIATURA, DE GRADUAÇÃO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA EM NÍVEL SUPERIOR.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO CONSELHO PLENO

RESOLUÇÃO CNE/CP 2, DE 19 DE FEVEREIRO DE 2002.(*)

Institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de formação de professores da Educação Básica em nível superior.

O Presidente do Conselho Nacional de Educação, de conformidade com o disposto no Art. 7º § 1º, alínea “f”, da Lei 9.131, de 25 de novembro de 1995, com fundamento no Art. 12 da Resolução CNE/CP 1/2002, e no Parecer CNE/CP 28/2001, homologado pelo Senhor Ministro de Estado da Educação em 17 de janeiro de 2002, resolve:

Art. 1º A carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, será efetivada mediante a integralização de, no mínimo, 2800 (duas mil e oitocentas) horas, nas quais a articulação teoria-prática garantida, nos termos dos seus projetos pedagógicos, as seguintes dimensões dos componentes comuns:

I - 400 (quatrocentas) horas de prática como componente curricular, vivenciadas ao longo do curso;

II - 400 (quatrocentas) horas de estágio curricular supervisionado a partir do início da segunda metade do curso;

III - 1800 (mil e oitocentas) horas de aulas para os conteúdos curriculares de natureza científico-cultural;

IV - 200 (duzentas) horas para outras formas de atividades acadêmico-científico-culturais. Parágrafo único. Os alunos que exerçam atividade docente regular na educação básica poderão ter redução da carga horária do estágio curricular supervisionado até o máximo de 200 (duzentas) horas.

Art. 2º A duração da carga horária prevista no Art. 1º desta Resolução, obedecidos os 200 (duzentos) dias letivos/ano dispostos na LDB, será integralizada em, no mínimo, 3 (três) anos letivos.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se o § 2º e o § 5º do Art. 6º, o § 2º do Art. 7º e o §2º do Art. 9º da Resolução CNE/CP 1/99.

ULYSSES DE OLIVEIRA PANISSET

Presidente do Conselho Nacional de Educação

(*) CNE. Resolução CNE/CP 2/2002. Diário Oficial da União, Brasília, 4 de março de 2002. Seção 1, p. 9.